

SUMÁRIO

	1	Sumário
TEXTOS	5	Editorial Nº 35
	6	Editorial Nº 1
	7	Por uma história do curso de Psicanálise (1988)
	11	Um caminho percorrido, uma história para contar Mario Fuks
	19	Política de formação em Psicanálise: alinhavando algumas anotações de leitura (1988) Regina Schneiderman
	23	Ressonâncias Camila Salles Gonçalves
	25	Considerações sobre a formação psicanalítica (1988)
	29	Considerações sobre a formação psicanalítica: desafios atuais Bernardo Tanis
	37	A escuta psicanalítica (1988)
	41	O trabalho da figurabilidade na escuta psicanalítica Silvia Leonor Alonso
	49	Narrativa e imagem: movimento do desejo (1988)
	55	Caminhos de mim Miriam Chnaiderman
	59	Notas sobre a supervisão (1988)
	63	Considerações sobre a supervisão Luis Carlos Menezes
	67	Psicanálise e instituição psiquiátrica (1988)
	71	Notas de um percurso Silvia Regina Tachinardi
	73	As filhas dos filisteus (1988)
	81	“As filhas”, dezessete anos depois Renato Mezan
	85	Um sonho de Isaías Tales A. M. Ab'Sáber

	89	A sublimação e a reconquista da herança Anne Denis
ENTREVISTA	97	As faces da violência (1988) Jurandir Freire Costa
	105	Vinte anos de Departamento de Psicanálise: para onde vamos? Maria Ângela Santa Cruz, Maria Auxiliadora Vidigal, Maria Cristina Ocariz, Maria de Fátima Vicente, Maria Laurinda Ribeiro de Souza, Miriam Chnaiderman, Sylvia Leonor Alonso, Tera Leopoldi
DEBATE	115	Diálogos com Regina Schnaiderman Janete Frochtengarten, Renata Udler Cromberg, Décio Gurfinkel
LEITURAS	121	Editorial do Grupo de Resenhas
	123	Uma seção plural Janete Frochtengarten
	125	A generosidade de um convite ao insólito (<i>O psicanalista e seu ofício</i>) Janete Frochtengarten
	128	Lacan rumo à psicanálise (<i>Lacan: a formação do conceito de sujeito</i>) Renata Udler Cromberg
	130	Que (rei) sou eu? (<i>A psique e o eu</i>) Alice Paes de Barros Arruda
	132	Quando a “mãe gentil” maltrata os “filhos deste solo” (<i>Vivendo num país de falsos-selves</i>) Teresa Elizete Gonçalves
	135	A modernidade de Sándor Ferenczi (<i>Ferenczi: história, teoria, técnica</i>) Ivanise Fontes
	138	Mas afinal, o que querem essas mulheres? (<i>O amor que rouba sonhos: um estudo sobre a exposição feminina ao HIV</i>) Eliane Costa Dias
	142	Violência: destruição e criação (<i>Leituras psicanalíticas da violência</i>) Raya Angel Zonana
	145	Entre psicanálise e literatura: o sujeito (<i>Psicanálise, literatura e estéticas de subjetivação</i>) Tania Rivera

148	Neurose que insiste, psicanálise que resiste (<i>Obsessiva neurose</i>) Renata Udler Cromberg
152	Um copo de H ₂ O (<i>O corpo em off – a doença e as práticas psi na pediatria hospitalar</i>) Maria Auxiliadora de Almeida Cunha Arantes
154	O homem contemporâneo por Michel Houellebecq (<i>Particules elementaires</i>) Alessandra Monachesi Ribeiro
157	Anorexia e bulimia nervosas: um desafio clínico (<i>Anorexia e bulimia Nervosa: Uma visão multiprofissional</i>) Eva Wongtschowski
160	Princípios e finalidades do Departamento de Psicanálise (1988)
161	Princípios e finalidades do Departamento de Psicanálise (2005)
163	Abstracts in English
169	Colaboradores deste número
171	Normas para o envio de artigos e resenhas
173	Onde encontrar <i>Percurso</i>
175	Para assinar <i>Percurso</i>

Hoje, *Percorso* presta sua homenagem ao Departamento de Psicanálise do Sedes, que completa seus vinte anos de vida. Traduz o desdobramento natural do trajeto de um grupo de analistas reunidos em torno de uma idéia, de uma ideologia e do desejo de ruptura do pensamento monolítico então vigente na psicanálise. Os articuladores que deram início a este movimento e que se dedicaram a esta causa – Fábio Herrmann, Isaias Melsohn, Regina Schnaiderman e Roberto Azevedo – acabaram por fundar o Curso de Psicoterapia de Orientação Psicanalítica, hoje Curso de Psicanálise. Nos meados de 70, encarnavam a resistência à política de formação de analistas cujo monopólio era de consenso. Consenso que nem por isso se abria para qualquer tentativa de ação transformadora.

Contraopondo-se à corrente do convencional, o curso se pautou desde seu início na Carta de Princípios do Instituto Sedes Sapientiae, que contava com a liderança e apoio da figura emblemática da Madre Cristina, e seu espírito de luta. Essa Carta reafirmava a tolerância, o respeito à diferença e o abrigo a toda e qualquer contribuição que se revertesse em abertura ao conhecimento. Foi também pela mão da Madre que o Sedes acolheu nossos colegas *vecinos*, vindos de suas terras, suas lutas, seu exílio. Na contramão daqueles que se esforçavam por manter a suposta “pureza” da psicanálise, saímos do espaço protegido dos consultórios, atuando em instituições de saúde mental, intervindo junto a educadores,

realizando acompanhamentos terapêuticos, atendendo famílias, enfim, praticando heresias que poderiam ser qualificadas como o “cobre” da psicanálise... Na realidade, nada mais fazíamos do que o óbvio, ou seja, entender que a psicanálise é feita para o paciente, e não o paciente para ela.

Com o passar do tempo, foram se agregando pessoas e projetos, permitindo tanto a pluralidade de ação quanto de pensamento, que teve como desdobramento natural uma rede de pares que se reconheciam em sua produção e sua prática. Seu denominador comum era este desejo de buscar um lugar de pertinência, em que se pudesse continuar esta interminável formação. Assim, em 1985, tendo à frente a passionária Regina Schnaiderman, com sua inquietude intelectual, seu espírito batalhador de insistência e resistência, e sempre alguns passos à frente em busca de novos desafios, foi fundado o Departamento de Psicanálise.

Percorso foi o resultado do esforço de veicular para o público externo sua produção intelectual e estabelecer um intercâmbio de idéias dentro da nossa área, bem como estabelecer o diálogo com as outras disciplinas que dizem respeito à cultura. Neste sentido, inaugural, pois que se fez porta-voz do pensar e de um outro fazer psicanalítico.

Percorso, a revista, revisita, em seu 35º número, suas origens: seus textos, seus autores, tantos anos depois... seus percursos. O resultado aí está. Boa leitura.

Eis aqui *Percurso*.
Percurso que nos situou e que nos mantém no Instituto Sedes Sapientiae. Pensar a psicanálise como algo que se historiciza, que se inscreve no cruzamento de determinações psíquicas, sociais, temporais – isto nos põe de acordo com as concepções que norteiam a instituição a qual pertencemos.

Percurso que, iniciando-se nos limites de um curso, o perpassa, através da constituição do Departamento de Psicanálise, lugar de uma formação que se quer interminável.

Percurso que, neste momento, nos leva a fabricar esta revista. Nós a concebemos como suporte de uma tessitura, feita de fios de diferentes escritas. Nelas, os conceitos clínicos e teóricos são relançados, postos a

trabalhar, num movimento de contínua recriação. Estaremos receptivos a textos que não se proponham como pontos finais nem formulem exigências de adesão incondicional, mas que nos recebam, que nos convidem à prazerosa companhia do pensar, que incluam autor e leitor no campo da interlocução.

“Decerto é a fábrica do pensamento
Qual máquina do tecimento
Em que um só piso já mil fios move
voam, indo e vindo, as lançadeiras,
Em quem, invisíveis, fluem tramas ligeiras,
Um golpe mil junções promove”

Fausto, Parte I, “No quarto de trabalho”,
tradução de Jenny Segall

Por uma história do curso de psicanálise*

Mário Fuks

O registro dos primeiros tempos da tentativa de abrir um espaço alternativo de formação, num momento de despedida.

Alguns colegas me sugeriram neste momento de reinício das atividades do Curso de Psicanálise – simultaneamente para mim um momento de despedida, pela minha volta à Argentina – que eu fale da história, já que eu tenho participado dela quase desde o seu início.

Duvido que eu esteja em condições, hoje, de abordar essas questões no detalhe e na profundidade que elas demandam. Hoje só posso pensar e falar das coisas desta história que me atingem pessoalmente agora – na significação que para mim o Sedes e o curso têm tido à luz da decisão de voltar a meu país. Para situar esta significação na minha vida em sua verdadeira dimensão, preciso enfatizar o quanto uma vida pode ser afetada por um exílio. Eu posso garantir a vocês que é *muito*.

Surgem-me recordações pontuais e precisas.

Em meados de junho de 1977 fui apresentado, junto com um grupo de colegas argentinos, à Madre Cristina Sodré Dória, diretora do Instituto Sedes Sapientiae.

Recém-chegados a São Paulo, tínhamos entrado em contato com um grupo de psicanalistas brasileiros que havia iniciado um projeto de formação em psicanálise no âmbito do Sedes. Porque conheciam a nossa trajetória no campo psicanalítico, estavam interessados em que nos incorporássemos ao grupo de professores que estava levando adiante o curso. O objetivo do encontro desse dia com a Madre Cristina era o de que ela, além de nos conhecer pessoalmente, nos ajudasse a situar-nos com respeito às características da Instituição e do projeto que a animava.

Com a riqueza e a clareza de idéias que a caracteriza, expôs o processo de elaboração e maturação ideológica que tinha percorrido o Sedes (e que pouco

Mário Fuks é psicanalista, membro do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae.

(*) Artigo elaborado a partir da aula inaugural do Curso de Psicanálise do ano de 1988.

Temerosa de ver
ameaçada sua hegemonia
e seu monopólio,
a Sociedade de Psicanálise
começou a exercer pressão
sobre os integrantes
do curso do Sedes.
Cinco dos sete psicanalistas
ligados à Sociedade
que faziam parte do corpo
de professores
se demitiram.

tempo depois ficaria plasmado na Carta de Princípios), concluindo com as seguintes palavras: “Sejam bem-vindos; sabemos do momento que vocês estão passando porque em 68 e 74 passamos por circunstâncias muito parecidas. Hoje abrem-se aqui algumas brechas que podemos aproveitar e pelas quais podemos avançar. Fiquem conosco – é muito o que nos podem ajudar. Esta é a sua casa”.

Tratava-se de uma calidez, de uma força de solidariedade e de acolhimento difíceis de imaginar em qualquer lugar do mundo. Obviamente ficamos. Ficamos porque encontramos aqui um espaço de reconhecimento, de palavra, de trabalho, de ensino, de continuidade e de reelaboração de nossas experiências prévias e das diretrizes que vinham orientando nossa prática específica.

A ajuda que podíamos dar consistia, no imediato, em reforçar o corpo de professores do curso,

que, iniciado havia apenas um ano (com um esquema que na época era de três anos de duração), estava passando por uma grave crise. Crise que comprometia sua continuidade e sua própria existência. Esse grupo inicial de professores era constituído por alguns psicanalistas independentes, entre os quais a figura de maior destaque era a de Regina Schnaiderman, e por outros psicanalistas filiados à Sociedade de Psicanálise de São Paulo.

Apoiado por um entusiástico conjunto de colegas e discípulos, o grupo tentava abrir um espaço alternativo de formação que pudesse evitar e, quem sabe, ultrapassar os rígidos limites de diversas ordens – burocráticos, ideológicos, econômicos – que impunha a instituição psicanalítica dita oficial. Temerosa de ver ameaçada a sua hegemonia e seu monopólio, em um momento em que era visualizável uma demanda crescente de formação em psicanálise, a Sociedade de Psicanálise

tinha começado a exercer pressão, com medidas estatutárias e oficiais, assim como com outras, menos nobres, sobre os analistas, membros da mesma e integrantes do curso do Sedes. Houve ameaças de expulsão, insinuações pessoais, envios de telegramas, etc. Finalmente esses meios lograram que, dos sete psicanalistas ligados à Sociedade que faziam parte do corpo de professores, cinco se demitissem do curso; outros dois questionaram a legitimidade dessas medidas, até em nome do direito constitucional e da liberdade de ensino, e permaneceram.

“Conjunção astral”

A saída desses professores deixou o curso numa situação de grande fragilidade; e foi justamente pouco tempo depois que os “recém-chegados”, entre os quais eu, pudemos nos incorporar trazendo dessa maneira imediata e concreta a contribuição para a sobrevivência e desenvolvimento deste primeiro projeto consistente de formação alternativa em psicanálise em São Paulo. Alguém falou na época, jocosamente, em uma “conjunção astral”. Prefiro entender essa ocasião como um momento, sem dúvida fascinante, em que confluíram pessoas que acabavam de sofrer e perceber os efeitos destrutivos que uma ditadura militar estava operando sobre o conjunto da sociedade, incluindo os avanços que se tinham realizado no campo psi, na saúde mental, etc., com outro grupo que aqui, no Brasil, estava começando a construir algo novo, no mesmo movimento, no mesmo processo de luta por se desvencilhar dos efeitos sobre a sociedade civil, de uma ditadura que já durava 13 anos. Esses mecanismos de pressão e de repressão, mesmo que num campo restrito como o de uma instituição psicanalítica, ao se manifestarem de uma forma tão patentemente autoritária, revelam-se possíveis como efeito de uma

situação totalitária mais geral, que tinha penetrado fundo nas trevas institucionais, nas relações de poder, na própria subjetividade das pessoas.¹

Juntamo-nos com entusiasmo, gratos pelo privilégio de poder participar do trabalho de consolidar e aprofundar esse projeto que estava sofrendo golpes duros no próprio momento do nascer.

O questionamento científico, ideológico e político da instituição oficial e do perfil do analista que ela promovia, não como crítica das pessoas individuais que faziam parte dela, mas como efeito de dominação de um sistema, caracterizou, por muito tempo, uma boa parte de nosso trabalho. Era também sobre essas questões de base que se recortavam os problemas da construção do “alternativo”, principalmente na hora em que a consolidação de um projeto desse tipo encarava a possibilidade e os riscos de uma “institucionalização”.

Experiências prévias

O “reencontro do mesmo” pode dar lugar a essa compulsão repetitiva que a psicanálise conhece tão bem e que é o oposto da elaboração. Acho que ao longo do tempo foi possível uma reelaboração das experiências prévias, em parte pelo próprio reconhecimento das diferenças, pela necessidade de pensar táticas e estratégias novas diante de situações novas numa experiência de ensino que é também de aprendizagem criativa, tanto coletiva, como individual. Um exemplo: o projeto nasceu e se desenvolveu por um bom tempo com o nome de “Curso de Psicoterapia de Orientação Psicanalítica”. Para alguns de nós isso foi visualizado inicialmente como um avanço, como a possibilidade de não ficar preso numa “identidade psicanalítica” estereotipada que tínhamos reconhecido como um obstáculo para o próprio de-

Determinações ideológicas e políticas, operantes em cada situação, são referências fundamentais para pensar e avaliar o percurso de qualquer projeto de “fôlego”, como é o caso do curso de psicanálise – um processo de elaboração que continua.

envolvimento da psicanálise, para a possibilidade de sua inscrição transformadora no campo da saúde mental, etc. A realidade, porém, era outra. O nome tinha sido uma solução de compromisso, uma concessão às pressões a que nos referimos anteriormente. Mas mudá-lo para “Curso de Psicanálise”, fato que aconteceu em um determinado dia, sem maiores cerimônias, foi tanto *fruto*, como momento de um processo de elaboração que continua – sendo este inacabamento um traço positivo que caracteriza o devir desta experiência institucional.

Muitos outros momentos de fundamental importância se sucederam; as divergências em relação à forma e ao conteúdo de um projeto alternativo em psicanálise acabaram distanciando alguns colegas.

O convênio com a Coordenadoria de Saúde Mental, a constituição da Clínica, a formação do Departamento são coisas das quais gostaria de falar, mas não hoje.

O momento atual deve possibilitar-nos reconstruir e escrever uma história do Curso, e a aparição da revista do Departamento pode se constituir no estímulo para este trabalho.

Os mitos de origem parecem cumprir uma função simbólica importante em todos os momentos que adquirem uma dimensão subjetiva “fundante”. Assim como este que conto aqui, houve outros momentos em que a história veio à tona. Para que ela não venha “à toa”, para que a história sirva como instrumento para entender os “sintomas” do presente e pensar o futuro, faz-se necessário um trabalho de contextualização.

Ao contextualizar politicamente os momentos iniciais deste projeto, posso ter querido heroificá-los; talvez fossem momentos bem mais “humildes”, na verdade.

Penso, no entanto, que as determinações ideológicas e políticas operantes em cada situação são referências fundamentais para pensar e avaliar o percurso de qualquer projeto desse “fôlego”.

Aqui foi, para mim, mais que um lugar fundamental de trabalho. Fiz *aqui* amigos “entranháveis”, desses que não se perdem. É isto. ■

NOTA

1. Neste sentido os dispositivos atuais de controle e domínio são diferentes, apesar de que alguns “surtos” de autoritarismo estejam começando a reaparecer em forma mais aberta no campo, por exemplo, das instituições públicas de Saúde Mental.

Um caminho percorrido, uma história para contar

Mario Pablo Fuks

Após quase 20 anos da publicação de “Por uma história do curso de psicanálise”, o autor retoma o relato da ação desenvolvida pelo grupo de psicanalistas que construíram, desde o final dos anos 70, o Curso de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae.

A releitura do texto publicado no primeiro número desta revista me remete a dois momentos. O primeiro consiste em uma lembrança fortemente pessoal: a cena real em que estou me despedindo e voltando para a Argentina – junto com Lucía B. Fuks, membro também do curso e do departamento – e sou convidado a falar da história do curso, na aula inaugural de 1988. O segundo antecede em muito ao outro, datando de 1977, ano em que, como sítio no texto anterior, uma série de circunstâncias levaram à conformação do conjunto complexo e heterogêneo de psicanalistas que, através de diversas crises, construíram o curso de psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae. Tendo como eixo o curso e o projeto que o inspirava, estabeleceu-se a partir desse momento um espaço ativo que, por sua consistência teórica e clínica, por suas posições ideológicas alternativas e por sua projeção no campo institucional, atraiu e possibilitou a formação psicanalítica de um número importante de profissionais,

conduzindo à criação, em 1985, do Departamento de Psicanálise.

Quanto à nossa conjuntura pessoal, a volta para a Argentina em 1988 serviu para fechar uma etapa de vida, reelaborar com outros as experiências da descontinuidade e do retorno, religar os fios cortados por essa década de exílio forçado e saldar, até certo ponto, uma dívida interna com nosso lugar de origem, nossa língua e nossa história. Mas não ficaram cortados com isso nossos vínculos com o Brasil. De fato, durante dois anos, realizamos viagens mensais regulares, mantivemos atendimentos clínicos, grupos de estudo e seminários em São Paulo. Dois anos depois, em março de 1990, estávamos de volta, de mala e cuia. E, semanas depois,

Mario Pablo Fuks é psicanalista, membro do Departamento de Psicanálise, professor do Curso de Psicanálise e coordenador do curso Psicopatologia Psicanalítica e Clínica Contemporânea, todos no Instituto Sedes Sapientiae.

já discutíamos no Sedes, em evento organizado pelo departamento, a comoção e os transtornos causados pelo plano Collor¹. A passagem recente pela Argentina permitia, de novo, comparar experiências e ter uma visão de conjunto do momento que estávamos atravessando, mas também aquilatar o valor do espaço coletivo de elaboração que havíamos contribuído para construir, e que nos acolhia novamente com muito afeto.

Diz-se que sentido histórico é o de pertencimento ao conjunto das relações humanas em que ganham significação as singularidades dos indivíduos. Se o entendemos como uma construção que só pode emergir e intensificar-se a partir de relações ativas e simbolizantes com os outros – o que a psicanálise não só ratificou, mas aprofundou, enriquecendo-a com o conceito de significação *a posteriori* –, tendo a pensar que tornar possível essa construção é uma das qualidades do projeto que nos anima ao longo do tempo. Refiro-me a relações ativas pensando principalmente nas que envolvem uma ação conjunta sobre uma realidade que nos concerne e penso que são simbolizantes porque cada um faz uma elaboração singular de sua experiência através de uma criação comunicável aos outros, produzindo efeitos de reconhecimento recíprocos. A produção de um livro sobre a história do departamento para celebrar seus 20 anos de existência é uma bela iniciativa nesse sentido. Esse trabalho nos permitirá reconstituir através de múltiplas vozes e olhares a história do curso e do departamento.

Retomo o fio do relato ampliando o cenário. Os acontecimentos de 1976 podem ser situados dentro de um contexto histórico mais amplo, de alcance mundial, de intensas mudanças histórico-sociais e início de processos de contestação e politização crescentes. Muitos analistas no mundo todo começaram a questionar o apolitismo e a recusa

reativa das questões sociais que dominavam a mentalidade das sociedades psicanalíticas dependentes da IPA. Também questionaram sua estrutura hierárquica configurada piramidalmente em base ao sistema formativo no topo da qual estavam os didatas, sua rigidez normativa, a fronteira igualmente rígida estabelecida entre o dentro e o fora da instituição, a dogmatização das teorias, a ritualização das práticas e a reivindicação monopólica da

portas, e iniciamos todos um caminho novo de crescimento conjunto, compassado com o processo geral de democratização, de criação da cidadania e de construção de projetos de transformação social.

Em um documento conjunto elaborado por ocasião dos vinte anos de existência do Sedes em seu prédio atual (1997), o grupo de professores fez um relato detalhado da história do Sedes e do Curso de Psicanálise, da forma como se estru-

Os acontecimentos de 1976
podem ser situados dentro
de um contexto histórico
mais amplo,
de alcance mundial,
de intensas mudanças
histórico-sociais
e início de processos
de contestação
e politização crescentes.

herança freudiana. Muitos deles repensaram sua pertinência e abandonaram tais instituições, ou iniciaram e percorreram caminhos independentes que, como se vê no relato, não estiveram imunes a pressões retaliativas². Contribuíram, também, para a criação e o fortalecimento de projetos psicanalíticos formativos de fôlego, promovendo uma colegialidade sem hierarquias em contextos institucionais novos. O Sedes, como vimos, nos abriu suas

turou e dos conteúdos e princípios que foi adotando e que pautaram suas ações: “O Curso de Psicanálise, em sintonia com sua época, elaborou um projeto de formação que considerava as questões sociais e políticas vigentes e as transformações relativas ao seu próprio campo. Uma das questões, não menos importante, era a da democratização do acesso à formação psicanalítica em contraposição a uma política elitista de transmissão. O afluxo ao

curso de profissionais da Rede Pública de Saúde e de outros serviços alternativos, em busca de formação, foi uma das marcas importantes desse projeto cuja implantação mudou significativamente o destino da psicanálise em São Paulo³.

Paralelamente à manutenção das atividades programadas, começou um período de reuniões e debates destinados a elaborar acordos e estabelecer critérios quanto à concepção da formação, ao papel da supervisão e ao conteúdo das aulas e seminários. A participação dos alunos foi intensa não somente nessas atividades, mas também nas jornadas e por meio de reuniões de organização e planejamento. Foi elaborado um estatuto que estabelecia a gestão coletiva do curso através da participação dos professores e de representantes dos alunos. O Sedes estava, nesse tempo, elaborando sua carta de princípios para uma nova etapa e era um espaço fértil de atividades promovidas pelos diversos cursos de formação de psicoterapeutas, pelo Centro de Educação Popular (CEPIS), por entidades sindicais, movimentos populares, visitas dos líderes da antipsiquiatria européia e encontros dos movimentos de trabalhadores de saúde mental.

É nesse marco que começaram a se tornar evidentes as divergências que conduziram à crise de 1979. Puseram-se em jogo diferenças sobre a concepção de transmissão, sobre o papel da reflexão teórica e da crítica epistemológica, sobre a importância dos movimentos alternativos em saúde mental, em última instância, sobre os lugares de poder e os destinos do projeto. A possibilidade da existência de um propósito de ganhar posições dentro da instituição oficial ou de constituir eventualmente um *group*, diferenciado dela, porém validado pela IPA, nunca foi explicitada, mas fez parte das conjecturas que foram tecidas tentando interpretar o aumento de tensão do conflito. A perspectiva de

inclusão de novos professores para responder às necessidades resultantes da chegada de mais alunos acirrou a polarização e o confronto. Suspender por decisão unilateral a presença dos representantes de alunos motivou o chamado para assembléia geral, oportunidade em que um dos grupos manifestou sua intenção de separar-se e constituir outro curso. No documento de resposta do grupo que permaneceu no curso já existente, se afirma: “Não foi o acaso que nos pôs dentro desta instituição, mas os princípios que a regem e com os quais concordamos. É isso o que nos faz propor a representação de alunos no Conselho e é isso o que nos leva à luta quando ela se torna necessária. Luta para manter um funcionamento democrático. Tantas vezes, nas regiões que habitamos, instalou-se o arbítrio...”. O documento é assinado pelo grupo de professores⁴ que assumiu dar continuidade ao curso e levar adiante, junto com os alunos, como

Puseram-se em
jogo diferenças sobre
a concepção de
transmissão,
e, em última
instância, sobre
os lugares de poder
e os destinos
do projeto.

tarefa prioritária, o melhoramento do ensino, o desenvolvimento da clínica e uma maior integração com o instituto.

A crise e a cisão resultaram em uma consolidação da proposta formativa, afirmando-se o sentido e o alcance da idéia de formação alternativa. “Alternativa porque se opôs explicitamente ao sistema da análise didática e organizou e sustentou uma formação que prescindiu de qualquer regulação normativa da análise do analista que fosse além da exigência de realizá-la⁵. Alternativa era, também, o termo com que se autodenominavam muitos movimentos que recusavam inserir-se no estabelecido e lutavam por sua transformação.

O ensino da psicanálise podia ser concebido, assim, como um projeto de desalienação, “dessa alienação que se tem sobre o discurso psicanalítico. O que se ensina, de fato, é o modelo metodológico que subordina todo saber a uma interrogação, a uma colocação em questão” (Schneiderman, 1988)⁶. Questionava-se tanto a transmissão dogmática, que reconhece a possibilidade de leituras diferentes, como o recurso fácil ao ecletismo. A reflexão epistemológica e a crítica da ideologia e a possibilidade de refletir sobre a teoria que nos orienta e a prática que exercemos começaram a fazer parte do que se estudava e debatia cotidianamente.

Uma leitura ao mesmo tempo rigorosa e criativa da obra de Freud, situando as rupturas epistemológicas que ele foi operando, recuperando suas descobertas e invenções teóricas e vivificando-as pela significação que ganham retroativamente a partir dos permanentes desafios de elaboração provenientes da clínica, foi um dos aspectos centrais do projeto inicial. Isso não somente se manteve, como se firmou e aprofundou ao longo do desenvolvimento do curso.

Um efeito importante da alienação denunciada operava no esva-

ziamento de sentido do dispositivo analítico derivado de uma ritualização da clínica e sua dissociação da teoria. “A clínica psicanalítica não se define pela exterioridade do *setting*, mas antes por aquilo que essencialmente a constitui: o trabalho com o inconsciente na sua relação com a sexualidade infantil, articulado no Édipo e atualizado na transferência. A psicanálise se torna possível ali onde certa fala e certa escuta podem ser instituídas⁷.”

Abriu-se a possibilidade de pesquisar variantes de enquadre e conceitualizações que permitem intervir em diversas problemáticas clínicas e em diferentes âmbitos institucionais. Isso preparou condições para ampliar o campo de intervenção da psicanálise e possibilitar o diálogo com outras práticas e outros agentes no campo da cultura.

O desenvolvimento e a consolidação desse projeto formativo precisou atravessar dificuldades de ordem diversa, demandando grandes esforços por parte de todos os seus participantes. Se por um lado se havia fortalecido nossa coesão em torno de ideais, objetivos e princípios que apontavam a realizações de longo prazo, a cisão nos tinha enfraquecido numericamente para sustentar os compromissos do momento e também os que estavam por vir com a entrada de novos alunos. Nos vimos obrigados a praticamente duplicar o tempo de trabalho nas atividades programadas, manter a gestão compartilhada que se definiu como um conselho paritário e preparar a entrada de novos professores. A tarefa era imensa e difícil. Por um lado, requeria superar o sentimento de fragilidade e medo pela sobrevivência do curso. Por outro, vivenciava-se o risco de que sua estabilização por meio de normas, lugares e percursos predeterminados resultasse numa institucionalização regressiva que desvirtuasse o projeto inicial. Sem dúvida, a recomposição do grupo de professores por saídas e entradas de novos membros não

era o menor dos fatores que nos provocavam ansiedade. O curso crescia em tamanho e complexidade e o sentimento de preocupação em relação à qualidade da formação nos levava a aumentar as exigências quanto a critérios e normas estáveis e respeitadas de admissão e avaliação. Havia momentos de euforia e outros de desânimo e esgotamento. Estabelecer uma política de formação em psicanálise havia sido, afinal, condensar em um objetivo só as três “profissões impossíveis” apontadas por Freud em *Análise terminável e interminável*: a psicanálise, a educação e a política... nas quais de antemão se pode estar seguro de chegar a resultados insuficientes. Mas, como aponte no texto do primeiro número, essa incompletude pode ser vista como um traço positivo que caracterizou o devir desta experiência institucional.

Ao longo de todo esse período de estabilização do projeto formativo, de crescimento do número de

professores e alunos e modificações nos programas, de diversificação de atividades – motivada pelo desenvolvimento da clínica do Sedes e pela presença crescente de ex-alunos que aspiravam a uma inserção institucional e uma continuidade – foi se tornando perceptível a contradição entre a complexidade e a potencialidade do espaço constituído em torno do curso e os limites dados por sua estrutura formal e funcional, insuficiente para albergar e viabilizar novos objetivos e projetos, acenando com o risco de uma concentração de poder.

Em um informe que apresentei à Diretoria do Sedes (1983), dizia:

“Percebemos aí as dificuldades resultantes da estrutura escolar onde uma avaliação insatisfatória pode se manifestar por exemplo na não promoção para o ano seguinte com conseqüências persecutórias para alunos e professores, e que repercutem no final do curso num esquema de graduação-não graduação, habili-

Se por um lado se havia fortalecido nossa coesão em torno de ideais, objetivos e princípios que apontavam a realizações de longo prazo, a cisão nos tinha enfraquecido numericamente para sustentar os compromissos do momento.

Abriu-se naquele momento, dessa forma, uma oportunidade única de intervir diretamente na formação dos profissionais da rede pública através de atividades que, em seu desenho e fundamentação, traziam as idéias que vinham sendo debatidas e decantadas ao longo da experiência no curso do Sedes.

tação-inabilitação (quem é analista, quem não é), contrário ao projeto do curso. Favorece a burocratização, a deformação profissionalista, etc. Perde-se de vista o trabalho como fazendo parte de um projeto de uma instituição que vai além do curso. Entendemos que os processos de identificação e reconhecimento são componentes estruturais de toda prática social, que tem suas particularidades em cada campo específico, mas também, e talvez por isso, constituem um ponto de incidência maior dos determinantes ideológicos e políticos do conjunto social em cada campo. É neste sentido que achamos prioritário esse ano a constituição do departamento como lugar de pertinência e continuidade e como espaço de trabalho ativo na construção e realização de um projeto que supere as identidades de professor, aluno e ex-aluno. Isto implica numa discussão renovada de objetivos e meios: associação de profissionais? Criação de núcleos de

trabalho? Extensão aprofundada da formação? Abertura de novas áreas “técnicas”?... Essa discussão está se realizando ativamente através de trabalhos elaborados por professores, alunos e ex-alunos”⁸.

Em relação ao poder, nossa posição nunca foi a de recusar sua existência, mas a de, reconhecendo-o, promover a criação e experimentação de dispositivos que possibilitem e enriqueçam sua gestão coletiva e democrática. Esse modelo requeria a criação de um espaço coletivo novo para se desenvolver. Assim surgiu o departamento.

O convênio

O convênio foi um passo à frente importantíssimo que nos permitiu realizar um dos objetivos mais investidos do projeto formativo, no momento em que se iniciava uma nova gestão de governo no estado de São Paulo. Assinado em 1984

com a Secretaria de Saúde, através da Coordenadoria de Saúde Mental, sua implantação e desenvolvimento foram também um fator que preparou o terreno para a criação do departamento.

Abriu-se naquele momento, dessa forma, uma oportunidade única de intervir diretamente na formação dos profissionais da rede pública através de atividades que, em seu desenho e fundamentação, traziam as idéias que vinham sendo debatidas e decantadas ao longo da experiência no curso do Sedes. Constituiu-se, para esse fim, uma equipe de quinze colegas, integrada por professores e ex-alunos do curso, alguns com participação anterior ou atual na prática institucional – seja assistencial, formativa, diretiva ou de intervenção analítica –, outros com interesse de conhecer um campo novo em que estavam acontecendo mudanças promissoras. Através da Coordenadoria de Saúde Mental⁹ e da Divisão de Ambulatórios¹⁰, conduzidas por um grupo de psiquiatras e sanitaristas progressistas – alguns deles com formação e prática psicanalítica – questionadores do modelo hospitalocêntrico e favoráveis à sua transformação, estava-se tentando promover uma mudança no esquema de atendimento através do fortalecimento quantitativo e qualitativo da rede ambulatorial.

Percebiam uma burocratização dos serviços, uma ausência de comunicação dentro das equipes e com os pacientes, a mecanização do diagnóstico, a super-medicação farmacológica, a ausência de conhecimentos e disposição para o desenvolvimento de práticas psicoterápicas. Em nosso diagnóstico da situação, concluímos que estavam em jogo os efeitos de anos de autoritarismo, de atraso teórico e clínico, assim como a pregnância do modelo manicomial. O *administrativo* – administrar diagnóstico, administrar remédio – funcionava no contexto ambulatorial, como equivalente do dispositivo mais

claramente repressor presente no hospício. No documento de fundamentação do convênio dizíamos: “Quase tudo nesse modelo é dirigido a reduzir ao máximo o contato subjetivo com o sujeito que sofre, a cristalizar tal sofrimento na forma de doença mental classificável, de loucura instituída”. A discussão de situações clínicas permitiria a reintrodução da subjetividade na compreensão dos sintomas do paciente e na análise da implicação subjetiva do próprio terapeuta. Aumentava-se a consciência dos conflitos e o peso da ideologia, que atravessavam sua prática. Abria-se, com isso, um caminho em que podiam ser introduzidas as concepções psicanalíticas.

Não se tratava de introduzir a psicanálise como um substitutivo ou um recurso a acrescentar, mas de contribuir para mudar uma concepção do trabalho em saúde mental. Tratava-se de promover uma mudança que era ao mesmo tempo teórica, ideológica, política, organizacional, de questionamento e de redefinição de funções e papéis, e de posicionamento subjetivo. Batalhávamos, também, para que a atividade formativa fosse considerada “parte viva e integrante da prática institucional, concomitante a todo atendimento possível”¹¹.

Na introdução do projeto, várias questões foram colocadas em pauta: a) a diferença entre o específico da intervenção psicanalítica e as características de sua inscrição em um espaço de demanda que sempre é social, atravessado, em consequência, por determinações econômicas, ideológicas, políticas, etc.; b) a relação problemática entre psicoterapia e psicanálise; c) o conceito de cura em psicanálise e a originalidade e a complexidade resultantes de sua posição de ruptura com o modelo médico dominante; d) a investigação em áreas problemáticas novas que têm requerido e possibilitado inovações no dispositivo técnico, um enrique-

cimento da teoria e uma extensão efetiva da ação terapêutica, cujo reconhecimento e aplicação, porém, conduziam com frequência a um superinvestimento dos aspectos técnicos fetichizados por uma aura de novidade, praticidade e eficácia, e acabavam produzindo uma espécie de farmacopéia psicoterápica e a proliferação de “especialidades” teórico-técnicas desconectadas entre si; e) o conhecimento da história das relações psiquiatria-psicanálise,

do Curso e o Departamento de Psicanálise”, diferentemente da versão final. Em um trabalho apresentado no encontro sobre “Psicanálise e Instituição” em 1986 expliquei os motivos: “a) as ações destinadas a constituir o Departamento estavam em pleno andamento e considerávamos iminente sua fundação; b) achávamos que uma atividade como o Convênio se ajustava perfeitamente aos fins do Departamento, tanto por seu conteúdo como pelo fato

O convênio foi produto do caminho andado e ao mesmo tempo uma experiência antecipatória e geratriz do Departamento de Psicanálise.

no terreno das instituições, e as características de seu desenvolvimento nos diferentes momentos, que ajudavam a nos situar diante das possibilidades e dos limites das novas experiências¹².

O convênio foi produto do caminho andado e ao mesmo tempo uma experiência antecipatória e geratriz do Departamento de Psicanálise. Na primeira versão apresentada à C.S.M. incluímos como responsáveis pelo Sedes “o Corpo de Professores

de vir a ser sustentado conjuntamente pelos professores do curso e por ex-alunos do mesmo sem discriminação de *status* ou função. Todavia, tanto a demora em formalizar o Departamento como o pedido dos próprios companheiros que estavam trabalhando nesta questão nos levaram a suprimir o termo nas formulações sucessivas ficando como responsáveis: “os professores do curso e os profissionais por eles designados¹³”.

O curso e o departamento

A criação do departamento abrindo a possibilidade de um caminho posterior à finalização do curso, somada ao impacto das atividades formativas na instituição pública, consolidaram a posição do Curso de Psicanálise como pólo de formação no espaço profissional e cultural de São Paulo.

Muitos profissionais que trabalhavam em outras áreas procuraram o curso interessados em um conhecimento da psicanálise que lhes permitisse um alargamento de seu olhar sobre os problemas pertinentes a seu campo. Outros, formados recentemente, procuravam aprofundar seu conhecimento apontando para uma formação sistemática ulterior. Concebido como um espaço para um processamento produtivo dessas demandas, criou-se por iniciativa e sob a coordenação de duas professoras¹⁴ o curso “Clínica psicanalítica: conflito e sintoma”.

O grupo de professores inclui nos últimos anos uma proporção significativa de colegas que nele iniciaram sua formação e fizeram posteriormente percursos variados dentro e fora do departamento. A produção de trabalhos e publicações individuais ou coletivas é significativa. Pode reconhecer-se nela um modo e um estilo original de trabalhar a relação teoria-clínica e um modo de leitura da obra freudiana que já fazia parte do projeto inicial. Em 1995, essa modalidade da prática teórica ganhou expressão em um importante ciclo de debates organizado pela equipe do curso no marco do Departamento. Motivados pelo sucesso e pela riqueza da experiência realizada, foram promovidos novos ciclos de debates, assim como colóquios de monografias elaboradas por alunos do curso. A retomada de caminhos teóricos freudianos que tinham ficado pouco explorados ou interrompidos, a atualização dos desenvolvimentos pós-freudianos e seus diversos aportes – principalmente a psicanálise francesa,

O departamento está constituído por um conjunto de grupos diferenciados que assumiram cada um o desenvolvimento de um projeto em uma área específica da produção de psicanálise.

os desenvolvimentos winicottianos e a intensa produção atual brasileira – estão presentes nesses trabalhos. A psicopatologia das novas formas de sofrimento, o estudo da subjetividade contemporânea e a crítica das resistências atuais à psicanálise fizeram-se presentes nos que ali se apresentaram e nas realizações editoriais que deles resultaram. Existe hoje uma significativa coincidência nesse modo de abordagem e um intercâmbio crescente entre os vários grupos de colegas que desenvolvem grupos de trabalho e projetos de pesquisa no contexto do departamento ou sustentam outros cursos regulares como o de Clínica Psicanalítica, já mencionado, e o de Psicopatologia Psicanalítica e Clínica Contemporânea.

O Departamento, instância surgida do Curso de Psicanálise como um resultado de seu projeto formativo, passou a incluí-lo como uma de suas partes. Com seus 20 anos de existência, tem se constituído como o espaço de pertinência, produção e

reconhecimento, para muitos analistas que iniciaram sua formação no Curso de Psicanálise e outros que se aproximaram ou se aproximam através da participação junto a alguns dos diversos grupos de trabalho que nele se desenvolvem. Tem dado mostras de importante criatividade na organização e gestão dos diversos espaços e funções que se requerem para o cumprimento de seus objetivos. Um dispositivo original de admissão de novos membros foi resultado de um movimento conjunto que envolveu muitos esforços e uma grande implicação não ausente de tensão, própria de todo coletivo que precisa dar forma explícita a processos de reconhecimento recíproco e que traz consigo as marcas de uma longa história.

O departamento está constituído por um conjunto de grupos diferenciados que assumiram cada um o desenvolvimento de um projeto em uma área específica da produção de psicanálise. A maior parte deles tem já um significativo caminho percorri-

do, um produto para mostrar e uma história para contar. Isso faz do departamento um espaço privilegiado de interlocução. Acho que um dos indicadores do crescimento desses grupos tem sido sua capacidade para promover espaços de interlocução, estudo e debate a partir de sua produção. Um exemplo são os debates públicos da *Percorso* com público e autores, as apresentações e debates promovidos pelo grupo sobre Inquietações da Clínica, os ciclos de debates e colóquios de monografias no Curso de Psicanálise, já mencionados, as jornadas reunindo o Curso de Psicanálise, de Conflito e Sintoma e de Psicopatologia e Clínica Contemporânea, as jornadas e publicações do grupo de pesquisa sobre o Feminino no Imaginário Cultural Contemporâneo, o encontro de Goiânia do GTEP, o grupo sobre Psicanálise e Contemporaneidade promovido inicialmente pelo grupo de professores do Curso de Psicopatologia e Clínica Contemporânea, o grupo sobre Patologias Alimentares e sua inscrição contemporânea. Concomitantemente, o Conselho de Direção do departamento tem assumido uma forma de organização e funcionamento que prioriza as funções de articulação. Facilita-se assim, a partir da instância central, a criação desses dispositivos e espaços coletivos que produzem psicanálise, formação permanente, modos específicos de ação sobre a realidade social, reconhecimento recíproco e a construção de sentido histórico a que me referi no começo.

Um dos desafios que enfrenta a psicanálise no momento atual consiste no predomínio de modos de produção de subjetividade em que tal criação de sentido histórico é difícil de sustentar. A implantação de políticas neoliberais tem um efeito de desagregação social. A ruptura dos laços de sociabilidade, o esvaziamento dos projetos coletivos, a promoção de um modelo hiperindividualista conduz à precarização ou ausência franca de vínculos.

A implantação de políticas neoliberais tem um efeito de desagregação social.

Soma-se a isso a passividade induzida pela compulsão ao consumo e a fascinação operada pela mídia e pelo marketing.

Nessas condições a intersubjetividade e a temporalidade, imprescindíveis para a produção do sentido histórico, tendem a eclipsar-se afetando as possibilidades de simbolização. O surgimento de modos peculiares de sofrimento, antigos ou novos, é uma de suas consequências. O discurso psiquiátrico atual, revitalizado pelos avanços científicos e tecnológicos da genética e das neurociências, firmando-se sobre um neo-objetivismo biológico, recusa a significação subjetiva dos sintomas. O isolamento no contato com o sujeito que sofre e a abordagem coisificante do paciente, o papel cristalizante do diagnóstico, que encontrávamos em 1984 nos serviços, faz parte hoje de um processo de medicalização crescente que impregna a vida social. Os psicofármacos passaram a ser um objeto de consumo paradigmático que sustenta a utopia tecnológica de

erradicar o sofrimento para sempre. A psicanálise, tanto por suas concepções como por seu *modus operandi*, se encontra em posição de resistência e questionamento científico, ideológico e político desta gestão desubjetivante dos problemas psíquicos. O Sedes em seu conjunto tem um papel político a cumprir denunciando o impacto social das políticas causais ou agravantes do mal-estar contemporâneo. ■

NOTAS

1. "Psicanálise e crise econômica" (*Sobre as medidas econômicas do governo Collor*). Mesa-redonda organizada pelo Departamento de Psicanálise do ISS, co-participação com José Aníbal Pontes e Sérvulo Augusto Figueira. 1991.
2. Na década seguinte, a partir de alguns acontecimentos como o escândalo Amílcar Lobo, revelou-se o grau extremo de distorção do poder e a mentalidade totalitária que prevaleceram na instituição psicanalítica do Rio de Janeiro em que esse médico, ligado ao aparelho militar repressivo e envolvido na prática da tortura, fazia sua formação analítica – instituição que o tolerou e acobertou. Também soubemos das medidas de busca de tipo policial e as ameaças a que foi submetida, por parte das autoridades da instituição, a analista da mesma sociedade que anonimamente havia enviado a denúncia para o exterior. O livro-testemunho de Helena Bessermann Viana (*Não conte a ninguém...*, Imago, 1994), protagonista desse episódio, assim como o de Cecília Coimbra (*Guardiães da ordem*, Oficina do Autor, 1995), referido a esse período, foram uma contribuição de grande importância no esclarecimento sobre a história das instituições psicanalíticas durante essa época.
3. "Psicanálise: 20 anos de Sedes Sapientiae", in *Histórias e Memórias*. Publicação do Instituto Sedes Sapientiae. São Paulo, 1998, p. 44
4. Ana Maria Sigal, Fábio Hermann, Lucía Barbero Fuks, Marilene Carone, Marilsa Taffarel, Mario Fuks e Regina Schnaiderman. Ver em "Psicanálise: 20 anos...", p. 45.
5. "Psicanálise: 20 anos de Sedes Sapientiae". in *Histórias e Memórias*. Publicação do Instituto Sedes Sapientiae. 1998. p. 45
6. R. Schnaiderman, "Política de formação em psicanálise", *Percorso*, v.1 nº1, 1988.
7. "Psicanálise: 20 anos ...", p. 45
8. Documento de arquivo. Curso de Psicanálise. Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae, 1983.
9. A cargo de Marcos Pacheco de Toledo Ferraz.
10. Sua diretora era Ana Pitta Hoissel.
11. "Plano de aplicação de trabalhos e recursos do convênio entre a Coordenadoria de Saúde Mental da Secretaria de Saúde do estado de São Paulo e o Instituto Sedes Sapientiae – Curso de Psicanálise", Instituto Sedes Sapientiae, 1985.
12. Este aspecto foi especialmente trabalhado, anos depois, no curso sobre "Psicoses: concepções teóricas e estratégias institucionais", que foi o primeiro curso regular, além do Curso de Psicanálise, instituído pelo Departamento e realizado por membros do Setor de Saúde Mental e Instituições.
13. M. P. Fuks, "O convênio CSM-Sedes", in *Psicanálise e instituição*, Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae, 1986.
14. Ana Maria Sigal e Lucía Barbero Fuks.

Política de formação em psicanálise

alinhavando algumas anotações de leitura

Regina Schnaiderman

Ensinar psicanálise é um ato psicanalítico.
É um projeto de desalienação. Formar um
psicanalista – como entender este programa?

A política de formação em psicanálise ou, o que é mais sério, o problema de formação de psicanalistas ocupa e preocupa desde sempre a todos os que pretendem definir este campo de conhecimento e esta modalidade de prática. A história do movimento psicanalítico pode ser escrita em torno deste tema. Foi, no entanto, depois da Segunda Guerra Mundial que a discussão destes assuntos atingiu todas as instituições e mesmo o terreno da filosofia da ciência e da epistemologia, abrindo um grande campo de debates. Temos hoje uma ampla bibliografia sobre o assunto. Todo este florescimento e questionamento foi fruto sem dúvida da grande difusão da psicanálise e, principalmente, das derivações desta para outros campos

de conhecimento, tais como a filosofia, a lingüística, a antropologia, etc. Também o incremento de preocupações da ordem da política e do poder, da psiquiatria, das questões de normatividade, adaptação, contracultura, etc., envolvem a revolução psicanalítica, seus limites e suas possibilidades.

Lacan, cuja contribuição é inegável, embora sob muitos aspectos bastante discutível, propõe com muito alarde e violência este tema em vários artigos da década de 50, especialmente em “Situação da psicanálise e for-

Regina Schnaiderman, psicanalista, foi uma das fundadoras do Curso de Psicanálise e do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae.

mação de psicanalistas”, 1956, e “O ensino da psicanálise”, 1957.

Eis algumas indagações de Lacan: “O que se torna a psicanálise em mãos de psicanalistas que somente o são em virtude de uma conformidade a um modelo institucional cujos princípios e fins visam reproduzir a fim de que possam subsistir?”. “A que preço a psicanálise, que é fundamentalmente da ordem da contracultura, pode tomar lugar na cultura para a qual ela contribui modificando certos aspectos, mas cuja pressão tende constantemente a recuperá-la e a reduzi-la?”

J. P. Valabrega escreve: “É possível que, na sua forma relativamente pura – ‘o ouro puro’ segundo a metáfora de Freud –, o exercício da psicanálise desapareça, seja por decreto de um poder legal, seja pela integração num sistema qualquer de assistência médico-social. Existem exemplos desse tipo de acontecimento. Outros acham inelutável a sua evolução. Mas como o inconsciente não pode ser suprimido por um governo nem anexado numa nomenclatura, o mais provável é que as flutuações da História levem a Psicanálise a retornar periodicamente à situação marginal, ao isolamento, à quase clandestinidade das suas origens. O que não será forçosamente mau para o seu futuro, mas a fará renascer, periodicamente também, de suas degradações e de seus vestígios”.

O objetivo da psicanálise é o sentido encarnado, a significação materializada. Esta é a definição da ruptura profunda de Freud com a ciência psicológica e psicopatológica de seu tempo. Mas a psicanálise não é simplesmente a teoria do seu objeto – ela é essencialmente a atividade que faz falar em pessoa. É nesta fala que a psicanálise encontra sua origem e seus princípios. Lá onde os médicos da época não viam senão defeitos do funcionamento psíquico produzidos pela doença, Freud viu o sentido, e que esse sentido era o de um sujeito, que era o paciente, mas não era idêntico a este. Isso o levou a tratar os

sujeitos como sujeitos e a interrogar seriamente o conteúdo do seu dizer, em lugar de dissolvê-lo no universal abstrato do anormal. A revolução copernicana consistiu em não mais colocar a razão do lado do médico e a desrazão do lado do doente, mas ver neste a manifestação de uma outra razão. Todo esse universo não se originou numa teoria ou numa decisão. Freud recebeu o seu preparo na relação com os seus pacientes e realizou plenamente sua teoria quando entrou no projeto da sua chamada auto-análise, projeto que consiste em se compreender para se transformar. É este o projeto que funda a análise e a define como atividade, atividade de um sujeito como sujeito com outro sujeito como sujeito.

Acho que se pode definir a atividade do analista como um projeto de transformação. O desejo do analista não torna possível a situação analítica. E se não é um desejo de saber, também não é a aplicação desse saber. O conhecimento da teoria não é suficiente para tornar ninguém analista. A maneira como a teoria intervém no processo analítico não tem nenhum outro modelo e nenhuma fórmula permite definir a sua função. Nenhum método geral permite encontrar a solução, que deve ser descoberta de cada vez. A teoria orienta, define classes infinitas de possíveis e impossíveis, mas não pode predizer nem produzir soluções.

Que espécie de transformação é essa que constitui o projeto analítico? Essa transformação é a atualização de um poder ser, e é por isso que a análise é um processo de desalienação. A atividade analítica como processo de autotransformação é uma atividade prático-poética e que se realiza no processo de elucidação, que desde o começo é também um projeto de elucidação de seu objeto e dela mesma em termos universais, isto é, projeto de constituição de uma teoria. Essa teoria se pretende científica. Seu objeto é observável – lapso, angústia, sintoma, etc. Mas, de fato, a sua realidade se constitui enquanto ele é

Pode-se
definir a atividade
do psicanalista
como um projeto
de transformação.

um sentido, isto é, enquanto ele é de cada vez singular. A análise procura no individual, no singular, aquilo que o ultrapassa e representa o universal. Mas considerar o indivíduo como simples combinatória de elementos substituíveis e permutáveis é eliminar o objeto real da psicanálise em nome de um sonho pseudoteórico. O paciente é irreduzível. Trata-se na prática da desalienação do paciente – uma verdade a construir através de um presente indefinido. A teoria é um momento da elucidação, sempre lacunar e fragmentária. A teoria assegurada em si não existe nem nas matemáticas. A atividade de elucidação necessariamente ultrapassa as teorias e não se submete simplesmente a seus critérios. Analisar é fazer, e fazer com um outro. Os pacientes não são materiais de análise a explorar como fontes de teorização ou a transformar em indivíduos normais. Os pacientes têm que se fazer, se auto-alertar, e pelo processo analítico criar um novo segmento de sua história e, no caso mais geral, aceder pela primeira vez explicitamente a uma historicidade ao mesmo tempo singular e coletiva. Isso é criação. O outro e os outros estão sempre presentes. É neste se fazer que o analista coopera – é este o fazer do analista. Trata-se da ascensão à autonomia. É este o projeto do analista. Não é verdade

A palavra
“formação” é
sempre carregada
de positividade e
normalidade.

que o analista não quer nada para o seu paciente. Ele não quer isso ou aquilo. Mas quer que o paciente se desaliena, que transforme a relação entre o seu inconsciente e a sua consciência, que *leve o inconsciente à expressão e a consciência à lucidez e à atividade*.

A psicanálise postula – para todos os atos do indivíduo, e o mostra na prática, sem desconsiderar as demais determinações – determinações inconscientes. Ninguém escapa a isso – nem Sócrates, nem Hegel, nem Schreber e nem Freud. Todo discurso que se pretenda verdadeiro é conduzido por intenções inconscientes tanto quanto o crime e o delírio.

Ensinar psicanálise é um ato psicanalítico e é um projeto de desalienação. Desalienação desta vez não do sujeito analisando, mas desalienação do discurso que se tem sobre o saber psicanalítico. O que se ensina é de fato um modelo metodológico que subordina todo saber a uma interrogação e a uma colocação em questão.

Formar um psicanalista – como entender este programa? A palavra “formação” é sempre carregada de positividade e normatividade; ela conota um projeto e um processo. A noção de formação analítica comporta uma contradição nos próprios termos, já que a psicanálise não é

feita para instituir modelos de pensamento ou de comportamento. A psicanálise não pode ser ensinada como as outras ciências. As pesquisas e os debates apontam a inexistência de um consenso ou mesmo algum acordo no que diz respeito à formação, critérios de seleção, importância da teoria, etc. Ao que parece, o maior acordo diz respeito à formação tripartida do analista. Ela se compõe de:

1) uma análise pessoal de efeito necessariamente didático, graças à qual se experimenta a teoria pela experiência da transferência e do inconsciente;

2) uma aproximação teórica das obras de Freud e dos pós-freudianos e eventualmente aberturas para outras ciências humanas (etnologia, mitologia, história das religiões, etc.);

3) prática de curas ditas supervisionadas, através das quais o analista em formação dá conta das primeiras curas que ele conduz a um outro analista experimentado e de suposto saber.

De um modo geral, o analista se forma no quadro de um grupo científico ou ideológico, fora de toda lei reguladora externa; as universidades não são reconhecidas como podendo responder pela formação de psicanalistas.

De fato sabemos que: 1) o saber do analista tem como objeto o estudo do funcionamento psíquico; 2) a particularidade deste saber consiste na necessidade, tanto para o analista quanto para o analisando, de, a cada vez, reencontrá-lo *in vivo*; 3) isto o diferencia do que seria, por exemplo (Castoriadis), o saber matemático – frente a um triângulo retângulo, posso sempre afirmar que o quadrado da hipotenusa é igual à soma dos quadrados dos catetos; em relação a um sujeito, não posso sustentar nenhum teorema desse tipo: “Em todo sujeito histórico, posso deduzir, *a priori*, que fatores históricos determinaram seu destino”; a respeito deste sujeito particular com quem me enfrento eu não conheço nada – o que eu sei é o caminho para fazê-lo chegar

a este conhecimento; 4) donde se conclui que o saber do analista se resolve num saber analisar, isto é, ser capaz de levar um outro sujeito à decifração do seu texto inconsciente; analisar é um fazer saber e não um saber fazer.

Qual é a fonte do saber psicanalítico? 1) Os textos de Freud; sim, mas isto não basta; 2) o fato de ter sido analisado; sem dúvida, mas isto também não basta; 3) o fato de ser analista, o fato de analisar.

Esta terceira origem do saber coloca o que é de demonstrar como já demonstrado. Esse é um dos paradoxos da psicanálise.

Além do mais, o conhecimento e a competência de um futuro analista não lhe asseguram por si só nenhuma identidade. Só um outro, um terceiro, pode reconhecê-lo, instituí-lo, garanti-lo. Ser analista envolve não só o reconhecimento do desejo, mas o desejo de reconhecimento. Ser analista implica uma prática e uma prática teórica. Granoft afirma que, para que isso se realize, basta ter um paciente e um amigo e que o problema do reconhecimento e da prática teórica não precisa ser resolvido através de complexas instituições ou escritos muito originais sobre teoria psicanalítica. Mas todos esses são problemas muito complexos, inerentes à especialidade da psicanálise.

Há duas vertentes na formação psicanalítica – uma vertente científica e uma vertente iniciática. Essas duas vertentes são fontes de conflitos de referência e, portanto, conflitos identificatórios. O destino desses conflitos e a sua resolução dependem daquilo que atua inconscientemente no momento privilegiado da habilitação, da qual todo o grupo tem um modelo ou um trajeto que sanciona ou valida a formação. Essa formação não é jamais adquirida na inocência, pois ela é marcada pela idéia que o grupo tem de análise e de analista e sempre há explícita ou implicitamente avaliações e juízos deduzidos, efeitos interpretados como didáticos que fazem com que alguém seja reconhecido como analista pelos seus pares.

Para enfrentar esta realidade *é que se torna necessário todo um trabalho de desidealização e todo um trabalho de luto*. Cada etapa de formação exige uma reelaboração dos jogos identificatórios implicados na: 1) análise pessoal tornada retroativamente didática – seqüela da identificação com o analista; 2) relação com a teoria, que se torna apoio do pensamento e instrumento de reflexão – seqüela da identificação com o mestre e com o discurso dogmático; 3) prática psicanalítica – seqüela da identificação com as posses e emblemas da função psicanalítica.

Sabemos que os problemas fundamentais dizem respeito à transferência à filiação e origem. Conrad Stein fala de um “setor reservado da transferência” que não é analisável e que diz respeito ao ideal comum no projeto manifesto da análise. É possível que esse setor tenha de permanecer, mas todos sabem da importância da análise da transferência negativa, da transferência narcísica e da transferência apaixonada e alienante. Nem todos levam isso muito a sério, e nós sabemos que a não-análise desses aspectos é que pode levar a uma idealidade da análise e do analista, a uma encarnação da análise no analista e a uma identificação alienante e alienada.

O saber sobre a psicanálise pode ser adquirido em livros ou na universidade, mas sabemos que esse saber não tem valor de formação. A formação teórica, reconhecida como tal, é fornecida intramuros por analistas sob a forma de seminários, grupos de pesquisa, aulas, etc. Esses analistas são supostos saber e esse suposto saber é um dos móveis da transferência. É a chamada “transferência lateral”, que é tanto mais perigosa quanto a pedagogia instituir uma relação forte/fraco, grande/pequeno etc., o que leva a uma hipervalorização do mestre que exaspera a inveja e acentua a hierarquia; tais tipos de relações têm componentes sadomasoquistas e induzem formas de identificação várias na linha da identificação com

o agressor. Ainda bem que nem toda sedução é um roubo e nem todo saber engendra sua utilização abusiva. No entanto, toda formação contém essa potencialidade identificatória, na qual a adesão ao discurso do mestre e a um corpo de doutrina toma valor de identidade, sem qualquer processo de crítica ou metabolização.

A passagem pela supervisão corre os mesmos riscos, embora seja algo da máxima importância. Não é fácil manter a dimensão analítica e que o supervisor saiba lidar não só com o material que lhe é trazido mas com as posições identificatórias e as manifestações transferenciais e contratransferenciais que se mobilizam.

O problema da filiação e das origens se inaugura na relação com Freud, pai fundador único, antepassado do qual todo analista reafirma e promete, na sua iniciação, conservar e fazer frutificar a herança. As pessoas em geral querem saber por quem um analista foi analisado, quem foram os seus supervisores. Isso sucede porque a psicanálise tem uma origem datada, encarnada na pessoa de um homem genial cuja biografia não pode ser dispensada quando se quer compreender as engrenagens da teoria. André Green considera que tudo isso faz parte da originalidade da psicanálise. Todo analista nasce numa sociedade endogâmica de vocação incestuosa. Mas o que é preciso ressaltar é que a formação analítica só merece esse qualificativo a partir do momento em que se põem em questão todas essas posições identificatórias, filiais ou parentais, em que o analista traçará o seu caminho como entender, sem precisar recorrer sempre a fontes de referência e certezas e a mestres identificatórios. Será somente então que se poderá julgar se nos encontramos em presença de uma reprodução idêntica, de um duplo partenogenético ou de um *outro que soube conquistar o que seus pais e pares lhe legaram*.

Existe como vemos uma diferença que não é puramente retórica

entre ensino de psicanálise e formação em psicanálise. Na formação, há sempre o risco de se constituírem redes de analistas formadores e analisando alunos, redes que têm por função a devoção ao mestre por um lado, e o fornecimento de clientes e postos de poder por outro, e nas quais o critério é a pertinência. Trata-se, pois, de tentar criar uma organização na qual, em primeiro lugar, a pertinência seja estudada pelos seus efeitos, submetida a uma análise contínua e na qual *a pertinência não seja nem exigida, nem imposta e nem proposta, quer de modo autoritário, quer de modo tácito ou por insinuação*.

Acho que, num assunto tão difícil e tão amplo, reuni algumas poucas considerações gerais e sugeri alguns cuidados. O assunto merece mais tempo e mais trabalho. No entanto, introduzindo a dúvida metódica e crítica, o trabalho de permanente alerta e análise de todos os fatores que podem levar à alienação transferencial e à dogmatização do conhecimento, abrimos acesso para um conhecimento que não seja simples repetição e para uma formação analítica que não passe exclusivamente por mecanismos cegos de identificação. ■

BIBLIOGRAFIA

1. C. Castoriadis, *Les carrefours du labyrinthe*, Paris, Éd. du Seuil, 1978.
2. M. Enriquez, “On forme un analyste”, *Nouvelle Revue de Psychanalyse*, nº 20, Paris, Éd. Gallimard, 1979.
3. *Estudios freudianos*, nºs. 1, 2, Buenos Aires, Ed. Corregidor, 1974.
4. *Études freudiennes*, nºs. 5, 6, Paris, Éd. Denoël, 1972.
5. *L'Inconscient – Revue de Psychanalyse*, nº 8, Paris, Presses Universitaires, 1968.
6. F. Roustang, *Un destin si funeste*, Paris, Éd. Minuit, 1976.
7. *Topique – Revue Freudienne*, nº 19, Paris, Éd. EPI, 1977.
8. J. P. Valabrega, *La formation du psychanalyste*, Paris, Éd. Belfond, 1979.
9. R.S. Wallerstein, “Perspectives on Psychoanalytic training around the world”, *International Journal of Psychoanalysis*, nº 59, 1978.

Ressonâncias

Camila Salles Gonçalves

Este comentário sobre o artigo de Regina Schnaiderman assinala correspondências entre o pensamento da autora e sua atividade de psicanalista.

E estudar, “dos marxistas à neurologia positivista do século XIX”¹, era o que Regina propunha, do mesmo modo que Isaías Melsohn, para os que desejavam tornar-se analistas. Já no primeiro parágrafo desse texto, publicado no primeiro número de *Percurso*, é fácil encontrar fundamentos para sua proposta. Se a *história* do movimento psicanalítico pode ser escrita em torno do *problema de formação de psicanalistas*, as políticas, que fazem parte das determinações de tal formação, seguem o curso da história, no qual se podem assinalar pontos de inflexão, tais como a Segunda Guerra Mundial. Esse marco apontado pela autora sugere, de imediato, sua visão de que não é possível uma compreensão do movimento da história que possa ser neutra em relação a filosofias da história.

Regina e Isaías conheceram-se em 1945, nos “anos de militância”². Não pretendo utilizar circunstâncias da vida da autora para acrescentar sentidos a seu texto, mas para lembrar o momento da história do Brasil e da psiquiatria em que se situa o depoimento de seu amigo sobre os primórdios dessa camaradagem: “Prestes tinha sido vilipendiado e preso pela ditadura Vargas: sua mulher, Olga, como sabemos, fora expulsa e entregue à Alemanha nazista por instruções de Filinto Müller, chefe de polícia, que trabalhava sob as ordens diretas de Getú-

lio.”³ No âmbito chamado de Saúde Mental, vencido o nazismo, no Hospital do Juqueri, os psiquiatras *militantes* denunciavam a reação conservadora da administração diante de suas reivindicações de melhores condições para o atendimento dos pacientes. Administração que, segundo consta das entrevistas de Isaías, tirava proveito dos recursos naturais do Juqueri, apropriava-se de terras etc. Regina, nessa época muito anterior, óbvio, à sua escolha de tornar-se psicanalista, não pode ter deixado de testemunhar o que a Segunda Guerra produziu e permitiu, nos tempos que se seguiram à data do armistício, em relação a políticas supostamente relacionadas à saúde pública. Mas vemos que seu texto em *Percurso* não é depoimento pessoal e, sim, apresentação madura e articulada de idéias que situam a *formação psicanalítica*, no mundo e na rede específica de poderes, que a envolve e tem condições de controlá-la de diversos modos. Esse é um dos motivos pelos quais defende um posicionamento crítico.

Para Regina, não havia sentido em se falar a respeito das necessidades e pressupostos da formação em

Camila Salles Gonçalves é psicóloga, psicanalista, membro do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae, professora de filosofia, doutora pela USP, autora de *Desilusão* e *história na psicanálise de Jean-Paul Sartre*.

No que diz respeito ao ensino, o projeto visado pela autora implica a desalienação do discurso sobre o saber psicanalítico.

psicanálise como se estes pudessem ser considerados sem referência à história da epistemologia e das ciências e como se não estivessem relacionados com poderes e discursos de poder.

Os primeiros autores citados, Lacan e Valabrega, trazem, de um lado, a questão da conformidade a um modelo institucional, por parte daqueles que estão em formação, e, de outro, a das relações entre o exercício da psicanálise e o poder legal, a ameaça possível e fundamentada de aquele vir a ser pressionado para integrar-se *num sistema qualquer de assistência médico-social*. Todos nós sabemos, creio, que estas questões não podem ser mais atuais. No texto, delimitam, primeiro, uma espécie de lugar, a partir do qual Regina apresenta ao leitor sua concepção do *objeto* da psicanálise e a respeito daquilo que a caracteriza como *atividade*. Encontramos formulações de simplicidade profunda e esclarecedora: *a psicanálise é a*

atividade de fazer falar e seu objeto é o sentido encarnado ou significação materializada. Encontramos o objetivo da ruptura, da militância freudiana dos psicanalistas, isto é, de sua luta: reconhecida a diferença entre o paciente e o sujeito, impedir que este seja dissolvido no *universal abstrato do anormal*.

Destaquei a frase, que trai leituras filosóficas e contato com a dialética hegeliana, menos para lembrar a erudição de quem a escreveu, do que para investir no alcance da precisão do seu vocabulário. O *universal* corresponde a uma idéia de Homem em geral, de Homem normal em geral, de Homem anormal em geral. Quem determina *o que é este ou aquele*? O *universal abstrato* não é o sujeito *do sentido encarnado*, que se situa na história.

Os *defeitos do funcionamento psíquico produzidos pela doença* não correspondem àquilo que uma ciência das verdades eternas descobriria. Mas, se essa afirmação é acaciana, não o é a ruptura provocada pela psicanálise, em relação aos detentores de um saber que se apresenta como ciência, da propagação de uma epistemologia ou teoria do conhecimento que tem, sim, como pressuposto não declarado, a crença, de boa ou de má-fé, na sua posse de verdades definitivas sobre as doenças mentais.

Regina prossegue em sua apresentação da atividade que faz falar como *projeto de transformação*, e esta é *a atualização de um poder ser*. Não querendo me deixar fascinar pela ordem das razões de seu texto, nem ser tomada pelo desejo de exibi-la, contendo-me para pelo menos assinalar o modo pelo qual nos conduz à íntima relação entre o *poder ser* e a *desalienação*, como essenciais à atividade psicanalítica.

No que diz respeito ao ensino, o projeto visado pela autora implica a desalienação do discurso sobre o saber psicanalítico. Fundadora do curso de psicanálise, que deu origem a nosso Departamento, e do

Instituto Sedes Sapientiae, Regina foi a “primeira instituição psicanalítica de São Paulo fora da IPA”, como escreveu Marilsa Taffarel⁴. Relatos sobre sua prática de supervisão anterior ao Sedes também nos permitem imaginar efeitos *desalienantes* de uma postura ética, pois “dizia Regina, num tempo em que esta atitude absolutamente não era lugar-comum: *a supervisão deve ser ouvida e esquecida, senão vira um conjunto de normas*”⁵.

Se, neste momento comemorativo, a imagem da autora se aviva como “fonte de referência” e “mestra identificatória”, e podemos pensar a partir de suas idéias, ela nos possibilita *ser*; em algum lugar acolhedor, como a árvore do sonho de uma psicanalista, que contou: “quando a Regina morreu sonhei com uma árvore bem grandona. Só podia ser ela”. Tendo começado com Regina o aprendizado, acrescentou: “era generosa, acolhedora, superanfitriã com todos os que chegavam”⁶. Tudo indica que seu modo afetivo de estar no mundo tinha traços comuns com a maneira pela qual recebia e compartilhava pensamentos, novas contribuições à psicanálise, inquietações da prática.

Se Regina achava esse seu texto pequeno, no sentido de nos apresentar “poucas” considerações, leitora, hoje, concordo e discordo. Com efeito, não se alonga na exposição do pensamento investigativo de que parte. Mas, por outro lado, esta se mantém aberta como inspiração e como indagação inesgotável. ■

NOTAS

1. Afirmação de Fabio Herrmann, in Leda Affonso Figueiredo Herrman, *Andaimos do real: a construção de um pensamento*, tese de doutorado em Psicologia Clínica, PUC/SP, São Paulo, 2004, p. 12.
2. Afirmação de Isaías Melsohn, in Sister, Bela e Taffarel, Marilsa, *Isaías Melsohn: a psicanálise e a vida – setenta anos de histórias paulistanas e a formação de um pensamento renovador na psicanálise*, São Paulo, Escuta, 1996, p. 71.
3. Sister, B. e Taffarel, M., *opus cit.*, p. 71.
4. “A ‘Instituição Psicanalítica’ Regina Schneiderman”, Taffarel, M., *Jornal de Psicanálise*, São Paulo, 34 (62/63):253-257, dez.2001.
5. Taffarel, M., *op. cit.*, idem, ibidem.
6. Taffarel, M., *op. cit.*, idem, ibidem.

Considerações sobre a formação psicanalítica*

Bernardo Tanis

O caminho a percorrer é mais complexo do que o simples endossar de uma das várias opções de formação que hoje se apresentam.

Falar em formação analítica me leva a evitar o impessoal. Impõe-se como necessário, para abordar esta questão, uma passagem pelo singular, pelo que é menos abstrato, pelo que cada um de nós viveu e continua experimentando como sendo sua formação, seu vir a ser analista.

Essa perspectiva tornou-se mais clara a partir de um sonho que tive uma semana antes de participar deste debate.

No sonho apareciam alguns renomados analistas sentados em volta de uma mesa. Eu me aproximava deles, que me mandavam voltar mais tarde. Esse sonho evocava para mim algumas questões ligadas ao processo de formação analítica. Será que alguns analistas poderiam

julgar a “prontidão” de outros? Quais os requisitos para se considerar analista e ser reconhecido como tal?

Esse sonho evocou um outro de muitos anos antes. Na época, estudava química e devia apresentar uma dissertação para um seminário de pós-graduação do qual participavam alunos e professores. Defrontava-me com um problema matemático cuja resolução era essencial para a apresentação da dissertação, mas não conseguia solucioná-lo. Nesse contexto tive um sonho no qual

Bernardo Tanis é psicanalista, membro do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae.

* Comunicação apresentada no painel sobre “Formação Psicanalítica”, promovido pela Livraria Pulsional, em fevereiro de 1988.

Exercer
a psicanálise é
um direito que se
conquista.
Ninguém melhor
do que Freud
para testemunhar
a angústia de
enfrentar os próprios
fantasmas.

resolvia o problema em questão. Fiquei muito feliz e pude expor sem problemas a dissertação. Naquela época eu era estranho ao mundo psicanalítico, e o sonho, embora me surpreendesse, não despertou em mim maior interesse.

Recentemente, por ocasião desse segundo sonho, lembrei que um químico chamado Kekulé tornara-se famoso por ter descoberto num sonho a fórmula eletrônica de um composto chamado benzeno. Essa descoberta dera origem a um amplo campo de estudos na química orgânica.

Meu sonho, até onde me interessa apresentá-lo aqui, cumpre dois objetivos: resolve um problema imediato e me identifica com um químico de renome.

Pareceu-me interessante apresentar-lhes esses sonhos porque foi a partir deles que comeci a refletir a respeito da questão da identificação, dos modelos idealizados e da importância de sua elucidação no processo de formação analítica.

Questão que me acompanhará ao longo deste breve trabalho.

Rompimento

São várias as propostas de formação oferecidas no mercado da psicanálise – sem falar das psicoterapias em geral – para alguém que tenha interesse em se iniciar nessa prática. Poderá escolher ou ser fígado por uma delas.

Sabemos que nossas escolhas não são tão livres assim.

Farei referência à psicanálise em particular, embora ache que também seria interessante, pela própria situação da psicanálise no âmbito das psicoterapias, um exame comparativo dos diferentes modelos existentes. Desde a fundação do Instituto Psicanalítico de Berlim, em 1920, inaugura-se concomitantemente um modelo oficial de formação analítica: análise didática, atendimentos supervisionados, cursos teóricos. Não cessam as controvérsias sobre essa questão. As divergências sobre a formação e as políticas institucionais levaram a violentas discussões e cisões no seio do movimento psicanalítico.

Os casos mais marcantes e cujos efeitos mais se fizeram sentir entre nós foram as diversas cisões: a) na Inglaterra, com as divergências entre M. Klein e A. Freud; b) na França, com as fundações da S.F.P. (Société Française de Psychanalyse), E.F.P. (École Freudienne de Paris), Quarto Grupo, nas quais Lacan desempenhou um papel central, e c) na Argentina com o desligamento de vários grupos da APA (Asociación Psicoanalítica Argentina) no início dos anos 70.

E se, de fato, é a questão da formação que provoca esses rompimentos, essas cisões, não será porque a partir dela os próprios fundamentos da psicanálise se colocam em questão? Não será que quando se decide por quem pode ou não ser admitido como candidato, membro

ou como quisermos chamar, dentro de um determinado grupo psicanalítico, esse grupo legisla sobre a legitimidade ou não de uma prática, de uma teoria?

Encontram-se aqui presentes analistas em diferentes momentos de formação, ligados direta ou indiretamente a alguns dos grupos ou instituições existentes em São Paulo. O que faz possível a nossa troca, o que faz com que nos denominemos psicanalistas?

Diz Freud, ao discutir a questão da análise leiga: “O que exijo é que não possa exercer a psicanálise alguém que não tenha conquistado, por meio de uma determinada preparação, o direito a uma tal atividade”. (p. 2943)

E na seqüência de seu diálogo socrático, quando indagado sobre quais seriam as condições exigidas, diz: “Esta é uma questão que ainda não precisei, nem sei se chegarei a determinar”.

Poucas palavras, mas um conteúdo extremamente rico para nossa reflexão.

Exercer a psicanálise é um direito que se conquista. Ninguém como Freud, e isto sabemos por meio de sua correspondência com Fliess, para testemunhar o trabalho da descoberta, a angústia de enfrentar os próprios fantasmas.

Freud fala dos conhecimentos necessários, das diferenças com o saber médico e o ensino universitário, da importância da análise pessoal, mas não profere estatutos. O mesmo Freud, que tão zelosamente reivindica a paternidade de sua obra e com tanta veemência marcava as diferenças com seus discípulos “desviantes”.

Já em 1926 (data do texto mencionado), após a época das grandes divergências, não especifica as condições da formação nem sabe se chegará a fazê-lo.

Evasão perante a complexidade, legado deixado para que seus seguidores o concretizem, ou talvez uma sinistra sensação do

que acarretaria determinar essas condições.

Vamos ousar adentrar mais profundamente nessa questão.

Sendo o inconsciente, a transferência e o Édipo os pilares da descoberta freudiana a partir dos quais a análise é possível e a teoria se desenvolve, é de se supor que essas questões digam respeito à formação analítica.

Foi Ferenczi que, da primeira geração de analistas, enfatizou a análise daquele que desejasse se tornar analista como condição para a prática. E não se trata de uma curta análise para se certificar de que o inconsciente existe, ou talvez aprender a arte da interpretação com outro analista. Ele vai mais longe, tão longe quanto a descoberta freudiana impõe:

“Os pais e os adultos deveriam aprender a reconhecer, como nós, analistas, por trás do amor de transferência, submissão ou adoração de nossos filhos, pacientes, alunos, o desejo nostálgico de se libertar deste amor opressivo. Se ajudarmos a criança, o paciente, o aluno a abandonar esta identificação e a se defender desta pesada transferência, podemos dizer que conseguimos fazer com que a personalidade tenha acesso a um nível mais elevado.”

A idealização e a identificação maciça a essas figuras, como nos diz Ferenczi, é o resquício de nossas identificações infantis.

É neste ponto que desejo retomar a questão da identificação que se desprende do sonho relatado.

A identificação, tal como Freud a descreveu em *Psicologia das massas e análise do eu*, é a mais precoce manifestação de enlace afetivo a outra pessoa e desempenha um importante papel na pré-história do Édipo. A criança gostaria de ser igual ao seu progenitor, faz de seu pai seu ideal, adota seus emblemas, etc.

Essa problemática, presente em qualquer análise porque se refere à situação edípica e sua elaboração,

adquire uma singular importância na análise de um analista.

Os mestres, os analistas, sejam ou não denominados didatas, estão aí, disponíveis para que o iniciante estabeleça seus laços transferenciais, e todos nós sabemos como isso existe e com que intensidade. Os modelos identificatórios podem tender a criar analistas com rígidos esquemas de filiação. É preciso que essa tendência, tanto a obedecer a um modelo, quanto a agir contrariamente a ele por formação reativa, seja permanentemente analisada e discutida no seio da própria análise e das instituições.

Seria ingênuo acreditar no princípio de auto-engendramento e afirmar que poderíamos prescindir de qualquer identificação. O problema são se coloca lá onde a identificação nasce, onde o fantasma de filiação se desenvolve, mas na sua cristalização e nos mecanismos intra- ou extra-institucionais que a favorecem, que visam perpetuá-la como sustentáculos de poder e prestígio.

Desta forma, concebe-se que a análise não visa *a priori* tornar alguém analista, mas permitir que, ao longo do processo analítico, essa demanda não permaneça intocável.

Mas a análise não é suficiente para se tornar analista. É preciso analisar. Experimentar as vicissitudes de quem ocupa esse lugar. É ao analisar que a singularidade do analista enquanto tal emerge.

Troca possível

Embora a supervisão ocupe um papel relevante na formação analítica, lembro-me de alguém dizendo que a psicanálise se pratica sem rede debaixo. Existem várias posições a respeito da supervisão. No âmbito deste breve trabalho gostaria de assinalar que me inclino a concebê-la como um espaço de interlocução com um outro onde não se visa imprimir um modelo de trabalho, mas

Seria ingênuo acreditar no princípio de auto-engendramento e afirmar que poderíamos prescindir de qualquer identificação. O problema são se coloca lá onde a identificação nasce, onde o fantasma de filiação se desenvolve, mas na sua cristalização e nos mecanismos intra- ou extra-institucionais que a favorecem, que visam perpetuá-la como sustentáculos de poder e prestígio.

permitir que o analista continue a se interrogar sobre sua prática.

Acredito que seja nessa direção que a formação deva se encaminhar. Não a se instalar num confortável transatlântico que nos leve ao suposto porto seguro das teorias inglesas ou francesas, ao reverenciamento dos mestres, mas aprender a navegar nas tempestuosas águas do inconsciente, onde a transferência muda o vendo sem prévio aviso.

Assim, aproximamo-nos de um outro ponto que faz parte do tradicional tripé sobre o qual se ancora a formação: a teoria psicanalítica. Freud situa a psicanálise como:

- a) Método de investigação dos processos anímicos.
- b) Um método terapêutico.
- c) Uma série de conhecimentos assim adquiridos que formam o *corpus* teórico de uma nova ciência (*Psicanálise e teoria da libido*, 1922, p. 2661).

Coloca, dessa forma, o *corpus* teórico dessa disciplina como resultado dos dois termos anteriores.

Será que isso é de fato assim? Desde que as ciências humanas começaram a questionar as categorias de sujeito e objeto, e a psicanálise tem seu mérito nessa conquista, perdemos a ingenuidade de pensar que nossos modelos teóricos obedecem pura e exclusivamente à experiência. O estudo da ideologia em relação às ciências tem corroído o princípio da neutralidade.

Desta forma, percebo em mim e em muitos dos meus colegas a necessidade de um estudo crítico da teoria freudiana e dos pós-freudianos. Sem dúvida, os caminhos pelos quais a teoria intervém no processo analítico e a partir dele é produzida, são muito complicados e merecem toda nossa atenção.

Diz Castoriadis: “O paradoxo da criação freudiana (...) é que ela desvenda e dá à luz a imaginação radical, a indeterminação criadora como próprio elemento da psique – e que, ao mesmo tempo, presa na

Se a análise,
a supervisão
e a teoria funcionam
como suporte
deste desejo
de conhecer
e se conhecer,
há também
o desejo de
reconhecimento.

metafísica social-histórica dominante, fica sujeita à ilusão que poderia um dia fornecer ‘a teoria’ exaustiva desta psique” (p. 110).

Acredito que o exercício da teoria é de um valor inestimável quando nos permite a reflexão sobre a experiência, o resgate do universal, a troca com os pares, mas se revela paralisador e ensurdecidor quando se transforma em estatuto de verdade irrefutável a ser repetido até o cansaço.

Mas, se a análise, a supervisão e a teoria funcionam como suporte desse desejo de conhecer e se conhecer, há também o desejo de reconhecimento.

Reconhecimento que junto com a questão da autorização adquire uma importância fundamental para o exercício da psicanálise. Sem o reconhecimento de outros analistas, sem o reconhecimento da comunidade, a condição de analista não existe, pois não pode se pôr em prática. Quem nos autoriza a falar

em psicanálise senão nós mesmos e os que aqui presentes nos ouvem e nos questionam? Penso que o processo pelo qual alguém se autoriza ao exercício da psicanálise surge e se liga no próprio percurso de formação no qual a análise desempenhou um papel crítico.

Antes de finalizar, gostaria de fazer uma breve referência às várias opções de formação que hoje se apresentam, fruto, talvez, do surgimento de novas teorias, da difusão da psicanálise, de questões mercadológicas, etc. A grande maioria delas se apresenta como detentora da verdadeira psicanálise, do correto modelo de formação. Tenho a impressão, e falo a nível estritamente pessoal, que o caminho da formação psicanalítica é mais complexo do que o simples endossar de tal ou qual discurso.

Talvez seja mais incerto, talvez mais solitário, mas acho que devemos sempre colocar em questão nossas certezas teóricas, nosso orgulho narcísico, nossos modelos idealizados e, quiçá, dessa forma, nos aproximemos mais desse território tão fascinante e tão assustador que é o inconsciente. ■

BIBLIOGRAFIA

1. C. Castoriadis, “A psicanálise, projeto e elucidação”, in *As encruzilhadas do labirinto 1*, Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1987.
2. F. Roustang, *Un funesto destino*, Premia, México, 1980.
3. M. Enriquez, “On forme un analyste”, in *Nouvelle Revue de Psychanalyse*, nº 20, Paris, 1979.
4. M. Safouan, *Jacques Lacan e a questão da formação dos analistas*, Artes Médicas, Porto Alegre, 1985.
5. R. Schnaiderman, *Política de formação em psicanálise*.
6. S. Ferenczi, “Confusão de línguas entre crianças e adultos”, in *Oeuvres complètes*, Payot, Paris.
7. S. Freud, “Psicologia de las masas y análisis del yo”, 1922; “Análisis profano”, 1926; “Psicoanálisis y teoría de la libido”, 1922, in *Obras completas*, Biblioteca Nueva, Madrid.
8. J. P. Valabrega, *A formação do psicanalista*, Martins Fontes, São Paulo, 1983.

Considerações sobre a formação psicanalítica: desafios atuais¹

Bernardo Tanis

O autor volta a discorrer sobre o tema da formação psicanalítica, retomando o debate proposto em seu artigo no número de estréia de *Percurso*.

Gostaria de agradecer à Comissão Editorial da Revista *Percurso* pelo estimulante convite, oferecendo-me a oportunidade de participar deste número comemorativo; debruçar-me novamente sobre o tema da formação analítica, e, mais especificamente, neste espaço, é para mim motivo de alegria e responsabilidade.

Embora o tema da formação analítica ter sido extensamente abordado não me parece estar exaurido. Pelo contrário, por ser gerador de polêmicas, debates e cisões no movimento psicanalítico, considero que cada nova geração de analistas o recupera e vê-se solicitada

a ressignificá-lo à luz dos desafios que a mutante realidade impõe.

No meu primeiro texto sobre o assunto, Considerações sobre a formação psicanalítica², publicado no número inaugural da revista *Percurso*, o leitor encontrará uma discussão da especificidade da formação do psicanalista

Bernardo Tanis. Psicanalista. Doutor em Psicologia Clínica pela PUC-SP. Membro da Sociedade Brasileira de Psicanálise de São Paulo e dos departamentos de Psicanálise e Psicanálise da Criança do Instituto Sedes Sapientiae; neste último atua como docente e supervisor. Autor de *Circuitos da solidão entre a clínica e a cultura* (Casa do Psicólogo) e *Memória e temporalidade, sobre o infantil em psicanálise* (Casa do Psicólogo).

O que a psicanálise colocou e, ao meu ver, ainda coloca em evidência inquestionável é a limitação do discurso médico para dar conta do mal-estar moderno enquanto produção subjetiva e cultural.

e uma reflexão sobre a importância e as armadilhas do clássico tripé: análise, supervisão e estudo teórico, assim como importantes referências³ históricas sobre o assunto em pauta. Vários anos passaram-se desde sua publicação (1988), e, no entanto, ainda me reconheço nas inquietações e idéias nele desenvolvidas. As transformações no campo, assim como meu percurso ao longo destes anos, me conduzem hoje a ampliar o espectro da discussão.

Não farei uma apresentação exaustiva e histórica do tema; meu interesse é apenas mapear, à luz do atual contexto histórico-cultural, alguns pontos que possam balizar futuras reflexões cada vez mais necessárias para o presente e futuro⁴ da psicanálise. Meu texto é fruto do trânsito e convívio em diferentes instituições psicanalíticas e acadêmicas, assim como da minha experiência pessoal a partir dos diferentes lugares que, como psicanalista, tenho ocupado ao longo destes anos. Para

além de palavras de ordem, já desgastadas, aponto para um diálogo aberto sobre questões que demandam nossa atenção.

Constato que hoje nos vemos às voltas não só com clássicas questões sobre a particularidade da formação de analistas que, sem dúvida, merecem nossa atenção, mas também com novas configurações do campo psicanalítico em particular e da área *psi* em geral. Penso que o diálogo e o debate são fundamentais neste momento, pois, ao meu ver, as significativas transformações da subjetividade e os impactos culturais e econômicos que vêm ocorrendo nas últimas décadas⁵ solicitam uma reflexão ampla e corajosa⁶, sem a qual não poderíamos encarar os desafios com os quais nos defrontamos e que aguardam as futuras gerações de analistas.

Isso nos impõe um esforço redobrado. Assim, como deus Jano, dirigimos nosso olhar para duas frentes: em primeiro lugar para o resgate da singularidade da psicanálise como

teoria, como método de pesquisa da cultura e como modalidade de intervenção clínica, e, em segundo lugar, para a contextualização do lugar da psicanálise na sociedade atual, seja no âmbito das práticas clínicas em geral – psiquiatria, psicoterapias –, seja no universo acadêmico, e na sua relação com as instâncias reguladoras e/ou regulamentadoras.

Pretendo abordar essas duas frentes, *sustentando a tese central de que a formação analítica deve ampliar seus horizontes sem perder a sua especificidade*.

Mas vamos por partes, pois a complexidade do assunto assim o demanda.

Especificidade da psicanálise

A psicanálise nasceu, como bem o faz notar Birman⁷, como consciência crítica da Modernidade. Vale dizer que através dela os reinos do eu e da razão soberana foram destronados.

O que a psicanálise colocou e, ao meu ver, ainda coloca em evidência inquestionável é a limitação do discurso médico para dar conta do mal-estar moderno enquanto produção subjetiva e cultural. O desejo, o conflito e o sofrimento psíquico nas suas múltiplas expressões são irreduzíveis a motivações de natureza exclusivamente biológica.

Freud aponta o descentramento do sujeito frente ao próprio desejo inconsciente, tematizado na primeira descrição do psiquismo. Posteriormente, amplia sua visão e a complementa. Assinala, em *Mal-estar na civilização*, a condição trágica do homem em relação ao desamparo a partir do qual se constitui – modelo formulado a partir da segunda tópica e que introduz a noção de pulsão de morte. Os analistas pós-freudianos ampliaram e desenvolveram clínica e teoricamente sua descoberta.

Para a psicanálise não se trata de nenhuma ortopedia psíquica,

mas de uma transformação a partir de um fazer-saber sobre a natureza inconsciente da subjetividade, promovendo no a-posteriori do ato interpretativo a desalienação dessa mesma subjetividade condenada, até então, à repetição.

Nesse complexo processo, como bem caracteriza Serge Viderman em *A construção do espaço analítico*, sentido e força se articulam na dimensão transferencial de tal modo que as dimensões da significação e da pulsão permanecem irreduzíveis.

Assim sendo, qualquer ilusão de transparência, compreensão intelectual ou completude narcísica como finalidade última do processo de análise ou da formação de um analista, permanecem fora do campo da nossa disciplina e da nossa prática, como também qualquer tentativa de apreensão do objeto psicanalítico, por vias exclusivamente racionais, seria impraticável.

Levar em consideração o sentimento forte dessas colocações implica

Os institutos de formação nasceram com o objetivo inicial de garantir um ensino fiel à descoberta psicanalítica e, ao mesmo tempo, disciplinar uma prática.

compreender por que a formação de psicanalistas demanda uma especificidade, enfatizando a análise de quem a almeja como condição necessária, como possibilidade de abertura à resignificação da própria subjetividade e como reconhecimento da eficácia do próprio inconsciente. Embora a análise seja condição necessária e primordial, não é suficiente quando o assunto diz respeito à formação. Voltaremos a este ponto.

Os institutos de formação nasceram com o objetivo inicial de garantir um ensino fiel à descoberta psicanalítica e, ao mesmo tempo, disciplinar uma prática que corria o risco de se tornar selvagem em mãos de charlatões sem uma formação adequada. O Instituto de Psicanálise de Berlim, fundado em 1926, será seu primeiro modelo, a partir do qual fica estabelecido o famoso tripé: análise didática, supervisão e seminários teóricos. Embora o tripé permaneça como eixo da formação, o modo de compreendê-lo, instrumentalizá-lo na prática, assim como sua contextualização teórica sofreram muitas transformações desde então. As diversas tentativas de buscar o melhor modelo que atendesse à práxis psicanalítica como experiência singular sempre foram objetos de discussão, quando não levaram a cisões dentro do movimento psicanalítico. Apontam a tensão entre o singular e o grupo. As instituições psicanalíticas não deixam de conter aporias e aspectos paradoxais.

Avançando para outro conjunto de questões, convém lembrar neste contexto o trabalho de Freud *Sobre análise leiga*, escrito em 1926 a propósito de um processo judicial contra Theodor Reik, analista não médico. Nesse trabalho, expõe em forma de diálogo, de modo claro e preciso, para um interlocutor imaginário, os princípios da teoria e da clínica, assim como as bases para a formação.

Em uma passagem o interlocutor imaginário interroga Freud: “*Interpretar! Palavra complexa. Não gosto de*

ouvi-la, com ela o senhor destrói toda certeza. Se tudo depende de minha interpretação, quem garante que interpreto corretamente? Tudo fica subordinado ao meu arbítrio?”⁸.

Existe vacina contra esse arbitrio? O *vértice ético* assim como o *epistemológico* ficam evidentes nessa questão.

Quem não se interrogou a esse respeito? Quem não esteve atento ao risco de que a interpretação proferida não visasse enquadrar o analisando dentro de um modelo teórico preestabelecido? Quem não temeu pela *folie-à-deux*? E a limitação da escuta pela contratransferência ou, se quisermos resistência do analista? Quem não percebeu o aspecto delirante de um grupo quando os analistas cegam-se em nome de uma verdade, nos casos em que a teoria dá lugar à doutrina dogmática e a formação ao doutrinamento? Como diz Viderman: “*ninguém viu tão bem o que Klein quis mostrar como seus seguidores e admiradores e tão mal como seus opositores*”. Quem não percebeu a paralisia superegoica do jovem analista, preso a uma rede imaginária que não consegue a desidentificação necessária dos modelos e filiações de origem para o exercício de uma prática criativa, reproduzindo o mesmo lá onde o novo deveria emergir?

Esperamos que nossos modelos de formação e suas instâncias constitutivas propiciem e favoreçam o exercício ético, criativo e não alienante da Psicanálise, e ao mesmo tempo nos protejam do arbítrio, alerta do próprio Freud. Estaremos sendo bem-sucedidos nesta empreitada?

Transmissão ou formação?

Cabe um olhar para o campo semântico de dois dos significantes que são utilizados para descrever o processo pelo qual alguém se torna analista: *transmissão* e *formação*.

A *transmissão* nos remete a um registro vertical, com os corolários de autoridade e valor. Assemelha-se

ao modelo que Guiddens⁹ aponta para as sociedades tradicionais. Segundo este modelo certos valores e crenças são passados de uma geração para outra; ele compreende a tradição “*como uma orientação para o passado, de tal forma que o passado tem uma pesada influência ou, mais precisamente, é constituído para ter uma pesada influência sobre o presente*”¹⁰. Este modelo, que instaura os *guardiões da tradição*, combina conteúdo moral e emocional. Mistura complexa, para quem sabe dos pontos cegos da transferência institucional entre mestres e discípulos. Embora possa oferecer a ilusão de uma *segurança ontológica* aos que aderem ao modelo, promove a repetição, impedindo a ousadia e criatividade dos jovens analistas, assim como limita o diálogo com autores considerados proscritos por serem alheios à “tradição” do grupo. O vértice religioso da transmissão está na origem deste modelo.

Já a *formação* como nos mostra Mezan é associada ao romance de formação, o *Bildungsroman*. Diz Mezan: “*O périplo pelo qual o personagem se educa para vida, enfrentando-se com a decepção, com a dor e com a perda das ilusões, mas também tomando conhecimento de suas possibilidades, de seus limites e de suas responsabilidades*”¹¹. Este modelo, embora não deixe de aludir à questão da forma e encerre o risco da formatação, alude mais ao aspecto processual do vir a ser analista, destacando a natureza conflitiva e transformadora inerente a este processo.

Não considero que esses modelos sejam patrimônios exclusivos desta ou daquela instituição, pelo contrário, vejo-os acontecendo também em grupos independentes, muitas vezes configurados em torno da figura de um mestre. Percebemos também que no seio das instituições analíticas coexistem, por vezes, ambos os modelos. O que me interessa frisar não é o conteúdo de tais tradições, pois estes podem variar, mas apenas

sinalizar a sua existência e o fato de que estes dois modelos devem ser analisados criticamente, levando em consideração a história dos grupos e instituições, mas sem deixar que esta impeça a emergência do novo.

Algumas breves palavras sobre o tripé na formação

São múltiplas as vias pelas quais alguém se aproxima da psicanálise: o

ços de dependência, identificações, demandas de filiação ancoradas em fantasias edípicas não permanecerão intocáveis.

Desta experiência transformadora, geradora de uma familiaridade do analista com o seu próprio funcionamento psíquico, poderão surgir as condições de escuta analítica. O desejo e a disponibilidade de ocupar o lugar de analista poderão despontar no analisando.

A supervisão, ou análise de

Será o processo de análise
o lugar de encontro com os efeitos
do próprio inconsciente,
com o reconhecimento dos seus desejos
e paixões, angústias e temores.
Nesta condição,
a força de um núcleo
traumático pulsional de natureza infantil
terá lugar na cena transferencial.

próprio sofrimento psíquico, fascínio pela dimensão inconsciente do psiquismo, fantasias e desejos reparadores, ilusão de prestígio profissional, hoje nem tão em alta, etc.

Será o processo de análise o lugar de encontro com os efeitos do próprio inconsciente, com o reconhecimento dos seus desejos e paixões, angústias e temores. Nesta condição, a força de um núcleo traumático pulsional de natureza infantil terá lugar na cena transferencial. La-

supervisão, como alguns preferem chamá-la, ocupa um lugar de extrema importância no processo de formação. Ligada à escuta clínica do analista, a supervisão, surge como terceiro, não apenas em relação à análise que o iniciante conduz, mas também a sua própria análise. Isso não quer dizer que o supervisor trará uma interferência direta na análise, mas, como diz Fédida, terá um efeito na liquidação da transferência, da idealização do próprio

analista pelo analista em formação. Fédida ainda aponta a supervisão como base de matriz potencial da comunidade analítica. Não se trata de aprender na supervisão uma técnica, mas de desenvolver a condição de escuta do analista.

O estudo das teorias é o terceiro elemento desse tripé. Conhecer o desenvolvimento dos principais modelos teóricos instrumentaliza o analista e favorece o diálogo com seus pares. No entanto, o estudo teórico, a meu ver, não deveria reduzir-se à exegese do texto nem à erudição psicanalítica. Seria interessante desenvolver, e isto poucas vezes ocorre ao longo do processo de formação, o estudo das condições de emergência da função teorizante do analista, permitindo, deste modo, uma reflexão sobre o estatuto peculiar da teoria em psicanálise. Seminários clínicos podem vir a ser um lugar propiciador e estimulante para o exercício desta função. Este item parece cada vez mais urgente frente à dificuldade que os analistas encontram em estabelecer um diálogo clínico quando oriundos de filiações diferentes, o que vem conduzindo a uma fragmentação do campo. Estaríamos não apenas preocupados com a transmissão, mas com formar analistas capazes de criar suas próprias teorias *ad hoc*, sem negligenciar os grandes modelos.

A formação estendida: uma questão de fronteiras

Falseia-se qualquer conversa sobre a natureza específica da formação analítica se não levarmos em consideração a complexidade e riqueza do vir a ser analista. Esta complexidade e seus desafios incrementaram-se nos dias de hoje. Parece que, atualmente, alguns analistas extraviam-se e a clínica se dilui frente à multiplicidade dos discursos que a colocam em xeque e que mobilizam à reflexão:

1. do ponto de vista dos seus fundamentos: as neurociências, a psiquiatria ou terapias cognitivas;
2. pelos sistemas de saúde: o questionamento da sua eficácia terapêutica frente aos seus altos custos, fenômeno global;
3. do ponto de vista da subjetividade contemporânea: em que medida a nossa prática e nossas teorias estão aptas para atender às demandas das novas patologias;
4. da perspectiva das suas instituições de formação: imensa difusão da psicanálise e proliferação indiscriminada de centros de formação;
5. do que diz respeito ao seu lugar na universidade: pós-graduação, cursos de especialização acadêmicos, assim como o papel da pesquisa psicanalítica em suas diferentes modalidades;
6. do ponto de vista de sua relação com o estado e os sistemas de saúde: a regulamentação da profissão de psicanalista e/ou psicoterapeuta.

Dado que os interessados em empreender sua formação analítica e os analistas em exercício estão mergulhados nas mesmas condições históricas, seria ilusório conceber uma psicanálise e um processo de formação que evitasse ou apenas tangenciasse essas questões. A perversão estaria instalada no próprio processo de formação, à semelhança do que assistimos na clínica com crianças em que certos pais procuram manter os filhos numa espécie de bolha ilusória, esperando que algum dia estarão grandes e fortes o suficiente para enfrentar as adversidades da vida. Mais do que uma doce ilusão, trata-se de uma compreensão falha do processo de crescimento. Na medida em que sabemos que a capacidade de responder à adversidade reside na possibilidade de uma aprendizagem contínua desde o nascimento. A mentira e a ilusão só reforçam nossa paranóia e fragilidade, apenas preparam para o colapso narcisista.

A manutenção de modelos de formação, institucionais ou não, que

Falseia-se
qualquer conversa
sobre a natureza
específica
da formação analítica
se não levarmos
em consideração
a complexidade
e riqueza
do vir a ser
analista.

reforçam a separação entre gerações para além da assimetria inerente, tendem a criar a falsa ilusão de que somente os jovens analistas estão expostos às questões enumeradas anteriormente. Incrementa-se deste modo uma relação de dependência em relação a seus mestres e alimenta-se a idéia de que quanto mais formação, mais fortificados ficarão. Mas não se trata, ao meu ver, de receber mais do mesmo (inclusive porque isso acaba enjoando ou embotando a criatividade).

A psicanálise hoje, mais do que em outros momentos da sua história, deve lidar com uma questão de *fronteiras*. Fronteiras não são territórios tranquilos, envolvem ameaças de invasão, fantasias persecutórias e também curiosidade, sedução e até o risco de perder a própria identidade. Em contraposição a uma postura defensiva ou de confronto face aos itens acima enumerados, faz-se necessária uma estratégia de diálogo, de discriminação das especificidades

de atuação, da busca de interlocução com os diferentes campos do saber, resgatando a importância da sua contribuição. Distantes da arrogância ou da timidez, só um posicionamento claro que reconheça, não só nossos limites, mas também o nosso potencial, poderá garantir um lugar para a psicanálise na nova geografia globalizada. A formação pode se constituir como o espaço destinado a instrumentalizar – a nova geração de analistas – à altura

que nossa geração vê-se convocada a refletir.

1. Convite desde o início da formação para uma discussão franca sobre a complexidade atual do campo e a singularidade da psicanálise

Gostaria de trazer, apenas como um exemplo possível, a experiência no curso de Psicanálise da Criança

Distantes da arrogância
ou da timidez,
só um posicionamento claro
que reconheça, não só
nossos limites, mas também
o nosso potencial,
poderá garantir um lugar
para a psicanálise
na nova geografia
globalizada.

dos desafios que terá de enfrentar. Desafios que, como vemos, revestem alta complexidade. Apesar de o clássico tripé ter mostrado sua fecundidade ao longo de gerações, acho que a atual complexidade coloca novos desafios. Assim, *trata-se de revisar aquilo que consideramos como formação padrão*.

Apresento a seguir alguns pontos para reflexão. Não pretendo ser exaustivo, trata-se a meu ver da criação de um debate coletivo em

do Instituto Sedes Sapientiae. Este curso se desenvolve a partir de três eixos: um voltado para o estudo da obra de Freud agrupado em unidades temáticas, outro de seminários voltados para autores pós-freudianos que influenciaram no atendimento psicanalítico da criança, e um terceiro eixo de seminários clínicos. Recentemente propusemos uma disciplina, que tive a felicidade de ministrar no primeiro ano, chamada Psicanálise da Criança. Trata-se de

um seminário destinado aos alunos que ingressam no curso, no qual problematizamos o campo da clínica psicanalítica com crianças. Abordamos a multiplicidade dos profissionais que se ocupam da criança e a discriminação da singularidade da escuta psicanalítica frente a outros modelos. Os alunos trazem suas angústias, dúvidas e interessantes questões que nos fazem refletir, para as quais não existem respostas fáceis, mas é nítida minha percepção do crescimento e amadurecimento do grupo. Ao mesmo tempo em que se debruçam sobre a obra de Freud e o surgimento da Psicanálise, expõem suas inquietações sobre a diversidade de suas práticas clínicas, e o campo de possibilidades para atuação do psicanalista. A metapsicologia é introduzida progressivamente, não como um corpo teórico pronto, mas como um movimento de teorização necessário para delimitação e constituição do campo da clínica psicanalítica com crianças.

O resultado deste trabalho é uma diminuição dos aspectos persecutórios em relação à formação, ao mesmo tempo em que emerge um pensamento crítico face às rápidas identificações ou aos autotitulados detentores da verdadeira psicanálise.

2. Clima institucional

O clima institucional¹² possui enorme importância no processo de formação. Eu diria que constitui um quarto elemento a ser acrescentado ao clássico tripé. Ele pode ser estimulante, favorecer o diálogo no qual os diferentes membros do grupo possam encontrar seu lugar, mas ele pode também ser dominado por brigas escolásticas que muitas vezes refletem lutas de poder dentro da própria instituição. Penso que poderiam ser estimulados:

a) a possibilidade de os analistas mais jovens ouvirem apresentações

clínicas de analistas mais experientes contribuindo para desmistificar certas idealizações;

b) organizar seminários temáticos e não apenas por autores que poderão auxiliar na quebra da rigidez escolástica;

c) convidar analistas de outras instituições e outros profissionais da saúde mental para verdadeiros seminários de trabalho, nos quais diferenças e semelhanças possam ser discutidas; isso poderá fortalecer

dicional nega esta realidade e deixa os jovens profissionais com a idéia de que eles desenvolvem práticas menores frente à nobreza do ouro puro? Se compreendermos a psicanálise não apenas como tratamento padrão, mas como um método de conhecimento e transformação a partir da análise da transferência, incluir na formação do analista o estudo e a pesquisa sobre outras modalidades psicanalíticas de intervenção na Saúde Pública pode sem dúvida ampliar

associado aos aspectos sugestivos da transferência, o tema da função terapêutica é apenas tangenciado, quando não evitado, repetindo a já desgastada imagem freudiana da mistura do ouro da psicanálise com o cobre da sugestão. A partir da clínica com pacientes *borderline*, adições e compulsões desenfreadas, anorexias e bulimias, será que não podemos aprofundar esta discussão? Estou propondo que durante a formação seja ampliada a discussão sobre os aspectos técnicos do método sem confundir um com o outro. Os escritos técnicos de Freud são a porta de entrada para uma nova modalidade de apreensão do psiquismo, mas não a última palavra.

Cabe aqui a criação de grupos interdisciplinares para discutir a relação da psicanálise com as neurociências e a psiquiatria, deslocando a discussão dos bastidores ou do confronto superficial na mídia para uma reflexão clínica.

Se a formação puder compreender a psicanálise não apenas como tratamento padrão, mas como método de conhecimento e transformação a partir da análise da transferência, incluir na formação do analista o estudo e a pesquisa sobre outras modalidades psicanalíticas de intervenção na Saúde Pública pode sem dúvida ampliar o espectro da clínica e o papel da psicanálise na sociedade.

4. Reflexão sobre a relação com a universidade e a pesquisa

Assistimos neste momento do Brasil a um grande crescimento da presença da psicanálise na Universidade. Os impactos deste movimento mereceriam por si só uma pesquisa específica, e, por esta razão, não gostaria de fazer uma análise superficial sobre esta inter-relação que ao meu ver tem muitas implicações para o campo psicanalítico e que produz efeitos na formação da atual geração de analistas. Farei apenas alguns assinalamentos. Três pontos contribuem para este desenvolvimento:

o conhecimento e a capacidade de reflexão sobre a clínica.

Nós sabemos que, assim como no Brasil, na Europa, Estados Unidos e vários países da América latina são cada vez menos os analistas que exercem psicanálise apenas no modelo padrão nos seus consultórios. Muitos trabalham em instituições de Saúde Pública, ambulatórios, hospitais, centros de pesquisa. Até que ponto insistir apenas na formação tra-

o espectro da clínica e o papel da psicanálise na sociedade. Embora essas práticas existam, carecem de maior legitimidade no próprio processo de formação.

3. Reflexão sobre os aspectos terapêuticos da psicanálise

Isto nos aproxima de um terreno pantanoso, pouco abordado pelos psicanalistas¹³. Na maioria das vezes

a) por parte da universidade: o interesse de muitos campos do saber universitário e de programas de pós-graduação em manter um diálogo com a psicanálise (filosofia, sociologia, antropologia lingüística etc.);
b) por parte dos psicanalistas: i) aprofundar o estudo teórico da psicanálise numa perspectiva epis-

temológica e crítica assim como desenvolver o diálogo com outras disciplinas. ii) Realizar pesquisa basicamente teórica longe das pressões transferências diretas dos grupos psicanalíticos; c) pela natureza do debate universitário, a universidade sempre se caracterizou por ser um espaço no qual o debate de idéias e a diversidade de opiniões são aceitos e legitimados.

Sem lugar a dúvidas, este movimento teve um efeito revigorante para o estudo e a reflexão sobre as teorias psicanalíticas¹⁴ e a aplicação da psicanálise como método heurístico para compreender Cultura. No entanto, muitos profissionais buscam hoje a pós-graduação não como lugar de aprimoramento e desenvolvimento como pesquisadores, mas como via de atalho ou substituição para a formação. Em muitos programas de pós-graduação constituíram-se feudos semelhantes aos que existem em outros grupos psicanalíticos, reproduzindo o mal que supostamente pretendiam combater.

A proliferação indiscriminada de cursos de especialização na universidade nos conduz a refletir sobre a influência deste movimento na formação. Como espécie de bumerangue, a universidade passa a afetar burocraticamente os espaços de formação: especialização via CFP, regulamentação via MEC etc. Nelson da Silva Jr.¹⁵ analisa esta relação, assim como a própria transformação da universidade, seguindo a direção assinalada por Marilena Chauí: burocratização, tecnicização e mercadorização, colocando em questão o lugar da psicanálise neste contexto.

Os espaços de formação psicanalítica, embora não alheios a esse movimento, nem sempre incluem debates sobre estas relações assim como sobre a natureza da especificidade da pesquisa em Psicanálise, assunto que merece cada vez mais atenção.

A psicanálise nasce como crítica da cultura. A mesma cultura se apropria das suas produções e procura neutralizá-la, como o fizera com muitos movimentos de contracultura.

A modo de conclusão

Minha hipótese é que a ampliação da experiência de formação psicanalítica, sem perder a especificidade, mas lidando diretamente com as fronteiras, evitando posturas arrogantes ou defensivas, poderá ter um efeito catalisador e potencializador. Ainda mais contribuir para diluir os aspectos de uma submissão identificatória a mestres ou grupos, nem sempre dissolvidos na análise daqueles que visam uma formação. Quero dizer que, embora a análise pessoal seja considerada a principal garantia da qualidade da formação, sabemos os riscos que ela comporta. Assim esta formação ampliada não viria para diluir ou empobrecer a formação de analistas. Pelo contrário acho que dela emana o potencial de aprimorar os clássicos espaços da supervisão, do estudo teórico e da análise pessoal, assim como instrumentalizar o analista para novos desafios.

A psicanálise nasce como crítica da cultura. A mesma cultura se apropria das suas produções e procura neutralizá-la, como o fizera com muitos movimentos de contracultura. O desafio para a atual geração de analistas reside na possibilidade de ouvir aquilo que pede para não ser silenciado nos diferentes espaços para onde o psicanalista é chamado a intervir. Estarão prontos os analistas que formamos para estes desafios? ■

NOTAS

- 1 Este texto foi escrito a partir de um trabalho apresentado na mesa redonda: "A formação em questão". Promovida pelo Departamento de Formação em Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae em 14/05/2004.
- 2 B. Tanis, "Considerações sobre a formação psicanalítica", *Percurso* n.1
- 3 M. Enriquez, "On forme un analyste", *Nouvelle Revue de Psychanalyse*, nº 20, Paris, 1979; J. P. Valabrega, *A formação do psicanalista*, Martins Fontes, São Paulo, 1983; F. Roustang, *Un funesto destino*, Premia, México, 1980, e O. Kernberg, "A concerned critique of psychoanalytic education", *Int. J. Psychoanal.* (2000) 81, p. 97 entre muitos outros.
- 4 Sugiuro a leitura de M. P. Favilli, "Transformações do analista no setting: Não estamos mais num só lugar – até onde podemos chegar?", *Rev.Bras. Psica*, vol. 32, n. 4, 1998.
- 5 Muito se escreveu sobre este tema nas últimas décadas; remeto o leitor aos clássicos trabalhos de F. Jameson, G. Debord, A. Guiddens, Z. Bauman e G. Lipovsky para citar apenas alguns dos principais autores que descreveram e analisaram essas transformações.
- 6 O leitor poderá encontrar uma discussão sobre o assunto e sua relação com a clínica psicanalítica em B. Tanis, "A solidão o mal-estar e a psicanálise" *Jornal de Psicanálise*, vol. 36, n. 67, 2003.
- 7 J. Birman "A psicanálise e a crítica da modernidade" in R. Herzog (org.), *A psicanálise e o pensamento moderno*, Rio de Janeiro, Conta Capa, 2000.
- 8 S. Freud, "Pueden los legos ejercer el análisis?", in Sigmund Freud, *Obras completas*, Buenos Aires, Amorrortu, 1986 (1926), p. 205.
- 9 A. Guiddens. "A vida em uma sociedade pós-tradicional", in *Modernização reflexiva*, São Paulo, UNESP, 1995.
- 10 *Idem*, p.80.
- 11 R. Mezan, "O Bildungsroman do psicanalista" in *A sombra de Don Juan*, São Paulo, Brasiliense, 1993, p. 155.
- 12 Vários analistas vêm assinalando a importância deste item.
- 13 Ver "Psicoterapia: Mal-estar na psicanálise", *Jornal de Psicanálise*, 1999, vol. 32.
- 14 Sobre a contribuição da universidade ao desenvolvimento da psicanálise ver: R. Mezan. "Psicanálise e pós-graduação: notas, exemplos e reflexões" in R. Mezan *Interfaces da psicanálise*, São Paulo, Companhia das Letras, 2002.
- 15 N. da Silva Jr., "Psicanálise: uma titulação, uma especialização, uma profissão?", texto apresentado em jornada interna do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae (março, 2004).

A escuta psicanalítica

Silvia Leonor Alonso

No alicerce de toda palavra, é a pulsão que insiste.
Seguindo de perto as repetições, pode-se rastrear as
pegadas das identificações.

A escuta adquire um lugar central na psicanálise por ser esta uma coisa de palavras, ditas ou silenciadas. Palavras que enganam, mas que abrem um acesso à significação. No entanto, a psicanálise, ao inaugurar o campo da escuta, produz uma verdadeira ruptura epistemológica concernente ao pensamento psiquiátrico do momento. Citando Saurí em seu texto compilatório sobre histeria: “A trama das crenças no naturalismo, contexto no qual a histeria começa a ser estudada cientificamente, privilegia o modo visual de conhecer. A metáfora da luz domina sua área expressiva e inquisitiva, enquanto a necessidade de ver e iluminar guia o esforço dos cientistas. O visto, e com maior razão o olhado, goza de uma prerrogativa relevante. Não é pois temerário afirmar que durante a vigência do naturalismo predomina epistemologicamente o campo visual e que a intenção explícita ou tácita de seus seguidores é conhecer olhando. Neste contexto, o privilegiado são as características visíveis daquilo a conhecer, pelo quê os traços ostensivos passam a primeiro plano”¹.

O espaço e a figura; a figura olhada sobre um espaço

O império da objetividade positivista que recolhe e anota todos os dados que aparecem perante o olhar. E o que melhor que a histeria para ser olhada, já que esta se mostra com toda espetacularidade?

Mas, próximo à década de noventa, chegando ao fim do século, no interior da Escola de Nancy, o relato começa a ocupar um lugar. A narrativa de um sujeito, após ser hipnotizado, começa a interessar. Com isso, a categoria da recordação se torna presente.

Citando mais uma vez Saurí: “escutar refere imediatamente a fala e sua raiz latina vincula ‘o escutado’ ao ato de ouvir e de ‘montar guarda’; situação em que o escuta,

Silvia Leonor Alonso é psicanalista, membro do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae.

Comunicação apresentada no painel sobre “A escuta psicanalítica”, promovido pela Livraria Pulsional, em abril de 1988.

Ao introduzir
o conceito
de inconsciente,
Freud coloca a fala
em outro lugar.
Alguém que fala
diz mais do que
aquilo a que se
propunha.
Neste falar,
em certos momentos,
a lógica consciente
se rompe.

cumprindo ofício de sentinela, vigia os sons provenientes de um campo diferente do seu próprio².

“O escuta” escuta os ruídos que vêm de fora e também o silêncio que se incorpora ao campo da positividade. Se o silêncio não diz diretamente nada, algo nele se insinua, e quem escuta atentamente recebe as pegadas, as marcas que adquirem forma no momento em que germinam as palavras, ainda que estas, também enganadoras, portem em si o silenciado. É desde então que o exercício da suspeita se torna presente porque há um a mais do que o dito para ser escutado.

A hipnose vai sendo substituída pela livre associação. A figura vai dando lugar à narrativa. Freud pede às histéricas que se deitem, fechem os olhos e, com isso, às vezes auxiliada pela pressão frontal, as recordações surgem.

Em todas as direções o campo se estende. Isto não só porque não permanece – tal como o campo do

olhar – reduzido ao dado, mas, ao contrário, é no mais lacunar do discurso que um fio de significação vai se tecendo. Mas também porque aparecerá a recordação e, com isso, a história solicita ser levada em conta.

O que escuta o analista?

Não pensamos a linguagem como um instrumento de comunicação. Também o é. Alguém se propõe a comunicar algo e para isso se vale da linguagem. Porém, até aqui, a descoberta freudiana não está presente.

Ao introduzir o conceito de inconsciente, Freud coloca a fala em outro lugar, alguém que fala e ao fazê-lo diz mais do que aquilo que se propunha. Neste falar, em certos momentos, a lógica consciente se rompe, se desvanece, e algo diferente se torna presente, manifestando uma outra lógica. A lógica do processo primário, presente no lapso, no sonho, no chiste, no esquecimento, na frase contraditória, no duplo sentido de uma frase que Freud manda Dora escutar quando lhe diz: “Memorize você bem suas próprias palavras. Talvez tenhamos que voltar a elas. Você falou, textualmente, que durante a noite algo pode acontecer que obrigue alguém a sair do quarto”³.

Quando Freud estuda o sentido dos sonhos, a psicopatologia da vida cotidiana, inclui no espaço do sentido aquilo que até este momento era considerado um sem sentido, mostrando assim a positividade do esquecimento, da falta, do equívoco.

Quando fala de Catarina, diz que a linguagem é demasiadamente pobre para dar expressão às suas sensações e aponta com isto a ampliação do campo do discurso como o caminho do analítico.

Na instauração da situação analítica, ao propor a regra fundamental – a livre associação e o seu reverso, a atenção flutuante – se produz um

desfraldar da palavra. No seio da associação livre vai-se produzindo um descolamento da imagem, do fato como fixo, e este vai-se incluindo em múltiplas imagens caleidoscópicas cujas combinações possíveis se multiplicam e onde o ritmo, a cadência, a intensidade maior de alguns fonemas, a excitação explícita no gaguejar de uma palavra, o sentido duvidoso de uma frase mal construída, tudo isso vai dando tonalidades diferentes a essas figuras que não passam despercebidas à escuta sutil da atenção flutuante. Ao mesmo tempo, ao ser escutado pelo analista, o próprio sujeito que fala se escuta.

Como vemos, a imagem retorna. Porém não é a imagem dada na figura do corpo histérico. É a imagem que surge da desconstrução do discurso e que adquire sua maior nitidez no momento da interpretação.

No alicerce de toda palavra, é a pulsão que insiste. Aquela que não fala, mas que é evocada pela palavra e que, levada pela compulsão à repetição, procura satisfazer-se. É seguindo de perto as repetições que acompanhamos as vicissitudes da pulsão e rastreamos as pegadas das identificações.

Diria então que, do lugar do analista, se escuta tudo, para poder escutar alguma coisa. Coisa essa que é o inconsciente, que no seio da repetição insiste para ser escutado, que na trama dos movimentos imaginários se disfarça, se fantasia e, no entanto, vai tecendo o fantasma.

De que lugar o analista escuta?

Quem se dispõe a escutar se depara com o inesperado e é isto o que acontece quando, no seio do processo de “relatar”, o amor irrompe e tal irrupção surpreende. Surpreende a Breuer, que assustado cai fora da cena. Também a Freud, que decide enfrentar os demônios, além de surpreender a cada analista

quando este se deixa surpreender e não faz da constante tradução (interpretação analógica) uma tentativa de enjaular a fera. O próprio Freud diz que é na forma surpreendente com a qual irrompe que está a força probatória do fenômeno da transferência.

O conceito de inconsciente não necessariamente quebra a idéia de exterioridade presente no olhar psiquiátrico. Se o inconsciente é entendido como algo que está no sujeito, a nível de depósito ou de panela de instintos, alguém de fora poderia observar isso que se encontra no sujeito, e a sessão analítica poderia converter-se em um espaço experimental onde alguém observa o que acontece com o outro e lhe comunica. É a noção de transferência que vem romper com esta possibilidade de objetivação.

Sendo o campo da transferência algo que inclui ao mesmo tempo analisando e analista, tal montagem não permite mais objetividade.

É evidente que, ainda que os dois estejam incluídos no mesmo campo, isso não implica em uma simetria ou em uma igualdade de funções.

O analisando se dirige ao analista como sendo o único destinatário de sua palavra, o que não é mais que a tentativa que o analisando faz de articular seu desejo a uma presença concreta. De atribuir ao desejo um objeto para não reconhecer que o desejo, em sua impossibilidade de satisfazer-se, implica em uma falta, em uma ausência.

O analista mantém a transferência, mas não se confunde com ela, e, mediante a não resposta, remete o sujeito aos fundamentos infantis do amor.

A abstinência do analista permite, no dizer de Freud, subsistir no analisando a necessidade e o desejo como forças que impulsionam o trabalho analítico e que, ao evitar querer apaziguar as exigências de tais forças com substitutos, remete o sujeito a suas origens inconscientes⁴.

No entanto, isso só é possível através de uma renúncia narcísica do analista, que lhe permite: não ocupar o lugar de amo do desejo convertendo a análise em sugestão; não se oferecer como ideal a ser imitado convertendo a análise em pedagogia; ou acreditar em uma neutralidade absoluta, desconhecendo os obstáculos da escuta que, rapidamente, se encarrega de

Entendo
que o sentido
não é algo já dado e
que precisa
ser descoberto,
mas sim
algo que se tece
na rede
de significantes
e no tempo
da ressignificação.

atribuir ao analisando como se fossem resistências suas convertendo a análise em uma grande batalha contra estas.

Conrad Stein em "L'enfant imaginaire" diz: "As sessões do paciente têm mais possibilidades de converterem-se na sua psicanálise, se são para o seu analista, o lugar privilegiado de continuação da sua⁵.

Quando Freud trata da transferência recíproca em "O futuro da terapia psicanalítica", a coloca como um sintoma do analista, algo que é despertado pelo discurso do pacien-

te e que toca os pontos cegos do analista, expressando-se neste como transferência recíproca. É devido a isto que se deduz a necessidade da análise pessoal do analista.

Ainda que a análise pessoal seja condição primordial para tornar-se analista, tal fato não garante uma escuta. Cada novo processo de cura o confronta com a necessidade de percorrer as cadeias associativas aproximando-se de seu próprio desejo. Reencontra assim a possibilidade de ocupar o lugar daquele que põe em andamento o processo de desvelamento do desejo do analisando. Este considera o analista como aquele a quem dirige o sintoma (neurose de transferência), mas que, perante a não resposta, ressignifica, a cada momento, sua demanda, até a finalização da análise.

Algum tempo atrás, um analisando, no seu fim de análise, refletia: "Há alguns anos, quando cheguei aqui, sabia que sofria, porém, só agora sei por que vim. Deve ser o único investimento em que só se sabe por que se veio quando se vai".

Bela reflexão sobre a questão do tempo em análise, que é o tempo da ressignificação. Como acreditar que, na primeira frase de uma sessão, está dito tudo que será posteriormente explicitado? Entendo que o sentido não é algo já dado e que precisa ser descoberto, mas sim algo que se tece na rede de significantes e no tempo da ressignificação.

Penso que reconhecer que a possibilidade de escuta está no próprio desejo do analista, recuperado a cada momento pelo trânsito das associações que lhe permitem reconhecer seu desejo pessoal em jogo para poder a ele renunciar, levando-o a não ter a necessidade de querer assegurar seu lugar – nem pela rigidez do setting, nem pela rigidez do gesto.

Freud dizia em uma carta a Biswanger: "O que se dá ao paciente não deve ser jamais afeto imediato, mas afeto conscientemente outor-

gado segundo as necessidades do momento... Dar pouco a alguém porque o amamos muito é uma injustiça contra o paciente e uma falta técnica”⁶.

Os limites da escuta

Afirmar no começo que a abertura do campo da escuta traz à tona a história. De que história se trata? Óbvio que não a história factual,

Acontece que tudo isso se complica porque o analista também tem seu fantasma, sua teoria, sua história, assim como a história e o presente do movimento psicanalítico. Tudo isto pode oferecer possibilidades ao analista com relação à sua escuta mas também pode limitá-la.

Seu fantasma se torna limite para a escuta nos pontos cegos. A teoria passa a ser limitadora da escuta quando entra na sessão para ser aplicada ou confirmada, obsta-

de conceitos para esclarecer cada vez mais suas proximidades, suas diferenças, suas semelhanças e oposições.

Isso não é o que acontece quando as adesões dogmáticas convertem os discursos teóricos em espécie de senha com a qual cada analista garante seu reconhecimento pelo grupo, em troca de esvaziar sua palavra e alienar-se nos processos especulares de reconhecimento mútuo.

Há um limite insuperável para a análise: o limite da morte. Aqui cito Godino num artigo sobre a prática: “A morte é o momento em que cessa a eficácia do presente enquanto causal, onde tudo é puro passado, puro trauma e puro acontecimento factual, brutal, catastrófico e insolúvel. Para os vivos, pelo contrário, o fato se resolve em uma estrutura cuja história é a própria realidade dos vivos em sua inscrição presente”⁸.

Pergunto-me: como historicizar as teorias e os acontecimentos (pertinências institucionais) para que nos sirvam no processo constante de ressignificação da clínica sem deixar que nos convertamos em *mortos-vivos* dos estereótipos e dogmatismo? ■

A teoria,
o fantasma,
a história do analista,
assim como a história
e o presente do movimento
psicanalítico, podem oferecer
possibilidades
em relação à escuta,
mas também podem
limitá-la.

mas a história da constituição do fantasma. Fantasma este que vai surgindo na análise como efeito de deciframento a partir do sintoma. No entanto, não se pode dizer que a causa do sintoma esteja no passado. “A causa do sintoma está no presente, na inscrição presente do vivido e que na análise atua como transferência”⁷.

Mas, a construção do fantasma não é senão uma teoria que, tal como um mito, tende a responder aos enigmas que o sujeito se coloca. É isto, pelo menos, que Freud mostra no caso do Pequeno Hans ou no artigo sobre as teorias sexuais infantis.

culizando com isso as possibilidades do analisando de construir a única teoria válida para si próprio, que é a teoria que constrói sobre sua história.

A presença de vários corpos teóricos-clínicos, no movimento psicanalítico atual, também pode produzir uma ampliação no campo da escuta, não pelo ecletismo que é confusante, mas através de um trabalho sério de situar as teorias no momento histórico em que surgem e as questões que se propõem responder (nenhum corpo teórico responde a todas as questões colocadas pela complexidade da clínica), bem como pelo trabalho de cruzamento

NOTAS

1. Jorge Saurí (compilador), *Las histerias*, Ediciones Nueva Visión, p. 67.
2. Jorge Saurí, *op. cit.*, p. 197.
3. S. Freud, “Análisis fragmentario de una histeria”, in *Obras completas*, Biblioteca Nueva, Tomo I, p. 958.
4. S. Freud, “Observaciones sobre el amor de transferencia”, in *Obras completas*, Biblioteca Nueva, Tomo II, 1914, p. 1692.
5. C. Stein, “*L'enfant imaginaire*”, Denoel, 1971, p. 364.
6. L. Biswanger, *Discours*, *Parcours*, de Freud, p. 317. Carta de Freud de 20 de fevereiro de 1913.
7. Antonio Godino Cabas, “Sobre la práctica”, artigo publicado na *Revista de Psicología Argentina* nº 24, ano IX, p. 29.
8. Antonio Godino Cabas, *op. cit.*, p. 29.

O trabalho da figurabilidade na escuta psicanalítica

Sílvia Leonor Alonso

Retomando o texto de 1988, este artigo trata das regras básicas de um processo analítico e reflete sobre as novas exigências que se colocaram à escuta do analista nas duas últimas décadas.

Não poderia escrever este artigo sem situá-lo nas circunstâncias de sua produção. Quando os colegas do Conselho Editorial da revista me comunicaram a idéia de publicar novamente os textos do primeiro número da *Percurso*, acrescidos de alguns comentários de cada autor sobre o tema, fui relê-lo e, como não é difícil imaginar, muitas recordações vieram à tona.

Corria o ano de 1988, e três anos antes tínhamos fundado o Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae, instituindo assim uma associação de analistas que abria um novo espaço de formação permanente para os que até o momento faziam parte – seja como professores, alunos ou ex-alunos – do curso de psicanálise que existia desde 1976. Fundar uma revista era mais um passo de grande importância num diálogo que ganhava

cada vez mais consistência entre os colegas de dentro da instituição e com aqueles de fora dela. Através da lembrança de trechos de discussões, anedotas, momentos de humor e outros de preocupação, fui revisitada por aquele prazeroso processo de trabalho de grupo que culminou na fundação da revista e na publicação de seu primeiro número. Tínhamos claro que desejávamos encabeçar uma publicação que encarnasse as idéias que nos norteavam como analistas no projeto institucional, algumas das

Sílvia Leonor Alonso é psicanalista, membro do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae, onde coordena o grupo de trabalho e pesquisa: "O feminino e o imaginário cultural contemporâneo". É professora e supervisora do curso "Psicanálise: teoria e clínica" do mesmo instituto. Coorganizadora e autora das coletâneas "Freud: um ciclo de leituras" (São Paulo, Escuta, 1997) e "Figuras clínicas do feminino no mal-estar contemporâneo" (São Paulo, Escuta, 2002). Co-autora do livro *Histeria* (São Paulo, Casa do Psicólogo, 2004).

São a atenção flutuante
do lado do analista e a associação livre
do lado do analisando
que criam um espaço possível
de interpretação,
retirando a linguagem
de sua função comunicativa,
e tentando devolver-lhe
sua possibilidade
de desdobramento.

quais foram explicitadas no editorial daquele primeiro número: propúnhamos a revista como suporte de uma tessitura onde fios de diferentes escritas se cruzassem, onde textos de diferentes origens pudessem dialogar visando o avanço da psicanálise. E sabíamos que, para que isso pudesse ocorrer, ela deveria acolher autores livres de uma relação dogmática com suas filiações e com os pensamentos que defendiam, autores para os quais a escrita não assumisse a função de contra-senha visando meramente a reafirmação de pertinências. Ao contrário, ela deveria dar palavra àqueles que se dispusessem a trabalhar nas bordas da teoria e da clínica, e para os quais a escrita não servisse como reafirmação do já sabido, e sim como uma abertura para o diálogo.

Ao reler o número inaugural da revista, encontrei textos de forte pregnância clínica, e isso num momento no qual pouco se escrevia entre os analistas do meio. São textos que trazem em si a força do

acontecimento, talvez por terem sido todos escritos num segundo momento, tendo existido em princípio como falas pontuais.

Dezessete anos se passaram da fundação da revista, vinte da fundação do Departamento. Hoje, pode-se dizer que ele está passando por um momento de grande fertilidade, com importantes produções em todos os setores. Temos muito a comemorar. Os números da *Percurso* ficaram mais grossos, os textos mais longos, mais densos em informações e argumentações. E, ao lado dessas transformações, é possível constatar que os princípios norteadores da fundação da revista se mantêm.

Assim, a idéia do Conselho editorial de que cada autor avançasse um pouco na reflexão do tema dos artigos originais me pareceu muito interessante. Pois afinal das contas, como afirma Pontalis, o que o autor e o leitor esperam obter de um escrito psicanalítico “não é, como no caso do escrito científico, uma

verdade conclusiva, nem mesmo um fragmento único de verdade, mas a ilusão de um começo sem fim”¹.

Condições necessárias de uma análise

No que se refere ao tema da escuta analítica, o que escrevi em 1988 mantém sua atualidade, o artigo original consistindo basicamente na enunciação das condições e regras básicas de um processo analítico. Acredito que, embora com outras palavras, essas idéias devam ser aqui reafirmadas.

Em cada análise o analisando nos procura a partir de seu sofrimento, para o qual busca alívio. Por vezes, ele chega também “mordido” pelo caráter enigmático desse sofrimento, que desejaria compreender. Assim, ao nos procurar, ele nos torna decifreadores de enigmas, portadores de um saber sobre as causas desse sofrimento, sustentáculos de uma crédula espera de transformação.

São a atenção flutuante do lado do analista e a associação livre do lado do analisando que criam um espaço possível de interpretação, retirando a linguagem de sua função comunicativa, e tentando devolver-lhe sua possibilidade de desdobramento. Na associação livre, a fala caminha na direção daquilo que a excede, ampliando-se ao situar-se fora da censura daquele que fala e daquele que escuta.

Nesse campo de aparente liberdade (pois sabemos que não é isso exatamente que ocorre, dada a força das determinações inconscientes), quando se devolve à fala a possibilidade de sua abertura polissêmica, o infantil – que é sempre sexual – põe-se a brincar, desenhando formas de fala que ressoam na escuta do analista formando figuras; algo é assim dito a um destinatário que, na transferência, mostra-se constituído na mescla da presença e ausência.

Em cada momento, a fala diz. Diz com sua forma, diz no seu

esvaziamento depressivo, na sua agilidade dos instantes de euforia, na fertilidade das situações de transferência positiva; mas também diz ao se paralisar na inibição, ao se enroscar nos momentos repetitivos da neurose, ou ainda ao se esterilizar pela raiva ou pela tristeza, ao se tornar fugidia na tentativa de evitar a angústia, ou mesmo quando se enrijece na impossibilidade de mudança. Em certos momentos, ela também abre brechas na produção de lapsos, nas associações despertadas por um sonho, em seus pequenos tropeços que revelam conteúdos e formas de funcionamento do inconsciente. Como afirma Fédida, ela recria sentidos no exercício de sua dimensão poética, a situação do tratamento tentando devolver à palavra sua “função de metáfora”: “não a poesia, mas a poética, no sentido da *poiésis* grega... a recriação constante de sentido”².

O analista não responde às solicitações concretas do analisando, mas dispõe-se a acompanhá-lo, oferecendo-lhe uma escuta com capacidade de ressonância que possa acolher suas intensas vivências afetivas, e na qual ecoem os seus “quase nada”, cheios de sentido. A capacidade de acolhimento da escuta do analista permite que o analisando vá criando confiança para entregar-se à associação livre, propiciando que a fala comunicativa se abra, recolhendo fragmentos que até esse momento tinham permanecido esquecidos ou desarticulados, descartados ou renegados. Enganchando-se agora, a um movimento da pulsão, eles recobram sua força de sentido e voltam a circular, permitindo que o poder metaforizante da palavra os transforme. A palavra não só diz, mas transforma.

A presença paciente do analista, conjuntamente com sua “aposta” – seu investimento na possibilidade de transformação –, vai possibilitando que o analisando construa em si próprio a capacidade de permanecer em contato com seu mundo de

A análise
não se restringe
ao processo de
autoconhecimento:
nela se pretendem
mudanças,
transformações,
a redução
de sintomas.

fantasia e, a partir dos pequenos restos, construa sentidos.

Sabemos que nem sempre é com leveza que tudo isso acontece. Ao contrário, cada avanço num processo de análise deve ganhar terreno sobre os próprios recuos. Como afirma Marie Moscovici³, seja do lado do divã, seja do lado da poltrona, estes estão inevitavelmente presentes, o que a leva a comparar o processo de análise com o comportamento do salmão, que na época da desova sobe o curso das águas na direção das nascentes, em contracorrente, no sentido inverso da queda das cascatas, dando saltos quase impossíveis, alçando-se em incríveis vôos para vencer a “força-contra”. No entanto, embora haja necessariamente essa força contrária a vencer, o prazer é imprescindível. De fato, se no processo de análise não houver prazer, se o analista não puder investir prazerosamente a descoberta do desconhecido, tampouco o analisando poderá fazê-lo,

o que certamente impedirá o avanço do curso analítico. Será então entre o prazer e a resistência que o analista irá exercer sua função de escuta, condição que denota claramente a importância fundamental da supervisão em todo esse processo.

Notemos ainda que a dimensão terapêutica está sempre presente no horizonte do analista. A análise não se restringe ao processo de autoconhecimento, nela se pretendendo mudanças, transformações, a redução de sintomas. Assim, se de um lado o analista não deve jamais ser tomado pelo *furor curandis* (o que poderia levá-lo a oferecer antecipadamente ao analisando sentidos cuja eficácia viria apenas do poder de sugestão), de outro não se deve esperar dele que se mantenha alheio ao aprisionamento do analisando numa interminável repetição. Quando uso aqui o termo “horizonte”, não pretendo dizer que a transformação seja uma meta a ser alcançada apenas no final do processo de análise, o que inclusive poderia levantar objeções sobre a demora que demandaria tal transformação. Não; a transformação está presente em cada sessão e desde o começo, desde as entrevistas iniciais. Aliás, é preciso salientar que as transformações acontecidas em uma análise são de diferentes ordens: elas incluem desde efeitos catárticos até *insights*, passando pelos efeitos de confiança, reconhecimento mútuo, aposta do analista, investimento crédulo do analisando no trabalho ou aquelas vinculadas ao fato de se ter um novo destinatário para a fala ou ao reconhecimento de se estar investindo no cuidado da própria vida psíquica.

Num processo de análise, a transformação não é só do analisando, é também do analista. Em cada análise defrontamos com o limite, tanto do saber teórico quanto do saber sobre nós mesmos. E se um analista não se dispuser a encontrar-se com o desconhecido nele próprio, e desta maneira transformar-se, poderá converter a análise numa

mera aplicação da teoria, ou então numa prática confessional, também privada de qualquer potencial de transformação. Cada processo de análise abala as referências do próprio analista, e faz com que ele encontre o estranho em si mesmo. É sua própria análise pessoal que poderá conectá-lo com as fontes da mobilidade psíquica necessária à ressonância de sua escuta.

O analista escuta a partir do lugar de transferência. Ser suporte da transferência permite acompanhar as repetições, não para explicá-las ao paciente (o que não teria efeito algum), mas sim para deixar-se tomar por ela, e do seu interior *fazer* um deslocamento que é em princípio um deslocamento subjetivo do analista, deslocamento que poderá ser transmitido ao analisando com uma palavra, um gesto, ou por vezes mesmo através do silêncio.

Figurações do lugar do analista

Sabemos que, no desenvolvimento da obra freudiana, várias figurações do lugar do analista na escuta foram se fazendo presentes, algumas das quais apresentamos a seguir.

O *analista arqueólogo*, historiador, arquivista, surge da insistência de Freud no trabalho sobre a rememoração, visando desfazer os efeitos da amnésia infantil e preencher as lacunas da memória. Essa proposta manteve-se até os textos tardios, mas foi revelando seus limites ao longo da sua obra. Na *Psicoterapia da histeria*, por exemplo, o material psíquico aparece ordenado numa tripla estratificação – ordenamento cronológico, temático e por grau de resistência – e o analista realiza essencialmente um trabalho de busca de cada situação traumática, como quem pesquisa num arquivo. Apesar do lugar de inegável destaque que esta figura ocupa no texto de Freud, não podemos esquecer que o tempo da ressignificação também

O analista
é agora o destinatário
de toda palavra na
transferência, o lugar
central
ao redor do qual
se montam
os circuitos
de repetição,
que possuem
como alicerce
a pulsão.

é enunciado por ele numa etapa bastante precoce de seu trabalho. O “só depois” já aparece no *Projeto de uma psicologia científica*, e a teoria da memória como re-transcrição pode ser encontrada na “Carta 52”. Assim, fica difícil sustentar a idéia daquela ordenação ao lado da concepção de uma memória que não é uma memória-arquivo e sim uma memória viva, em movimento e feita de pequenos fragmentos ressignificados no tempo. De qualquer forma, a imagem do arqueólogo que encontra os fragmentos preservados das experiências infantis, ou que reconstrói o que existia a partir das marcas deixadas (será pelas marcas deixadas no chão que se poderá saber quantas colunas havia, assim como sua altura na construção original, dirá Freud em “Construções em análise”) é uma metáfora que reaparecerá no decorrer de toda a obra de Freud.

Uma segunda figura, aquela do *analista decifrador*, irá tomar

força a partir de *Interpretação dos sonhos* (1900). Aqui, o analista ver-se-á colocado diante de um texto enigmático, o conteúdo manifesto do sonho, que por efeito do trabalho de deformação onírica, do deslocamento e da condensação, aparece como uma mensagem cifrada que precisa ser desvendada. Como sabemos, essa concepção de deciframento de textos enigmáticos irá se estender ao sintoma, passando a se constituir em tarefa central do trabalho analítico.

É a partir de Dora que se fará presente uma nova figuração desse lugar de escuta do analista. De fato, quando a transferência deixa de ser um fenômeno periférico para ocupar o lugar primordial numa análise, o analista irá se converter, segundo as palavras de Pontalis, num *destinatário-transitório*, quase um resto diurno, capturado na migração das pulsões, das representações das experiências vividas. O analista é agora o destinatário de toda palavra na transferência, o lugar central ao redor do qual se montam os circuitos de repetição, que possuem como alicerce a pulsão. Não por acaso, para descrever como o paciente age suas paixões – o amor e ódio presentes na transferência – Freud irá lançar mão do exemplo da novela *Gradiva*, texto no qual encontramos o personagem do arqueólogo tomado por uma história de amor, e que é acompanhado por sua terapeuta Zoe na aventura de dar corpo à feminilidade, caminho no qual avança entre os vestígios e as ruínas, interpretando, construindo, ambos movidos a Eros.

O conceito de transferência ganha uma crescente complexidade com suas várias fases – sugestão, resistência e repetição –, passando a ser considerada o campo no qual se joga o jogo analítico. Evidentemente, esse jogo irá sempre incluir o analista, que verá um diferente colorido ser conferido à sua escuta a partir dos novos sentidos assumidos pela repetição. Em *Mais*

além do princípio do prazer (1920) encontramos uma dimensão bem mais estranha e demoníaca. Aqui, o que se repete no automatismo de repetição é o que não está escrito. Fundamentalmente, o que se encontra em jogo é a pulsão de morte, onde a repetição e a ação tomam o lugar da fala e da rememoração. Isso irá construir um outro lugar para o analista, lugar descrito na afirmação de Fédida de que “tem analista onde falta a palavra”.

Como já notamos, em grande parte de sua obra Freud afirmou que analisar é rememorar, tornar consciente o inconsciente, lembrar as vivências e os afetos por elas provocados. Trazer à tona o recalcado através dos restos dos sonhos das associações, permitindo a aparição de afetos sufocados através das repetições na transferência. No entanto, no texto de 1937, “Construções em análise”, ele irá relativizar a importância da lembrança, dizendo que por vezes não há lembrança, e que a “convicção” seria capaz de provocar um efeito análogo ao dela. Reconhece também a existência de um passado anterior à linguagem, e que só poderia voltar enquanto alucinação. Aqui, portanto, a escuta do analista deve se mostrar disponível para o que não está escrito, abrindo-se para o mundo do irrepresentável, que doravante será seu objeto. A construção e o delírio passam a ser vistos como dotados do mesmo poder de convicção, proveniente da verdade histórica vivencial. E, apesar de Freud inicialmente evocar uma narrativa como exemplo de construção, o desenvolvimento do texto permite compreender que na verdade a construção poderia ser mais bem descrita como uma imagem capaz de movimentar a pulsão. A construção faz com que algo antes existente apenas enquanto inscrição sensorial passe a poder desenhar uma figura.

Presenciamos assim uma ampliação do campo de escuta, ampliação que não ocorre pelo abandono

das concepções anteriores. Pois é claro que o que funciona no interior da ordem do princípio do prazer vai continuar sendo trabalhado, e que o trabalho de desconstrução daquilo que surgiu como formação inconsciente enquanto efeito do recalque irá permanecer como objetivo da análise. Mas agora passa a ser necessário também acolher o “mais além”, para poder se fazer face ao irrepresentável.

A história se põe em jogo na transferência. Enquanto os analisandos vão contando as histórias, ambos, analista e analisando, reescrevem a história que se apresentava deformada pelo processo do recalque, reescrevendo seus silenciamentos e camuflagens. Mas ao mesmo tempo também se escreve nos buracos nos quais nada havia sido escrito, desde que seja empreendida a construção de uma superfície na qual essa escritura seja possível. Pois o “espaço da borda” – no qual podem ser produzidos sonhos,

Nota-se o surgimento de uma série de novas resistências contra a psicanálise, ligadas ao predomínio da urgência, da velocidade, da eficácia e da funcionalidade enquanto valores soberanos do mundo contemporâneo.

brincadeiras, atividades criativas, recursos com os quais se enfrentar experiências traumáticas – é por vezes bastante precário, ou mesmo inexistente, sendo assim necessário favorecer sua construção durante o próprio processo analítico.

Algumas mudanças das últimas décadas

Nas duas últimas décadas presenciamos o surgimento de algumas mudanças que devem ser apontadas.

Do lado do analista, embora não se possa afirmar que os dogmatismos tenham sido erradicados, ou que os fechamentos de grupos ou a psicanálise de escola tenham deixado de existir, nota-se que um número crescente de analistas circulam por diferentes corpos teóricos, encontrando nos entrecruzamentos de teorias – o que deve ser diferenciado do ecletismo – um lugar de escuta mais fértil para deixar ressoar a diversidade de fenômenos clínicos.

Do lado dos analisandos tornaram-se cada vez mais presentes algumas novas formas de sofrimento, entre as quais predominam problemáticas ligadas ao desamparo, ao excesso e ao vazio.

No que se refere ao contexto mais geral em que a psicanálise se move, nota-se o surgimento de uma série de novas resistências contra ela, ligadas ao predomínio da urgência, da velocidade, da eficácia e da funcionalidade enquanto valores soberanos do mundo contemporâneo. Os princípios teóricos da psicanálise têm sido bastante questionados, a partir desses valores que, ao favorecer modos de vida e sociabilidade pouco propícios ao cultivo da interioridade, acabam criando nos indivíduos uma menor capacidade de suportar as tristezas e angústias, o que resulta numa maior predisposição a atuações. Lembremos ainda as críticas à psicanálise ligadas à crescente medicalização dos sinto-

mas, e sua oferta à população como saídas miraculosas e infalíveis para qualquer forma de sofrimento. Consideramos essencial o diálogo entre analistas sobre essa transformação das formas de resistência à psicanálise, sem o que sua escuta correria o risco de se esterilizar numa atitude meramente defensiva.

Indissolúvelmente ligada às especificidades de nosso mal-estar contemporâneo, a clínica atual depara-se todo o tempo com a tensão resultante da radicalização de um embate entre o que poderíamos descrever, por assim dizer, como duas formas da pulsão. De um lado, certamente ainda encontramos manifestações daquela pulsão que procura se satisfazer buscando o prazer adiado, regido pela ordem do princípio do prazer, pulsão ligada e articulada no mundo da fantasia, tendo o desejo como fio de ligação. Mas de outro, é numa progressão surpreendente que em nossas clínicas constatamos as marcas de uma

Quando faltam bordas de corpo e bordas de eu, é preciso construí-las. No dia-a-dia, vários fenômenos cada vez mais recorrentes atestam essa necessidade de construir bordas corporais.

vida pulsional caracterizada pela busca do gozo absoluto, na imediatividade de um objeto, num tempo impostergável: impulsões, paralisias de pensamento, patologias de ato, violências autodestrutivas são os efeitos cada vez mais marcantes dessas condições.

É com cada vez mais frequência que recebemos como analisando pessoas vivendo situações de extremo desamparo, ameaçadas com o risco de desorganização do eu. Sujeitos vivendo um sexual sem medida, sem distanciamento nas suas relações com os outros. Buscando lidar com tais condições, alguns tentam preencher o buraco do desamparo com objetos de compulsão, outros fabricam uma couraça que substitui o corpo pulsional. Todos precisam construir na análise a possibilidade de uma separação do corpo próprio e do Outro primordial, organizando estratégias de sobrevivência para fazer frente aos repetidos traumatismos da infância. Também temos deparado cada vez mais com sujeitos de sofrerem ou sofreram violências devastadoras em seu cotidiano – entre outras, roubos e seqüestros – tendo de se haver com seus efeitos desubjetivantes. Ainda é preciso assinalar as frequentes ocasiões nas últimas décadas em que intervenções de analistas têm sido solicitadas junto àqueles que receberam o impacto de catástrofes sociais: situações de avassalamento subjetivo como o terrorismo de estado ou os atentados terroristas, que não necessariamente remetem a uma falha prévia, mas nas quais uma positividade até então existente se desvanece por efeito da irrupção do traumático⁴.

Esse conjunto de situações tem exigido dos analistas um esforço de reflexão a respeito da “metapsicologia dos processos psíquicos do analista na escuta” para retomar uma expressão cunhada por Fédida⁵ a partir dos escritos de Ferenczi sobre a elasticidade da técnica. Entre as muitas interrogações que o tema tem le-

vantado, iremos destacar duas: Qual o funcionamento psíquico exigido do analista quando se trata do irrepresentável? Como se colocar frente ao excesso do traumático para criar condições que permitam reconstituir o invólucro que se fragmentou e precisa ser reconstruído?

As respostas dos analistas a essas questões têm sido convergentes em alguns pontos: 1. Quando não há conflito intrapsíquico, o trabalho de interpretação visando desfazer ligações e estabelecer outras não é possível. 2. Quando o eu encontra-se numa estado de extrema vulnerabilidade, não se podem interpretar ambivalências e ódios contra o objeto. 3. Quando em lugar da memória há pesadelo, quando o que temos são apenas índices ou fragmentos de algo visto ou ouvido na cena traumática, elementos sem caráter propriamente simbólico e que permaneceram sem contextualização, a “construção” se faz necessária⁶.

Assim, quando não se trata de desconstruir o sintoma construído pelo recalque e seu fracasso que provoca o retorno do recalque, mas sim de construir psiquismo, bordas de eu, muitas questões se colocam ao analista, tanto sobre o seu lugar na escuta como em relação a sua forma de intervenção. Quando faltam bordas de corpo e bordas de eu, é preciso construí-las. No dia-a-dia, vários fenômenos cada vez mais recorrentes atestam essa necessidade de construir bordas corporais, como por exemplo a frenética busca das plásticas, a glamourização das marcas do corpo – tatuagens, *piercings* – às vezes certas condutas automutiladoras. Da mesma forma, a incorporação dos objetos derivados – comida, droga, jogo – indicam a tentativa de construir bordas de eu.

Frente à falta de mecanismos de pára-excitação, que deixam o sujeito entregue a excessos impossíveis de serem metabolizados, muitos analistas têm ultimamente afirmado que algo deve acontecer pela *via*

di porre e não pela *via di levare*. E, embora tal afirmação pareça totalmente aceitável, ela certamente nos recoloca diante do impasse com o qual Freud deparou desde o início, o do fantasma da sugestão: como agir pela chamada *via do porre* sem converter uma análise num mero procedimento de caráter sugestivo? Quando se trata do “princípio do prazer”, pode-se funcionar ressignificando as marcas da história; mas quando de certa forma a temporalidade foi “perdida”, quando não há passado e tampouco projeto de futuro, é preciso que o processo analítico funcione como um modelo de história, a partir do qual se crie a possibilidade de construir esse projeto. E esse trabalho deve ser realizado no interior do campo da transferência, campo no qual se joga o jogo, permitindo que as relações com os objetos arcaicos se recriem, se reinventem.

Alguns analistas têm insistido no lugar da regressão tópica onde o analista deveria funcionar para poder formular tal construção, regressão que o levaria ao limite do mundo da representação, propiciando o surgimento de uma imagem, quase uma alucinação que ele então coloca em jogo, entrega para o analisando. Essa imagem teria o poder de imantar as forças pulsionais sem representação, antecipando assim formações pré-conscientes capazes de um dia atrair outras representações. Tal estado regressivo do analista propiciaria portanto a aparição de uma figura capaz de atrair o que até esse momento se expressava meramente no plano sensorio, e que passará doravante a ocupar o lugar de representação-fronteira, colocando um limite ao desamparo radical da perda da representação.

Outros têm insistido na importância da mobilidade psíquica do analista, assim como no papel fundamental da criatividade e do humor quando se trata de pôr em jogo um processo de elaboração psíquica que metamorfoseie o

eu, instaurando um novo lugar psíquico reorganizador do tempo e do espaço, a partir de uma primeira forma de sublimação⁷. Esse processo visaria gradativamente recortar o gozo, criar bordas para o vazio, encontrar ancoragem para as pulsões, permitindo assim o surgimento de uma primeira forma de sublimação que atenua os efeitos do fracasso do recalque originário. Para estes indivíduos que vivem sempre ameaçados por um Outro todo-poderoso que pode aspirá-los e converter o sujeito em nada, talvez o jogo transferencial com um analista que possa suportar o vazio, criando-lhes a confiança de que não serão objeto de canibalismo de um festim narcísico, talvez o trabalho com um analista que não se antecipe na outorgação de sentidos, possa propiciar a criação de figuras nos buracos produzidos por aquilo que não entrou na história.

A inclusão do novo e a importância da figurabilidade

A inclusão do novo é certamente uma das problemáticas fundamentais da psicanálise. Mas de que novo se trata? É no texto “Análise terminável e interminável”⁸ que Freud se refere à inclusão do novo numa análise, usando o termo “neocriação”, para descrever a produção de um estado que nunca existiu no interior do eu, e que se conseguiria com a retificação com posterioridade do processo de recalque. Tal processo colocaria fim ao hiperpoder do fator quantitativo da pulsão, afirmação que demonstra sua preocupação com a relação entre a robustez da pulsão e a robustez do eu. Vemos então aqui a presença de um novo remetendo à relação entre as instâncias, mas também discernimos a presença de um novo que se refere ao surgimento de inscrições ali onde antes não se encontravam, o que irá criar uma superfície na qual se possa escrever, criar psiquis-

mo, imprimir impressões inéditas, construir-se bordas para o eu.

O trabalho da figurabilidade⁹ é fundamental para a inclusão do novo no psiquismo. No seu belo texto “O tempo de sonho e o não tempo do inconsciente”, Monique Schneider mostra o efeito que o conto pode provocar em crianças vivendo situações de extremo desamparo. Nesses momentos, o conto oferece condições de figurabilidade que permitem reconstruir a trama devastada pela intrusão do traumático. O conto serve como objeto intermediário para reorganizar a categoria temporal, reorganizando os movimentos do desejo que propiciam a inclusão do novo. Por exemplo, no momento do nascimento de um irmão, uma criança pode sofrer uma incisão na temporalidade que até esse momento era vivida como indivisa. O novo – o aparecimento do irmão – não pode ser incluído por colocar em jogo uma situação de perda, onde a criança vê de re-

Quando não há passado e tampouco projeto de futuro, é preciso que o processo analítico funcione como um modelo de história.

pena de desaparecer sua tranquilidade em relação ao amor paterno. Esta pode ser considerada uma situação paradigmática das situações de desamparo intenso, de falta de nexos necessários para incluir o novo. É possível, então, a partir da figurabilidade do conto, construir um tecido psíquico que vá criando espaços possíveis para tal inclusão. É nesse sentido que a autora analisa o conto dos cisnes, mostrando cada um dos movimentos que vai na direção da regressão temporal, na direção da temporalidade indivisa oposta ao tempo-seqüência, através dos quais a menina protagonista do conto se faz artesã do que antes apenas sofria na confusão por uma perda inexplicada. É necessário – dirá a autora –, “inserir o acontecimento numa espécie de cosmogonia privada”¹⁰. Esse texto oferece uma descrição realmente fina e precisa do trabalho de figurabilidade, realizado num necessário movimento regressivo, movimento de volta ao não-tempo do inconsciente, visando a retomada do caminho para a temporalidade seqüencial. De forma semelhante ao conto, na construção, a figura oferecida pelo analista pode funcionar como uma ponte intermediária entre a invasão pulsional desorganizadora e o mundo da representação.

Em outras situações nos encontramos com o desamparo produzido pela falta de representações, situações em que predomina o excesso de excitações pela inexistência de nexos de ligação. Também aqui a figurabilidade tem uma função fundamental quando se trata de tentar recortar o excesso de pulsão, quando da realidade material restou só impressão sensorial, quando os cheiros, os barulhos, os *flashbes* de luz deixaram marcas na forma de traços sensoriais, mas falta figura. Quando nos defrontamos com pedaços da realidade que permaneceram como puros elementos sensoriais sem alcançar o caráter de representação psíquica.

Nessas situações nossa função de intérprete não tem lugar. Como

Na construção, a figura oferecida pelo analista pode funcionar como ponte entre a invasão pulsional desorganizadora e o mundo da representação.

afirma Pontalis, “quando se quebra o tecido de imagens (...) o intérprete não tem mais nada então a dizer: ou ele *conserta o tecido* ou, confiando na paciente tecelagem artesanal que se chama ‘perlaboração’, espera que da catástrofe nasça um enredo que não seja mais uma catástrofe”¹¹.

Se em tais casos não há um conteúdo latente a desvendar atrás de um manifesto, faz-se necessário promover pré-consciente. Nós, analistas, concordaríamos que nessas situações nossa capacidade de figurabilidade será fundamental, já que é através das figuras oferecidas pelo analista ao analisando que poderá ser constituída uma borda à “lacuna”, termo com que Freud se referia ao irrepresentável instaurado pelo traumático. Tal figura, repetimos mais uma vez, irá atuar como “representação-fronteira”, conceito que pode ser encontrado no manuscrito K, e no qual podemos reconhecer uma forma embrionária do que bem mais tarde – quase 20 anos depois

– Freud irá descrever através do conceito de recalque primário.

A clínica cotidiana exige cada vez mais do analista que ele se desloque daquilo que é regido pelo princípio do prazer – e que pertence ao recorte da pulsão, produzindo sintomas, sonhos, sentidos, onde o trabalho de desconstrução no tempo da ressignificação é possível – para aquilo que se encontra fixado, inamovível, sem representação e sem tempo, fazendo-se presente no traumático. Em ambos os casos, a sua escuta paciente, sensível e ressoante é o instrumento com que conta. Escuta atenta às armadilhas que a ameaçam, e que se consegue através da análise pessoal, de um saber em permanente transformação e da circulação das reflexões com os colegas sobre as formas sempre mutáveis sob as quais a resistência à psicanálise se apresenta. ■

NOTAS

1. J.-B. Pontalis, *A força de atração*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1991, p. 134.
2. P. Férida, *Clínica psicanalítica*, São Paulo, Escuta, 1988, p. 54.
3. M. Moscovici, *A sombra do objeto*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1990, p. 16-17.
4. D. Waisbrot, M. Wikinski, C. Rolfó, D. Slucki, S. Toporosi (org.), *Clínica psicanalítica ante las catástrofes sociales. La experiencia argentina*, Buenos Aires, Paidós, 2003.
5. P. Férida, “Comunicação, transferência e contra-transferência”, in *Comunicação e representação*, São Paulo, Escuta, 1989.
6. Duas interessantes situações de trabalho de construção podem ser encontradas nos seguintes textos: C. e S. Botelha, *O irrepresentável – Mais além da representação*, Porto Alegre, Criação Humana, 2002, cap. 1, e S. Toroposi, “Duelos em crianças afetadas pela catástrofe social na Argentina. A pequena Ana”, in em Berezin, A. (org.), *13 Variações sobre a clínica psicanalítica*, Buenos Aires, Siglo XXI, 2003, p. 194-215.
7. S. Lê Poulichet, *El arte de vivir em peligro. Del desamparo a la creación*, Buenos Aires, Nueva Visión, 1996.
8. S. Freud, “Análisis terminable y interminable”, in *Obras completas*, Buenos Aires, Amorrortu, 1993, v. 23.
9. Figurabilidade é o trabalho psíquico na vida acordada que guarda uma semelhança com o trabalho onírico, na medida em que segue um caminho regressivo que acaba numa percepção interna.
10. M. Schneider, “O tempo do conto e o não-tempo do inconsciente”, apostila do Departamento de Psicanálise.
11. J.-B. Pontalis, *op. cit.*, p. 36.

Narrativa e imagem: movimentos do desejo*

Miriam Chnaiderman

O desejo é o que possibilita a articulação da cadeia significativa. Trabalhar com o desejo é trabalhar com a imagem enquanto raiz do verbal.

Começo citando um diálogo entre Guilherme e Adso, personagens de *O nome da rosa* de Umberto Eco:

“Diante de alguns fatos inexplicáveis deves tentar imaginar muitas leis gerais, em que não vês ainda a conexão com os fatos de que estás te ocupando e de repente na conexão imprevista de um resultado, um caso e uma lei, esboça-se um raciocínio que te parece mais convincente do que os outros. Experimentas aplicá-lo a todos os casos similares, usá-lo para daí obter previsões, e descobres que adivinhaste. Mas até o fim não ficarás nunca sabendo quais predicados introduzir no teu raciocínio e quais deixar de fora. E assim faço eu agora. Alinho muitos elementos desconexos e imagino as hipóteses. Mas preciso imaginar muitas delas, e numerosas delas tão absurdas que me envergonharia de contá-las.”

Reflete Adso então:

“Entendi naquele momento qual era o modo de raciocinar do meu mestre, e pareceu-me demasiado diferente daquele do filósofo que raciocina sobre os princípios primeiros, tanto que o seu intelecto assume quase

os modos do intelecto divino. Compreendi que, quando não tem uma resposta, Guilherme se propunha muitas delas e muito diferentes entre si. Fiquei perplexo.

‘Mas então’, ousei perguntar, ‘estais ainda longe da solução...’

‘Estou pertíssimo’, disse Guilherme, ‘mas não sei de qual.’

‘Então não tendes uma única resposta para vossas perguntas.’

‘Adso, se a tivesse ensinaria teologia em Paris’ (ou Londres, acrescento eu).

‘Em Paris’ (ou Londres) ‘eles têm sempre a resposta verdadeira?’

‘Nunca’, disse Guilherme, ‘mas são muito seguros de seus erros.’

Miriam Chnaiderman é psicanalista, membro do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae.

(*) Conferência proferida em Paris, no dia 19 de fevereiro de 1988, a convite da Association Freudienne de Paris, e a 11 de maio de 1988, no Instituto Sedes Sapientiae, a convite do Departamento de Psicanálise.

‘E vós’, disse eu com impertinência infantil, ‘nunca cometeis erros?’

‘Frequentemente’, respondeu. ‘Mas ao invés de conceber um único erro imagino muitos, assim não me torno escravo de nenhum.’

Tive a impressão de que Guilherme não estava realmente interessado na verdade, que outra coisa não é senão a adequação entre a coisa e o intelecto. Ele, ao contrário, divertia-se imaginando a maior quantidade possível de possíveis” (p. 350, 351).

Lacan, em seu artigo “Liturgia”, afirma que a crítica literária não recebeu nada da psicanálise e que esta não conduz nela mesma a qualquer juízo literário. Lacan busca onde a psicanálise “faz buraco”, e é isso que constitui seu método. Assim, ele justifica o fato de abrir seus “Escritos” com um estudo que tem como base o conto de Edgar Allan Poe: “Minha crítica, se acontece de ser tomada como literária, não saberia basear-se, eu espero, a não ser sobre o fato de que Poe, sendo escritor, faz uma tal mensagem sobre a letra.” Lacan busca a letra do texto de Poe, sua literalidade.

Hoje, a literatura bem como a psicanálise se misturam: há vários textos escritos por não-analistas onde conceitos analíticos são utilizados para fazer crítica literária. Da mesma forma, várias coletâneas, escritas por analistas, abordam questões literárias. Quando Lacan coloca em questão a psicanálise em suas bases ideológicas, no momento em que estabelece uma clivagem entre o saber e a verdade, coloca o problema, a questão dos dois domínios fica mais clara. Ficção, verdade ou saber: o problema fica mais claro, mas não a resolução do problema.

Para Lacan, escritores e psicanalistas são homens que mudam a linguagem. O que é que isso quer dizer? Mudar a linguagem...

A literatura de vanguarda surge da busca do encontro entre saber e verdade. Sabe-se que há aí uma inevitável convergência entre a literatura contemporânea e a psicanálise. Lacan fala-nos de tudo isso.

A literatura de vanguarda surge da busca do encontro entre o saber e a verdade.

Há aí uma inevitável convergência entre literatura e psicanálise.

É sobre essas questões que gostaria de pensar, sobre a convergência entre literatura e psicanálise. Pois penso que, ao nível do que é específico da escuta psicanalítica, há algo que tem a ver com a produção literária em geral. Se assim for, a literatura poderia esclarecer-nos sobre o que constitui a escuta psicanalítica.

No seminário “Encore” quando Lacan homenageia Jakobson, afirma: “Meu dizer que o inconsciente é estruturado como uma linguagem não é do campo da lingüística” (p. 25). E funda o campo da lingüística. Qual é o significante que é do campo da lingüística? Para que significante deve voltar-se nossa escuta?

A questão relativa ao conceito de “linguagem” é um ponto polêmico ainda hoje. Buscando explicar com qual conceito de linguagem Lacan trabalha, chegamos à já velha briga entre a semiótica e a semiologia: a noção de “linguagem” pode ou não concernir somente ao verbal, ao discursivo.

Mesmo em Jakobson esta questão é de difícil resolução. Este gênio, ao mesmo tempo que assume a proposta de Saussure, considerando a lingüística como um ramo da ciência geral do signo, em outros momentos aproxima-se de Barthes, que chegou a propor uma inversão, passando a

pensar a semiologia como parte da lingüística.

Mas o ensaio de Jakobson “À procura da essência da linguagem” parece não deixar tão limpidamente estabelecida a prioridade verbal no conceito de linguagem. Nesse ensaio, Jakobson procura pensar a questão relativa à arbitrariedade do signo tal como é afirmada por Saussure no *Curso de lingüística geral*. Propõe-se a examinar a “estrutura lingüística sob seu aspecto icônico” buscando os caminhos que fazem com que todo símbolo tenha algum grau de iconicidade (imagética ou diagramática), tal fato contendo em si a possibilidade de estudo e descoberta de estruturas universais na linguagem. Jakobson insiste sobre a importância da obra de Peirce, servindo-se de seus conceitos. A Semiótica, fundada por Peirce, vai além do discursivo.

Quando Lacan instaura o domínio da Lingüística, instaura um domínio de trabalho com o desejo, ele introduz a histeria ao nível da língua, isto é, instaura o trabalho com o que liga a cadeia de significantes. O desejo é o que mexe, é o que torna possível a articulação da cadeia significante.

O que vou tentar desenvolver e propor é que trabalhar com o desejo é trabalhar com a imagem enquanto raiz

do que é verbal. Para que possamos compreender o que isso quer dizer, é preciso que se esclareça algo sobre a noção peirceana de imagem.

Em Peirce, a imagem é um ícone degenerado. O que quer dizer isso?

É preciso refletir sobre esse conceito de ícone, pois ele pode contribuir muito na compreensão de como fica a questão da verdade no trabalho psicanalítico. O ícone está ligado ao que Peirce denominava como “categoria da Primeiridade”. Peirce considerava a existência de três categorias: a Primeiridade, a Secundidade, a Terceiridade.

Na Primeiridade reina a sensação, distinta da percepção, da vontade, bem como do pensamento. A Primeiridade busca a pura qualidade (*suchness*) e a qualidade em si mesma é um poder ser, ela não deve acontecer necessariamente. Uma qualidade de sensação pode ser simplesmente imaginada. Por exemplo, a branquitude pode ou não realizar-se como branco. Quando sentamos diante de nossa escrivaninha sobre a qual está colocada uma folha branca, e não pensamos em nada para escrever, e o branco da folha invade-nos, este primeiro instante é um momento de apreensão de puras qualidades. A página branca é uma possibilidade de escritura. Quando, por fim, conseguimos escrever, já estamos na Secundidade. O ícone tem

O que faz o ícone diferente de outros signos é que no ícone a existência física do objeto

não o determina.

O ícone é um signo que faz signo.

como qualidade representativa sua Primeiridade: não tem necessidade de ser articulado numa organização discursiva, linear. No universo dos possíveis, a lógica da simultaneidade rege um outro tempo onde o “sim” e o “não” coexistem.

O ícone é um signo independentemente da existência do objeto ao qual se liga – são suas características que o transformam em um signo.

Para Peirce, a fotografia seria um índice e não um ícone, pois ela só pode ser produzida no momento em que a semelhança se opera na impressão física que leva a corresponder ponto por ponto à natureza.

Podemos exemplificar como o ícone russo. O que faz com que seja um ícone é seu caráter sagrado – se ele representa o sagrado, a semelhança com a pessoa que aí está representada não tem qualquer importância. É diferente quando vemos cartazes com fotos de Maluf nas ruas de São Paulo: representam a direita porque as pessoas sabem que é Maluf que está nos cartazes; e Maluf é de direita.

O que faz o ícone diferente de outros signos é que, no ícone, a existência física do objeto não o determina. O ícone é um signo que faz signo.

Vejamos isso, por exemplo, em um poema de Haroldo de Campos:

branco	branco	branco	branco
vermelho			
estanco	vermelho		
	espelho	vermelho	
		estanco	branco

Aqui o significado branco é colocado em questão pelo seu signo “branco”, e é exatamente isso que faz o poema. O papel é branco e o signo é negro. Há qualquer coisa que deve se estancar e o espelho é invertido, o espelho do imaginário, o espelho que faria com que o significado fosse especular de seu significante. São as relações especulares na própria língua que são questionadas. E é isto que a poesia em geral deve fazer. Toma o signo como signo e disso tira as conseqüências. No poema, a qualidade, a branquitude ganha uma forma negra. O que faz que um significado esteja ligado a um significante torna-se da ordem do possível, cessando, pois, de corresponder ao referente. Estamos sempre ao lado do referente.

A noção lacaniana da verdade como sendo da ordem da ficção ganha uma possibilidade operatória com todos estes conceitos.

Trabalhar com o icônico é trabalhar com a palavra tornada imagem de palavra.

Vejamos um outro poema concreto:

V V V V V V V V V V
 V V V V V V V V V E
 V V V V V V V V E L
 V V V V V V V E L O
 V V V V V V E L O C
 V V V V V E L O C I
 V V V V E L O C I D
 V V V E L O C I D A
 V V E L O C I D A D
 V E L O C I D A D E

Através da imagem da palavra exploramos a palavra. O único referente possível é a palavra em si mesma. Primeiro desenhamos a palavra e depois escutamos o significante.

No sonho, é Freud que nos mostra, a excitação toma um caminho regressivo: em lugar de avançar em direção à extremidade motora do aparelho, ela se expande em direção à extremidade sensível, terminando por chegar ao sistema de percepção. Ou seja, o desejo articula-se como imagem.

Para escutar o desejo, é preciso transformar o discurso em imagem, é preciso ter uma escuta que olha.

Se o desejo é o que torna possível a articulação da cadeia significante, trabalhar com o desejo é trabalhar com a imagem enquanto raiz do que é verbal. Para escutar o significante é preciso desenhar a palavra.

Na escuta psicanalítica, transformamos o discurso em imagem. É preciso ter uma escuta que olha. É preciso ter um ser de poesia.

Lacan disse uma vez: “Não sou um poeta, sou um poema que

É preciso
 ter uma escuta
 que olha.
 O ser de poesia
 que constitui o
 analista
 torna-se cotidiano
 na clínica.

se escreve, apesar de parecer ser sujeito”.

Este ser de poesia que nos constitui torna-se nosso cotidiano na clínica psicanalítica. No relato de cada tratamento psicanalítico, há um ser de poesia.

É na busca do que constitui este ser de poesia que W. Propp pode fornecer-nos uma forma de escuta da estrutura.

Propp publicou pela primeira vez a “Morfologia do conto maravilhoso” em 1928. A segunda edição só apareceria em 1969, seguida de importante ensaio de Méletinski (que também está traduzido para o português em recente edição). As atividades desse folclorista russo foram marcadas, por um lado, por sua proximidade com o formalismo russo e, de outro, por sua aceitação das teorias do lingüista N. I. Marr. Sabemos que este foi duramente criticado por Stalin, que não acreditava na determinação da linguagem pela infra-estrutura.

É em 1958, quando acontece a tradução desse livro para o inglês, que sentimos seu impacto no Ocidente, através de uma polêmica que se instaura entre Propp e Lévi-Strauss.

Em seu trabalho *Morfologia do conto maravilhoso*, Propp buscou classificar os contos e, nessa pesquisa, chegou a um protoconto. Observou que as ações desses contos são sempre as mesmas e inventariou 31 funções. E todas essas funções são articulações possíveis do desejo tal como o concebemos em psicanálise. Seria o processo psicanalítico regido por uma lógica da fábula?

Propp debruça-se, em seu primeiro livro, sobre um tipo particular de conto, o de magia. Ou seja, esboça claramente o objeto de sua pesquisa: quer chegar ao que caracteriza tais contos a partir de uma comparação entre eles, pesquisando as constantes.

Para esta pesquisa, é preciso decompor os contos nas partes que o constituem. Estamos aqui diante das questões relativas às partes do discurso. Sabemos que o debate relativo às unidades mínimas de trabalho é interminável. Lacan, ao menos em seus primeiros textos, buscou resolver esta questão considerando os significantes como unidades – talvez daí a confusão entre lei / nome / significante. Derrida opôs-se a Lacan pensando em termos de movimentos. Se assumimos que o trabalho psicanalítico busca as articulações governadas pelos movimentos do desejo, talvez essas questões sejam ultrapassadas.

Mas, voltando a Propp, em sua pesquisa foi preciso decompor o conto nas partes do discurso que o constituem. E assim é que toma as ações como unidade de trabalho, pois observa que é próprio do conto maravilhoso atribuir ações semelhantes a personagens diferentes. Propp submete o texto a duas operações: a primeira consiste no fracionamento e segmentação de uma série de ações sucessivas; na segunda operação, as frases são tomadas em um sentido mais geral e reunidas em feixes que

Freud procede
com o sonho
como se estivesse
diante de uma
estrutura narrativa.

A pesquisa
do sentido,
para ele, faz
do sonho
uma estrutura
particular
cuja pesquisa se
torna absolutamente
necessária.

constituíram as funções, cujo nome representaria a designação abreviada e generalizada de uma ação na forma de um nome.

Freud, no capítulo sobre “O método de interpretação dos sonhos” da *Traumdeutung*, depois de ter exposto a primeira forma de interpretação profana, que designa como “simbólica” (o sonho é tomado em sua totalidade e substituído por um outro conteúdo), fala-nos do “método decifrador” onde o sonho é visto como uma espécie de escrita secreta na qual cada signo pode ser traduzido através de uma chave pré-fixada. Freud sublinha que o essencial do método decifrador seria trabalhar separadamente com cada um dos componentes de seu conteúdo, pois cada fragmento teria uma determinação específica. Seria inútil tentar trabalhar com o sonho como um todo, mesmo após ter pedido ao paciente para intensificar sua atenção sobre suas percepções psíquicas e excluir a

crítica que habitualmente ordena suas idéias. É preciso, diz Freud, que o sonho seja fragmentado para que o paciente possa associar. Esta é a primeira operação. O que vai permitir o trabalho de interpretação do sonho vai ser o que corresponderia à segunda operação de Propp, ou seja, reunir as diferentes associações do paciente em feixes e dar uma ordem, um sentido. Mas, no sonho, os critérios para fragmentação, não sendo dados pela comparação com outros sonhos, são menos claros.

Propp busca as leis da construção do conto. É nessa pesquisa que chega ao conceito de função – grandezas constantes repetidas nos contos maravilhosos; trabalha sempre com um sintagma narrativo.

Vemos que Freud procede com o sonho como se estivesse diante de uma estrutura narrativa. A pesquisa do sentido, em Freud, faz do sonho uma unidade com uma estrutura particular cuja pesquisa se torna absolutamente necessária. Todo o capítulo “A elaboração onírica” da *Traumdeutung* procura esclarecer esta estrutura onírica; mas, conforme vimos, antes desse encontro e pesquisa do sentido, reflete sobre o método para trabalhar o sonho. Freud coloca a questão da escuta analítica. E, nesse método, propõe a fragmentação do conteúdo do sonho.

O que guia Freud na fragmentação de cada sonho? Qual é a escuta que permite essa fragmentação?

Tomemos o sonho de Irma e vejamos como ele o fragmenta. Quando observamos o fragmento que trabalha, vemos que opera com dados externos ao sonho, aquilo que nomeia como informações preliminares. Conta como foi seu contato com Irma e com Otto. E para cada fragmento há uma lembrança, um fato qualquer que apresenta uma relação com o que é contado. Cada fragmento é colocado em seu contexto.

Na crítica severa que Lévi-Strauss dirige a Propp, fala da necessidade de um exame minucioso do contexto: a variação dos conteúdos

Analisar
 um conto pode supor
 operar, de um lado,
 com as funções de Propp e,
 de outro, com os esquemas
 de Lévi-Strauss:
 em cada sonho,
 experiências as mais significativas
 são arranjadas
 em um sintagma
 narrativo.

não teria sido explorada por Propp devido ao fato de não dispor de um contexto etnográfico.

Propp, à medida que busca a especificidade enquanto gênero do conto de magia, analisa, inicialmente, o desenvolvimento cronológico linear. Por outro lado, Lévi-Strauss, que tem interesse na lógica mítica, parte do mito: as funções estariam ligadas verticalmente – está buscando uma paradigmática.

Quando Lacan afirma que a metonímia é a operação fundamental do inconsciente, faz-nos pensar em um modelo estrutural linear. Em sua crítica, Lévi-Strauss afirma que Propp teria elaborado uma gramática sem léxico, esquecendo que não há “língua na qual se possa deduzir o vocabulário da sintaxe”. Para Lévi-Strauss, haveria em Propp um desconhecimento da complementaridade entre significante e significado.

É interessante notar como as críticas que Lévi-Strauss dirige a Propp são freqüentemente dirigidas a Lacan. Este último é bastante claro

a respeito: não quer saber nada do léxico, interessa-se pela sintaxe.

Para Freud, na *Traumdeutung*, é através de uma longa enumeração de sonhos e a partir de suas interpretações que chega a uma concepção do que é um processo onírico, e do que está subjacente ao que denominamos sonho. Freud parte do sintagma narrativo. É através da fragmentação do sonho de Irma que pode concluir que o conteúdo do sonho é a realização do desejo, isto é, a realização de uma ação, a encenação do verbo.

Função em Propp e desejo em Freud – na interpretação do sonho chegaríamos à classificação de algumas funções que seriam importantes no trabalho de elaboração onírica, articuladas nos sintagmas que constituem o relato de um sonho.

Todo sonho possui, Freud nos diz, além de sua ligação com o que foi recentemente vivido, seu conteúdo manifesto, uma relação em seu conteúdo latente com o vivido em épocas mais distantes na existência do sujeito. O sonho associa uma função mítica com a estrutura do

conto. Em seu ensaio “A eficácia simbólica”, Lévi-Strauss declara:

“(…) muitos psicanalistas se recusarão a admitir que as constelações psíquicas que reaparecem na consciência do doente possam constituir um mito.”

Acreditamos que se trata exatamente disso, constituem um mito. Mas a transferência, condição da situação psicanalítica, não sendo apenas repetição, introduz o conto, a invenção. A transferência é produtora do analítico. Analisar um conto pode supor operar, de um lado, com as funções de Propp, e de outro lado, com os esquemas propostos por Lévi-Strauss: em cada sonho, experiências as mais significativas e primitivas são selecionadas e arranjadas em um sintagma narrativo.

A função seria pois um outro nome do desejo – o desejo como verbo, a imagem do verbo que é verbo em imagem, encenação do desejo.

O desejo articulado como imagem, a imagem como apreensão de pura qualidade, o psicanalítico como escuta da imagem. As relações entre os diferentes significantes formam um movimento interminável que constitui a imagem. O que apreendemos são esses movimentos. É o fim da dicotomia composta por significante-significado. Aceitando a disseminação, o espaçamento, como o que nos constitui, tornamos possível o trabalho com os movimentos dos significantes sem que estes se tornem essências imutáveis.

E, como sempre, infinita deriva, no começo era o Verbo. ■

BIBLIOGRAFIA

1. Ch. S. Peirce, *Semiótica*, São Paulo, Perspectiva, 1987.
2. J. Lacan, *O seminário livro 20, mais ainda...*, Rio de Janeiro, Zahar Ed., 1982.
3. “Lituraterra” in *Littérature*, nº 3, octobre 71, Larousse.
4. O. Lévi-Strauss, *Anthropologie structurale*, Paris, Plon, 1958.
5. R. Jakobson, “À procura da essência da linguagem”, *Linguística e comunicação*, São Paulo, Cultrix, 1969.
6. V. I. Propp, *Morfologia do conto maravilhoso*, Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1984 (org. Boris Schnaiderman).

Caminhos de mim

Miriam Chnaiderman

A partir do texto de 1988 e de dois artigos posteriores, a autora observa em seu trajeto um caminhar em direção a formas expressivas para além do discurso, no qual assume proeminência cada vez maior a noção de *intensidade afetiva*.

Introdução

O ensaio “Narrativa e imagem: movimentos do desejo”, publicado no primeiro número da revista *Percurso*, é um resumo cuidadoso – pois, conforme nota, foi minha fala na Association Freudienne em Paris – de minha dissertação de mestrado, posteriormente retrabalhada para o livro *O hiato convexo: literatura e psicanálise*¹. Esse mesmo ensaio depois foi parte do meu livro *Ensaio de psicanálise e semiótica*². Penso que, de fato, aí se iniciava um longo caminho de reflexão sobre as relações entre arte e psicanálise. Fui tomando outros rumos, todos eles bem passíveis de serem acompanhados em outros números de *Percurso*. Escolhi outros dois ensaios que considero marcos em meu pensamento, para apontar como fui me transformando. São eles: “O processo psicanalítico, a experiência mítica e mística na passagem do sagrado ao trágico”³ e “Cintilações múltiplas: fendas para mundos possíveis”⁴.

Sobre o ensaio “Narrativa e imagem: movimentos do desejo”⁵

Foi Chaim S. Katz quem me apontou, em resenha publicada no *Jornal do Brasil*⁶ o quanto ainda me en-

contrava presa à noção de estrutura, embora todo o ensaio se pautasse em uma crítica a alguns conceitos lacanianos, como o de letra, linguagem e significante. Ainda considero atual e pertinente a discussão destes conceitos. Mas, hoje, posso dimensionar quanto é verdadeira a observação de Chaim Katz.

A segunda parte desse ensaio, onde, baseada no formalista russo V. Propp, busco uma lógica do conto de fadas para a psicanálise, estava inteiramente movida pela paixão pela filosofia da ciência, pela busca de uma álgebra que fundamentasse epistemologicamente a escuta do inconsciente. Hoje, não mais busco um universal que dê conta da minha clínica enquanto psicanalista.

Sobre o ensaio “O processo psicanalítico: a experiência mítica e mística...”⁷

Esse ensaio é fruto de uma fala realizada em congresso na Bahia em junho de 1993, colóquio “Psicanálise

Miriam Chnaiderman é psicanalista, membro do Departamento de Psicanálise do Sedes Sapientiae, doutora em Artes, ensaísta, com os seguintes livros publicados: *O hiato convexo: literatura e psicanálise* (Brasiliense, 1989), *Ensaio de psicanálise e semiótica* (Escuta, 1989). Vem publicando em várias coletâneas e revistas. Documentarista, dirigiu os curtas *Dizem que sou louco* (1994), *Artesãos da morte* (2001), *Gilete Azul* (2003); *Isso, aquilo e aquilo outro* (2004).

e religião – O império do sentido”, promovido pela *Revue Littoral de Paris* e Colégio de Psicanálise. Trata-se de uma indagação sobre as relações entre psicanálise e religião, que se detém na questão da mística, o que implica em um interrogar além do discursivo e lógico.

Assim inicio: “É a partir das mulheres e dos místicos – por exemplo, São João da Cruz – que Lacan vai pensar em um gozo que está mais além da palavra e que o leva a crer em Deus. Como esse gozo, segundo afirma, não existe e não significa nada, vai colocar-nos, conseqüentemente, na via da descoberta mística. Não existir, para Lacan, significa não poder ser nomeado”. É interessante observar que nesse ensaio, escrito seis anos depois, é um outro Lacan que passa a me interessar: o Lacan que quer pensar o que está além da fala. De fato, é bom lembrar, em “*Lituraterra*”⁸, ele afirma que a psicanálise *faz buraco (fait trou)*, irrompe na linguagem. Em minhas

Minha
questão era:
“Seria esta corrente
semiótica
a abertura
para o que é
da ordem
da sensualidade?”

proposições faço-me então acompanhar por Jacques-Alain Miller, que “passou a reconhecer que a função da fala não esgota aquilo que revela do campo da linguagem”⁹. Observo, “o além da fala tem a ver com um ‘ser da significância’, operação de engendramento do significante”. Indago-me então: “ocorreria a significância ainda dentro do campo da linguagem?”.

Baseada em meu trabalho com Derrida – juntamente com Renato Janine eu traduzira a *Gramatologia*¹⁰ – apontava o quanto a divisão entre significante e significado tem a ver com toda a metafísica ocidental, correspondendo à antiga divisão entre espírito e matéria. Cito também Kristeva, que frisou que tal divisão impede o estudo científico dos fenômenos ditos *do espírito*. É preciso distinguir práticas simbólicas e práticas semióticas. O simbólico teria como base a linguagem discursiva, e teria a ver com a Semiologia tal como foi exercida por Greimas. Barthes também afirmou ser a semiologia um dos ramos da lingüística. Assim, para a Semiologia, a matriz é a Lingüística. A Semiótica é a abertura para outros signos além daqueles trabalhados pela lingüística. É o filósofo Charles S. Peirce que vai sistematizar o estudo dos signos de maneira geral. Kristeva está interessada na corrente semiótica da simbolicidade. Ou seja, naquilo de não languageiro que há em todo discurso. Minha questão era: “Seria esta corrente semiótica a abertura para o que é da ordem da sensualidade?”. Colocava-se então como inevitável a pergunta: “como ouvir as pulsões? Como não permanecer apenas no simbólico, e poder, no simbólico, aprender o que é da ordem da semiotização?”.

A diferença que Kristeva faz entre sentido e significação ainda hoje me norteia. O sentido é pura possibilidade expressiva – são as formas não-discursivas, não-representativas na consciência. Ao final do ensaio eu afirmava a profunda

conexão da linguagem com experiências expressivas primárias.

Sobre o ensaio “Cintilações múltiplas: fendas para mundos possíveis”

Foi quando, depois de expor a crítica que Monique Schneider faz aos estruturalistas na reflexão que fazem sobre o conto (haveria uma luta entre *Cronos* e *Logos*), faço uma autocrítica que considero importante: “Há muito tempo me debruço sobre a relação existente entre a estética e a psicanálise, sempre movida pela busca da compreensão de minha clínica. Minha dissertação de mestrado que foi publicada no livro *O hiato convexo: literatura e psicanálise* é uma reflexão sobre esse tema. Aí, cheguei inclusive a propor, para pensar a clínica, uma lógica do conto maravilhoso, tal como foi pensada por Propp, autor que se enquadra perfeitamente na crítica feita por Monique Schneider. Propp, a partir do trabalho com o que denomina o ‘conto maravilhoso’, buscou um sistema universal de relações. Eu também buscava alguma lógica, ainda que fosse a lógica do conto maravilhoso, para pensar a clínica. Naquele momento, eu já dava bastante importância à noção de primeiridade, categoria estabelecida por Peirce, e que tem a ver (aqui é citação do ensaio, acho que tem que deixar como está lá....) com o icônico, com a qualidade de sensação, com o que não é da ordem do discursivo. Mas, nos parâmetros que me norteavam, eu não conseguia pensar além da significação, incluir na minha reflexão a noção de sentido. Ainda me são úteis as premissas que utilizava, como por exemplo a idéia de que no símbolo há sempre algo de não simbólico (primeiridade). Até então, pensava o não simbólico como sendo da ordem do imagético: na escuta analítica era preciso transformar a fala em imagem – eu usava como exemplo

a poesia concreta. Hoje, penso este para além do símbolo mais como um real expressivo”¹².

Eu terminava o ensaio citando Isaías Melsohn, que afirma que não há por que buscar o sentido por trás da expressão, que é preciso apreendê-lo em sua própria expressão. Refere-se a uma escuta do sentido.

Propunha então que, em nossa clínica, para além da linearidade de uma fala buscamos os movimentos intencionais expressivos pré-sígnicos articulados e mobilizados.

Naquele momento, a descoberta do estudo de Deleuze sobre Bacon, o ensaio *Peindre le cri*¹³, foi revelador. Refletindo sobre a arte, Deleuze afirma que a questão não é reproduzir ou inventar formas, e sim captar forças. Para ele não existe arte figurativa. A tarefa da pintura seria tornar visíveis forças que não o são. Na música, tornar sonoras forças que não o são. A força está em relação estreita com a sensação, pois é preciso que uma força se exerça sobre um corpo. Mas nunca a força é sentida. Quando analisa o grito como objeto da pintura de Bacon, afirma que a questão não é dar cores a um som. Na música, tampouco trata-se de tornar o grito harmônico, mas, sim, de tornar visível o invisível. Nesse momento do ensaio eu recorro a *A hora da estrela*¹⁴ e cito Clarice Lispector: “A minha vida a mais verdadeira, é irreconhecível, extremamente interior e não tem uma só palavra que a signifique.” Em texto meu, “Passeando entre a literatura e a psicanálise”, eu detinha-me em Clarice Lispector a fim de pensar o processo psicanalítico. O que dera origem a esse ensaio foi minha fala em 1978, no I Congresso de Psicoterapia Interpretativa. Em 1987 foi publicado no *Suplemento Literário de Minas Gerais* e em 1989 fez parte da coletânea *Ensaio de psicanálise e semiótica*¹⁵. Vejo-me hoje mais próxima do que propunha em 1978 do que de minha dissertação de mestrado. Aliás, assim inicio um texto ainda inédito que escrevi para

Refletindo sobre a arte,
Deleuze afirma que a questão
não é reproduzir ou inventar formas,
e sim captar forças.
Para ele não existe arte figurativa.
A tarefa da pintura seria
tornar visíveis forças que não o são.
Na música, tornar sonoras
forças que não o são.

livro organizado por Edith Derdyck: “O que atrapalha ao escrever é ter que usar palavras. É incômodo. Se eu pudesse escrever por intermédio de desenhar na madeira ou de alisar uma cabeça de menino ou de passear pelo campo, jamais eu teria entrado pelo caminho da palavra.”¹⁶

Hoje

Nesse mesmo texto inédito utilizo-me do conceito de subjétil, tal como Derrida o resgata de Artaud¹⁷. Artaud usou o termo subjétil sempre que escreveu sobre seus desenhos. Subjétil, onde o Eu (*Je* em francês) fica sutil, estabelece uma semelhança total entre o subjetivo e o projetil. Derrida nos explica que a palavra *subjétil* não é nova e vem do francês ou do italiano. Pertence ao jargão da pintura e designa o que está de certo modo deitado embaixo (*sub-jectum*) como substância, e que pode ser um sujeito ou um súcubo. Fica entre a

parte de baixo e a de cima, sendo ao mesmo tempo um suporte e uma superfície – é, na pintura e na escultura, tudo o que nelas se distinguiria da forma, tanto quanto do sentido e da representação. Subjétil é o que não é representável. Uma espécie de pele, perfurada de poros. No subjétil escreve-se e pinta-se o intraduzível e não representável. Descrever ou representar aquilo que se vê provoca uma dissociação entre olhar e fala e, assim, a perda do olhar que a língua porta em si. Essa relação do olhar com a fala é a condição do ato poético de uma fundação da língua. O subjétil é o suporte, a superfície ou o material, o corpo único da obra em seu primeiro acontecimento, no nascimento, aquilo que não se deixa repetir, aquilo que se distingue tanto da forma quanto do sentido e da representação. O subjétil talvez nem seja alguma coisa – talvez apenas anuncie. O subjétil, enlouquecido, abre passagem para o inato que um dia foi assassinado. Uma obstetria violenta atravessa as pala-

A poesia toma o signo
 como signo,
 a palavra torna-se imagem
 da palavra,
 e o desenho grafa em imagem
 o precipitado de sons
 que se tornam escrituras.
 O limite foi atravessado,
 foram abolidas as fronteiras entre as artes,
 tudo é figuração do outro
 em leque que se abre
 e multiplica.

bras. À força de música, de pintura, de desenho, opera a força.

Pictograma é, para Derrida, essa obra na qual a pintura – a cor, mesmo preta – o desenho e a escrita não suportam qualquer parede divisora, nem a das artes nem a dos gêneros, nem a dos suportes nem a das substâncias. Proto-escritura na qual são projetados todos os mitos de origem, virtudes encantatórias ou conjuratórias, trajetória do que atravessa o limite entre pintura e desenho, entre escritura e desenho e pintura, atravessamento das artes do espaço e das outras, entre o espaço e o tempo. Trata-se sempre da inscrição de um projétil no que é chamado de palavras e imagens, aquilo que no símbolo é portador da iconicidade. Abertura para o semiótico de todo símbolo. Ícone peirciano ligado à categoria da primeiridade, buscando a pura qualidade e a qualidade em si mesma é um poder ser, não acontece necessariamente. A branquitude

pode ou não realizar-se como branco. No poema e no desenho, há inscrição de subjéteis que aceleram e precipitam palavras e imagens, grafismos em ritmos tresloucados. A poesia toma o signo como signo, a palavra torna-se imagem da palavra, e o desenho grafa em imagem o precipitado de sons que se tornam escrituras. O limite foi atravessado, foram abolidas as fronteiras entre as artes, tudo é figuração do outro em leque que se abre e multiplica. Sem o movimento as figuras tornar-se-iam tais quais idéias claras, mortas e acabadas. A pictografia é escutada – as letras transcrevem fonemas que não pertenceriam a nenhuma língua natural. A língua natural enlouquece e tem que voltar a um estado anterior a seu nascimento, cópula interposta, nos termos de Derrida entre o –jeto do objeto e o –jeto do sujeito. Letra anterior à palavra numa língua intraduzível, suspendendo o valor representativo da linguagem. Anterioridade que não é origem, pois a

originalidade é sempre secundária – uma origem secundária não pode mais ser nem originária nem secundária, e não existe portanto origem. A escritura, anterior à fala, acentua o risco do desvio pelo sensível implicado em todo significante. O ponto de origem torna-se inalcançável. O grafo deixa de ser mero reflexo da oralidade. Pelo contrário, a língua oral já pertence à escritura.

Em meu texto para o livro de Edith Derdyck, eu propunha que como analistas devíamos “melecar essa linguagem purificada e ir atrás do desenho da fala que está nas coisas. Fazer Vênus, voltar à carnalidade do desejo...”. Inspirada em Fédida eu propunha: buscar o dom nas palavras, ir de encontro ao desenho do mundo.

Assim, com Deleuze, Fédida, Derrida, Clarice Lispector, fiel a Freud e Lacan, vou passeando por mundos da minha clínica e leituras, pois, é preciso deixar claro, meu percurso entre a arte e a psicanálise nasce de uma busca de compreensão daquilo que dá especificidade à escuta clínica. ■

NOTAS

1. M. Chnaiderman, *O hiato convexo: literatura e psicanálise*, São Paulo, Brasiliense, 1989.
2. Idem, *Ensaio de psicanálise e semiótica*, São Paulo, Escuta, 1989.
3. Idem, *Percursos*, ano VI, nº 11.
4. Idem, *Percursos*, ano XII, nº 25.
5. M. Chnaiderman “Narrativa e imagem: movimentos do desejo”, *Percursos*, ano 1, nº 1, 2º sem. 1988.
6. C. Katz, “Prova de vigor – ensaios comprovam a vitalidade da psicanálise brasileira”, *Caderno Idéias, Jornal do Brasil*, 26-8-89.
7. *Op. cit.*
8. J. Lacan, “Lituraterre”, in *Littérature n.3*, Paris, Larousse, out. 1971.
9. G. Deleuze, *Logique de la sensation*, Francis Bacon, Paris, ed. De la Différence.
10. J. Derrida, *Gramatologia*, São Paulo, Perspectiva, 1973.
11. M. Chnaiderman, “De um ao outro século: a psicanálise”, *Revista da APPOA*, Associação Psicanalítica de Porto Alegre, n. 18, junho, 2000.
12. M. Chnaiderman, in “Cintilações múltiplas,,”, *op.cit.*
13. G. Deleuze, *Logique de la sensation*, Francis Bacon, Paris, ed. De la Différence.
14. C. Lispector, *A bora da estrela*, São Paulo, Ática, 1996.
15. M. Chnaiderman, “Passeando entre a literatura e a psicanálise”, in *Suplemento Literário de Minas Gerais*, nº 1.091, 19-12-1987.
16. C. Lispector, “Escrevendo”, in *Mas já que se há de escrever*, São Paulo, Ática, 1984.
17. J. Derrida, *Enlouquecer o subjétil*, São Paulo, Ateliê Editorial, Imprensa Oficial, Ed. Unesp, Fund., 1998.

Notas sobre a supervisão psicanalítica*

Luiz Carlos Menezes

A prática de supervisão situa-se na fronteira entre o singular e o univesal, entre o devaneio associativo e o discurso articulado.

Quando um analista fala, o que diz poderá ter um efeito favorável para a análise do paciente, produzindo uma abertura associativa inesperada, um *insight*, a percepção de um movimento transferencial particularmente vivo no momento de interpretação. O efeito de análise de uma interpretação, no entanto, não reside sempre no conteúdo principal do que pretende dizer o analista, mas pode resultar de alguma expressão ou palavra acessória, dita à revelia de sua intenção e de sua atenção. Ou seja, o paciente nem sempre ouve aquilo que o analista quer que ele ouça. A análise que está se passando do lado do paciente não coincide inteiramente com o que pensa dela o analista. Há, por assim dizer, duas versões simultâneas, paralelas, da análise do analisando, uma do lado deste, outra do lado do analista; apresentam pontos de intersecção, de tangenciamento, de interpretação, mas não se superpõem.

Quando ocorre de o analisando retomar com fidelidade o que lhe disse o analista, imobilizando-se ali num esforço de auto-persuasão, vejo nisto uma expressão de

resistência. Na coincidência fixa entre o que diz o analista e o que diz o analisando, não há análise, mas resistência à análise, resistência a dois. Resistência a dois que pode bem tornar-se resistência a três se no circuito foi incluído mais um analista que, na condição de supervisor, sinta-se imbuído do dever de explicar ao seu colega tudo o que está de fato se passando na análise do paciente.

O imbróglio não se simplificaria, no caso de o analista-supervisor ser, além disso, membro do comitê de formação de um instituto ao qual tivesse que dar conta do trabalho realizado com (e pelo) colega. Controle do comitê sobre o didata, do didata sobre o supervisor, do supervisando sobre o paciente: esses sucessivos controles carregam consigo a miragem de um domínio possível, de uma domesticação racional ou racionalizante do objeto da prática psicanalítica. Ora, o objeto da psicanálise é fu-

Luiz Carlos Menezes é psicanalista, membro do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae.

(*) Comunicação apresentada no painel sobre "Supervisão", promovido pela Livraria Pulsional, em junho de 1988.

A supervisão assume dimensão pedagógica quando se vê a psicanálise como saber acabado.

gídio em sua natureza, assim como é radicalmente singular qualquer ato analítico.

A prática da supervisão situa-se na fronteira entre a atividade analítica e as teorias que a instituem e que lhe fornecem um substrato conceptual; situa-se na fronteira entre o singular e o universal, entre o devaneio associativo e o discurso articulado. E é necessário que permaneça nesta fronteira, como “momento de prática teórico-clínica em *statu nascendi*” (Valabrega). O sempiterno contencioso sobre a “cientificidade” da psicanálise não encobre apenas um inocente desejo de respeitabilidade, nem somente uma busca de reassentimento (um saber científico é suposto ser um saber seguro), mas tem também implicações nas relações de poder entre analistas, nos seus clãs, grupos e associações. Resta saber se na ciência o que se está buscando é a humildade do cientista, que se deixa refutar por cada um de seus

experimentos (ou pelo experimento do colega), ou a certeza arrogante de uma certa ideologia científica?

Supervisor x professor

É a partir de uma maneira de ver a psicanálise como saber acabado, que se introduz na supervisão a dimensão pedagógica tão cara à Anna Freud, na análise de crianças. Ora, um supervisor não é um professor. O professor se propõe a comunicar ao aluno um conjunto bem definido de conhecimento, recorrendo a técnicas e artifícios didáticos; o analista em posição de escuta de outro analista terá que proceder a uma certa suspensão, ao menos provisória, de seus conhecimentos, entregando-se a uma atividade associativa e elaborativa em sintonia com o que está sendo dito, nesta escuta, como numa sessão de análise, poderá permanecer muito tempo ouvindo nas brumas,

até que as idéias comecem a brotar, ocasionais, hesitantes, ao longo do diálogo com o analista em supervisão. Quando a “clarificação” que resulta de uma sessão de supervisão, transforma-se em excesso de clareza, de compreensão, este demasiado claro vai funcionar como um corpo estranho parasitando a escuta do analista.

Mas a certeza suscita adesões, sobretudo entre os psicanalistas que convivem no cotidiano com uma prática, cuja única espessura é o movimento caprichoso das palavras. Piera Aulagnier tem razão quando afirma que nosso *métier* submete a duras provas o nosso narcisismo; creio que ela se refere à incerteza, no dia-a-dia, sobre o sentido das palavras ouvidas ou ditas em sessão. Essa incerteza é a mola que faz o analista pensar e que alimenta o processo de análise do analista, produzindo aberturas essenciais para a função do analista. Penso, à propósito da incerteza do analista, na noção de Ferenczi, promovida entre nós por Fédida, de um “resto não resolvido” do lado do analista. Para Ferenczi, um “resto não resolvido” (não analisado) é mobilizado no analista no decurso da análise de um dado paciente, e desperta neste, num primeiro tempo, um movimento defensivo, tornando-se indispensável um trabalho de elaboração auto-analítica, para que a análise possa ocorrer ou prosseguir. Trata-se de uma maneira fecunda de pensar a questão da análise da contra-transferência, considerada como um tempo necessário da análise do analista.

A supervisão é, neste sentido, uma ocasião privilegiada para suscitar efeitos analíticos, a partir de pontos contratransferenciais bloqueadores da escuta. Não se pode ignorar a mobilização transferencial suscitada pela situação de supervisão, ainda que as modalidades do *setting* e a abstenção do analista-supervisor em dar interpretações reduzam a magnitude dos fenôme-

A
supervisão
é uma ocasião
privilegiada
para suscitar
efeitos
analíticos.

nos regressivos próprios à situação analítica. Na supervisão, os efeitos de análise são mediatizados pelo relato clínico.

Ocupar-se do relato clínico como objeto de trabalho não impede a escuta atenta do que se produz na fala do supervisando. Penso em um colega que chegou a uma sessão de supervisão dizendo que queria falar logo, porque “está perigoso”. A palavra perigoso que, neste início, já suscita em mim algumas idéias, vai reaparecer ao longo de seu relato, desdobrando-se em novos contextos significativos (sem que eu intervenha) até que, pela insistência do tema, acabe tomando forma, e se explicitando, num temor do analista diante de certas solicitações atuadas do paciente que poderia voltar a “pô-lo contra a parede”. Esse poder de intimidação do paciente insere-se na trama de sua análise como algo muito significativo. A supervisão possibilitou ao analista reconhecer-se, em sua própria fala, acuado, sem

a liberdade interior para pensar, na sessão com o seu paciente. Neste exemplo as hipóteses, as lembranças que emergiram associativamente da memória dessa análise ou os elementos de construções que tenhamos produzido tiveram sem dúvida uma função em situar, em dar sentido ao afeto, restabelecendo a capacidade de escuta do analista, nessa análise.

Com isso, não quero minimizar a importância do apoio e do favorecimento da “atividade de construção” (a expressão é de Fédida), que o analista em supervisão pode encontrar junto ao colega e, do valor disto, para a sua prática e para a sua formação.

Desejo retomar o fio, deixado para trás, da psicanálise como saber acabado, ou como saber constituído e que, na verdade, trata-se de uma certa versão dos “conhecimentos” psicanalíticos, tal que assumidos por um dado analista, que se propõe a ensiná-los, apresentando-se eventualmente como seu porta-voz. Situação esquemática e caricatural que nos leva à situação-tipo da supervisão pedagógica.

Freud, numa conferência aos médicos, citou uma distinção feita por Leonardo da Vinci, para quem a escultura era *per via di levare*, e a pintura, *per via di porre*, concluindo Freud que a psicanálise era uma terapia que se passava *per via di levare*. O que chamei de supervisão pedagógica se passaria *per via di porre*, porquanto baseada numa concepção modeladora da formação; não *per via di levare*, em que o objetivo seria mais uma mobilização, por meio de palavras novas, reintroduzidas em circuitos antes fechados pela pregnância transferencial.

Deixar que a estátua contida na pedra se revele, como na escultura, é dar a possibilidade para um analista em início de formação, através do processo de supervisão, que em geral se prolonga por alguns anos (tempo de duração de uma aná-

É desejável
que o supervisor
não se transforme
em duplo
hipnótico.

lise), que ele comece a encontrar seus próprios recursos de escuta analítica. Lembro, a propósito, de ter agradecido como paciente acompanhamento que uma analista me ofereceu, durante os anos iniciais de minha prática de psicanálise, dizendo que o maior elogio que poderia fazer-lhe era que, ao final de quatro anos de supervisão, eu não sabia ainda como ela trabalhava.

Redes institucionais

A supervisão, pois, como prática pedagógica, tende a produzir e a alimentar as instituições de pequenos, médios e grandes mestres, dentro de uma associação ou fora dela, resultando na produção bem conhecida de clãs ou de redes para empregar o termo de Valabrega. Este tem o humor inspirado ao lembrar, para o caso, a acepção epidemiológica da palavra transmissão. De toda maneira, trata-se de formas coletivas de

reasseguramento e de resistência à análise: o ato analítico é solitário em sua essência; apóia-se na fragilidade do instante em que ocorre e na decalagem irreduzível que assinala entre a fala de um e a escuta do outro, momento por excelência de ruptura que faz aparecer o que na fala é alteridade. O ato interpretativo intervém, justamente, no momento em que um (se) assimila o outro, para desfazer este efeito “massificante” (hipnótico) da transferência.

Risco de “massificação”

Vale a pena mencionar ainda que a situação de supervisão, pelo simples fato de corresponder à introdução de um terceiro (personificado no supervisor) em relação à análise do analista, permite ao analista em formação interrogar-se de um outro lugar sobre a sua própria análise e, cito Valabrega, “interrogar-se sobre os pontos de contato e de interferência de sua

prática com sua análise”. Por isso, é desejável que este terceiro não se transforme em duplo “hipnótico”, levando a supervisões intermináveis e à produção de discípulos, de iguais. Risco de “massificação”, para retomar o termo de Fédida, trágico, pois vem negar o que é visado em uma análise e na formação de um analista: a possibilidade de que uma palavra singular seja a cada vez, de novo, encontrada nas vacilações do ser que nela advém. ■

Considerações sobre a supervisão

Luís Carlos Menezes

O autor constata que sua visão dos problemas e processos psíquicos envolvidos numa supervisão permanece, no essencial, inalterada desde o artigo de 1988, e retoma a advertência de Pontalis quanto à arrogância das palavras.

A convite dos editores da revista *Percurso*, retornei a um pequeno artigo meu publicado em seu primeiro número, há quase duas décadas, para concluir que eu não tinha hoje uma maneira de ver diferente daquela. Impressão que pode soar ao mesmo tempo meio pretensiosa e desfavorável, se tomada como argumento de que evoluo pouco. Mas talvez as questões na psicanálise não se alterem tanto nem tão rapidamente quanto se diz com insistência nas “denúncias”, repetidas à exaustão, relativas à celeridade de nossos tempos e à homogênea superficialidade de tudo o que aí acontece.

O que chamei de enfoque “pedagógico” na supervisão tem como lastro ou implícita a convicção do supervisor em relação a um dado corpo de conceitos e de modelos que os torne demasiado presentes ao escutar o colega, isto é, mais atrapalhando que ajudando, exceto pela segurança que toda certeza dá. O afunilamento pedagógico da escuta em supervisão é resultado do efeito redutor de paradigmas que aprisionam o pensamento ao invés de nutri-lo, por uma relação de aderência

identificatória, dos *a priori* não digo partilhados mas cimentadores, na linha do que pode haver de massificante na psicologia do grupo, lá onde o sujeito encontra suas garantias, por vezes sólidas garantias.

Isso tem a ver com o debate sintomático, fastidioso, sempre reaparecendo em clima de preguiça da inteligência, sobre a cientificidade da psicanálise, outrora justificado pela busca de respeitabilidade para o novo tratamento psíquico que cura pela fala, como na magia e nos milagres dos santuários enquanto que outros, mais sabidos, explicarão que o motivo dessa preocupação é a herança do “positivismo” de Freud¹.

Essa preocupação aparece também como tortura e gosto obsessivo pela certeza familiar das coisas bem comportadas, cada uma em seu lugar, buscada justamente num campo em que a única fonte possível de revelação é o que escorrega. Atualmente, tudo isto junto está culminando no

Luís Carlos Menezes é membro do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae. Analista Didata e Membro Efetivo da Sociedade Brasileira de Psicanálise de São Paulo.

É do trabalho
analítico que pôde acontecer
na análise do analista
que depende a sua margem
de possibilidades, a sua aptidão para o risco
da entrega à escuta,
risco de se haver com a condição
de “não saber”,
condição para que surjam
palavras com o poder de *dizer*.

empenho de “psicanalistas-pesquisadores” em busca de critérios de eficácia mensuráveis por protocolos baseados em dados objetivos, irrefutáveis, ou melhor, com a qualidade de serem refutáveis, e que têm recebido, anualmente, centenas de milhares de dólares da IPA, por exemplo, para fazer isto. Enfim, a psicanálise não dispõe do farto suporte financeiro dado por laboratórios produtores de psicofármacos.

O problema da cientificidade hoje, assim como a resposta que está sendo dada a ele é, pois, bem terra a terra, em especial na Alemanha e outros países do primeiro mundo, e diz respeito à concorrência comercial e à necessidade de convencer o freguês, que não é propriamente o paciente, e sim as empresas e serviços de previdência, de que nosso produto funciona pelo menos tão bem quanto o dos concorrentes. O que, convenhamos, tendo em vista o critério da relação custo-benefício mensurável, não é tarefa fácil.

Só rezar para que nenhum deles encontre esta jóia de “marketing” da psicanálise nascente, nos *Estudos sobre a histeria*² onde, depois de expor detalhadamente o novo método de tratamento e de mostrar com riqueza de detalhes o quanto este é trabalhoso tanto para o “médico” como para o paciente, S. Freud explica que, caso dê certo (pode acontecer...) a pessoa terá a chance de sair da miséria neurótica (histérica, para ser preciso) para cair na infelicidade comum. Aí, até que o concorrente poderia entender que então não o ameaçamos tanto assim, pois poderá ainda, mesmo que a psicanálise “dê certo”, continuar vendendo o seu Prozac para dar um jeito na infelicidade comum! Nesta lógica brincalhona, o grande concorrente do Prozac não seria a psicanálise, e sim as religiões e todos os movimentos exaltantes em torno de ideais, bons ou ruins. E estes estão em crise ao mesmo tempo em que estão em alta, pelo menos em sua versão religiosa.

Eu não perdi o fio do que estava falando, pois importantes desenvolvimentos no campo da psicanálise podem, como bem sabemos, vir a ocupar, para analistas que neles se reconhecem e neles se abrigam, o lugar obturante de aderências subjetivas garantidoras de certezas, num mau passo, pois o que tinham ido ali buscar era estímulo, era referência possibilitadora, condição para poder ser psicanalista junto a um outro, analisando ou colega que fala de um caso. Essas aderências se sustentam não só da busca de segurança contra a angústia das incertezas, do desamparo (o de não pertencer, o de estar de fora de um grupo homogêneo sendo uma de suas formas mais temíveis)^{3,4}, como de seu reverso, o apego amoroso, angústia e apego que constituem o miolo da transferência e que desafiam a sua analisabilidade⁵. É do trabalho analítico que foi possível, que pôde acontecer na análise do analista que depende a sua margem de possibilidades, a sua aptidão para o risco da entrega à escuta, risco de se haver com a condição de “não saber”, condição para que surjam palavras com o poder de *dizer*.

No trabalho anterior, me ocorreu mencionar um episódio com uma supervisora nos meus primeiros anos como analista. Lembro agora, a propósito, algo ocorrido com outro supervisor. A análise que ele vinha acompanhando em supervisão interrompera-se, nada de grave, eu estava em Paris e a pessoa que era brasileira tinha que voltar para seu país. Mas eu queria continuar a supervisão e ocupei um horário inteiro contando-lhe sobre outro paciente que estava talvez havia já um ano comigo. O analista me disse que não conseguia perceber bem o caso, que achava que não podia supervisioná-lo. Insisti para que me ouvisse falar dele mais uma vez. E, de novo, meus esforços esbarraram na confissão do supervisor de não ter o que dizer que fizesse sentido para ele. Precisei ainda insistir, ape-

lando para uma terceira vez, como nas histórias inventadas, embora esta seja verdadeira, para que ele começasse a se sentir em sintonia com o caso.

Trabalhamos a partir daí durante um bom tempo na supervisão deste caso, e a escuta do supervisor me foi bastante útil. Mas observo que, por duas vezes, no que acabo de contar, ele antes se confessou incapaz de me dizer qualquer coisa do material que lhe apresentei. É verdade que é comumente bem mais difícil supervisionar o trabalho de um colega mais “verde” que um mais experiente. O fato é que foi a primeira e última vez que vi um psicanalista, ao ouvir o relato de um colega, dizer que não sabe o que dizer, em suma, que não entendeu nada (que soe convincente para ele, suponho, pois quando se quer dizer alguma coisa sempre se acha o que dizer). Talvez o supervisor não fosse um bom analista ou, talvez, pudesse fazer isto por ser muito conhecido na época, como o é hoje: seu nome é J-B. Pontalis.

Mas, talvez, simplesmente fosse alguém que não gostasse de se mostrar afirmativo quando não estava em condições de sê-lo. Anos depois, eu estava de passagem em Paris e, circunstancialmente, fui a uma homenagem para ele, onde o ouvi dizer, em um contexto bem diferente, que “il n’allait pas se payer des mots”, expressão coloquial francesa que literalmente quer dizer “não se pagar palavras” e cujo sentido aproximado é “não vou ficar dizendo qualquer coisa”.

Ora, isso vem de uma pessoa que diz ter uma relação de amor e ódio com as palavras. O amor fica evidente em sua paixão pela literatura e em seu gosto e cuidado com a escrita; já o ódio, escreve ele, é pelas palavras que “esquecem as suas fontes” tomadas por “sua tendência natural à arrogância, ao se tornarem afirmativas”, ao desconhecerem que “sua aparente luz não passa de uma sombra”. Ou ainda: “se ela esquece a perda que ela própria contém, en-

Em nome
de uma certeza
universalmente
partilhável, se
constituem direções,
comitês, imbuídos
do dever de garantir
que estão sendo
seguidas por seus
subordinados
as normas corretas
do bem fazer
analítico.

tão é preciso perdê-la, abandoná-la à sua arrogância. Quando voltarmos a encontrá-la, ela não se ouvirá falando sozinha, se lembrará de sua ausência graças à nossa”⁶. Podemos dizer, em suma, que na análise como na escuta do colega que fala sobre um caso, a linguagem que importa é a que vem da sombra...

Questão da cientificidade e do saber padronizado, universalmente partilhável, ou saber fragmentar, singular, sempre a se produzir na precariedade e na discreta magia dos momentos, são enfoques que estão imbricados, como bem sabemos, com a relação de poder com o analisando, com o ou os supervisandos, assim como nas instituições. Em nome de uma certeza universalmente partilhável, se constituem direções, comitês, imbuídos do dever de garantir que estão sendo seguidas por seus subordinados as normas corretas do bem fazer analítico, de que a psicanálise está sendo ensinada de forma correta,

de que este ensino está sendo bem avaliado, eventualmente mesmo por pesquisas padronizadas aplicadas à população objeto do aprendizado.

Desde o velho e infatigável Ernest Jones, tão pouco amável em sua biografia de Freud com o irrequieto e criativo analista que fora S. Ferenczi, seu ex-analista e além disto o “bem-amado” de Freud, que psicanalistas, não raro em posição de poder institucional, lutam bravamente para enquadrar a psicanálise, os psicanalistas e sobretudo a formação. Para isto se chegou a chamar a tradução da obra de Freud, para o inglês – de qualidade inquestionável – de “Standard” (tradução padrão). Esta foi feita sob o olhar vigilante de Jones, preocupado em tornar Freud “científico”, o mais claro possível de maneira a que não se deixasse margem para interpretações incorretas.

É assim que um psicanalista alemão, J. Junker, explica por que se pode preferir ler Freud na tradução em inglês, na Alemanha; porque é “mais fácil de compreender e parece teoricamente mais correta que o original em alemão”⁷. Neste, diz ele, há palavras que parecem obscuras ou que têm diferentes sentidos conforme o contexto, enquanto que em sua tradução, Stratchey escolhe um único sentido, claro e preciso. R. Steiner, crítico da “Standard edition” das obras de Freud, chama a atenção para “o enorme poder prescritivo desta linguagem ‘estandardizada’, com seu potencial no estabelecimento de uma rede de instituições diretamente concernidas com o ensino e a transmissão da psicanálise”, assim como na “legitimação da profissão de psicanalista”⁸.

Seja Freud, seja outro autor posterior que galvanize o interesse de um grupo de analistas, será inevitável a tensão entre “a correta” compreensão deste e o exercício da influência e do poder institucional sobre os demais e sobre a formação analítica, posta sob sua autoridade.

O poder está na vertente compactante dos projetos egóticos,

Sabemos que
esta contradição essencial
entre formação universitária
e formação analítica
é incontornável,
de forma que uma não tem condições
de substituir a outra.

homogeneizadores e estabilizantes, de natureza narcísica e inclui os ideais, herdeiros do narcisismo, enquanto os efeitos da análise vão na direção do despojamento (do analista e do analisando, do supervisor e do supervisionado) de forma que, retomando a frase com a qual concluo o artigo anterior, haja “a possibilidade de que uma palavra singular seja a cada vez, de novo, encontrada, nas vacilações do ser que nela advém”.

Despojamento de um lugar de saber, note-se, que contraria frontalmente as práticas e exigências cotidianas da vida acadêmica, toda baseada na produção e reprodução do saber constituído e na possibilidade de sustentar formulações por meio de uma fundamentação racionalmente argumentada. Sabemos que *esta contradição essencial entre formação universitária e formação analítica é incontornável*, de forma que uma não tem condições de substituir a outra.

A menos que se caia numa versão obscurantista da psicanálise, indo à contracorrente da forte inserção desta na história da cultura ocidental, essa singularidade não cria,

evidentemente, nenhuma incompatibilidade ou desinteresse no convívio intelectual entre psicanalistas e acadêmicos nem a possibilidade de se ter psicanalistas com atividade acadêmicas e vice-versa.

Especificidade da formação que, além da análise pessoal, em si insuficiente em princípio para fornecer as condições para alguém praticar com alguma chance a psicanálise, a supervisão é a pedra de toque da formação analítica. Insisto no valor central desta prática que consiste em reportar um caso clínico, regularmente, por todo um período, a um colega em quem se tem confiança, e que deve ser retomada, em qualquer momento da experiência clínica do analista, quando este sente necessidade de falar das análises que está conduzindo a um colega que o ouve com uma escuta analítica.

A prática freqüente, regular, constante, dos seminários clínicos, supervisões em grupo, em particular durante a formação, em que os analistas integrantes do grupo se revezam na apresentação de situações de experiência clínica, ouvindo como supervisores seus colegas e

sendo, em outros momentos, ouvidos por eles, é uma prática matricial, digo isto inspirado em P. Fédida, da comunidade dos psicanalistas, como artesãos que trabalham entre si sua improvável arte.

Mesmo ao trabalhar outros textos ou temas, psicanalíticos ou não, esta arte, se estiver bem avivada, poderá com sutileza se insinuar, de início de forma apenas perceptível, com seu tempero e seu odor de enxofre. Um analista poderá admirar o brio e o brilho intelectual eventual de uma demonstração acadêmica bem concatenada, mas, quem sabe, sentirá falta de algo se não encontrar nela os lampejos, o piscar de olhos, os reflexos oblíquos que silenciosos animam e se animam na “magia lenta” do fazer analítico. ■

NOTAS

1. Freud (1890), *Tratamento psíquico*. Résultats, idées, problèmes, Paris, PUF, 1984, pp. 1-23.
2. Freud, S. e Breuer, J. (1895), *Études sur l'hystérie*, Paris, PUF, 1978 p.247.
3. C. Browning, historiador norte-americano, entrevistou 125 dos 250 sobreviventes de um batalhão de 500 homens, batalhão especial da polícia nazista cuja tarefa fora exterminar, durante um ano, várias dezenas de milhares de judeus, na Polônia. Os assassinatos eram feitos pessoa por pessoa, adultos e crianças que eles iam buscar em suas casas, faziam cavar covas e depois os matavam com um tiro na nuca. Tinham, pois, em seu afazer cotidiano contato direto com as pessoas que matavam. A pergunta do historiador é como pessoas comuns, empregados e comerciantes, antes e depois da guerra, puderam dedicar-se a essa rotina de trabalho assassino. Das muitas hipóteses trabalhadas, a que acabou apresentando-se como a mais convincente nesse estudo era que o faziam pelo desejo *de ser parecidos com os membros do grupo em que estavam inseridos* (Browning, 2002).
4. Browning, C. R., “Aquellos hombres grises. El batallón 101 y la solution final em Polónia”, in Viñar, M., *Rev. Bras. de Psicanálise*, v. 39, n. 1, (2002) 2005, pp. 59-75.
5. Freud (1915), *Observations sur l'amour de transfert. La technique psychanalytique*, Paris, PUF, 1975, pp. 116-130.
6. Pontalis, J-B. (1986), *O amor dos começos*, Rio de Janeiro, Globo, 1988.
7. Junker, R., “On the difficulties of retranslating Freud into English”, in *Freud in exile*, Yale University (1988).
8. Steiner, R., “Die weltmachtstellung des britischen reichs”, in *Freud in exile*, Yale University (1988).

Psicanálise e instituição psiquiátrica*

o analista dentro do Juqueri?

Silvia R. Tacchinardi

A contradição se instala: no território
destinado a conter a loucura, é
terminantemente proibido enlouquecer.

O primeiro toque – A pedra fundamental:

“**N**o trabalho científico é mais racional começar pelo que temos diante de nós, pelos objetos que por si mesmos se oferecem a nossa investigação. Se o fazemos seriamente, sem idéias preconcebidas, sem esperanças exageradas e se temos sorte, pode suceder que graças aos laços que unem todas as coisas entre si, as pequenas às grandes, este trabalho empreendido sem nenhuma pretensão abra um acesso ao estudo de grandes problemas.”¹

O segundo toque – A Gradiva:

“O herói da Gradiva é um enamorado excessivo: ele alucina aquilo que outros apenas evocariam. A antiga Gradiva, figura daquela que ele ama sem saber, é percebida como uma pessoa real: esse é seu delírio. Para tirá-lo docemente daí, ela se conforma primeiramente a esse delírio; ela entra um pouco nele, consente em representar o papel da Gradiva, em não quebrar imediatamente a ilusão, em não acordar bruscamente o sonhador, em aproximar insensivelmente o mito e a realidade, através do que a experiência amorosa passa a ter um pouco a mesma função de uma cura analítica.”²

O terceiro toque – uma Instituição dentro de uma Instituição:

“Que ofereço eu?
A cura? O paciente nem mesmo solicita.
Ofereço-lhe a fala... e acrescento, ingênua,
que ‘isto lhe fará bem’ – mas é sobre este bem
que eu lhe desejo que, desde este momento,
ele se interroga e se angustia!
Ademais, falar – ele desaprendeu de falar.”³

Silvia R. Tacchinardi

(*) Texto apresentado no seminário sobre “Formação do Inconsciente”, no curso de Psicanálise, em novembro de 1987.

Perguntando-me sobre a relação psicanálise e instituição psiquiátrica me vejo num redemoinho, me perco e não consigo encontrar o fio da meada. Um nó, emaranhado de fios, atravessado por múltiplas inscrições que o constituem. Parece ser, num primeiro momento, algo inatingível, complexo demais para uma principiante, capturante demais para alguém que se vê completamente implicada com o desejo de decifração. Por um lado, a psicanálise pode se constituir num referencial que me ajude a pensar algumas situações vividas na instituição. Por outro lado, penso que seria desastroso, se não impossível, tentar colocar a instituição psiquiátrica no divã, mesmo porque não parece ser esse o seu desejo. Ao contrário, a intervenção analítica, enquanto espaço para o surgimento do subjetivo e da verdade, constitui-se numa ameaça ao desejo institucional de se perpetuar e se reproduzir – algo da ordem do mito. Além disso, seria deturpador e reducionista pensar que a psicanálise poderia dar conta de abarcar a questão institucional em toda a sua complexidade.

Procurando a verdade, temo encontrar-me diante de uma impossibilidade, e assim ela vem se constituindo em mim uma relação impossível. Impossível estar no lugar de analista dentro do Juqueri. “Compreendo que o que eu digo é modelado pelo asilo e pelas estruturas nas quais me encontro, como eles mesmos, aprisionada. Não há lugar para que uma verdade possa surgir. Não se aguarda o imprevisto.”⁴ O lugar de analista só me é dado ocupar a partir do momento em que posso me afastar do cotidiano totalizador e abrir um espaço para a reflexão.

E o que, nesse momento, se oferece como possibilidade de análise? Basicamente aquilo que eu não sei. Aquela coisa que aconteceu e que me assustou e me deixou perplexa, o imprevisto.

Franco da Rocha – 30 de Junho de 1987 – 13:30 – 1ª Colônia Psiquiátrica Feminina – Hospital Colônia de Reabilitação – Departamento Psiquiátrico II – Hospital do Juqueri – Festa Junina – Pátio do 3ª Pavilhão – Música Junina na vitrola – 200 mulheres aproximadamente: pacientes, funcionárias, terapeutas ocupacionais, médica, enfermeira, psicólogas – 1 psicólogo e a perspectiva da chegada de homens pacientes de outras colônias do Hospital – Dança – Alguns pares – Uma disparidade: o choro – A aproximação violenta.

Cada um desses elementos, acima dispostos como que num texto telegráfico, encontram-se carregados de significações, entrecruzam-se e disparam inúmeras possibilidades de análise. Apontam: o instituído-manifesto expressa e oculta o instituinte-latente.

A festa está acontecendo. Música, dança. Nada de novo – apatia, desânimo, angústia, a sensação de estar indo para um ritual mortífero. Meus passos em direção ao pátio são lentos e pesados – preciso me carregar até lá.

Talvez algo de novo, sim: amanhã saio de férias e em algum lugar me falo – essa é a última, não posso mais continuar, é penoso demais. Vivo essa saída como a possibilidade de buscar o ar que estava me faltando ali dentro. De outro lugar me falo – estou aqui, chegando para mais uma festa.

Um primeiro olhar me mostra Conceição. São muitas mulheres, 200 aproximadamente. Algumas entretanto se fazem mais presentes. Como Conceição – eu já vinha procurando vê-la e ela procurava ser vista. Chorava, gritava, corria, ameaçava quebrar vidros – que sufoco! Aproximo-me dela, ela corre, vai embora – que sufoco! Alguns técnicos tentam se aproximar dela, não conseguem. Ela prossegue em sua corrida desenfreada, angustiada.

A festa está acontecendo. Música, dança. Tento me desligar de Conceição e me ligar às outras pacientes que estão dançando. Danço junto. Não consigo, um mal-estar me acompanha. Penso em Conceição, em seu sofrimento e me pergunto sobre o que fazer, como ajudá-la. Saio procurando por ela e quando a encontro seguro-a – uma força que eu nem sabia ter. Ela tenta se soltar me dizendo que não preciso segurá-la. Adianta-se a mim e senta para conversarmos, ainda chora e seu rosto marcado me mostra um sofrimento intenso. Procuo saber o que está acontecendo, mas sem conseguir escutá-la, sentindo-me impotente diante de seu sofrimento, apresento-lhe as alternativas institucionais para o seu caso: do jeito que você está ou vão te amarrar na cama ou vão de dar uma alta dose de medicação. Lembro-me de um texto estudado: “Essa é a desgraça maior do indivíduo submetido a uma instituição: a perda da sua capacidade de desejar, de assumir seu desejo. De tanto contato com a repressão, acaba por internalizá-la e passa a desejá-la”⁵. E

Lembro-me de um texto: “Essa é a desgraça maior do indivíduo submetido a uma instituição: a perda da sua capacidade de desejar, de assumir seu desejo. De tanto contato com a repressão, acaba por internalizá-la e passa a desejá-la.”

aqui no Hospital parece que é isso que você está querendo.

Agora é Conceição quem fala: “Isso não é um hospital, é uma prisão. Eu quero um calmante.” Tentativa desesperada de ser reconhecida em sua fala/denúncia e em sua demanda de cuidados.

Sua fala me angustia ainda mais, eu, como ela, prisioneira, não vejo saída e me afasto numa brincadeira de faz-de-conta (como se eu, diante da amiga que levou um tombo, tem o joelho esfolado e chora de dor, propusesse: isso passa, vamos continuar brincando): proponho-lhe um sucedâneo, vamos aproveitar a festa, Conceição. É tão raro uma festa: música pra dançar, comidas diferentes... Quem sabe você pode se acalmar, conversando ou dançando.

Conceição sai correndo, chorando, gritando. Estou totalmente paralisada, invadida por uma sensação de impotência. Ela vai até o aparelho de som e – um estouro! – o derruba. Volta até mim, chorando intensamente. Sinto-me, num crescendo, tomada pelo seu desespero. Seguro seus braços, abraço-a, choro com ela – por que você fez isso? Você acabou com a festa de todo mundo. Você está muito triste. Conceição pára de chorar e, assustada, me fala: “Não chora”. Vivendo ainda intensamente a violência desse momento, vejo aproximar-se de mim a terapeuta ocupacional com quem trabalho. Ela me fala: “Você está psicótica”. Sinto-me acuada, assustada, louca.

Conceição se acalma e vai pra junto de sua companheira.

A festa está acontecendo. Música, dança. Pra mim, acabou!

E o que há por trás da cena? Onde está a festa? Onde está o desejo?

Nesta, como em outras festas, os lugares estão determinados: as terapeutas ocupacionais trabalham para que a festa aconteça; os psicólogos participam da festa, acompanhando pacientes, sentem-se cobrados por não fazerem a festa; os médicos às vezes aparecem como visitan-

A Instituição
determina e assegura
lugares – Arca de
Noé – aos quais
os profissionais
se agarram e nos
quais se protegem
da inundação, do
movimento das
águas que devassa e
transforma.

tes, são cobrados pelas terapeutas ocupacionais por não fazerem a festa e pelos psicólogos por não estarem presentes, acompanhando pacientes; os funcionários sentem que o trabalho aumenta, estão ali cumprindo uma tarefa imposta, para além de suas obrigações cotidianas; as pacientes, algumas aproveitam a música para dançar, esperam pela comida diferente que vai ser servida e a possibilidade de se encontrarem com os pacientes homens, talvez um namorado; outras, apáticas, distantes – onde estarão?

Conceição chora – tristeza? – grita, corre e ameaça – raiva? Nela parecem estar condensadas a tristeza e a raiva de todos, suficientes para acabar com a festa. A tristeza e a raiva que não podem se manifestar nas relações entre os técnicos da equipe, vividas como ameaça de destruição. Ela extravasa, transborda, agudiza, denuncia a contradição – “Isso não é um hospital, é uma prisão. Eu quero um calmante”.

Aqui mesmo quero interromper para trazer questões que foram as primeiras, surgidas ainda quando essa cena era embrionária, talvez. Apare-

cia, então, uma tentativa de esboço do que poderia vir a ser aquela monografia, ou essa: estabelecer as conexões entre a psicanálise e a prática institucional. De dentro da instituição asilar, que escuta é possível? Onde está a possibilidade de ajuda?

Jovens profissionais, em sua maioria recém-formados, vão em busca do ideal perdido de unidade, de integração, a recomposição de um desejo narcísico, no contra-fluxo da dissociação, dispersão. A instituição determina e assegura lugares – Arca de Noé – aos quais esses profissionais se agarram e se protegem da inundação, do movimento das águas que devassa e transforma. E isso não é só uma imagem romântica. Franco da Rocha sofreu, recentemente, uma grande inundação. Muitos foram os desabrigados cuja única possibilidade de abrigo foi o Juqueri, que, situado em território finamente escolhido, resistiu bravamente, confirmando seu destino de último reduto para os desvalidos. Identificados com essa desvalia somos impotentes, capturados pelo desejo de segurança, pertinência e reconhecimento com que nos acena a Arca de Noé.

E nesse contexto existe lugar para a loucura? Essa que é sofrimento, mas que também é uma tentativa desesperada de organização para não sucumbir? Aí vem a contradição: no território destinado a conter a loucura é terminantemente proibido enlouquecer.

No discurso da equipe técnica, palavras como humanização, melhoria das condições de vida dos pacientes, a busca de uma alternativa terapêutica. Na prática, essa mesma equipe técnica se refugia miticamente do contágio com a loucura, alienando-se em seu próprio discurso. O paciente, como representante da loucura de cada um, é o reprimido na equipe. Os “cuidados” são muralhas que se erguem, dispositivos de manutenção: a medicação que esvazia; a escuta que é surdez; a festa que é ritual de celebração do

inanimado, da sujeição, do esvaziamento e da surdez.

No entanto, algo vem para alterar um quadro constante, rompe-se um pequeno orifício no assoalho da Arca. Irrrompe o choro, violento, transbordante, ameaçado e abalando a rigidez da muralha.

Conceição agita – eu me inquieto. O que se produz nesse momento? Mais do que poder ajudá-la em sua dor, a preocupação institucional é de que a dor não se presentifique, que ela fique implícita. Como suportá-la? Escutá-la remete a nossa própria dor, aos nossos próprios vazios. Não posso escutar na paciente aquilo que em mim também não posso escutar. “As instituições são utilizadas por todos aqueles que delas participam como defesa contra a aparição de ansiedades paranóides e depressivas... o indivíduo integra no seu inconsciente a instituição como um esquema corporal, procura na instituição um suporte, um apoio, uma inserção social, isto é, um sinal para a sua identidade, uma resposta à pergunta a respeito do que é ele. Quanto mais for a personalidade imatura, tanto mais fará corpo com a instituição, vivida como parte dela própria. O fato de a instituição ter a sua vida própria não impede os indivíduos de aí projetar a sua própria realidade e de cristalizar aí mecanismos de defesa contra as ansiedades psicóticas”⁶. Na equipe técnica não há lugar para a diferença. Como uma massa compacta, não há um contorno, é um corpo que carece de encontrar os seus limites, para além daqueles que a instituição determina.

Conceição agita – eu me inquieto. Este é o meu último dia de trabalho, estou saindo de férias e me sinto mais “livre”. Na véspera fui até seu quarto e conversando com ela lhe falei que sairia de férias. Algo se passa para que entre 76 pacientes (número total de pacientes do 2º pavilhão, no qual trabalho) eu tenha escolhido a ela e algumas outras pacientes para comunicar as minhas férias. E, de fato, o 2º pavilhão trans-

formou-se nos últimos tempos no pavilhão das agitadas e Conceição encabeça esse movimento. A equipe (psiquiatra, terapeuta ocupacional e psicóloga) entende nesse momento que a agitação é sinal de vida. Os funcionários (atendentes e auxiliares de terapia ocupacional) sentem-se ameaçados e reclamam da agitação à diretoria. Na cultura institucional a agitação aparece como algo que deve ser contido – no leito, ou com uma dosagem maior de medicação, ou outro dispositivo que pode ser inclusive a fala/falo: é proibido agitar. A equipe técnica não consegue sustentar-se e é chamada a dar um jeito nessa situação. O dispositivo de contenção nos atinge.

Conceição agita – eu me inquieto. Alguns técnicos já haviam tentado se aproximar dela, sem conseguir. Também vou atrás dela, mas realmente decidida a segurá-la, acreditando que era disso que precisava – alguém que pudesse detê-la em sua corrida desenfreada em busca de não sei o quê. Ela se entrega ao meu / ao seu desejo de contenção. E agora? Esse não sei o quê, isso que não tem qualquer representação ao nível da fala, o buraco, a falta, a angústia. Falar de ajuda possível aqui talvez seja falar da possibilidade de estar junto em algo que nem eu, nem ela entendemos, o estranhamento garantindo a relação. Relação simbiótica – um lugar de identificação maciça. Imersão na loucura – quem deseja o quê? “O que o analista oferece de novo e terapêutico ao paciente é o fato de que, no lugar de evitar o desenvolvimento de uma dependência simbiótica e recíproca com o paciente, ele a aceita”⁷. Na aproximação violenta dos corpos, a única possibilidade de reconhecimento do desejo.

Eu agito – Conceição se inquieto e, em sua fala assustada – “Não chora” – faz aquilo que a equipe não pode fazer: cuidar.

O analista dentro do Juqueri? Parece-me que agora, depois desse

“parto doloroso”, está aberta a possibilidade de continuar pensando o lugar do analítico: o que rompe, desautomatiza, diferencia.

Um outro toque – Escuta:

“... os papéis implicados pelo ato de escuta não têm a mesma fixidez que antigamente; já não há de um lado aquele que fala, se abandona, confessa, e de outro aquele que escuta, se cala, julga e sanciona; isto não quer dizer que o analista, por exemplo, fale tanto como o seu paciente; é que, como se disse, a sua escuta é ativa, ela assume tomar o seu lugar no jogo do desejo, de que toda a linguagem é o teatro: é preciso repeti-lo, a escuta fala. Desse fato esboça-se um movimento: os lugares de fala são cada vez menos protegidos pela instituição. As sociedades tradicionais conheciam dois lugares de escuta, ambos alienados: a escuta arrogante do superior, a escuta servil do inferior (ou dos seus substitutos); este paradigma é contestado hoje, de uma maneira, é verdade, ainda grosseira e talvez inadequada: julga-se que para libertar a escuta basta que cada um tome a palavra – enquanto uma escuta livre é essencialmente uma escuta que circula, que permuta, que desagrega, pela sua mobilidade, a rede fixa dos papéis da palavra: não é possível imaginar uma sociedade livre, se aceitarmos antecipadamente preservar nela os antigos lugares de escuta: os do crente, do discípulo e do paciente.”⁸

NOTAS

1. S. Freud, “Lecciones introductorias al psicoanálisis- Los actos fallidos”, in *Obras completas*, tomo II, Madrid, Biblioteca Nueva, 1981.
2. R. Barthes, *Fragments de um discurso amoroso*, Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1977.
3. M. Mannoni, *O psiquiatra, seu “loco” e a psicanálise*, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1981.
4. M. Mannoni, *op. cit.*
5. H. R. Souza, *Institucionalismo: a perda das instituições*.
6. M. Mannoni, *op. cit.*
7. H. Searles, *Le contre-transfert*, Paris, Gallimard, 1981 (trad.: Silvia Tacchinardi).
8. R. Barthes, *O óbvio e o obtuso*, Lisboa, Edições 70, 1981.

Notas de um percurso

Sílvia Regina Tacchinardi

Dezessete anos depois, celebrando os 20 anos do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae, a autora rememora o percurso da revista, desde o seu início.

Celebrar os vinte anos do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae é uma maneira de reviver os movimentos de criação e de construção de possíveis. Tantos possíveis ali se apresentaram ao longo desses anos que, mesmo de longe, os sinais dessa construção sempre se fizeram presentes. A revista *Percurso* talvez seja uma de suas criações de maior visibilidade e alcance, dentre tantas outras. Nela, podemos acompanhar esses movimentos que contam a história, que fazem da história da psicanálise algo vivo, pulsante, em permanente processo de análise e abertura para novas – e antigas! – inquietações acerca do viver e suas dificuldades.

Foi assim, há quase vinte anos, que se deu o acolhimento de tantas questões... o lugar, o território, o ofício do psicanalista interrogado; as instituições interrogadas; a loucura, a angústia e o sofrimento interrogados...

Relendo “Psicanálise e instituição psiquiátrica – o analista dentro do Juqueri?”¹, reencontro alguns eixos da inquietação que o produziu. Um deles diz respeito à Instituição Psiquiátrica Asilar que, em vinte anos, arrastou-se em movimentos mais ou menos lentos para o que hoje se delinea como avanços da Reforma Psiquiátrica. A rede de serviços e de recursos terapêuticos, os dis-

positivos de tratamento da Saúde Mental se ampliaram, ainda que mais lenta e timidamente do que se esperava. O Movimento da Luta Antimanicomial avança, na figura dos trabalhadores de Saúde Mental (e, sem dúvida, aí também estão os sinais da fecundidade do Sedes e do Departamento de Psicanálise), dos usuários dos serviços, da sociedade organizada em ONGs, dos movimentos político-sociais.

Um outro eixo que, me parece, funcionou como fio condutor de meu percurso na psicanálise é o que trata a pergunta fundamental acerca do que é ser psicanalista, ou ainda do que é feito o trabalho do analista, ou com que “material” ele escuta o sofrimento do outro para dali se configurar terapêutico.

Esses interrogantes da clínica psicanalítica, tão fundamentais quanto sempre atuais, encontraram naquele momento um espaço de pluralidades, em que as referências teórico-clínicas do saber psicanalítico não se encontravam engessadas num único discurso totalizador/totalizante. A circulação de idéias, de leituras e de experiências era mais um dos possíveis gerados pelo “projeto

Sílvia Regina Tacchinardi é psicóloga e psicanalista.

A clínica com crianças e seus pais parece guardar, privilegiadamente, essa particularidade de que a teoria precisa ser constantemente reinventada e abrir-se para a transdisciplinaridade.

de desalienação”, como propunha Regina Schnaiderman² em seu texto sobre a formação em psicanálise.

A partir desse lugar de origem, estavam já, profundamente marcados, esses disparadores na busca de um saber teórico-clínico que jamais se deixasse prender nas amarras das escolas fechadas, das repetições dogmáticas. E, felizmente, ao longo do meu percurso de quase vinte anos, fui encontrando espaços que mantinham vivo esse “projeto de desalienação”.

O estudo de Freud, na universidade, num projeto formal de pesquisa e sistematização das idéias, numa dissertação de mestrado³, levou-me a percorrer as origens e implicações do conceito de transferência na clínica psicanalítica inaugural. Buscava o que delimita, o que diferencia, enfim o que singulariza o campo psicanalítico, na teoria como na prática clínica. Encontrei-me pesquisando a história da produção de singularidades – do sujeito e da psi-

canálise – pela via da transferência, no inquietante espaço estrangeiro da universidade, na diversidade de disciplinas e saberes.

As perspectivas de interlocução ampliadas, as diferenças tomadas como novas aberturas e possibilidades, as instituições interrogadas... Tomando de empréstimo as palavras de Luís Cláudio Figueiredo, em um artigo em que discute as relações entre psicanálise e universidade: “eu diria que a psicanálise, por natureza e nascimento, tem um caráter transdisciplinar (...) a formação de psicanalistas de uma certa maneira exige esse trânsito e que o pensamento psicanalítico só pode existir, só pode viver, só pode se vitalizar na medida em que a gente se entregue a essa dimensão transdisciplinar”⁴.

Ainda seguindo o eixo acerca do que singulariza o trabalho da psicanálise, experimentei na clínica com crianças as antigas inquietações sobre o lugar do analista, sobre a necessidade de buscar em meus estudos e supervisão as contribuições múltiplas dos diversos autores que tornaram possível a psicanálise de crianças. O espaço de trânsito, de circulação e de fluxos estava mais uma vez colocado nesse momento. A clínica com crianças e seus pais parece guardar, privilegiadamente, essa particularidade de que a teoria precisa ser constantemente reinventada e abrir-se para a transdisciplinaridade.

Um grupo de psicanalistas⁵ reunidos em torno dessas e de tantas outras questões, animados por um “projeto de desalienação” em suas formações, permitiu-me dar continuidade a essa perspectiva de abertura às diversas escolas, em suas diferenças conceituais, geradas a partir de suas próprias “matrizes clínicas”, de que nos fala Renato Mezan⁶. Buscava, então, articular a experiência clínica cotidiana à pesquisa de questões sobre as origens e a constituição de tempos, traços, marcas que singularizam os processos psíquicos e o trabalho analítico,

numa empreitada de desacomodação, de sustentação da própria inquietação, dos fluxos de vida... nômades e sempre à procura. Uma procura compartilhada, em espaços que possibilitam aos seus integrantes explorar o mundo e recriá-lo, apropriando-se dessa experiência⁷.

Para voltar ao convite que deu origem a essas notas, agradeço ao incansável trabalho de detetive das colegas psicanalistas que foram me encontrar depois de tantos anos, bem como ao carinhoso tratamento que deram ao meu sumiço como um prazeroso jogo de esconde-esconde. ■

NOTAS

1. S. R. Tacchinardi, “Psicanálise e instituição psiquiátrica – o analista dentro do Juqueri?”, *Revista Percurso*, ano 1, nº 1, 2º semestre de 1988.
2. R. Schnaiderman, “Política de formação em psicanálise”, *Revista Percurso*, ano 1, nº 1, 2º semestre de 1988.
3. S. R. Tacchinardi, *Três ensaios sobre a transferência – um estudo em Freud*. Dissertação de Mestrado apresentada no Departamento de Psicologia Clínica da UNB, 1993.
4. L. C. Figueiredo, “Psicanálise e universidade: perspectivas”, *Pulsional Revista de Psicanálise*, ano XIII, nº 137, setembro de 2000, 36-46.
5. Espaço Psicanalítico, em Brasília.
6. R. Mezan, “Klein, Lacan: para além dos monólogos cruzados”, in *A vingança da esfinge*, São Paulo, Brasiliense, 1988.
7. Essas idéias foram tratadas por Maria Nilza Campos, Regina Orth de Aragão e Sílvia Regina Tacchinardi: “Conversa entre analistas: dá para (se) entender?”, texto apresentado e discutido no Encontro Sul-Americano dos Estados Gerais da Psicanálise, realizado em São Paulo, de 13 a 15 de novembro de 1999, e publicado em *Pulsional Revista de Psicanálise*, ano XIII, nº 137, setembro de 2000.

As filhas dos filisteus

sobre um lapso de Freud

Renato Mezan

Na famosa carta 69 a Fliess, Freud comete três erros numa única citação bíblica. Qual poderia ser o sentido desses lapsos?

Poucos textos de Freud são tão famosos quanto a carta 69 a Fliess, na qual anuncia ter abandonado a sua *neurotica*. Após enumerar os motivos pelos quais a viga mestra desta teoria – a idéia de que a neurose seria provocada pelas ações sexualmente perversas do pai sobre a filha – precisa ser descartada, Freud comenta que não se sente nem deprimido nem confuso, mas, ao contrário, orgulhoso por ser capaz de se auto-criticar de modo tão radical. E prossegue: “Também é digno de nota que não tenha havido qualquer sentimento de vergonha, para o que, afinal, esta poderia ser a ocasião. Certamente, não vou contar isso em Dan, nem publicá-lo em Ashkelon, na terra dos filisteus. Mas, *inter nos*, tenho mais a sensação de um triunfo do que uma derrota, por inadequado que isso possa parecer”¹.

James Strachey assinala que a referência bíblica está equivocada, e menciona o texto do qual, com toda a certeza, Freud se lembrou neste momento². Trata-se de

um versículo do segundo livro de Samuel, cujo enunciado é o seguinte: “*Al tagídu beGát, al tevassrú bebutzót Ashkelón, pen tismákbna bnot haplisbtim, pen taalózna bnot bearelím*”, e que pode ser traduzido como: “Não o digais em Gat nem o anuncieis nos arredores de Ashkelon, para que não se alegrem as filhas dos filisteus, para que não se regozijem as filhas dos incircuncisos.” Lembreção truncada, como se vê, e não apenas truncada, mas submetida a uma elaboração secundária: Freud substitui as filhas dos incircuncisos pela terra dos filisteus, coloca Dan no lugar de Gat, e redige toda a frase na primeira pessoa do singular, eliminando a figura dos destinatários a quem se endereça a apóstrofe bíblica. Três erros numa única linha: qual poderia ser o sentido deles?

Renato Mezan é psicanalista, membro do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae.

Comunicação apresentada no II Encontro da Associação Internacional de História da Psicanálise em Viena, Áustria, julho de 1988.

Em relação ao contexto histórico-cultural, o termo “filisteus” não coloca problemas: é nítido o emprego que dele faz Freud. Era comum, nos meios acadêmicos alemães, referir-se com este epíteto aos burgueses tacanhos: “filisteus” são aqueles que recusam a liberdade de pensamento e de costumes, nada compreendem da arte nem da literatura, caracterizam-se pela baixeza de sentimentos e pela estreiteza de idéias. Na primeira de suas *Considerações Extemporâneas*, Nietzsche se refere ao crítico David Strauss como “filisteu da cultura” (*Bildungsphilister*)³. Além de fazer parte do acervo cultural da época, a palavra é textualmente empregada por Freud, com este sentido, pelo menos uma vez, na carta 29 a Martha⁴. Os filisteus são portanto, em primeiro lugar, os adversários das idéias psicanalíticas, os hipócritas a quem chora a teoria da etiologia sexual das neuroses, e que não deixariam de aproveitar a ocasião para ridicularizá-lo por ter proposto e defendido uma teoria errada. Compreende-se que Freud se sentisse próximo dos artistas incompreendidos, dos criadores em guerra com a sociedade burguesa, em cujo meio o termo “filisteu” circulava com desenvoltura; e que não tivesse pressa alguma de divulgar aos quatro ventos que havia necessitado retratar-se, abjurando sua crença na hipótese da sedução.

Tudo seria muito simples, se Freud tivesse se limitado a usar o termo em seu sentido corrente e metafórico, como o faz na carta 29 a Martha. Mas por que precisou acrescentar a referência às cidades principais dos filisteus bíblicos, por que quis associar os filisteus modernos aos incircuncisos do Livro de Samuel, por que acabou por suprimir da citação obscuramente presente em seu espírito a alegria sacrílega das filhas? Minha hipótese é que, neste caso, estamos diante de um lapso em regra da parte de Freud, lapso que, salvo engano meu, ainda não foi reconhecido como tal. Será possível interpretá-lo?

Os filisteus são,
em primeiro lugar,
os adversários das
idéias psicanalíticas,
os hipócritas a quem
choca a teoria da
etiologia sexual das
neuroses, e que
não deixariam de
aproveitar a ocasião
para ridicularizar
Freud por ter
proposto uma teoria
errada.

Voltemo-nos para o relato da Bíblia, a fim de situar em seu contexto a frase que reteve nossa atenção. Trata-se de um fragmento da ode composta por David em honra do rei Saul e de seu filho Jônatas, cuja morte acaba de lhe ser anunciada: rasgando seus vestidos em sinal de luto, lamenta a queda dos dois heróis, em termos elevados e comoventes. Mas o leitor que tivesse acompanhado as vicissitudes do relacionamento entre David e Saul ficaria surpreso com a tristeza e a dor manifestadas neste poema: pois nada menos pacífico do que a convivência entre os dois primeiros reis de Israel.

Ameaçadas pela invasão dos filisteus no século XI a. C., as tribos hebraicas abandonam o regime federativo em que até então haviam coexistido e exigem do profeta Samuel que lhes nomeie um rei. A escolha divina recai sobre Saul, homem forte e corajoso, porém psiquicamente frágil. Confrontado à poderosa personalidade de Samuel,

cuja ascendência sobre os hebreus é reforçada pela função de porta-voz da divindade, Saul sucumbe logo ao primeiro embate, motivado pelo não-cumprimento de uma ordem cruel (aniquilar até o último homem do povo dos amalequitas). A cólera de Samuel mergulha Saul numa profunda melancolia – a Bíblia diz que “o espírito maligno do Senhor se apoderou dele” – e seus conselheiros lhe recomendam que, para se distrair, faça vir um harpista. Já ungido secretamente como sucessor de Saul, mas sem que este saiba nada a respeito, o adolescente David é convocado para as funções de terapeuta do rei. Mas eis que os filisteus voltam a atacar, e, num lance de audácia, o jovem músico desafia e mata o gigante Golias. As mulheres de Israel festejam a façanha com um cântico: “Saul golpeou mil, mas David golpeou dez mil.” Crise de ciúmes de Saul, que tenta matar aquele a quem já percebe como um rival perigoso (isso se repetirá várias vezes ao longo da história), e ponderações de Jônatas, seu filho, que se tornara amigo inseparável de David. Como se não bastassem o talento musical e a glória militar, David ainda é cortejado pelas mulheres, entre as quais Mihal, a filha de Saul. Para dá-la como esposa ao jovem, o rei exige “cem prepúcios de filisteus”(I Sam, 18:25), na expectativa de que ele morresse no combate com os invasores. David, galhardamente, traz duzentos prepúcios (18:27) e casa-se com Mihal, tornando-se assim genro de Saul. E a história prossegue por aí afora, com Saul mergulhando cada vez mais em sua depressão e manifestando sintomas cada vez mais preocupantes, até que, vencido na batalha de Guilead, o rei se suicida junto ao corpo de seu filho, que também perecera naquele combate.

É neste momento que, ao tomar conhecimento dos fatos, David compõe a ode fúnebre da qual Freud se recordou ao escrever a *Fliess*. A história de David ocupa todo o

segundo livro de Samuel, e ressaltarei aqui alguns dos seus episódios mais marcantes. Uma prolongada luta com a “casa de Saul” precede a confirmação de sua autoridade sobre as tribos de Israel; há resistência por parte de Abner, o general de Saul, que empossa no trono real a Ishbóshet, filho do rei falecido. Abner é morto por Joabe, o general de David, e Ishbóshet é assassinado em sua cama por dois indivíduos, que vão em seguida comunicar seu feito ao novo rei. Chocado, David manda executá-los para que ninguém pense que tal crime tenha sido cometido sob sua inspiração. Da mesma forma pranteia Abner e escreve outra ode fúnebre em sua homenagem, além de acompanhar pessoalmente o enterro do ex-adversário. Havia, aliás, mandado matar o “mancebo amalequita” que lhe trouxera a notícia da morte de Saul, pretendendo captar suas boas graças com a mentira de que, a pedido do próprio Saul, fora ele quem lhe enterrara no peito a espada. A insistência com que David age no sentido de afastar de si qualquer suspeita em todos estes casos de assassinato – cujo efeito, por outro lado, lhe é sumamente favorável – não deixa de suscitar o interesse do leitor, tanto mais que essas oportunas mortes envolvem sempre substitutos do pai ou rivais equivalentes.

Dois outros momentos da saga de David merecem atenção, para os propósitos deste trabalho. O primeiro concerne a Batsheva, bela mulher do oficial Urias, a quem o rei vê no banho e por quem se apaixona perdidamente. Urias é enviado à batalha portando uma carta que é sua sentença de morte: nela, o rei ordena a seu general Joabe que o coloque na linha de frente, exposto ao máximo perigo. Morto Urias, David possui Batsheva, e o escândalo provoca um áspera reprimenda da parte do profeta Natan (II Sam., cap. 11 e12). O segundo se refere a Absalão, filho de David, personagem de uma tenebrosa história na

qual mata à traição seu meio-irmão Amnon, rebela-se contra o pai – que precisa fugir precipitadamente de Jerusalém –, dorme em público com as concubinas que David deixara no palácio, e termina morto pelo fiel Joabe, quando, batendo em retirada, sua cabeleira se enroscava numa árvore e o general o alcança. Apesar do caráter violento do filho, David chora sentidamente a sua morte, e mais uma vez o vemos acompanhando o enterro de um homem que o ameaçara em sua vida e em seu poder. O resto do texto – que não focalizaremos – descreve as conquistas militares de David, as bênçãos que Deus lhe proporciona, sua velhice tranqüila e sua morte nos braços da jovem Abigail.

Este breve resumo da narrativa bíblica dá o que pensar. Uma história movimentada, certamente, e que não deixou de impressionar o menino Sigmund, quando este a leu na Bíblia de Philippsohn, presente de seu pai por ocasião do seu

A única menção explícita de Freud ao rei David encontra-se no segundo ensaio de *O homem Moisés e a religião monoteísta*, no início da seção 6. Mas é suficiente para provar que Freud conhecia estes episódios bíblicos.

sétimo aniversário. Salvo engano, a única menção explícita de Freud ao rei David encontra-se no segundo ensaio de *O homem Moisés e a religião monoteísta*, no início da seção 6; mas ela é suficiente para provar que Freud conhecia estes episódios: “Com toda a probabilidade, a história do rei David e de sua época é obra de um contemporâneo. É propriamente um relato histórico, cinco séculos antes de Heródoto, o ‘Pai da História’. Aproximamo-nos da compreensão desta obra se, de acordo com nossa hipótese, pensarmos numa influência egípcia”⁵. O julgamento de Freud testemunha sua familiaridade com este relato, mas não deixa de ser intrigante a associação com a “influência egípcia”, tanto mais que a seqüência do texto fala dos escribas da época de Moisés, os quais teriam algo a ver com a invenção do primeiro alfabeto em virtude de a escrita hieroglífica chocar-se com a proibição de reproduzir imagens editada por Jeová. O que teria David a ver com os egípcios? Historicamente, nada; seus inimigos são os filisteus e outros povos que habitavam a terra de Israel, e em momento algum o Egito figura em sua detalhada biografia. Mas nossa surpresa nos põe na pista de que, se na história bíblica David e o Egito estão separados de modo completo, o vínculo entre os dois só pode provir de uma relação estabelecida pelo próprio Freud. Com efeito, nas associações sobre o sonho “Mãe querida e personagens com bico de pássaro”, Freud se refere a uma ilustração da Bíblia de Philippsohn que representa um féretro egípcio. Devemos à perseverança de Alexander Grinstein a identificação desta estampa: efetivamente, nela figuram dois personagens trajados à moda do Nilo, e um terceiro deitado num catafalco. O espantoso é o fato de o rabino Philippsohn colocar esta imagem (reproduzida de uma tumba egípcia) como ilustração para a passagem em que o narrador bíblico descreve a reação de David à morte

de Abner: “rasgou seus vestidos, pôs cinza na cabeça e foi atrás do caixão” (II Sam. 3:31)⁶. A imagem reaparece no sonho de Freud, sonho infantil datado de seus sete ou oito anos⁷, obviamente retirada do seu contexto; mas este contexto permaneceu gravado em sua memória, para ressurgir quando da redação do *Moisés*. Nesta obra, tal reminiscência se inscreve numa cadeia de associações muito particular, da qual direi algumas palavras mais adiante.

Tendo estabelecido o conhecimento efetivo da história por parte de Freud, conhecimento que a citação truncada da carta 69 deixava entrever mas não era suficiente para provar, posso adiantar o argumento central deste trabalho. Parece-me que, escrevendo a *Fliess* em setembro de 1897, Freud estava sob o efeito de uma identificação constituída naquele momento, porém proveniente de um conteúdo psíquico intensamente reprimido na época de sua infância. Este conteúdo encontra pontos de apoio nos momentos cruciais da biografia de David, e acredito ser possível chegar à mesma conclusão tanto partindo do relato bíblico quanto examinando com mais vagar o texto e o contexto da carta 69. Este segundo caminho é mais conforme ao método psicanalítico; sigamo-lo então.

O que faz Freud nesta carta? Como muitos comentadores já notaram, a renúncia à hipótese da sedução implica em inocentar o pai da responsabilidade pela histeria de sua progeneritura. Para minha finalidade atual, não é relevante que tal renúncia não seja completa, que o *tema* da sedução (que não é a mesma coisa que a *teoria* da sedução) continue presente na obra de Freud⁸. O que importa é o interesse de Freud pelos pais e pelos chefes assassinados (além de Saul no caso que estamos examinando, recorde-se entre outros o exemplo de Júlio César, que ocupa lugar tão eminente em seus sonhos e fantasias)⁹, e o fato de que, longe de se sentir depri-

mido ou envergonhado porque sua teoria se revelara insustentável, é um sentimento de alegria e de triunfo que ele experimenta nessa ocasião. A menção deste sentimento emoldura, *antes e depois*, a lembrança do trecho bíblico; parece plausível supor que tenha alguma relação com ele, relação a ser precisada através de uma leitura do contexto e de uma interpretação das significações latentes que tal leitura sugerir.

“Não o direi em Dan nem o anunciarei em Ashkelon, na terra dos filisteus”: há três equívocos nesta sentença. O primeiro consiste em substituir Dan ao Gat do original. De onde proviria esta substituição? O verso de David parece ter-se transformado, já na época bíblica, numa “frase feita”; encontramos-lo por exemplo no profeta Miquéias, que viveu no século VIII a. C. Apostrofando Jerusalém e Samaria por seus pecados, o profeta compara essas cidades a duas prostitutas (lugar-comum na retórica profética) e anuncia sua desolação iminente. Mas acrescenta (Miq. 1:10): *Begat al tagidu*, “não o digais em Gat, nem choreis muito...”. Como os filisteus haviam deixado de ser um perigo real havia pelo menos quatro séculos, deduz-se que “anunciar em Gat” tinha tomado a significação de trair um segredo a inimigos quaisquer, que se alegrariam com o infortúnio em questão. O sentido imediato do verso adapta-se com toda evidência ao propósito manifesto de Freud, que consiste em não oferecer a seus adversários armas para o atacar. Mas por que Dan e não Gat? Tudo indica que aqui se operou uma condensação; a leitura do capítulo terceiro do Segundo Livro de Samuel (o mesmo ilustrado pela gravura representando o catafalco egípcio, a propósito do enterro de Abner) mostra que o nome Dan figura num contexto muito próximo ao que tanto impressionou Freud quando criança. O filho de Saul, Ishbóshet, recrimina Abner por ter tido relações com uma concubina do falecido rei;

Escrivendo a *Fliess* em setembro de 1897, Freud estava sob o efeito de uma identificação com David, constituída naquele momento, porém proveniente de um conteúdo psíquico intensamente reprimido na sua infância.

aquele se irrita com o rapaz e lhe diz que Deus transferiu “o reino da casa de Saul, e levantou o trono de David sobre Israel e sobre Judá, desde Dan até Beersheva” (II Sam. 3:10). Esta expressão que designa o extremo norte e o extremo sul do território habitado pelos hebreus também se tornou coloquial, e ganhou popularidade como imagem equivalente a “toda a terra de Israel”, “todo Israel”¹⁰. Se o menino Freud se impressionou com este capítulo a ponto de utilizar uma de suas ilustrações no sonho de angústia, ao qual o adulto Freud confere importância suficiente para colocá-lo como fecho da *Interpretação dos sonhos* (é o último sonho seu relatado no livro), não é improvável que o tenha lido e relido, fixando na memória nomes e palavras que, em seguida, passaram a fazer parte de seu estoque de imagens, portanto submetidas a todas as operações do processo primário e à possibilidade de retornar inopinadamente quando

aptas a contornar a censura. O que me parece de grande importância é que Dan não é em absoluto uma cidade dos filisteus, mas o ponto extremo dos domínios de David, e que figura num discurso no qual se exalta a figura do rei, além de lhe prometer poder e glória sobre todo Israel.

Freud observa que está possuído por um sentimento de vitória, de triunfo. De onde provém este sentimento, quando a ocasião pareceria propícia para emoções de sentido exatamente oposto? O texto da carta o atribui ao trabalho intelectual “sincero e pesado”, à satisfação de perceber-se capaz de autocrítica suficiente para renunciar mesmo a uma idéia muito investida de afeto quando ela se demonstra errônea. Freud se apresenta, pois, como tendo renunciado a uma realização de desejo, como sendo obediente ao superego, e sua satisfação seria a satisfação moral do dever cumprido. Talvez o bom senso considerasse suficiente tal explicação; o psicanalista, porém, não pode deixar de se perguntar o que vem fazer neste cenário tão piedoso a referência às palavras de David, tanto mais que Freud delas se apropria duplamente: citando-as e se colocando no lugar daqueles a quem elas se dirigem (“Não o *direi* (...) nem o *anunciarei*...”). Penso que o sentido de vitória provém de uma identificação com David, identificação tornada possível porque a figura do rei bíblico presta-se bem à expressão disfarçada de uma série de emoções e de fantasias que se originam no inconsciente. A identificação diz respeito primeiramente a David na sua qualidade de conquistador, daquele que “tomou a fortaleza de Sion” para nela instalar sua capital, que afasta a ameaça dos filisteus e que, como grande capitão, tem seu lugar na galeria de guerreiros semitas cuja figuração exemplar é Aníbal. E creio que a referência a Dan, neste contexto muito preciso em que o capítulo que o impressio-

na infância retorna do seu exílio no inconsciente, vem se insinuar sob a pena de Freud em virtude de uma condensação entre a cidade dos inimigos a ser conquistada (Gat) e a cidade-fronteira do reino de David, Dan representando a primeira porção da Terra Prometida. Como se aquele que não quer proclamar seu infortúnio em Gat já se encontrasse no limiar mesmo dos domínios dos quais em breve se tornará senhor – pois este é o sentido da fala de Abner na qual figura o nome Dan. E esta idéia não está apenas nas cogitações do intérprete; na frase que precede a referência bíblica, Freud escreve: “Será que estas dúvidas são apenas um episódio no meu progresso rumo a novos conhecimentos?”.

Se a menção de Dan sugere a identificação com o personagem conquistador, tema conhecido e sobre o qual não é preciso estender-me aqui, é preciso investigar qual poderia ser a origem desta identifi-

O sentimento de vitória provém de uma identificação com David, tornada possível porque a figura do rei bíblico se presta à expressão disfarçada de uma série de emoções e fantasias originadas no inconsciente.

cação específica com o conquistador *David*. Ainda no nível da carta 69, parece que o conteúdo da teoria da sedução, em si mesmo, aproxima ao ser repudiado Freud de David, sob um ângulo muito particular. Abandonar a teoria da sedução significa, como já observei, inocentar um pai, considerando que as representações da sedução não se originam nos atos dele, mas na fantasia e no desejo das filhas. E Freud dirá, na não menos célebre carta 70 de 3.10.1897, que “o velho não desempenhou nenhum papel ativo em meu caso”. A nova hipótese teórica está relacionada e dá expressão a um movimento de *reconciliação* com o pai, ou pelo menos a uma modificação na economia das relações com a imago paterna. Neste contexto, retomar palavras de lamento pronunciadas por um sucessor em homenagem a um predecessor, por um genro em homenagem a seu sogro (David havia desposado a filha de Saul), é um gesto que, mediante um pequeno deslocamento, presta-se bem para expressar profundo alívio, tanto pela comprovação de que o pai não era culpado, quanto pelo fato de ele já estar morto. Em outras palavras, a identificação de Freud com David provém de fontes infantis que a teoria psicanalítica situa nas duas vertentes do complexo de Édipo: a nostalgia pelo pai e os desejos de morte contra este mesmo pai.

É possível trazer subsídios para esta hipótese tanto a partir da história bíblica subjacente à carta 69 quanto a partir do sonho infantil com os personagens de bico de pássaro, que pressupõe esta mesma história. Tudo no relato do cronista remete ao conflito edipiano: as desventuras de Saul frente ao poderoso personagem paterno representado por Samuel, as repetidas tentativas de homicídio num contexto de rivalidade e de ciúmes, a história dos cem prepúcios de filisteus, os assassinatos do filho de Saul (Ishbósher) e do duplo de Saul (seu general Abner), o crime

de David para possuir uma mulher proibida (Bathsheva), o incesto cometido por Amnon sobre sua irmã Tamar, o último capítulo em que David figura como vítima do ódio de seu filho Absalão... Como observam os comentadores, não é de admirar que o pequeno Sigmund tenha se impressionado vivamente com semelhante narrativa.

Saul, na qualidade de rei que precede David, corresponde a um pai adotivo; seu ódio contra o homem mais jovem, no qual pressente um adversário perigoso, faz pensar em Laio e no filicídio mal-sucedido que comete contra Édipo. Mas, sendo Saul um homem frágil, sujeito a depressões e a alucinações, curvando-se frente à gigantesca silhueta de Samuel, não é impossível superpô-lo à figura humilhada de Jakob Freud no famoso episódio do chapéu de pele atirado à lama. A hostilidade, porém, não governa apenas a relação entre o pai e o filho; a insistência de David em se inocentar publicamente a cada vez que alguém ligado a Saul morre de modo violento sugere que ela perpassa igualmente a relação entre o filho e o pai. A presença no enterro de Abner, a ode de Saul, a presteza em condenar o pretenso assassino do rei e os assassinos reais do seu filho Ishbóshet soam como formações reativas destinadas a recobrir desejos de morte tão intensos quanto ocultos. A hostilidade *do* pai fornece assim um excelente disfarce para a hostilidade *frente* ao pai, certamente presente no contexto do desejo incestuoso do filho pela mãe e das fantasias de castração que este desejo não deixou de suscitar. Todos esses fatores, acredito, favoreceram a retenção pelo menino Sigmund da história na qual desempenham papel tão essencial. Muitos anos depois, o pesquisador da história formulará uma hipótese que exprime, em linguagem científica, o ódio infantil pelo pai, suposto perverso e sedutor; quando esta teoria se torna dispensável e o pai é reconhecido

como inocente, a reminiscência de um filho que também soube perdoar surgirá como ponto de apoio para a identificação, que transparece no fato de este adulto expressar seus sentimentos com palavras emprestadas do herói com quem se identifica. E ambas as tendências – a hostil e a carinhosa – podem concorrer para originar o sentimento de triunfo, pois, embora inocente, o pai está morto, e o filho vivo.

Que no espírito de Freud a figura do rei David esteja mesclada às representações da morte, do pai e da morte do pai, é o que revela o parágrafo do *Moisés* mencionado anteriormente. Falando do caráter vívido do texto escrito pelo cronista contemporâneo, Freud o compara com o de Heródoto, o “Pai da História” (as aspas estão no original de Freud). E, via a mediação dos egípcios, sustentada na reminiscência da ilustração egípcia para um fato da biografia de David, o texto continua sem transição aparente na direção

A hostilidade
do pai fornece um
excelente disfarce
para a hostilidade
frente ao pai,
presente no contexto
do desejo incestuoso
do filho pela mãe
e das fantasias de
castração que este
desejo não deixou de
suscitar.

do crime: com efeito, algumas linhas mais abaixo, encontramos a célebre comparação entre a deformação de um texto e o assassinato – “a dificuldade não está em cometer o crime, mas em apagar seus traços”¹¹. Qual crime? Não um crime qualquer, mas, tanto pelo contexto do livro quanto pela natureza da história ressurgida do reprimido, precisamente um parricídio.

Além disso, a história que tanto impressionou o menino Sigmund contém – ao lado de conflitos edipianos particularmente intensos – uma série impressionante de detalhes referentes ao incesto e à castração. Incesto: Absalão dorme com as concubinas de seu pai, Abner faz o mesmo com a de Saul e é reprimido pelo filho deste, Ishbóshet, David afasta um rival e tem relações com uma mulher proibida, para não falar do incesto fraterno cometido por Amnon e Tamar. Castração: inúmeras referências a “feridas”, os cem prepúcios dos filisteus, a constante designação destes últimos pelo adjetivo “incircuncisos”, e a cabeleira de Absalão que se prende na árvore... Outro detalhe provavelmente significativo, e que não deixou de ser reinterpretado como uma agressão sexual (a julgar pelo sonho narrado em seguida ao da “Mãe querida”, no qual um homem é perseguido por outro com um machado, o que o remete à visão do lençol manchado de sangue no leito de sua mãe), é o fato de Ishbóshet ser assassinado por dois homens na sua cama: no sonho infantil de Freud, a mãe aparece deitada na cama e ladeada por dois personagens à egípcia. Não nos estenderemos sobre este sonho, interpretado tanto por Alexander Grinstein como por Eva Rosenfeld no sentido dos impulsos incestuosos e do temor às consequências de tais desejos¹². E este tema nos traz ao terceiro dos equívocos da citação na carta 69: aquele por meio do qual Freud substitui as “filhas dos incircuncisos” pela “terra dos filisteus”.

O verso bíblico está construído segundo um padrão rítmico freqüente na literatura da época: uma censura interpõe-se entre dois hemistíquios, cada um dos quais contém um tema e sua reduplicação. “Não o digais em Gat, não o anuncieis nos arredores de Ashkelon // para que não se alegrem as filhas dos filisteus, para que não se rejubilem as filhas dos incircuncisos.” A ação da censura parece ter-se exercido com mais intensidade sobre o segundo hemistíquio, produzindo um deslocamento que, primeiramente, faz surgir a “terra” no lugar das filhas, e em segundo plano faz desaparecer a dupla referência à alegria e ao regozijo. É certo que esses sentimentos aparecem no tom geral da carta, mas não me parece por isso excluído que, entre os motivos determinantes da supressão da alegria, devamos contar o sentido do nome de Freud (= alegria). É como se, eliminando esta parte do verso, Freud tivesse buscado apagar sua própria presença deste conjunto de temas e de desejos, de tal modo que podemos ler essa omissão como um “nada tenho a ver com isso”. Denegação, portanto, de um desejo seu.

Quem se alegraria com a morte de Saul seriam as filhas dos filisteus. No nível mais imediato, estas jovens poderiam representar as pacientes do próprio Freud, mas nada no contexto justifica essa idéia. Penso que a filhas censuradas remetem antes a uma figura materna, por uma reviravolta típica dos processos primários. As razões para formular esta hipótese repousam primeiramente no sonho infantil de Freud, cujo personagem principal é precisamente a mãe, e em segundo lugar no sentido inconsciente que parece ter tido a renúncia à teoria da sedução, no adulto que sublimou sua curiosidade sexual através da invenção da psicanálise. O que não deve ser proclamado em Gat não é apenas que o pai é inocente, mas também que ele morreu, portanto deixou livre o caminho para o leito

Ação da
censura parece ter-se
exercido com mais
intensidade sobre o
segundo hemistíquio,
produzindo um
deslocamento que
primeiramente faz
surgir a “terra” no
lugar das filhas, e em
segundo plano faz
desaparecer a dupla
referência à alegria e
ao regozijo.

da mãe. Não me parece improvável reconstruir uma fantasia segundo a qual a mãe não deve saber que o pai morreu, idéia esdrúxula que por sua vez recobriria uma outra: a de que, morto o pai, a mãe se apressaria a ceder ao desejo do filho. Desejo do filho? Talvez mais do que isso: desejo dela, mãe, até então contido pela presença do pai. A imagem da terra parece assim recobrir duas imagens superpostas de mãe: a da mãe complacente e por isso mesmo perigosa, e uma outra, de contornos mais imprecisos, de cujo desejo de sedução o filho necessita se proteger. Talvez seja esta a mãe que Freud afasta de si, recusando-se a anunciar-lhe que ficou viúva. Tal gesto bem poderia exprimir simultaneamente o desejo de ser desejado / seduzido por ela e o movimento defensivo que tal desejo não deixaria de suscitar.

Pois é preciso levar em conta não apenas o omitido, mas ainda a formação substitutiva que ocupa o lugar do omitido. No caso em ques-

tão, trata-se da terra, que segundo Freud representa uma das imagens da mãe, da Mãe que acolhe novamente em seu seio o filho morto. São inúmeros os exemplos em que a terra, e de modo mais geral a Natureza toda, aparecem ligadas a uma representação do feminino em seu aspecto ameaçador e destrutivo: basta lembrar o *Leonardo*, o capítulo III de *O mal-estar da cultura*, o *Tema dos três cofrezinhas*, o sonho *Goethe ataca Herr M.*, com a exclamação “Natur! Natur!”¹³. As forças desembestadas da Natureza, porém, são menos temíveis do que a figura de mãe atualizada pelo abandono da teoria da sedução pelo pai, mãe esta que é rapidamente substituída, nas cartas 70 e 71, pela figura da babá velha e feia, que Freud considera como “originadora da sua neurose”. Neste sentido, parece-me que a substituição das filhas dos incircuncisos pela expressão mais neutra “terra dos filisteus” esboça um movimento simultaneamente de aproximação e de afastamento desta figura tenebrosa, cuja presença no espírito de Freud é atestada por sua aparição nas entrelinhas das cartas subseqüentes¹⁴.

Resumamos nosso percurso. A citação relativa aos filisteus se origina numa identificação de Freud com o rei David, identificação que obedece à regra enunciada na *Interpretação dos sonhos*: “apropriação fundada sobre uma pretensão etiológica comum, que permanece no inconsciente”¹⁵. A pretensão comum, no caso, consiste em ter afastado um pai da posição que este ocupava anteriormente (de rei e / ou de sedutor), em tê-lo inocentado de seus desejos funestos (de agressão e / ou de sedução), em escrever um texto que vale por uma ode fúnebre (mesmo em forma de carta). O personagem de David, encontrado na leitura infantil da Bíblia, constituiu para Freud um modelo identificatório pelos episódios que marcam sua vida, por ter sido um conquistador e um poeta, por ter combatido os

O personagem de David constituiu para Freud um modelo identificatório, pelos episódios que marcam sua vida, por ter sido um conquistador e um poeta, por ter combatido os filisteus, e por ter sido o favorito de uma figura onipotente.

filisteus, e por ter sido o favorito de uma figura onipotente, representada na Bíblia por Deus e em sua vida pela mãe. Mas esta identificação, creio, foi apenas preparada pelo contato com a história do rei hebreu; somente no momento em que Freud redige sua carta a Fliess é que ela se concretiza, dada a adequação do personagem bíblico para representar de modo indireto toda uma série de idéias e de fantasias mobilizadas pelo trabalho intelectual “sincero e pesado” que o conduziu a modificar sua teoria: a relação com o pai, os temas da morte, da sexualidade, da castração, da conquista simbólica de um campo de conhecimento, etc. Identificando-se passageiramente com David, Freud podia expressar o alívio pela transformação de uma figura de pai, transformação conceitualmente expressa na teoria pela passagem do pai da posição de inimigo das filhas à de inimigo do filho. E podia expressar simultaneamente o triunfo sobre esta nova figura do pai, triunfo representado

pela retomada e pela reelaboração de ode fúnebre composta pelo rei. Identificação passageira, disse: passageira porque logo mais o trabalho da análise fará surgir material infantil de importância consideravelmente maior; e, de qualquer modo, nada permite afirmar que a identificação com David provenha da infância de Freud. Certamente não é o mesmo ter-se impressionado com uma história, ter utilizado alguns elementos dela para dar forma a desejos e fantasias da época, e ter-se identificado com o protagonista da narrativa. A identificação com David parece ter-se constituído momentaneamente sobre a base de reminiscências infantis num determinado contexto da vida adulta, e, uma vez modificadas as condições em que ela era economicamente útil, ter-se desfeito em proveito de outras.

Uma última observação. Nesta ode, David não presta homenagem apenas a Saul, mas também a Jônatas, seu melhor amigo, com quem concluíra um pacto solene de fidelidade (I Sam. 20:11). Homenagem a Jônatas, que “o amara com todo o amor de sua alma” (I Sam. 20:17), e de quem David dirá em seu poema que “mais maravilhoso me era o teu amor do que o amor das mulheres” (II Sam. 3:26); homenagem a Jônatas, que morreu combatendo os filisteus no monte Guilboa. Quem sabe se, por trás do rosto do filho de Saul, não se esboçam os traços de Wilhelm Fliess? Se assim for, também a ambivalência frente a seu amigo terá encontrado expressão no lapso de Freud, contribuindo para alimentar o sentimento de vitória que perpassa toda a carta. Sentimento de vitória que, na identificação com David, poderia ter levado Freud a se recordar de outra passagem do livro de Samuel, na qual, por intermédio do profeta Natan, Deus envia uma mensagem a seu fiel servidor:

“*Eu te tomei de detrás das ovelhas; para que fosses o chefe sobre meu povo, sobre Israel; e fui contigo onde quer que fosses, e destruí teus*

inimigos diante de ti, e fiz para ti um grande nome, como o nome dos grandes que há na terra (...); porém tua casa e teu reino serão firmados para sempre diante de ti, teu trono será firme para sempre.” (II Sam. 7:8-9, 16).

Diante de tal promessa, por que temer os filisteus? ■

NOTAS:

1. Carta 69 a Fliess, 21.9.1897, in *Obras completas*, Madri, Biblioteca Nueva, 1973, p. 3580. (A edição espanhola de Freud será designada pela sigla B.N.)
2. *Standard edition*, Rio de Janeiro, Imago, 1974, vol. I, p. 352. Um primeiro comentário desta passagem encontra-se na nota 62 do segundo capítulo de *Freud, pensador da cultura*, São Paulo, Brasiliense, 1985, p. 196.
3. Charles Andler, comentando este artigo de Nietzsche, traz alguns exemplos cômicos do que era a atitude dos filisteus perante a cultura, exemplos tomados de escritos de Heine e de Franz Brentano. Freud estava familiarizado com as obras destes autores, um dos quais foi seu professor de filosofia. Cf. Andler, *Nietzsche, sa vie et sa pensée*, Paris, Gallimard, 1958, vol. I, p. 501.
4. “Sentei-me em meio aos filisteus de Leipzig, escutando o que diziam e contemplando a expressão de seus rostos. Espalham seus ideais como manteiga, sobre o pão, sem se sentirem mais preocupados por eles do que nossos próprios filisteus” (Carta 29 a Martha, 16.12.1883, in *Epistolário I*, Barcelona, Plaza y Janet, 1974).
5. *Moisés...*, II, 6: *Studienausgabe* (S.A.) IX, p. 492; B.N. III, p. 3264.
6. Cf. Alexander Grinstein, *Los sueños de Sigmund Freud*, México, Siglo Veintiuno, 1981, p. 397 ss.
7. *A interpretação dos sonhos*, cap. VII, seção D: S.A. II, p. 555; B.N. I, p. 699.
8. Cf. J. Laplanche, *Teoria da sedução generalizada*, Porto Alegre, Artes Médicas, 1988; e L. R. Monzani, “Sedução e fantasma”, *Manuscrito VII/1-2*, Campinas, Unicamp, 1984.
9. Cf. Wladimir Granoff, *Filiations*, Paris, Minuit, 1975, p. 297 ss.
10. Cf. entre outros exemplos: Juízes 20:1, II Sam. 17:11, I Reis 4:25.
11. *Moisés e o monoteísmo*, S.A. IX, p. 492; B.N. III, p. 3264.
12. Cf. Grinstein, *op. cit.*, p. 400, e Eva Rosenfeld, “Traum und Vision”, in *Derunberkannte Freud*, Munique, Kindler Verlag, 1973, p. 34.
13. Cf. *Leonardo*, S.A. X, p. 144; B.N. II, p. 1611; o sonho de Goethe encontra-se na *Traumdeutung*, capítulo VI, seção G: S.A. II, p. 425; B.N. I, p. 613.
14. Cf. Monique Schneider, *Freud et le plaisir*, Paris, Denoël, 1980, e a discussão deste livro por Danièle Brun. “Les sources infantiles de la théorie chez Freud”, *Revue Française de Psychanalyse*, 3/1982, p. 583-599.
15. *A interpretação dos sonhos*, cap. IV, S.A. II, p. 166, B.N. I, p. 438.

“As filhas”, dezessete anos depois

Renato Mezan

O autor revisita o texto publicado no primeiro número de *Percurso* à luz de suas reflexões mais recentes, analisando os contextos afetivos e teóricos que marcam os dois momentos.

Curiosa, a sensação de retomar tantos anos depois um trabalho escrito por mim mesmo, a fim de atender ao pedido da Comissão Editorial de *Percurso*: sensação próxima daquilo a que Freud chama *unheimlich*, não tanto na acepção de sinistro ou insólito, mas na de “estranhamente familiar”. Familiar, porque reconheço no texto certos temas, um estilo, referências, etc., que são os meus; estranheza, até certo ponto, pela posição um tanto esquerda de comentar algo que eu mesmo fiz. Posição talvez próxima da de um pintor a quem se encomendasse um auto-retrato...

Primeiras impressões: o artigo ainda me parece convincente. Se o tivesse de escrever hoje, creio que o faria igual – talvez não colocando esta ou aquela frase, mas no essencial diria a mesma coisa. Ele propõe uma hipótese acerca das condições emocionais em que Freud escreveu sua célebre carta 69 a Fliess, na qual renuncia à teoria da sedução: o sentimento de triunfo do qual se sente possuído não provém de uma negação do recuo teórico a que se vê obrigado, nem somente dos motivos

explícitos que menciona – em suma, a sensação de ter correspondido às exigências do seu ideal do ego, que em sua vertente “científica” prescreve abandonar uma idéia, mesmo que cara ao nosso coração, em nome da disciplina da verdade. O *lapsus calami* na citação bíblica aponta para fatores inconscientes, e a reconstituição que proponho continua a me parecer razoável: identificação passageira com o rei David, figura heróica da história dos hebreus de cujos feitos Freud havia tomado conhecimento quando criança, ao ler a Bíblia na tradução comentada e ilustrada do rabino liberal Philippon.

Eu havia notado esse lapso dez anos antes, ao realizar a pesquisa para o que viria a ser o livro *Freud, pensador da cultura*, e colocara em nota uma observação a respeito dele. A familiaridade com a Bíblia, resultado de anos como professor de História Judaica e de um

Renato Mezan é psicanalista, membro fundador do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae e professor titular da PUC/SP. Autor de diversos livros, entre os quais *Psicanálise e judaísmo: Resonâncias (Imago)* e *Figuras da teoria psicanalítica* (Escuta/EDUSP), coordena desde 1992 a revista *Percurso*.

interesse pessoal no uso do livro sagrado como fonte histórica, me havia alertado para seguir a pista dada por James Strachey, e fornecido os instrumentos para segui-la: encontrei o versículo ao qual Freud estava se referindo – o que não era nenhuma façanha sherlockiana, já que bastava abrir o segundo livro de Samuel no lugar indicado pelo tradutor inglês – e, comparando o texto hebraico com o que Freud escrevera, percebi os enganos que haviam se infiltrado na sua reminiscência. Contudo, no momento em que redigia a tese, não pude ou não soube ir além desta constatação.

A atenção a esse detalhe aparentemente sem maior importância inscrevia-se no contexto de um problema mais amplo, a saber, a eventual influência do fato de Freud ser judeu sobre a criação da psicanálise. Levantada por Lacan nos anos 50, esta “lebre” havia se tornado um tema de pesquisa entre os “freudólogos”, como denominei os estudiosos que se interessavam pela biografia de Freud como fonte para compreender melhor a sua obra e, por extensão, a própria psicanálise. No ambiente francês no qual foi escrito *Freud, pensador da cultura*, a questão do judaísmo havia adquirido importância considerável, como parte de uma temática ainda mais ampla: a auto-análise de Freud, considerada por muitos um momento particularmente significativo no processo que levou à invenção da psicanálise.

Com o recuo de quase trinta anos, vejo hoje que a ênfase dada por esses autores aos processos psíquicos do indivíduo Freud – processos a serem inferidos da vastíssima documentação que ele nos deixou, tanto na obra publicada quanto na correspondência com seus íntimos – tinha por pressuposto o desejo de não reduzir a invenção da nossa disciplina a um caminho apenas lógico ou epistemológico, mas apresentá-la como fruto objetivamente valioso de um percurso subjetivo passível

de ser reconstituído, e que portanto adquiria valor exemplar.

Esta intenção, por sua vez, era uma das conseqüências mais importantes do “retorno a Freud” promovido por Lacan: retorno não apenas à sua obra, valorizando-a como sempre atual – na contramão do *mainstream* anglo-americano, que tendia a ver no trabalho dos sucessores do fundador motivos para relegar Freud à condição de “bom, mas superado” – mas ainda retorno à forma como ele produzia seus conceitos e hipóteses. Para investigá-la, era consensual na época que se deveriam utilizar os dados biográficos disponíveis, e procurar mostrar de que modo determinadas circunstâncias haviam influído na criação de determinadas idéias freudianas.

O tema do judaísmo de Freud passou assim a ser um *topos* frequente nas discussões francesas, e, por tabela, também entre certos autores americanos desejosos de escapar à monotonia da leitura então corrente

Levantada por Lacan nos anos 50, a “lebre” do judaísmo de Freud havia se tornado um tema de pesquisa entre os “freudólogos”.

em seu próprio meio. Livros como *L'auto-analyse de Freud*, de Didier Anzieu, *D'Oedipe à Moïse: Freud et la conscience juive*, de Marthe Robert, e outros que cito em *Freud, pensador da cultura*, mostravam como se podia trabalhar de modo inteligente com os dados disponíveis, iluminando de um ângulo propriamente psicanalítico o processo de criação conceptual na nossa disciplina¹. Havia aqui a aplicação da psicanálise a um território que, em virtude da minha formação anterior em filosofia, me atraía muito: aquilo a que chamei, num texto posterior, de “camada de fantasias subjacente a um argumento teórico”².

Assim, quando pensei em como poderia contribuir para o II Encontro da Associação Internacional de História da Psicanálise, que se realizaria em Viena em julho de 1988, e cujo tema era “Freud”, ocorreu-me que o lapso da carta 69 podia ser uma boa escolha: era adequado ao Encontro, tanto quanto eu tinha conhecimento não havia sido esclarecido – portanto satisfazia ao quesito “originalidade” – e, se tivesse êxito em elucidá-lo, estaria colocando minha pequena azeitona na grande empada dos estudos a que me referi.

Também estava presente o desejo de impressionar meu professor Conrad Stein, cujos trabalhos sobre o modo de pensamento de Freud haviam sido fundamentais em meu próprio trajeto. Stein havia dedicado anos do seu seminário no *Institut de Psychanalyse* da Rue Saint Jacques a uma investigação detalhada da *Interpretação dos sonhos*, partes da qual chegaram a ser publicadas em seus livros. A delicadeza da análise, a erudição empregada para mostrar o caminho de pensamento do autor (e não exibida, arrogantemente, para humilhar o leitor), a finura do percurso, e o brilho das conclusões, fazem destes pequenos exercícios de psicanálise verdadeiras jóias. Elas facilitam a compreensão do percurso freudiano, enraizando-o

nas vivências de quem o realizou, e ao mesmo tempo evitam o risco de psicologizar a invenção conceitual: não é porque Freud utiliza suas próprias lembranças de infância para construir o conceito de complexo de Édipo que este deixa de ter valor objetivo, independentemente da imaginação do pequeno Sigmund.

Deste modo, o desejo de explorar o lapso freudiano se inscrevia tanto em meu percurso pessoal – no qual a figura de Stein tem um papel eminente – quanto num contexto mais amplo, o destes debates sobre as condições da criação de Freud. Eu já havia investigado a temática do judaísmo em Freud no livro *Psicanálise, Judaísmo: Ressonâncias*, com o qual Manoel Berlinck inaugurou a Editora Escuta; estava familiarizado com a bibliografia então disponível, e espicaçado pelo desejo de descobrir alguma coisa valiosa neste terreno. Pus-me então em campo, e tive a sorte de encontrar no livro de Alexander Grinstein, *Los Sueños de Sigmund Freud*, a referência à imagem da Bíblia de Phillipson que motivou o sonho “Mãe querida”. Essa imagem – para minha total surpresa – não ilustra um texto do Êxodo (livro que narra a história dos judeus no Egito), onde seria natural encontrar personagens egípcios, mas... a passagem de Samuel II em que o narrador descreve a reação de David à morte do general Abner, o qual havia se oposto à ascensão dele ao trono hebraico e defendido seu oponente, o filho do falecido rei Saul.

Não é difícil imaginar a alegria do pesquisador diante de tal descoberta. A psicanálise aplicada é um terreno escorregadio, em que é fácil projetar nossas fantasias ou nossos preconceitos sobre o objeto estudado, porque – em seu silêncio obsequioso – ele não pode refutar o que dizemos. Daí a importância de que elementos extraídos de *outro* lugar venham em apoio da hipótese que sustentamos: eles cumprem um papel análogo ao que, nas ciências naturais, tem a reprodução de um

O desejo
de explorar o lapso
freudiano se inscrevia
tanto em meu
percurso pessoal,
quanto num contexto
mais amplo, o dos
debates
sobre as condições
da criação
de Freud.

experimento por investigadores independentes. No caso do lapso de Freud, era preciso encontrar provas documentais de que ele conhecia a história do rei David – o que é atestado pela passagem do *Moisés e o Monoteísmo* a que me refiro no artigo – e também que esta história era, ou tinha sido, relevante para ele, a ponto de a guardar na memória: o uso da figura retirada da Bíblia de Phillipson num sonho de infância tão importante como “Mãe querida” satisfazia esta condição. Assim ficava justificada a inferência de que a figura de David, de cujas palavras ele se apropria de modo truncado na carta 69, faz parte da galeria de heróis semitas da qual Aníbal é o personagem mais conhecido (a famosa história do chapéu de pele de Jakob Freud, relatada na *Traumdeutung*).

A partir daí, tratava-se de reconstituir – ainda que de modo conjectural – a identificação que eu supunha ter ocorrido no momento em que Freud escreve a Fliess sobre

o abandono da sua *neurotica*. Não vou retomar aqui os passos desta reconstituição, que apresento no artigo; basta dizer que, a dezessete anos de distância, eles me parecem ainda plausíveis. Ela utilizava – numa homenagem implícita – a teoria de Stein sobre a identificação histérica, “a partir de uma pretensão etiológica comum”; com efeito, meu professor havia resgatado esta idéia da *Interpretação dos sonhos*, e a empregava para dar conta de uma série de aspectos do trabalho analítico, em particular no que se refere à construção da interpretação.

O plano do artigo delineava-se assim com clareza: primeiro, apresentar os elementos que justificavam considerar como um lapso a forma pela qual Freud faz a citação do texto bíblico; segundo, contar brevemente a história de David e de Saul, nela situando a ode fúnebre da qual Freud havia citado um verso; terceiro, reconstituir tanto quanto possível o movimento daquela específica e singular identificação; quarto, mostrar de que modo a censura havia interferido com a reminiscência, elucidando o motivo das transformações que o versículo sofre ao ser recuperado do inconsciente; quinto, ligar este momento da vida de Freud, em setembro de 1897, ao contexto a que pertence – a transferência amorosa com Fliess, de cunho nitidamente homossexual (a referência à amizade entre David e o jovem Jônatas, filho do rei Saul), e o início da auto-análise, na qual Freud irá inocentar seu pai da acusação de sedução. Este movimento de reparação tem uma face pessoal evidente (trata-se da *sua* rivalidade com “o Velho”), e uma face conceitual – a formulação da tese de que existem fantasias edipianas, primeiro passo para a constituição da noção de complexo de Édipo. Decidir se tive êxito nessa demonstração, ou não, é tarefa que já não compete a mim, mas ao leitor. Só posso dizer, como o noivo de quem Freud fala em outra carta a Fliess, e a quem se pede uma opinião sobre

a moça que lhe haviam apresentado: “*a mi me gusta*”...

Em todo caso, o artigo enfatiza a significação fundamental que Freud atribuía à sua pertinência ao povo judeu, tanto no plano pessoal como na qualidade de motivo determinante para ter inventado a psicanálise. Esta segunda afirmação, tão estranha à primeira vista, se encontra entre outras passagens na carta com a qual agradece à Sociedade Bnei Brit as homenagens que lhe foram prestadas por ocasião de seu septuagésimo aniversário, e que discuto pormenorizadamente no primeiro capítulo de *Ressonâncias*. Anos depois, ao manusear na Biblioteca do Congresso os documentos do Arquivo Freud, tive a satisfação de encontrar uma lista manuscrita por ele das palestras que deu para esta associação: uma por ano, até 1916, o que não deixou de me surpreender.

Freud não era muito assíduo às reuniões da Bnei Brit – pois havia fundado a sua própria sociedade, seguindo talvez o exemplo do jovem judeu recrutado pelo Exército do Kaiser e cuja história conta em *A piada e sua relação com o inconsciente*: o sargento alemão, furioso por não conseguir fazer do rapaz um soldado germânico, um belo dia joga a toalha – “*Herr Cohen, sabe o quê? Compre um canhão e se estabeleça por conta própria!*” Não obstante, continuou por mais de vinte anos a fazer uma conferência anual para essa associação, que, como diz em seu agradecimento, o recebera amistosamente quando todos o execravam. Ou seja, foi na época em que escreveu a carta 69 que Freud decidiu afiliar-se a uma organização cultural e beneficente da comunidade judaica – o que, se não basta para confirmar que no momento em que escrevia a Fliess ocorreu a identificação com o rei David, pelo menos mostra que foi no âmbito de sua identificação com os judeus que ele buscou alívio num momento particularmente penoso em sua carreira e em sua vida. As-

sim caminha toda pesquisa: como um quebra-cabeças, uma peça vem daqui, outra se encaixa ali...

Uma última observação. O artigo que publiquei na primeira edição de *Percurso* faz parte de uma linha de investigação à qual, periodicamente, retorno em meus escritos: a que explora os mecanismos de constituição da teoria psicanalítica. Sob o ângulo “freudologia”, o problema de por que foi Freud e não outro que inventou a psicanálise continuou a ser trabalhado em artigos que se encontram em *A vingança da esfinge*, em *A sombra de Don Juan*, em *Tempo de muda* e em *Interfaces da psicanálise*. Já o estudei partindo da cultura vienense, da questão do judaísmo, da formação científica de Freud, e tenho certeza de que ainda há outros vértices para o abordar. Sob o ângulo “psicanálise de conceitos e teorias”, voltei de modo mais sistemático ao tema em “Metapsicologia/Fantasia”, e, posteriormente, em estudos sobre a epistemologia da nossa disciplina, que também se encontram nas coletâneas mencionadas. Não é possível deixar de me perguntar o que tanto me fascina nesta questão: e, como sempre no trabalho intelectual, há motivações pessoais, algumas das quais podem ser mencionadas em público, enquanto outras...

Uma das razões “inofensivas” é a seguinte: estou convicto de que desvendar o processo de criação de um sistema conceitual contribui poderosamente para evitar um escolho muito sério em nossa formação como psicanalistas – o de idealizar a teoria que abraçamos, e de acreditar que somente ela é verdadeira, com a conseqüente tendência ao fanatismo e à intolerância que caracteriza a crença cega na mensagem de um profeta. Nesse sentido, ter publicado este texto no primeiro número de uma revista que pretendia incentivar o diálogo, o pluralismo e o respeito pelas idéias dos outros assume para mim, retrospectivamente, um forte valor simbólico. Há dezessete anos,

Há dezessete anos, os que começamos esta extraordinária aventura editorial em que se transformou *Percurso* não podíamos prever o alcance que ela iria tomar.

os que começamos esta extraordinária aventura editorial em que se transformou *Percurso* não podíamos prever o alcance que ela iria tomar – mas estávamos seguros de que “era preciso dizer em Gat, e anunciar nos arredores de Ashkelon”, que uma revista psicanalítica não precisa ser dogmática, que é possível e desejável o diálogo com colegas de outras associações e de outras tendências. *Vade retro, filisteus!* ■

NOTAS

1. Hoje existem vários livros em português sobre este tema. Além do indispensável *O Moisés de Freud*, de Hayim Yerushalmi (Imago), posso citar *Um judeu sem Deus*, de Peter Gay (também da Imago); *Freud, leitor da Bíblia*, de Theo Pfrimmer (idem); e, da safra nacional, os trabalhos de Daniel Delouya (*Entre Moisés e Freud: Tratados de origens e de desilusão do destino*, Via Lettera) e de Betty Fuks (*Freud e a judeidade*, Zahar). O de David Bakan, *Freud et la tradition mystique juive* (Payot) é ruim demais, e ignoro se foi traduzido. Melhor que não o tenha sido...
2. Cf. “Metapsicologia/fantasia”, conferência de 1989, publicada em *Figuras da teoria psicanalítica*, Escuta/EDUSP, 1995, e atualizada em 2005 para o *Jornal de Psicanálise*.
3. Alguns destes textos foram incluídos na coletânea de artigos de sua lavra que preparei em 1988 para a editora Escuta, *O psicanalista e seu ofício*.

Um sonho de Isaías

Tales A. M. Ab'Sáber

Uma história de partilhamento de experiência e sonhos entre duas gerações diferentes de analistas. De forma condensada como em um sonho, e diante de um sonho, são discutidas teorias humanas sobre o sonhar, e algo novo chega a ser pensado.

Este texto foi escrito nos dias que seguiram ao relato do sonho. Na semana seguinte ao que se passou entre nós, que apresentarei a seguir, Isaías Melsobn contou o sonho para o grupo do seminário clínico, do qual eu também participava. Dois meses depois, na sessão de homenagem a ele na Sociedade Brasileira de Psicanálise de São Paulo, em seu discurso, ele novamente contou o sonho para todos os amigos e analistas presentes. Neste momento, já sabendo que eu havia escrito sobre o sonho, me cobrou publicamente o texto. Quando lhe perguntei, mais tarde, se eu poderia publicá-lo, ele disse que sim. Deste modo a contenção e o partilhamento de seu sonho se amplia cada vez mais, incluindo uma grande parte do movimento psicanalítico de hoje como parte de seu continente elaborativo.

Um ano e meio antes de Isaías me contar seu sonho, em um de nossos animados seminários clínicos, em algum momento eu falei algo assim, a respeito da experiência de algum paciente trazido à cena: “As pessoas, quando se aproximam da morte, precisam poder elaborar-la como uma experiência pessoal. As pessoas precisam poder morrer, e fazer da morte uma experiência de quem viveu.”

Evidentemente, era uma profunda concepção de Winnicott que estava por trás daquela contribuição. Também, eu sabia, havia me chamado a atenção uma passagem da correspondência pessoal de Freud: “A partir de uma certa idade passa-se a pensar na morte todos os dias”. Tudo isto vinha de meu preferido estudo da morte, na vida da cultura – meu mestrado sobre a presença da morte no cinema brasileiro –, a morte em vida – Adorno –, da famosa pulsão negativa da psicanálise, e em vários outros lugares...

Então eu realmente me surpreendi, e creio que ele também, com a viva reação de Isaías:

“– Como assim?”

– Sim... a nossa cultura tendeu a retirar a morte de uma esfera possível de significação, de simbolização... no entanto, preparar-se para a morte pode ser uma grande realização humana... que torna tanto a vida restante, quanto a própria morte, algo significativo para aquele

Tales A. M. Ab'Sáber é psicanalista, membro do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae, Doutor em Psicologia Clínica/Psicanálise pela USP, autor de *A imagem fria – Cinema e crise do sujeito no Brasil dos anos 80* e *O sonhar restaurado – Formas do sonhar em Bion, Winnicott e Freud*.

“Eu
não quero
nem saber da morte,
eu, que estou
próximo de morrer,
não quero
nem saber
dela...”

ser... São importantes, verdadeiramente sublimes, as últimas obras dos grandes artistas que refletem sobre a morte, temos isso no Beethoven e os seus quartetos, no Machado de Assis, ou em um cineasta como o John Huston... Os críticos chamam essas experiências da forma diante da morte de *estilo tardio*. Claro, isso tem a ver com quem já viveu, é uma elaboração que só pode vir da vida, de quem, de alguma forma, pode fazer a recolha da vida para a experiência da morte...”

Então Isaías falou, para mim e para todos os presentes no encontro:

“– Porra, eu não quero nem saber da morte, eu, que estou próximo de morrer, não quero nem saber dela...”

E me olhou espantado, como se aquilo fosse uma descoberta de si mesmo, que, por um lado, podia significar a invalidação daquelas idéias longínquas, talvez abstratas, e por outro significaria um limite pessoal,

uma impossibilidade apanhada no saber do encontro e de si mesmo... E assim ficou a nossa conversa, no ar de uma matéria ambígua¹.

Então, mais de um ano após aquele encontro, em uma tarde de fevereiro de 2002, após sairmos de um seminário clínico bastante feliz, em que ficara claro como a água a proposição psicanalítica do Isaías para todos os presentes – diante dos muitos obstáculos que se impuseram ao encontro significativo de analista e paciente, e então, do súbito descongelamento da poesia humana, que encontrou um caminho *através* da analista, para poder advir em possibilidades de vida –, ao final do trabalho, quando íamos, por acaso desta vez só nós dois, para o nosso cafezinho, onde costumávamos trocar algumas questões de maior intimidade, sobre a história da psicanálise, as possibilidades de criação em psicanálise, e a vida... então quando caminhávamos para a padaria da esquina do bairro de Pinheiros, Isaías refletindo, com uma certa gravidade, de algum modo rara nele próprio, me falou mais ou menos o seguinte:

“– Eu estava pensando... eu tive um sonho... eu estava pensando se eu poderia trazer um sonho meu para o nosso seminário... eu não sei... é que aí eu teria que apresentar coisas íntimas...”

Então eu lhe disse, interessado:

– Você pode apresentar apenas a região do sonho que seja útil para o que você quer pensar, Isaías, aquilo que você quer nos mostrar, como o Freud fazia...

– Sim... mas aí se perderia... veja o sonho foi assim...”

Então percebi que estávamos diante de um momento importante. Para mim aquilo era o horizonte possível da *irmandade* entre gerações diferentes de psicanalistas, vivendo juntos a experiência viva do inconsciente – embora Isaías não gostasse nada nada do que foi colocado concreta e epistemologicamente no interior de tal termo – tra-

tava-se de algo com que eu mesmo, em minha forma de conceber a psicanálise, sempre sonhei.

Por um segundo pensei nos riscos que eu também poderia correr, quando me lembrei, num *flash*, que um dos pontos encarnados da ruptura de Freud e Jung foi exatamente a recusa de Freud *em contar um sonho para o discípulo*, sob o risco – no modo de ver do primeiro psicanalista – de se configurar ali uma análise, e Freud se sentir à mercê, amorosamente, daquela relação tão intensa... Em nome de sua autoridade, Freud se recusou a contar um sonho, que, em algum momento, ele teve mesmo o desejo de contar para Jung. Mas, felizmente, Isaías não era Freud, e eu, definitivamente, não sou Jung. Agora, ao escrever, me lembrei também das análises em caminhadas, tendo *a vida como setting*, durante as férias, de Ferenczi com Freud... Fiquei feliz por estar presente neste sonho.

Curiosamente, naquele mesmo dia, eu havia me lembrado dos sonhos que eu tivera com meus mestres psicanalistas, Gilberto Safra e Renato Mezan, cada um elaborativo de aspectos importantes do meu ser analista, e que eu também sonhara com o meu terceiro mestre, este Isaías, que me recebera com mais afeto do que eu jamais fora recebido em alguma região da vida psicanalítica, e me lembrara, exatamente naquele mesmo dia, que *o sonho com o Isaías eu não conseguia lembrar*, eu apenas sabia que sonhara com ele, mas este sonho, até segunda ordem, deveria permanecer para além da minha capacidade de nomeá-lo...

Agora eu adentrava, com o Isaías, um dos mais belos sonhos, *que eu já sonhara*. Ainda caminhando pela rua, para chegarmos à esquina onde o cafezinho aguardava, ele me contou:

“*Eu estava descendo uma montanha, era uma montanha cheia de árvores, longa, e eu descia, vários patamares... havia uma clareira, meio circular onde se podia parar*

por um instante... nesta clareira, havia pessoas, colocadas à distância umas das outras, uma aqui, outra ali, outra lá, entre elas havia espaços... elas estavam imóveis, paradas... eram os meus colegas de turma..."

E eu: "– Da faculdade?"

Ele: "– Sim, da faculdade..."

Eu: "– ... Eles estavam parados como estátuas?"

Ele: "– Imóveis... como... peças de xadrez... agora me ocorreu uma outra conexão do sonho, depois te conto." E prosseguiu:

"Eu parei diante deles... havia uma estrada que vinha por trás de mim, por onde vinha um outro colega de turma, o Bicudo, ele passava... depois eu estava em outro lugar, uma casa, meio rural, meio sítio, onde eu encontrava um homem, e ele me mostrava a casa, uma casa cheia de objetos que ele guardava, e ele me dizia que queria ir para a cidade, sair daquela vida meio parada do interior, então ele queria comer chocolate, e havia dúvida se ele devia ou não, se faria bem para ele ou não... aí eu estou numa condução, parece meio faroeste, ela vai me levar, e a condução pára num ponto e tem quatro mulheres jovens, meio vestidas de faroeste, e elas querem entrar, e eu penso que não vai haver lugar para elas ali... então eu encontro uma pessoa, e peço amen-doim, e ele me dá frutas..."

Agora já estamos tomando o café. Isaías me pergunta:

"– O que você achou?"

Quase ao mesmo tempo, os dois falamos: "– É um sonho de elaboração da morte!..."

Então ele me conta as várias associações que já havia feito sobre o sonho. E em meio a elas, uma que seria importante em nossa conversa, uma piada (uma comunicação importante do Isaías tinha necessariamente que envolver uma piada), a piada do "mas que caralho você quer?"

"– A ninfomaníaca americana vai viajar para Pompéia. Dizem para ela, lá tem muitos homens,

você vai escolher à vontade. De fato, chegando lá, ela vai subindo uma ladeira, e ao lado de cada porta tem o desenho do pênis, do tamanho do homem que ela pode encontrar dentro da casa... e ela vai subindo e avaliando, este não, quero um maior, e vai subindo, e subindo, até que chega no final e ela não está satisfeita, aí um italiano que acompanhava fala: *Ma che cazzo tu vuoi?* Que caralho você quer, porra!"

Isaías fala também dos aspectos mais evidentes do sonho. "Os amigos dispostos como num Xadrez são amigos mortos, muitos já morreram, poucos ficaram, como eu e o Bicudo... ele foi pediatra dos meus filhos, hoje é dos filhos dos meus filhos... ele participou de um evento que me deu muita raiva, na faculdade, e de uma briga com um professor muito forte, intenso, quase violento... também quando eu entrei na faculdade eu não sabia ter a agressividade e brigar, eu ia no time de basquete da faculdade e olhava os colegas com aquela agressividade, aquela ira, e pensava, meu deus como vou participar disso, eu não tenho isto, eu não sou assim, eu queria participar como numa irmandade... Também o jogo de xadrez em que estão as peças, que são os colegas mortos, me lembrou, agora, o filme do Bergman, profundo, em que a morte vem jogar xadrez, como era o nome?"

"– O sétimo selo... curioso, Isaías, que ao longo da sua vida você se tornou um brigão, na psicanálise, você briga pelo seu pensamento..."

– Sim, eu brigo contra a instituição psicanalítica...

– É como se, ao longo da sua vida, você pudesse adquirir aquela agressividade necessária, aquela que vale a pena lutar, pelo próprio pensamento, a própria forma... Até culminar recentemente no artigo do Bento Prado Jr. que posiciona você, como uma peça de xadrez, entre grandes nomes do pensamento e da

psicanálise, e termina comentando a sua briga com o *International Journal of Psycho-Analysis*.

– Sim, ele me dá um lugar de destaque na história! Como se eu resolvesse um velho problema, intuitivo e trabalhado por muitos, mas que ganharia uma solução boa no meu trabalho... e eu tenho um pai e uma mãe, que são a Susan Langer e o Cassirer... e ele termina comentando, sobre o artigo recusado na *International Journal*, que o belo

Quase
ao mesmo tempo,
os dois falamos:
"– É um sonho
de elaboração
da morte!..."

livro de agora traz simultaneamente a censura e o censurado...

– É como se você tivesse dado um xeque-mate na briga que moveu a sua vida, e no xeque que a instituição te deu, na visão do Bento o livro superava isso tudo... Eu acho, Isaías, que os amigos de geração são também o estrato humano e histórico que te acompanhou, sem o qual você não seria quem é, e que quando estamos próximos à morte sonhamos também a presença de

nossa geração humana, nossa passagem histórica em nós... Um *sonho* do Winnicott, sonhado muito próximo da própria morte, que estudei no doutorado, lembrava também os amigos da juventude, que já haviam morrido, e era também um sonho de elaboração da morte...

– Os antigos diziam que o sono era como uma morte, e Freud chega a tocar nisso... eles estavam errados, o sono é vida... *agora, um sonho pode ser a morte...* O Binswanger escreveu um livro *Rêve et Existence*, onde o sonho elaborava amplamente a vida, aí o Foucault veio e disse sobre ele, *o sonho não deve falar da existência, ele é a existência...*

– O sonho é uma experiência profunda, que se vive...

– É isto que devemos lembrar sempre..."

Isaías continuou o percurso do sonho:

“– O homem da casa do sítio, que sou eu, quer voltar para a cidade, quer viver a vida intensa, não quer ir *naquele* percurso... eu fui ao médico recentemente, ao acupunturista, queria curar uma dor ciática que eu tenho, mas houve um desgaste do osso, e não tem jeito... noutras palavras, eu tenho 82 anos, porra! *Ma che catso tu vuole?* Caralho, tem 82 anos e quer voltar para a vida!... então as quatro meninas são isto, o amor, trepar, o desejo de uma vida sexual, que na minha idade já está esmaecida, mas eu quero... então, *peço amendoim...* e me dão frutas: *toma o fruto da sua vida, se enriqueça do que você fez e do que você tem... É um sonho de restauração.*”

Agora percebo que, de fato, em parte o sonho foi também, um pouco, sonhado para mim, do mesmo modo que sonhamos sonhos para nossos pacientes ou pessoas queridas. Como sua comunicação profunda faz efeito em mim, também a minha tese, que Isaías por vezes comentava elogiosamente, embora eu saiba que ele não a leu, embora pareça tê-la mesmo *sonhado*, e conhe-

cer bem, conhecimento que talvez tenha adquirido no dia da defesa, em que ele me deu a honra de estar presente – momento mágico de minha vida em que presenteei com meu trabalho, *o Gilberto, o Renato e o Isaías* e ainda meu pai, meus quatro meninos... enfim, minha tese se chama *O sonhar restaurado!*

Além disso, me parece impressionante o comentário sobre “os antigos diziam que o sono era como uma morte, e Freud chega a tocar nisso...”, esta passagem de Freud, muito sutil, apresentada em *O futuro de uma ilusão*, foi um dos momentos freudianos mais estudados por mim em meu trabalho, aquele em que Freud diz que “aquele que dorme pode ser tomado por um pressentimento de morte, que ameaça colocá-lo num túmulo”, e em seguida transforma tal imagem da morte na imagem rica de um sonho. A esta passagem freudiana dediquei alguns anos de minha vida, e agora, em *nossa conversa de sonho*, Isaías a evoca espontaneamente, sem dificuldade alguma, em meio a gigantesca obra freudiana ele se recorda exatamente daquilo que *é o meu sonho mais íntimo de Freud*.

Neste ponto, a meu ver, a conversa anuncia um saber novo, e que agora habita o *self* psicanalítico de Isaías... Trata-se do sentido do sonho de elaboração da morte, origem de toda esta conversa de sonhos, e da refinada observação de Isaías, desde quem já pôde sonhar a própria morte: *pode-se morrer em sonho...*

Fiz ainda um comentário: “A ninfomaníaca de Pompéia, da piada, *sobe, sobe e sobe*, e que *catso* ela quer... no seu sonho você, desce, desce e desce, passa pelas quatro mulheres, ainda quer vida amorosa, aos 82 anos... mas que *catso* você quer, Isaías!”

De repente Isaías se percebeu atrasado, precisava encontrar dona Hinda... A vida é assim. Ainda agora, antes de descermos, no elevador, ele me dizia, com a música do afeto que ele sabe comunicar tão bem: “– Eu

disse a ela que ela é mais importante do que as coisas que tenho que abrir mão...”

Enfim, voltamos para o prédio, onde o motorista o esperava. Falei-lhe, ainda rapidamente, do sonho que Sócrates descrevera no *Fédon*, de compor uma música antes de morrer, e do próprio diálogo platônico como a elaboração *dos discípulos, da morte do mestre*. Ele lembrou-se da República, onde Platão fala dos sonhos atormentados, com excesso de sensorialidade mundana, e do sonho apaziguado e profundo que, então sim, é uma revelação do sentido verdadeiro de algo...

Lembrou ainda, por um segundo, o modelo de sonho de Heráclito, das sucessivas ondas de uma pedra que é jogada na água... e de um outro grego: o sonho como a matéria viva e impalpável de um fogo.

Então nos despedimos, e ele fez um último *gesto*. Com seu rosto feliz e plácido, de quem havia vivido e conhecido a vida, falou, para mim, e para além de mim, sonhando: “Tchau, *meu filho*.”

Desde então, passei a meditar mais profundamente sobre o sentido da comunicação de Winnicott, que está por tudo nesta minha historinha com Isaías, de que é muito difícil para um homem morrer, *sem que tenha tido um filho para sonhar a sua morte*. ■

NOTAS

- a. Lembro que Flávio Carvalho Ferraz, meu irmão de Isaías, num relance, numa troca de olhares, também pegou este momento no ar...

A sublimação e a reconquista da herança

Anne Denis

Neste número, em que resgatamos a história da nossa instituição e da nossa revista, a Comissão Editorial decidiu incluir este texto, que examina alguns mecanismos ideacionais e afetivos do processo criativo.

De nobis ipsis silemus: De re autem, quae agitur, petimus: ut homines omnes eam non Opinionem, sed Opus cogitent; ac pro certo habeant, non Sectae nos alicujus, aut Placiti, sed utilitatis et amplitudinis humanae fundamenta moliri.

O texto de Francis Bacon, extraído da *Instauratio magna*, figura na primeira página da *Crítica da razão pura*, antes da carta de Kant endereçada ao ministro de Estado do Rei. Este texto começa com uma frase de quatro palavras: “*De nobis ipsis silemus*”. “Sobre nós mesmos, nos calaremos” ou, “não falaremos de nós” (em todo o caso, não do nosso ego, “servil, oportunista, falso”¹, este “obscuro tirano”²). Em contrapartida, pedimos que o objeto (*De re*) que nos conduz (forma passiva: *agitur*), o objeto dos nossos pensamentos ou o pensamento que é nosso “objeto”, possam ser reconhecidos (*cogitent*) pelos homens

como uma obra (*Opus*), isto é, nem ideologia (*Sectae*), nem fantasia (*Placiti*), mas esforço (*moliri*: movimento e esforço penoso) para colocar os fundamentos de uma contribuição útil, que faria crescer a humanidade (*utilitatis et amplitudinis humanae fundamenta*).

Toda obra nasce da fé (diz Bion); ou do instinto (diz Peirce). O imenso trabalho, lento, obscuro e doloroso que ela exige (“a tensão devida à incerteza provoca um medonho estado de desconforto, que se sente quase fisicamente”³) é contrabalançado pela força libidinal graças à qual toma forma. No entanto, seja qual for o domínio ou a disciplina a que se dirija o olhar, somos obrigados a constatar que as descobertas do ser humano

Anne Denis é psicanalista, licenciada em Filosofia e Psicologia. Publicou, entre outros artigos: “Les actes parlent plus haut que les paroles” (Paris, 1987 e Genebra, 1997); “Les vacances de Hegel” (Bruxelas, 1992); “Temporality and modes of languages” (Londres, 1995 e Roma 1999); “Géométrie de l’antipsychique” (Paris 1999); “La condition temporelle” (Paris, 2000); “Construct” (Paris 2002); “Pulsion et sonorité” (Paris 2005).

Tradução: Nora Habert

Revisão Técnica: Ana Helena de Staal e Renato Mezan

Em primeiro lugar,
convém levar em conta
que a pulsão de morte está presente
(para aqueles que não a negam)
na entidade teórica do *psiquismo*
estabelecida por Freud,
mas igualmente na ação particular
deste mesmo psiquismo
no processo de *sublimação*.

sofrem o mais arcaico destino pulsional: a transformação no contrário. A obra feita a favor da civilização torna-se ameaça de destruição da civilização. Qualifica-se geralmente este fenômeno de efeito perverso, subentendendo que a descoberta é boa, mas que sua utilização foi errônea: o que é relativamente tranquilizador. No entanto, diante do tamanho do fenômeno, do seu caráter geral, podemos pensar que é no próprio coração da teoria, na sua construção mesma, que se esconde a pulsão de morte.

Em primeiro lugar, convém levar em conta que a pulsão de morte está presente (para aqueles que não a negam) na entidade teórica do *psiquismo* estabelecida por Freud, mas igualmente na ação particular deste mesmo psiquismo no processo de *sublimação*, por meio do qual as descobertas científicas e todas as obras humanas podem surgir⁴. Se considerarmos que a pulsão de morte faz necessariamente parte dos

elementos psíquicos de uma descoberta (a pulsão de vida, evidente, não constitui problema), deve-se admitir que toda e qualquer teoria traz em si os germes destruidores da civilização.

Uma epistemologia transgeracional

A pulsão de morte, moção pulsional da descoberta ou da obra, age de duas formas ao mesmo tempo: como movimento antinarcísico dirigido contra o ego, que se torna “instrumento” de sua obra (Valéry), e contra os objetos intrapsíquicos: “deserção”, diz Saint John Perse, ou desidentificação em relação às imagens. A regressão do pensamento em direção às profundezas informes do id acarreta uma disjunção pulsional seguida de uma religação (em outro lugar, e de outro modo) num novo objeto psíquico, que é a própria obra. No entanto, neste

meio tempo a psique deverá sofrer e conter toda a energia desprendida da defusão pulsional – e tudo isto, esta desestruturação da psique no seu mergulho em direção ao id, ocorre com um “pobre” ser humano, epíteto utilizado por Freud, e também por Nicolas de Staël.

Ora, o que é *objeto psíquico* para quem o cria, com a carga pulsional antagonista e em seguida agonista, com a abertura formal de caminhos (figurativo e representativo) realizada por ele, torna-se, para as gerações seguintes, um *objeto real*: objeto de conhecimento, externo a si, e cuja apropriação se faz por identificação, em medida variável, mas sempre inevitável. Se a teoria atual afirma que “a identificação se opõe à representação”⁵, a identificação seria também um obstáculo epistêmico. A *teoria como fator identificatório em jogo* dispararia um movimento entrópico que a “proliferação cancerosa das idéias”, segundo a expressão de Bion, tentaria mascarar.

É necessário voltar-se para a epistemologia para compreender que o paradigma científico se torna “inerte”, imutável apesar das anomalias constatadas⁶, que é necessária uma crise (Kuhn) ou uma catástrofe (Thom) para que ele reencontre “seu próprio objeto natural” sem “pseudo-soluções”? E, se é preciso uma crise para que haja mudança, isso não seria reconhecer a ação silenciosa da pulsão de morte sobre as teorias, quando estas não são objeto de um trabalho de regressão que garantirá a *própria* reconquista delas? A inércia do paradigma é produto da pulsão de morte quando esta não é utilizada para a reconquista da herança epistêmica, ou para uma formalização do desconhecido.

Podemos supor que este avatar transgeracional da teoria vale para todas as disciplinas e obras do espírito, e que cabe à psicanálise, mais do que a qualquer outra disciplina, conceituar nele os efeitos destruidores, e, se possível, providenciar os devidos remédios.

O problema foi abordado pelos epistemólogos, mas também pelos tradutores (Berman e Schlegel), referindo-se às obras literárias: a tradução como movimento *crítico* que permite ao mesmo tempo arrancar a obra “da sua empiricidade primeira” e “como condição de possibilidade da obra futura”⁸. Da mesma maneira, o problema foi abordado do ponto de vista da história da filosofia, por Michel Serres: a “lei da entropia” da idéia (que se torna “ruído”) seria evitada pela preocupação histórica, a qual permitiria remontar à fonte do conceito, lá onde ele é mais verídico e menos deformado⁹. Observamos que esta concepção da pura verdade conceitual originária não é a dos tradutores: a preocupação historicista impediria, ao contrário, liberar o conceito do invólucro de sua “característica empírica primeira”.

Em psicanálise, é preciso constatar que a historicidade nem sempre é sinônimo de neguentropia, e a razão disso é que o que está em jogo não é a degradação da idéia ou do conceito (apesar de haver efetivamente conceitos como a sexualidade, e a atenção igualmente flutuante, que não são mais unanimemente honrados), mas antes o valor pulsional que a sustentava na origem. É então que há ideologização – como fenômeno de *modificação* dos valores, que podem ser estáveis na sua formalização ideal, e, no entanto, significar profundas transformações no que chamamos uma “concepção do homem”¹⁰. Mas a causalidade desta modificação de valores, que tem como efeito conservar uma formulação ideal que perdeu seu sentido original, encontra-se também na cultura ambiente: “Assim como o crepúsculo e a noite, nos quais as formas se unem, engendram facilmente o sublime, o dia, ao contrário, que desune e separa tudo, o põe em fuga; e assim é preciso que o sublime seja aniquilado por toda civilização que cresce, se não tiver a felicidade de se refugiar e de entremear-se a ela intimamente, o

Se a herança teórica não for reconquistada por um trabalho de sublimação cumprido pelas gerações seguintes, o que se perde é o sentido mesmo da descoberta.

que os torna igualmente imortais e incorruptíveis”¹¹. É Goethe que Freud evoca nas últimas linhas de sua obra: “O que teus antepassados te legaram como herança, se o quiseres possuir, conquista-o.”

Nesta perspectiva, *a reconquista da herança* parece ter que ser elevada à categoria de um princípio epistêmico; implica que o trabalho de sublimação original da teoria seja retomado pelos herdeiros, o que supõe sua *anterioridade* em relação a qualquer instituição, e uma fidelidade em relação ao absoluto original, fonte de qualquer criação, que só se atinge se renunciarmos a tal absoluto. Mas, se a reconquista da herança se faz pela sublimação, a psicanálise em sua prática deve poder chegar a analisar a evitação fóbica do sublime e sua relação com o que F. Pasche denomina “denegação das angústias arcaicas”¹². Eu veria nisso, porém, mais uma desautorização* concomitante à cisão, pois há um resto de conhecimento

inconsciente próprio ao *désaveu* que explica a ambigüidade, da qual trataremos adiante, entre evitação e busca da sublimação.

Se a herança teórica não for reconquistada por um trabalho de sublimação cumprido pelas gerações seguintes, com seu próprio pensamento teórico e sua própria prática, o que se perde é o sentido mesmo da descoberta, com o que sua utilização se torna insignificante. Todos os avatares epistêmicos devem então ser temidos. O modelo de pensamento pode tornar-se um sistema de pensamento: há mentalização, no sentido de Winnicott, e fechamento dos processos. O trabalho de abstração do pensamento, que evidencia uma estrutura causal explícita ao vincular entre si os elementos de uma configuração existencial da qual ele se destacou (por uma sublimação a partir da estrutura implícita), é substituída por ligações de conceito a conceito, isto é, de um já-pensado (nomeado) a um outro já-pensado (nomeado). Os fenômenos são desta forma interpretados numa estrita referência ao paradigma existente, limitados ao conteúdo, e a teoria desempenha o papel de um Ideal do Ego externo, como se os limites narcísicos congelados precisassem ser ainda reforçados pela referência a um modelo supostamente exaustivo e acabado. E se o Ideal do Ego for assim projetado e garantido pela teoria, não estamos mais na área científica, mas no ideológico e no nominalismo. O fato de que toda observação de um fenômeno é *theory laden*, carregada de teoria, pode ter como resultado que somente seja visto o que o modelo nos diz para ver, e que o detalhe incongruente seja afastado, quando muitas vezes está carregado de sentido. É a razão pela qual a observação, na prática psicanalítica, não convém: é pela atenção flutuante que a referência teórica consciente é afastada.

Pode acontecer também que a teoria se reifique: ela é o real, e

não seu modelo. Na psicanálise, o realismo epistemológico teria como único efeito a desobjetivação, pois substituiria à existência subjetal um modelo reificado, no qual a significância referencial substitui o sentido – e o destrói. É preciso, por outro lado, extrair uma lição dos poderes totalitários em política: neste caso, a idealidade de massa sempre é acompanhada pelo recurso ao realismo (na pintura soviética, por exemplo). Quando se instala, sob forma de idealidade, um *Ersatz* da realidade (psíquica ou social), o recurso ao real se impõe como um peso ou um lastro. Os processos psíquicos são surreais: psicose e somatose são provas *a contrario* disso. Por uma espécie de enigma, análogo ao do tempo, é libertando-se do realismo que o pensamento esposa a realidade.

Os demais avatares epistemológicos são conhecidos, mas não necessariamente dominados: a teoria torna-se instrumento de poder para aquele que não percebeu, *por um trabalho próprio de sublimação*, o valor libidinal original originário dela. Enquanto no espírito de quem inventa a teoria ela é um aporte do indivíduo à humanidade, simples necessidade interna de transmitir “como uma tocha que se passa de mão em mão” a cultura como expressão e como traço transgeracional do que a humanidade tem de melhor, a teoria pode inverter-se (em todos os sentidos da palavra) em domínio. A utilização da teoria se faz então sobre a forclusão do assassinato do pai “como ídolo”¹³; e, em psicanálise, o recurso incessante a Freud parece, bem mais que um luto impossível, “o esquecimento do assassinato na psicanálise”¹⁴. A idolatria mascararia então, ao mesmo tempo, o assassinato e o reconhecimento da superioridade sexual do pai criador sobre seus herdeiros. Mas estaríamos nos chocando aqui, como no delírio, com uma “verdade histórica?” Podemos nos basear na clínica dos filhos psicóticos,

que revela a verdade histórica de um pai-deus, um pai ideal. Freud, como pai ideal, seria produto não de uma verdade histórica a respeito de sua pessoa psicopatológica, mas produto da instituição psicanalítica, cuja verdade histórica seria uma idealidade instaurada imediatamente pela análise *didática*, isto é, uma psicanálise que objetiva ensinar, com sua representação de alvo consciente – e antagônica à não-intencionalidade de todo verdadeiro pensamento. A força de atração não pode tomar atalhos, mesmo quando a proposta parte da própria instituição. À falta de uma melhor teoria e de uma melhor prática das moções sublimatórias do psiquismo, permitiu-se o desenvolvimento da idealização, que oferece, em relação à sublimação, a vantagem incomparável de ser não-pulsional. A pulsão retornará – na crise.

Mas a teoria, a prática ou a instituição que se auto-idealizam só podem produzir o mesmo: a

homossexualidade primária segue *pari passu* com a repetição. Se, neste caso particular o objeto teórico desemboca na perversão, quando o modelo se torna realidade estamos na psicose: o *modelo* incompleto e inacabado por definição, que comporta necessariamente erros ainda desconhecidos, sem falar em seus pontos cegos, é *considerado como real*. Podemos então falar de uma neo-realidade teórica, da qual a *ficção representacional fica abolida*: a heterogeneidade entre a ordem da vida psíquica e a ordem da representação não é mais *mantida*, e a congruência entre as duas, sempre pontual e improvável, é considerada como automática, tendo como consequência um dobrar-se da “representação” sobre a vida psíquica que evoca a imagem da *peça-cortante* sendo aplicada ao tecido. Há apagamento da distância entre o psiquismo e o representacional, com o que desaparecem tanto um como o outro, em proveito de uma auto-

É preciso,
por outro lado,
extrair uma lição dos poderes
totalitários em política:
neste caso, a idealidade
de massa sempre
é acompanhada
pelo recurso ao realismo
(na pintura soviética,
por exemplo).

matização da psique que parece ser de fato o princípio mais freqüente de toda evolução individual: *a existência de um sistema de pensamento antagonista da representação* é uma das conseqüências da clivagem do Ego, com a desautorização sendo atribuída a toda forma da sexualidade que implique o negativo. O antipsíquico¹⁵ é uma defesa contra a própria representação, por causa de seu vínculo constitutivo com a moção pulsional, a qual desencadeia inevitavelmente um movimento que desorganiza o princípio da inércia. A substituição econômica, que consiste em pensar horizontalmente, sem regressão do pensamento, suprime a *perlaboração* contínua exigida pela vida psíquica, mas podemos ver nisso também uma manobra narcísica de fechamento, feita para negar que a ordem da vida excederá sempre a ordem da representação.

A fúria da idealidade

O Ideal do Ego como “convergência do narcisismo (idealização do Ego) e das identificações aos pais” (Laplanche e Pontalis) é portanto narcísica e identificatória. Ora, a sublimação, da qual falaremos em seguida, parece hoje constituir um movimento psíquico exatamente inverso à idealidade: seria antinarcísica e desidentificatória. A crítica da idealidade faz parte dos pensamentos latentes de Freud em “O Ego, o Superego e o Ideal do Ego”, terceiro capítulo de *O Ego e o Id*, publicado em 1923. Nesta obra, Freud anuncia que a psicanálise já está em condições de estudar o que há de “sublimado e elevado na alma humana”, e de abordar “a essência superior” que há no homem: ela não é outra, diz ele, que “o Ideal do Ego, o Superego”¹⁶. Freud insiste por duas vezes que o mais elevado é o mais profundo, e que os dois podem ser inconscientes. Mas o modelo do Ideal do Ego é construído excluindo a ciência e a arte (“aqui deixamos

de lado a ciência e a arte”)¹⁷ e o que constitui o *conteúdo* do conceito do Ideal do Ego são os fenômenos psíquicos de religião, de moral, e os sentimentos sociais.

A primeira observação que fazemos é perguntar qual seria o modelo teórico capaz de explicar a ciência e a arte, que não estão compreendidas sob o conceito de Ideal do Ego (e, é claro, pensamos na sublimação), cuja conseqüência seria que o Ideal do Ego, pela sua origem e pelo seu território, não pode produzir nem ciência nem arte.

Outra observação que retiramos da leitura do texto é que Freud acaba confessando, de certo modo, que não acredita no caráter elevado do Ideal do Ego. Pois, após ter declarado que a religião, a moral e o sentimento social são “os três elementos fundamentais da essência mais elevada do homem”, e ter sublinhado que os sentimentos sociais “repousam sobre identificações com outros membros da coletividade que

possuem o mesmo Ideal do Ego”, ele vai falar de formação reativa, de hostilidade e homossexualidade na origem das identificações do Ideal do Ego.

Finalmente, última observação, não se estabelece qualquer distinção conceitual entre identificação e sublimação, o que explica a continuação da fúria: “A luta furiosa nas camadas profundas, sem poder terminar numa sublimação e identificação rápida, continua doravante – como a batalha dos Hunos na tela de Kaulbach – numa região superior”¹⁸: fim do capítulo sobre o Eu ideal.

Freud constatou um dia que estava tão acostumado pela sua profissão a dizer a verdade, que quando tentava mentir se dava muito mal, e acabava sempre cometendo um ato falho ou um lapso. E é esta reflexão que vem à mente quando lemos suas considerações sobre o Ideal do Ego. Pois a virada do texto, após ter colocado a essência superior dessa instância, assemelha-se a um retorno do recalcado: “como a hostilidade não pode ser satisfeita, surge no seu lugar uma identificação.” E a mesma palavra “hostilidade” volta em 1937, quando evoca os efeitos Roentgen.

A sublimação

Se o ideal parece uma manobra ambígua (uma formação reativa), e se a ciência e a arte foram descartadas da teoria do psiquismo estabelecida por Freud, é necessário e oportuno complicar o modelo para integrar nele o sublimado e o sublime que fazem parte das noções pulsionais da psique. A psicanálise aplicada às obras de arte oferece aqui poucos recursos: ela se liga às representações subjetivas em relação com suas aparições numa obra, mas o *processo* da criação e da execução da obra (a existência da tela, do poema, da composição musical ou da descoberta científica) é ora des-

Freud constatou um dia que estava tão acostumado pela sua profissão a dizer a verdade, que quando tentava mentir se dava muito mal.

conhecido, ora explicado por uma teoria que o excluiu.

Se tentamos entender o processo de sublimação tal como foi descrito por aqueles que o praticaram, destaca-se uma configuração de elementos psíquicos: força pulsional (pulsão de amor e pulsão de morte), honestidade absoluta¹⁹, regressão aquém do princípio do prazer (e portanto desligamento), desidentificação e em seguida surgimento de um objeto psíquico nem interno nem externo, nem mesmo transicional: a obra ou a descoberta não são mais, como o objeto transicional, uma possessão do Eu. Pois, se há uma função objetualizante operando na sublimação (como escreve Green)²⁰, o objeto criado se diferencia do objeto transicional, desprende-se do Ego, não é de ninguém, e é de todos: “Die Niemandrose” (*A rosa de ninguém*, Paul Célán). É por isso que passar do objeto transicional infantil à cultura, como fez Winnicott, parece ser mais uma extrapolação.

Embora se trate, no objeto cultural como no objeto transicional, de um investimento de objetos não-humanos, o objeto cultural – a diferença do transicional – não pode ser possuído (salvo em estruturas narcísicas). Sua função é similar à do sonho: dá luz a moções latentes. Mas a felicidade que proporciona, diferentemente do sonho, é como uma composição explícita, que permite encontrar uma relação harmônica entre o mundo interno profundo e o mundo externo. Graças a esta composição (pictural, musical ou interpretativa), o ser humano pode reencontrar, indiretamente e pontualmente, o estado de união originário (Freud, Winnicott, Bion) entre o interno e o externo. É por isso que esta composição “reconcilia” (esta palavra aparece tanto em René Char quanto em Nietzsche).

Além disso, a cultura que veio de objetos próximos e longínquos, vivos ou mortos, e que nutriu as pré-concepções psíquicas, carrega

sempre o traço da negatividade dos objetos que as trazem, e veicula, por conseguinte, este elemento de gratuidade que a metáfora da rosa ou da flor representa para os poetas, e às vezes nas sessões de análise. Chegamos a pensar que aquilo que constitui o psiquismo são respostas objetivas sublimadas das quais “o amor apagou seu nome”.

O processo de sublimação, tal como é descrito nas literaturas não-analíticas e na correspondência de Freud com Fliess, permite avaliar as forças pulsionais em jogo na origem de uma obra, e a paciência conservada até sua transformação em novos processos psíquicos. Pois a nova formalização, que provém da “obscura autopercepção do reino exterior ao Ego, o Id”²¹, procede também da obscura autopercepção de um “ponto a atingir e a não perder” (Breton). Este ponto exerce sua força de atração e dá uma direção ao processo, recusando toda representação “prematura” (Proust).

Ele é similar ao ponto de perspectiva, ou ponto de fuga, a partir do qual é organizada a composição de um quadro. Aquele que deve continuamente garantir seu pensamento com percepções atuais, ou com representações existentes, não pode suportar esse ponto de fuga, que Bion representava com o símbolo O. Assim, um paciente que sofria de um superinvestimento perceptivo compulsivo percebia ser incapaz de desenhar, pois não compreendia como todas as linhas se organizam a partir desse ponto de fuga. Foi a repetição da expressão “ponto de fuga” em seu relato que permitiu a aparição de uma confusão entre o ponto de fuga e o desaparecimento do objeto, bem como de uma outra confusão entre o desaparecimento do objeto e o autodesaparecimento.

O trabalho de sublimação é de início separação: em sua fase regressiva, o psiquismo desce abaixo de um *limiar* (a palavra está no sonho “*Non vixit*”), além do princípio do

O trabalho de sublimação
é de início separação: em sua fase
regressiva, o psiquismo
desce abaixo de um *limiar*
(a palavra está no sonho “*Non vixit*”),
além do princípio do prazer,
e mergulha em um estado caracterizado
pela desintração pulsional.

prazer, e mergulha em um estado caracterizado pela desintração pulsional: pulsão de vida e pulsão de morte, desligadas uma da outra, enfrentam-se assim numa luta cuja figuração habitual é o Combate com o Anjo (“Quando, no curso da luta, vi-me ameaçado de perder a respiração, pedi ao anjo para renunciar”²²).

Essa regressão, das quais as sessões de psicanálise são às vezes um reflexo benigno, pode atingir proporções malignas: tendo renunciado às aquisições egóicas para penetrar no território do id, o psiquismo não é mais do que o instrumento de sua obra (“um trabalho ao qual pertence cada moção de pensamento, e que, progressivamente, absorve todas as outras faculdades e receptividades, como uma espécie de tecido neoplásico que se infiltra no tecido humano... Tornei-me totalmente carcinoma”²³). (Grifo nosso.)

O processo psíquico sublimatório que se põe em movimento tem sempre a mesma conotação espacial de distanciamento em relação a uma norma traçada: desvio, descentração, distância ou loucura; a mesma idéia de um trabalho orgânico que deve ser feito sem a intervenção do ego, e, às vezes, a presença de afetos de terror e de repulsa. A noção de distanciamento (Valéry) ou de erro (Ch. Bally) é o que os poetas e os estilistas chamam justamente de estilo²⁴. Porém somente haverá forma (ou estilo) se houver descentração e reagrupamento: “Uma visão, uma ação finalmente livres descentram e reagrupam os objetos do mundo no pintor, as palavras no poeta.”²⁵

A liberdade também faz parte do processo, ou, mais exatamente, a liberação: ela permite um movimento psíquico que não é somente um deslocamento, mas uma desintegração e uma reintegração posterior da psique. O caráter *orgânico* do processo se refere a duas coisas diferentes. À origem pulsional do movimento sublimatório, e, mais

que uma simples origem, ao trabalho quase autônomo do id, que impõe à psique sua própria lei: “tudo se passa de tal maneira que se tem a impressão de não ter nem mesmo uma palavra a dizer”, escreve Nicolas de Stael²⁶. Pode-se falar de um poder sintético do id, que fabrica uma configuração nova, desde que consiga “espancar sem piedade a sua águia como se fosse sua rã”²⁷. St. John Perse dirá: sob a condição de saber “humilhar a inteligência”²⁸.

O processo psíquico sublimatório que se põe em movimento tem sempre a mesma conotação espacial de distanciamento em relação a uma norma traçada.

O poder sintético do Id descrito na fórmula rimbaldiana (“Eu não penso, ‘isso’ me pensa”), mostra o trabalho que se faz nas camadas profundas deste outro id, da qual também trata Rimbaud. Existem, naquilo que se passa assim no não-ego, momentos de quase afasia, que se transformam pontualmente em linguagens.

O conhecimento vivido do processo criador é analogicamente necessário à psicanálise a partir do momento em que o conceito

do id invalida o método baseado no modelo do sonho, cuja eficácia comprovada refere-se somente às situações clínicas nas quais as exigências de figurabilidade foram historicamente asseguradas. O fato de que a introdução do conceito do id não tenha colocado a questão simultânea da necessidade de um outro método prático é explicado por um recalque, facilitado pelo inacabamento da teoria da sublimação, com a conseqüência não teorizada de que a descoberta do modelo do sonho não pertence à categoria do sonho: o processo de descoberta responde a outras leis, além daquelas do objeto da descoberta. Além disso, como já vimos, a censura editorial ou institucional fez desaparecer de *As origens da psicanálise* a passagem na qual Freud descreve, numa carta a Fliess, o carcinoma psíquico que o corrói quando da construção da *Interpretação dos Sonhos*.

O próprio Freud, porém, censurou *après-coup* o sentimento de terror que acompanhava certos sonhos da época, ou o processo pelo qual passava então: em 1929, citando “a luz rosa” do poema de Schiller (“O mergulhador”²⁹), acrescenta que a prefere a sentimentos mais místicos (trata-se então do sentimento oceânico); mas esquece o verso seguinte – “Pois lá, no seio das águas, reina o terror” – e esquece também que ele próprio provocou os deuses, conforme testemunha a epígrafe da *Interpretação dos sonhos*: “Flectere si nequeo Superos, Acheronta movebo” (se não posso dobrar os deuses, descerei aos Infernos). Aos Infernos: no universo das sombras, dessas “formas vacilantes” que Freud cita em outro momento. Nessa regressão aos confins, a ameaça é da não-existência do vínculo e da subjetividade, que equivaleria ao horror da agonia física. Nas situações clínicas em que se expressa essa agonia, é a negação da psique infantil que ocorre, silenciosamente. Mas a ameaça dos confins existe sempre que há

regressão, até a origem: guardaria o ser humano o traço do seu estado de não-existência psíquica?

Não sabemos o que é mais doloroso no processo sublimatório: seria a desintração pulsional? A desobjetalização? O movimento de afastamento em direção ao id, sentido como uma morte do ego? Ou a passividade mantida sem inteligência até que o id se organize? E, se há afastamento e mesmo deserção no processo sublimatório, parece que o movimento psíquico de desligamento que se produz (*agitur*) refere-se, ao mesmo tempo, ao ego e aos objetos internos e externos. Ou seja, comporta ao mesmo tempo desligamento do ego e desidentificação; essa desidentificação pode ser sentida como uma desobjetalização, quer dizer, perda de qualquer objeto. (Sabemos pela clínica o quanto é difícil a desidentificação, em comparação ao objeto interno alienante, justamente devido à equação: desidentificação = desobjetalização. E que esta equação é ainda mais real – é necessário dizê-lo – quando o objeto não pôde ser alucinado negativamente, porque jamais se apagou.)

Existe assim, no processo sublimatório, uma passagem por um estado anobjetal, no sentido forte, que o bebê provavelmente jamais conhece em condições normais: privação do objeto, até o momento em que o objeto cultural é encontrado por sua própria construção.

Enfim, para completar o quadro, uma vez estabelecida a novidade, e justamente porque é uma novidade, ela provoca resistência e mal-estar, negação e desautorização (*désaveu*). Essas reações são tão inevitáveis que podem ser consideradas como o signo da novidade; inversamente, o entusiasmo e a unanimidade imediatas são sinais de uma pseudonovidade: ou conceitos conhecidos foram revestidos com roupas novas, ou novos conceitos (podemos pensar na “criatividade” de Winnicott) dão a ilusão de que se pode evitar a “*incerteza levada até a*

Existe assim,
no processo
sublimatório,
uma passagem por
um estado anobjetal
no sentido forte,
que o bebê
provavelmente jamais
conhece
em condições
normais: privação
do objeto,
a ser construído
no próprio
processo.

espera ansiosa” que o novo “*sempre exige da vida mental*”³⁰.

Curiosamente, pois se trata de um pensamento realista como poucas vezes encontramos em seus escritos, Freud se pergunta, ao final de “Resistências à psicanálise”, se “a antipatia geral” que ele provocou não teria sido causada por sua condição de judeu. A reação à novidade é provavelmente mais ambígua do que Freud diz, e a descrição dada por Hugo von Hofmannsthal parece mais completa: relendo a correspondência trocada com Richard Strauss quando da criação de *Rosenkavalier* (ainda uma rosa), o poeta nota que

“*brotava dessas cartas a lembrança da resistência com a qual o mundo recebe e fortifica todo ser vivo saído da imaginação, acreditando recusá-lo e acertar as contas com ele*”³¹. Essa ambigüidade explica-se pelas atitudes dos seres humanos em relação à sublimação: evitamento e busca. ■

NOTAS

1. S. Freud (1923), p. 230
2. Dalal al-Din Rumi, poeta místico persa traduzido por Ruckert.
3. S. Freud, Carta a Fliess de 9 de junho de 1898.
4. A. Green (1993), pp. 289-345.
5. A. Green. (1993), p. 110
6. T. S. Kuhn (1983), p. 114
7. R. Thom (1984), p. 118
8. A. Berman (1984), p. 1930
9. M. Serres (1969), pp. 28-30
10. P. Fedida (1995), p. 31
11. Goethe, citado por Hugo von Hofmannsthal no Livro dos amigos, “Maren Sell”, 1990, p. 41
12. F. Pasche (1988), p. 218
- * Nota do Revisor: utilizamos aqui a tradução proposta por Luis Cláudio Figueiredo para a *Verleugnung (désaveu)*.
13. P. Férida (1995), p. 44
14. *Loc. cit.*, capítulo III
15. A. Denis, Geometria do *antipsíquico*, spp@ssp.asso.fr, propostas teóricas
16. S. Freud (1923), p. 205. A distinção entre o ideal do ego e o superego não é feita neste momento por Freud.
17. *Loc. cit.*, p. 207
18. *Op. cit.*, p. 207
19. O superego, neste caso, desempenha um papel similar àquele que Freud lhe atribuía no final de sua vida no Resumo. Ele é então considerado o regulador das relações entre o id e a realidade, tendo tomado a função atribuída anteriormente ao ego. Na sublimação, o superego dita a submissão à atração de uma verdade que se situa em um ponto de fuga que deve ser atingido renunciando às formulações prematuras que se apresentam.
20. *Loc. cit.*, p. 319
21. S. Freud (1938), p. 288.
22. S. Freud, Carta a Fliess de 5 de maio de 1900, p. 283.
23. S. Freud, Carta a Fliess de 18 de fevereiro de 1989 O trecho citado por M. Schur (1975), p. 236, não é retomado em *O nascimento da psicanálise*.
24. Grupo μ (1982), p. 16.
25. M. Merleau-Ponty (1960), p. 71 (grifo nosso).
26. G. Dumur, *Stael*, Flammarion, 1975, p. 37.
27. R. Char (1985), p. 758. Não se sabe se se trata da rã de pia de água benta ou daquela que quer parecer tão grande quanto um boi. [No sentido de fazer-se passar por alguém ou algo maior do que se realmente é.]
28. St. John Perse, *Oeuvres complètes*, Gallimard, p. 1072.
29. Schiller, *O mergulhador*.
“Que ele se regozije / Aquele que respira na luz rosada / Pois lá, no seio das águas, reina o terror. / E o homem não deve tentar os deuses, / Nem jamais desejar ver / O que sua clemência nos esconde na noite e no terror.”
30. S. Freud (1925), p. 125
31. Ver Rosenkavalier, Catalogue de la Monnaie, S.W.I.F.T., 1986.

Jurandir Freire Costa

As faces da violência

Tal percurso de vida faz com que Jurandir observe o mundo com certo relaxamento, o que explica sua simpatia à relativização e à não-universalização dos valores. É esse caminho pessoal que marca seu intenso envolvimento (“meio militante e intempestivo”, diz ele) e a impossibilidade de adotar o “tom exato da discussão acadêmica” quando discute suas idéias. Preocupado em entender as circunstâncias do exercício da psicanálise no Brasil, Jurandir dirige sua atenção principalmente para a pesquisa sobre a violência contra as minorias de qualquer ordem. Suas principais obras são História da psiquiatria no Brasil, Ordem médica e norma familiar, Violência e psicanálise e Narcisismo em tempos sombrios. Um outro trabalho, Imaginário psicanalítico: Grupos e psicoterapia, está para sair.

A seguir, os principais trechos da primeira parte da entrevista realizada com Jurandir Freire Costa por Renata Udler Cromberg (transcrição de Leopoldo Pereira Fulgêncio Júnior), em julho de 1988, na qual ele fala de suas concepções teóricas, pressupostos éticos e algumas questões que o intrigam. No próximo número, Jurandir falará de suas idéias sobre formação em psicanálise, o trabalho em instituições, um ponto de vista sobre Foucault e sua trajetória pessoal.

Percurso: Você termina seu último escrito, *Narcisismo em tempos sombrios*, com a citação de Freud: “Quando aquele que caminha na obscuridade canta, nega sua ansiedade, mas nem por isso passa a ver mais claro”. A

imagem que me vem é a do filme de Kurosawa “Ran”. A última cena, em que o cego está à beira do abismo, tateando com a bengala, e deixa cair a imagem de uma figura divina. As nuvens, metáfora da explosão nuclear e da própria explosão da temporalidade, da fragmentação, finalizam o filme. Ali não se trata de cantar para negar a ansiedade, mas expô-la, expor o confronto, os impasses que a morte de Deus, a morte ou a destituição da figura de uma pai, chefe do clã, traz para o homem. Essa obra, de uma beleza imensa, me lembra muito o seu artigo. Eu tenho a impressão de que é como se o que você escreveu fosse um percurso que se encaminhasse para a necessidade de se resgatar o ideal como uma ilusão necessária. Esse escrito, parece-me, tem uma continuidade com suas preocupações anteriores sobre a violência e o narcisismo, sobre a gênese do conceito de violência em psicanálise ligado ao conceito de narcisismo. Se no seu primeiro artigo sobre esse tema você dizia que antes de condenar é preciso entender a cultura do narcisismo, nesse outro artigo é como se você nos colocasse que, se é preciso

Jurandir Freire Costa nasceu num pequeno vilarejo de Pernambuco há 44 anos. De lá saiu aos 15 anos e foi para Recife, onde formou-se em Medicina. Logo depois viajou para Paris, iniciando sua formação psicanalítica, no internato em psiquiatria e um trabalho em etnopsiquiatria na École Pratique. Reside atualmente no Rio de Janeiro, cidade na qual terminou sua formação psicanalítica. Jurandir é membro do Círculo Psicanalítico do Rio de Janeiro e professor no Instituto de Medicina Social e Saúde Coletiva da Universidade Estadual do Rio de Janeiro. No instituto, desenvolve trabalhos em equipe no terreno da saúde mental. Recentemente, foi transferido do Hospital D. Pedro II para a colônia Juliano Moreira, em Jacarepaguá.

entender, isso não significa compactuar com ela. Nesse quadro, surge a curiosidade de saber sobre o seu percurso, sobre a gênese dessa sua preocupação com essas questões, enfim como surge isto na sua vida, no seu pensamento, na sua prática.

Jurandir: Você entendeu muito bem o que eu quis dizer. De início, em *Violência e psicanálise*, há, como você diz, a idéia de perceber, entender, como se constitui a relação da violência com o narcisismo. Depois, nesse pequeno texto *Narcisismo em tempos sombrios*, aparece uma outra vertente da cultura do narcisismo que eu tentei abordar me situando como alguém que não compactua efetivamente com ela. E no trabalho recém-terminado, a tese de livre-docência, eu abordo de novo a questão do narcisismo, que é uma questão que me preocupa muito e que eu quero continuar a trabalhar no nível da ação, da eficiência. Infelizmente a nossa pesquisa foi abortada no que diz respeito ao meu percurso no Hospital Pedro II, no trabalho de psicoterapia com as classe populares, fazendo uma análise da cultura. Eu estava tentando localizar, sob a ótica do narcisismo e da formação egóica, quais são os impedimentos para uma psicoterapia do tipo clássico. Há uns 10 anos, mais ou menos, eu comecei a querer entender qual era a circunstância do exercício da psicanálise no Brasil. Não que eu ache que esse tema tenha de ser privilegiado em detrimento de uma reflexão psicanalítica pura. Eu acho que isso, às vezes, aparece um pouco equivocado dentro do panorama psicanalítico, como se a opção por um ponto de vista particular, quando se estuda profundamente alguma coisa, significasse, imediatamente, julgamentos, valores, qualificação da reflexão que se passa em outro campo. Acho que existe, de fato, uma espécie de atrofia dentro do campo psicanalítico, dentro de tudo isso que diz respeito às condições do exercício prático da psicanálise. Por

um lado, ela se limita, no seu objeto, praticamente à clínica. Ela não se expande, não toma outros objetos para a sua reflexão. De outro lado, existe também a idéia de que as circunstâncias culturais não têm nenhuma importância, nenhuma pertinência para a teoria psicanalítica. Ora, eu nunca fiquei convencido de que isso fosse verdade. Eu acho que não, eu continuo achando que, por mais que

“

Por força da abstração metodológica, começa-se a pensar um sujeito em abstrato e isso coloca a psicanálise numa direção um pouco monista e exclusivista. O que eu não acredito que tenha sido o *élan* inicial do empreendimento freudiano.

”

se universalizem certos postulados, eles são históricos como quaisquer outros. A minha impressão é a de que não existe a possibilidade de raciocinar eternamente, ou só exclusivamente, a partir da abstração em um sujeito universal. De fato, por uma necessidade metodológica, certos conceitos em psicanálise têm de ser generalizados. Mas, ao meu

ver, justamente esse exercício de abstração só existe para dar conta do concreto, da realidade concreta da vida das pessoas. Por força da abstração metodológica, começa-se a pensar um sujeito em abstrato e isso coloca a psicanálise numa direção um pouco monista e exclusivista. O que eu não acredito que tenha sido o *élan* inicial do empreendimento freudiano. Na verdade, Freud sempre abstraiu para poder dar conta de sujeitos históricos, dentro do campo racional do conhecimento. A consideração por essa vertente da existência do sujeito concebido em sua abstração é válida e legítima. Não pode, contudo, deixar a descoberto a existência concreta das pessoas, porque senão se incorre em um erro intelectual grave – a pesquisa teórica se transforma num cacoete. Minha preocupação fundamental é a de me mover nesse campo, mas deixando bem explícito que isso não significa patrulhamento. Ao contrário, trata-se de mostrar que a pluralidade é enriquecedora. Quanto mais for possível tematizar por vias diversas, por ramos diferentes – esse é o objetivo da psicanálise –, tanto mais esclarecimento se ganha, mais *insight* a gente tem com a realidade em que se vive.

Percurso: Você falou de uma experiência no Hospital Pedro II, mas a impressão que seu artigo me transmite, principalmente na parte final, vem de uma violência sofrida. Que tipo de prática violenta foi essa?

Jurandir: Nós fomos absolutamente expurgados. E postos para fora da maneira mais brutal, interrompendo completamente o que vínhamos fazendo. Era uma investigação no ambulatório a respeito de como a diversidade cultural marca o sujeito e como essa marcação pode ser traduzida metapsicologicamente na psicanálise. Ainda bem que eu tive cinco anos para fazer esse trabalho. Meu pressuposto ético, meu ponto de vista metodológico e minha postura teórica do efeito

pluralista sempre me fizeram escolher como objeto de estudo um grupo de pessoas, sujeitos, que estão submetidos à violência, seja ela de que ordem for. Minha opção fundamental é a violência contra o louco, mesmo porque eu trabalho sobre isso. Mas também a violência da discriminação contra o negro, o drogado, como aparece nos textos de *Violência e psicanálise*, e contra os pobres, maltratados e ofendidos da Assistência Pública. Estamos agora num projeto de análise do homossexualismo relacionado com a AIDS. Como se pode perceber, há um pano de fundo comum, algo constante e recorrente, que é a lembrança do extermínio – o horror da intolerância por excelência. Tenho como máxima a frase de Sartre: “Perdoa, mas não esquece”. A lembrança do extermínio é a centelha que constitui o modo produtor de toda a minha investigação. Eu acho que a própria escolha dos objetos reflete essa minha preocupação de colocar a psicanálise a serviço de alguma coisa que seja humanamente útil. Isso, às vezes, pode ser até escandaloso porque parece que uso a teoria com fins utilitaristas. Mas eu não encontrei nada melhor até agora. Não se trata de colocá-la a serviço do poder, nem de fins metafísicos abstratos, ou então de envolvê-la no seu próprio movimento como se fosse alguma coisa fechada. Trata-se, no fundo, de entender que ela deve servir para melhorar o convívio humano, para exercitar a tolerância, a liberdade. Eu gostaria de deixar isso bem claro porque raramente tenho oportunidade de dizer tais coisas. Mas, para mim, é algo fundamental. O resto todo é derivado. Não vejo outra função na minha vida nem no meu trabalho.

Percurso: No seu primeiro trabalho, você colocava que a violência advém da reclusão narcísica que, por outro lado, é efeito de uma violência exercida pelo exterior. Já neste último trabalho, você fala de uma cultura do narcisismo, equipa-

rando-a com uma cultura da violência. Com que conceito de violência você trabalha? Trata-se de uma posição pacifista? Porque o próprio ato analítico é um ato violento, na medida em que é violento ter que se dar conta do seu assujeitamento a esse ego ideal para poder fazer uma passagem que desassujeite.

Jurandir: Em primeiro lugar, como você percebeu, em relação à

“

A própria escolha dos objetos reflete a minha preocupação de colocar a psicanálise a serviço de alguma coisa que seja humanamente útil. Pode parecer que uso a teoria com fins utilitaristas, mas eu não encontrei nada melhor até agora.

”

noção de narcisismo, fiz uma série de críticas à minha posição anterior. Em *Violência e psicanálise*, como eu estava refletindo em torno de casos clínicos ou práticos, o drogado, o negro, a cultura de elite urbana de “centração” no corpo, eu acabei por dirigir demais o conceito de narcisismo na vertente da recuperação, da regeneração da imagem

corpórea. Isso para mostrar como a reação dessas pessoas era uma reação defensiva em face da violência. Na pauta das condutas possíveis da pessoa em face da violência, se eu tomasse a rubrica “impotência-resistência” e tentasse fazer uma ponte entre os dois trabalhos, eu diria que mostrei como o sujeito impotente reage de uma maneira meio inconseqüente quando ele se vê incapaz de ultrapassar criticamente uma dada situação através da práxis, do entendimento do que quer que seja. Ele abre mão do desejo, como o burocrata, se curvando e admitindo o *status quo* como a possibilidade de saída, tentando copiar o modelo do vencedor, do poderoso, de quem dita as regras. Era uma reflexão impregnada da clínica do corpo, e só depois é que eu fui trabalhar com a formação da imagem egóica. Por isso, em *Narcisismo em tempos sombrios*, eu quis (e eu desenvolvo isso mais ainda no trabalho recém-concluído) pensar como é que, nessa cultura do narcisismo, as pessoas podem desenvolver pautas de conduta que são dissolutoras do convívio, da sociabilidade ou da perspectiva do social, articulando isso com a noção dos ideais. Na ausência dos ideais, como é que você se vê a braços quase exclusivamente com as miragens de egos ideais e com a dinâmica própria do narcisismo, que é da autoconservação, da autopreservação a qualquer preço. Com relação à violência propriamente dita, eu acho que há uma desarticulação interna no meu último texto em parte pela história dele e em parte porque minha idéia mudou. Em *Violência e psicanálise*, eu estava dominado por alguma coisa que hoje eu critico, que é ir buscar uma essência da violência, um perfil inconfundível dela em relação a outras práticas de poder. Apesar de eu continuar achando que não se pode colocar no mesmo pé de igualdade a tortura, a corrupção, o descalabro, o desmando dos governantes e dos poderosos e, por exemplo,

uma relação analítica, uma relação professor-aluno, pai-filho, adulto-criança, onde existe uma direção na ação e, às vezes, até coerção. Eu percebi que estava caindo em um empreendimento meio essencialista, meio ideal, que me levou a adotar uma dicotomia muito grande entre poder e violência. Eu estava muito influenciado por Hannah Arendt, a quem eu admiro muito, particularmente pela sua definição de poder como algo escorado no consenso, na persuasão, no diálogo, e pela definição de violência que seria o uso de artefatos, a imposição da vontade de uma maioria, de alguns sobre outros, sem respeito à persuasão e às regras do diálogo. Acho que, para Arendt, pelo fato de estar pensando politicamente, seria até permissível. No meu caso não, eu corrigiria. Penso que é possível tomar a violência em um sentido mais amplo – o de alterar aquilo que seria o movimento natural das coisas, por assim dizer, impor uma ruptura brusca no contínuo do vivido, do existente, como Aulagnier, que fala de uma violência original que introduz a alteridade, a heterogeneidade de fora e faz com que a pessoa perca a familiaridade, se é que um dia houve, com a própria determinação biológica instintual. Coisa que antes eu tinha resistência a aceitar e que me fez cair no erro de buscar uma essência única, necessariamente má. Mas isso não autoriza um trânsito gratuito de um fenômeno diverso a outro, cobrir com a mesma semântica realidades diversas. Unir a violência da psicanálise à violência do Estado é um erro que muitos analistas cometeram, aceitando um argumento sofismático, falacioso. No texto *Narcisismo em tempos sombrios*, eu uso o conceito de violência para dizer que, do ponto de vista social, há uma cultura de violência que tem como correlato, do ponto de vista do sujeito, o que eu chamaria de cultura narcísica. Por que eu faço questão de distinguir? Porque eu não ousaria, a partir da psica-

nálise, fazer uma gênese do social, explicar psicanaliticamente o social. Em Freud – e isso é uma coisa que eu vou defender claramente em um trabalho maior – não se tem nenhuma teoria coerente do social, quer na sua gênese, quer no seu funcionamento. Você tem *insights* aqui e ali, algumas noções ricas, mas toda a explicação que Freud dá do ponto de vista social me parece ca-

“

Eu jamais colocaria o Brasil no divã, isso não tem sentido. Quando se põe qualquer coisa no divã, é preciso que tenha fantasma, corpo, que seja um sujeito único e singular.

”

penha, insustentável, incoerente. Em contrapartida, acho que há alguma coisa nos chamados escritos sociológicos, nas especulações culturais de Freud que, numa leitura mais detida, me encantou profundamente: eu raramente vi um pensador que fosse tão longe em imaginar o que seria o homem fora do social, quais seriam as conseqüências para ele.

Todo o esforço que Freud faz para definir o social é, por assim dizer, para poder encontrar no último estágio dele, na sua última falência, o que seria o indivíduo “associal”, para-social, pré-social, além do social. E é por isso que eu me interessei: poder mostrar como da dissolução da sociabilidade – pouco importa que se a considere a mais justa ou menos justa – emerge do funcionamento do sujeito empírico alguma coisa da ordem do cultural que eu vejo como profundamente destrutiva para a economia do sujeito em sociedade. Eu jamais colocaria o Brasil no divã, isso não tem sentido. Quando se põe qualquer coisa no divã, é preciso que tenha fantasma, corpo, que seja um sujeito único e singular. Mas eu penso que a gente pode, com certa legitimidade, afirmar algumas coisas sobre o interior do indivíduo, sua dinâmica intrapsíquica, quando ele está situado em determinadas circunstâncias culturais. Não fazer a gênese do social, mas mostrar qual o funcionamento do indivíduo para ver como o social se destrói, cambaleia, titubeia, como ele se desestrutura. Que é o que eu acho que existe agora no Brasil e que se traduz por isso que eu chamei de cultura do narcisismo.

Percorso: Você está contrapondo cultura do narcisismo e solidariedade social. O que quer dizer esta última para você? Trata-se, de novo, de catar uma imagem e colocar na parede, no lugar vago da figura divina?

Jurandir: Em relação ao que faz com que a gente tenha ideais, as hipóteses são inúmeras. Onde nascem os ideais sociais, como e por que são produzidos, esse é o empreendimento de Freud e eu parto da constatação empírica de que eles existem. Desde que o homem falou e criou cultura, ele coloca certas coisas como transcendentais e outras como sendo imanentes à própria existência, comparando-se com elas. É alguma coisa que o

homem coloca às vezes no sobrenatural, às vezes na determinação de qualquer ordem, mas que está aí. Do ponto de vista da teoria psicanalítica propriamente dita, essa é uma questão espinhosa porque acho que deparamos, automaticamente, com questões intrincadas. Vou citar uma: recentemente, tem-se colocado na literatura laciana o ideal como sendo um traço no simbólico, um significante, por assim dizer, a partir do qual o sujeito se vê amado pelo outro. Ou seja, o ideal seria nada mais, nada menos, que uma espécie de significante da demanda materna, sem dúvida alguma imaginado pela mãe. Tal significante marca o sujeito e a partir dele ele se olha e tem o júbilo narcísico, como uma espécie de repetição do estádio do espelho, desta vez menos atrelado à imagem, à etologia ou à figura instintiva que parte da impressão perceptual. Eu acho que isso é uma versão (estou dizendo de uma maneira grosseira porque há nuances) que, a meu ver, prolonga excessivamente essa idéia metafísica do que seja o ideal, fazendo com que ele exista no registro do funcionamento que não tem significação (porque é próprio da cadeia significante não ter significação), de uma marca que se oporia, digamos, ao registro imaginário, ao registro do prazer, ao registro dos investimentos, de uma maneira quase antagônica ou antinômica: do lado de cá eu tenho o ego investido da paixão narcísica, que é a paixão libidinal, que se apresenta como uma imagem, uma réplica, uma fotografia sob o modelo da imaginação que a gente tem e que é exclusivamente visual. Digamos que o ego é recheado, está encarnado, existe, é quase palpável, através dos desenhos, das apreensões que fazemos nos outros corpos. Enquanto o ideal do eu seria, simplesmente, uma marca significativa, algo que pertenceria ao registro do simbólico, ao qual o sujeito se mediria, como sendo

uma exigência que se imporia não obstante o próprio interesse libidinal. Haveria um automatismo do simbólico, da cadeia significante, que se imporia ao imaginário e faria com que a mônada narcísica se abrisse, definitivamente, para a falta no sujeito através de um ideal. Para mim, a pertinência desta hipótese, no que diz respeito a esse registro na psicanálise que conhe-

“
O ego
é recheado,
está encarnado,
existe, é quase
palpável, através
dos desenhos, das
apreensões que
fazemos
nos outros corpos.
O ideal do eu seria,
simplesmente, uma
marca significativa,
algo que pertenceria
ao registro
do simbólico.”

ceamos, que é mostrar que o ego apresenta o sujeito como completo e o ideal como incompleto, é evidente. Que ele é o vir a ser, algo que vem a ser, e cada vez que ele é ele deixa de ser ideal. Conseqüentemente, pode-se dizer que o ideal se apresenta quase como um ponto de fuga, como um horizonte de possibilidades que nunca é com-

pleto porque, quando eu completei, deixou de ser ideal. Isso desde sua gênese, desde que o pai investe o ideal que ele não sabe o que é e que ele quer que o filho cumpra. Por isso, esta marca da falta está aí – a marca da castração –, que é por onde circula o ideal, pelo que ele seria meio filho de Édipo, como Freud, aliás, coloca. Só que eu acho que, neste ponto de vista, corre-se um risco: para explicar o ideal você servir-se de um conceito do simbólico que aparece como heterônomo à própria produção do sujeito. Então, se a gente espreme, chega numa espécie de concepção do simbólico que, como Castoriadis acusava muitas vezes os lacanianos, traz para o campo da psicanálise a noção de heteronomia, que é a própria alienação segundo o marxismo, segundo todos os grandes pensadores. O ser humano produz uma coisa, depois essa coisa se volta contra ele e para ele como um fetiche, como qualquer coisa que não foi produzida por ele, e ele começa a se submeter aos seus efeitos, alienadamente, sem saber que veio dele. Sobre esse concepção do ideal eu tenho reservas, tenho críticas. Eu acho que os ideais são tão produzidos quanto as imagens egóicas, são tão imaginários uns quanto as outras; eu não posso entender o ideal que não seja encarnado na imagem, que não esteja embebido no imaginário. Até para concebê-lo como mutável historicamente, como produto humano, eu digo que ele tem de ter um pé no sentido e uma possibilidade de formulação.

Percurso: Isso seria o que retira do ideal a possibilidade de transcendência, de se tornar um modelo final, e que o deixa numa posição quase carnal, porque ele se torna possível, alcançável.

Jurandir: Embora, cada vez que eu o alcance, já esteja produzindo outros ideais e aí por diante é o que historiciza. É o que faz com que, apesar de conceber a estrutura ego-ideal do ego como sendo uma

realidade necessária para pensar a clínica ou o humano, coloquem-se os dois debaixo da lei da História, da produção humana. Não se pode ter dois pesos e duas medidas, que colocariam, de um lado, o imaginário egóico vindo do potencial biológico de apreensão visual e, do outro lado, algo que eu debito, contabilizo ao formalismo estruturalista, que é pura inteligência do mundo ou pura concepção do mundo segundo os teóricos. Contra isso eu digo que os ideais também são imaginários. Posso perfeitamente me imaginar diverso do que eu sou, uma coisa melhor do que eu sou, e isso não impede, absolutamente, que esse imaginário funcione como ideal. Acho também que o equívoco vem de uma concepção errada do que é a natureza da linguagem. Eu acho que existe uma confusão muito grande nestas discussões. Parte da confusão parte do pressuposto de que só a linguagem representa o ausente, só ela representa a falta, o que não é verdade, pois a imagem também representa. Trata-se de uma simplificação por conta do *parti-pris* de Lacan, que pegou Saussure e tomou aquilo como a verdadeira teoria da linguagem, sem desenvolver a parte do imaginário, que foi de onde Lacan começou. As fontes da noção de imaginário em Lacan são várias: Sartre, sem dúvida, é uma; outra, evidente, foram os psicólogos do comportamento como Köhler, Charlot, Bühler, Wallon. Até o termo é de origem sartreana. E com toda crítica que também se pode fazer ao imaginário em Sartre, vê-se nele, claramente, que uma das funções da imagem é justamente representar o que não é – isto é, que ela define, que ela não é a coisa. Como é então que eu acho incompatível, que o ideal seja uma formação do imaginário? Não há uma boa razão, nem clínica, nem teórica, nem de nenhuma ordem. Ao mesmo tempo em que há um bom ganho, porque se “desmetafísica” a psicanálise, por outro lado, ganha-se

em não correr o risco de, mais uma vez, introduzir pela porta da cozinha o que se quis pôr para fora pela porta de frente, que é novamente a idéia de transcendência como heteronomia, como alteridade, como algo de natureza divina.

Percorso: Quer dizer que aí haveria uma quase materialidade do ideal do ego pela imagem. Mas nesse ideal imaginário, passível de

“

Eu digo

que os ideais
também são
imaginários.

O equívoco vem
de uma concepção
errada do que é
a natureza
da linguagem.

Lacan pegou
Saussure e tomou
aquilo como
a verdadeira teoria
da linguagem.

”

ser medido pelas possibilidades do ego, onde entraria a solidariedade?

Jurandir: Acho que se pode construir ideais de tolerância, ideais de pluralidade. Eu não aprendi isso dentro da psicanálise, mas hoje em dia eu estou revendo, procurando pistas no próprio Freud. O que aprendi, de todo modo, veio de fora mesmo, das reflexões de Claude Le-

fort, Merleau-Ponty e Marilena Chauí sobre o instituinte e o instituído, e de Hannah Arendt com as noções que ela tem da imprevisibilidade dos atos humanos, isto é, você não quer de antemão dizer o que é que é. Conseqüentemente, você cria dentro da sociedade a idéia de pluralidade, de direito à dissidência, de direito à desobediência. Isto está dentro desta filiação que coloca não se ter de predeterminar de antemão o livre jogo da comunicação dos interesses humanos, eles têm que ser uma abertura permanente. Essa tensão conflitiva é aquela do Ran, do qual você usou a imagem. Uma vez que eu perdi Deus para dizer exatamente o bem e o bom, de onde vem, qual é a verdade, qual é o belo, qual é o Bem, uma vez que eu não tenho mais estas garantias transcendentais na metafísica dos valores, na medida em que eu deixei de ser platônico, kantiano ou religioso, que seria uma forma, eu tenho esta angústia de começar, junto com as pessoas, através da discussão permanente, a encontrar saídas para aquilo que a gente define como humanamente útil. Se acabou a teleologia, o finalismo, eu não posso dizer que o homem é determinado, ele é imprevisível. Eu acho que existem condições humanas, para citar Hannah Arendt, e não natureza humana. Existem fatores que efetivamente me condicionam, mas sem jamais extrair essa possibilidade que eu chamaria de liberdade fundamental, que é essa capacidade de eu ser imprevisível, de eu exprimir, falar qualquer coisa, de agir de uma maneira que não seja, rigorosamente, dedutível do meu passado, nem das minhas circunstâncias. É isso que eu acho que a psicanálise dá: esse espaço da abertura, da surpresa. Pois justamente o sintoma é fechar esse espaço de possibilidade quando se tem a certeza sintomática. O que é que queremos? Acho que é uma sintonia entre o que a experiência analítica pode dar e o exercício da tolerância, que os filósofos políticos definem como sendo o que de me-

lhor nós temos na herança ocidental. É dessa sintonia que alguma coisa se abriu na minha cabeça. Então eu acho que a construção dos ideais está historicamente submetida à relatividade dos nossos valores. Eu digo que os valores são relativos, mas eles têm de existir, eles têm de ser postos. Eles são construídos. Uma das suas dimensões é existirem para nós enquanto ideal do eu. Mas submetidos a essa lógica implacável e, ao mesmo tempo, felizmente eu acho, libertária, que é a da possibilidade de recriação permanente. As instituições de onde deriva a fabricação dos ideais são produções históricas, estão sempre sujeitas a transformações. Aí podemos fazer entrar todas as determinações que quisermos, desde que, a meu ver, não se abra mão dessa categoria radical da imprevisibilidade, da mutabilidade, da relatividade. É um pouco assim que eu tenderia a pensar a questão dos ideais de uma maneira mais ampla. Claro, se formos ao interior da teoria psicanalítica propriamente dita, mais estreita, teremos fatores complicadores. É evidente, a coisa não é plana.

Percorso: Acho que é um possível ideal seu de pensar a psicanálise.

Jurandir: É nisso que eu gostaria de investir um pouco mais, ver se eu explorava. Eu vejo dentro da filiação freudiana alguma coisa que passa por aí, sobretudo em *Introdução ao narcisismo*, esse ideal existe enquanto imagem. Eu represento o sujeito como não sendo completo e é isso que vai passar para o filho, etc., etc. E esses ideais você vai ter de investir libidinalmente em imagens sociais existentes ou, se não são existentes, você inventa, mas com material humano. Algum dia alguém pode ter inventado o “ideal de vida *hippie*”. Embora não existisse, previamente, ainda assim ele é humano, ainda assim ele é formado por materiais existentes à disposição, imagens existentes. Não se cria a partir do nada, recombina-se, deduz-se o absolutamente novo na

imaginação. Eu iria até a raiz latina para dizer que a imaginação é uma atividade e que esta, *agire*, significa dar início, principiar realmente aquilo que está em ruptura com o velho, aquilo que é o inesperado, não previsível. Isso que eu acho que é a imaginação. Em suma, eu penso que teríamos de fazer um novo esforço para repensar psicanaliticamente a noção de imaginário-imaginação.

“

O que é
que queremos?
Acho que é uma
sintonia entre
o que a experiência
analítica pode dar e
o exercício
da tolerância, que
os filósofos políticos
definem como sendo
o que de melhor nós
temos na herança
ocidental.

”

Percorso: O próprio conceito tem esse momento em que ele é imagem, quer dizer, há um conhecimento pelas imagens, como Freud mostra em diversas passagens da *Interpretação dos sonhos*.

Jurandir: Eu cheguei à conclusão de que estava sabendo muito pouco a respeito do tema da imaginação e do imaginário. Pretendo

abordá-lo com mais detalhe. Em psicanálise, acho que é um tema atrofiado, que a gente está precisando rever. Você tem o imaginário que Lacan definiu e está disperso na obra, mas você precisa usar referenciais os mais diferentes possíveis. Eu acho que é um conceito que foi descartado muito rapidamente.

Percorso: Quase como um certo preconceito contra o imaginário.

Jurandir: Deduziu-se do início da teoria do Lacan uma espécie de desprestígio do imaginário, mais ou menos igual à alienação que temos de ultrapassar, embora os três registros estejam imbricados, como ele dizia. E eu acho que não, que tem muita coisa a ser explorada, inclusive radicalizar esse empreendimento. ■

Maria Ângela Santa Cruz
Maria Cristina Ocariz
Maria Laurinda Ribeiro de Souza
Silvia Leonor Alonso

Maria Auxiliadora Vidigal
Maria de Fátima Vicente
Miriam Chnaiderman
Tera Leopoldi

Vinte anos de Departamento de Psicanálise: para onde vamos?

Em comemoração aos vinte anos de fundação do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae, entrevistamos, no último mês de junho, os integrantes de sua Primeira Comissão de Implantação, remanescentes na qualidade de membros participativos até os dias atuais. Para o leitor incluído diretamente na história transcorrida desde o ato de fundação do Departamento, os depoimentos e as opiniões virão revolver sua memória e estimular a retomada de muitos aspectos e pontos instigantes, por vezes mesmo conflitivos, merecedores de sua reflexão. Para o leitor interessado em conhecer e em apreender essa parte importante da implantação da psicanálise em São Paulo, esperamos contribuir ao dar voz a uma trama de marcas, pensamentos, avaliações e esclarecimentos. Dela podemos ressaltar a construção coletiva

e seus princípios políticos sustentados desde a criação do próprio curso de psicanálise, em 1976. Se a trajetória coletiva enfrentou – e enfrenta – conflitos paradoxais específicos e pertinentes a uma vida ativa, relatados em trechos a seguir, o trabalho de constituição do Departamento segue, nessas duas décadas, as trilhas propostas pelos pioneiros sem deixar de acolher certas mudanças exigidas pelo contingente de novos integrantes a cada ano. Talvez possamos mesmo arriscar dizer que uma entrevista deste porte carrega com ela a chance de catalisar diálogos e se prolongar no além de sua leitura. Isso interessa a todo o coletivo atual.

Realização: Andréa Carvalho Mendes de Almeida, Bela Sister, Cristiane Sammarone, Mara Selaibe, Sílvio Hotimsky e Susan Markushower.

Percurso: Gostaríamos que vocês fizessem um breve apanhado sobre a fundação do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae.

Miriam Chnaiderman: O Departamento de Psicanálise era um antigo sonho de minha mãe, Regina Schnaiderman, desde a fundação do Curso de Psicanálise, quando ainda se chamava Psicoterapia de Base Analítica. Ela tinha uma demanda: queria ter um lugar de pertinência e de troca e foi nesse espírito que ela, já de cadeira de rodas, pois estava com câncer em sua fase terminal, numa assembléia do curso, em novembro de 1984, fez um gesto – ela era dos grandes gestos, de grande eloquência – e fundou o Departamento como um último gesto de doação daquilo tudo que tinha construído. Foi quase um ato de afirmação de vida no momento em que ela sabia que ia morrer. Mas é claro que a idéia do Departamento já vinha sendo alimentada havia tempos, pois ocorriam muitas crises no curso em função da inexistência de um outro espaço que não ele mesmo. A partir desse ato fundador, uma comissão foi eleita na assembléia e passou a se encontrar, um mês ou um mês e meio depois da morte dela, que aconteceu em janeiro de 85. Nesse movimento foram assentadas as bases do que hoje é o Departamento.

Tera Leopoldi: Sim, aquele foi mesmo um ato fundante. Preciso contar um detalhe curioso, mas importante: coube aos alunos do curso convocar a primeira reunião do Departamento – uma vez que isso não podia ser feito por um professor nem pela própria Regina. Quero ressaltar a possibilidade intensa de participação que era dada aos alunos e assinalar o quanto o Departamento era voltado para o coletivo.

Silvia Leonor Alonso: Certamente o projeto partilhado entre Regina e todos que ali estavam era um projeto para o coletivo que incluía os alunos e os ex-alunos. O tempo

todo ela se mostrava preocupada com que a permanência de cada qual não se reduzisse à passagem pelo curso e que a formação de psicanalista pudesse continuar. A fundação do Departamento foi uma das coisas em que ela realmente apostou e investiu.

Maria de Fátima Vicente: As primeiras reuniões da comissão foram muito significativas. Eu estava no segundo ano e me lembro que nos reunimos em dezembro. Não

“

A idéia
do Departamento
de Psicanálise já vinha
sendo alimentada
havia tempos, pois
ocorriam muitas
crises no curso
em função
da inexistência
de um outro espaço
que não ele mesmo.

”

havia mais aula, não tinha mais ninguém no Sedes: éramos como uns fantasmas e ríamos: “só nós para acreditarmos no Departamento nessas circunstâncias!...” e foi a partir dessa reunião que decidimos convocar uma assembléia.

MCO: Gostaria de fazer um acréscimo. Fui convidada, em dezembro de 1984, pelo Curso de Psicanálise para ser professora. Comecei a trabalhar em março de 1985 e participei da assembléia que

foi feita no primeiro dia de aula. Foi uma assembléia plena, no auditório do Sedes e nela se constituiu uma comissão de implantação do Departamento à qual eu me incorporei imediatamente.

MC: Considero importante situar a origem do Departamento numa crise grande que atravessávamos relativa à forma de direção do curso. Havia uma questão a propósito da Comissão Paritária e havia o Conselho de Alunos. Não era isso?

MFV: Naquele momento a coordenadora do curso era a Regina; o Mario Fuks havia entregado a coordenação para ela em meados de 1983. Na ocasião houve um grande questionamento por parte dos alunos em relação à forma de gestão do curso. Eles consideravam que essa comissão não era verdadeiramente participativa apesar de paritária, formada por representantes de alunos e de professores. Vários aspectos demandavam ser repensados: a forma de gestão para a produção de psicanálise, a participação dos alunos, o lugar dos ex-alunos... Era necessário modificar a relação professor-aluno e considerar a inserção dos analistas que circulavam pelo curso, por exemplo. Devo dizer que meus três anos de curso foram anos de produção política! O foco era a produção de uma instituição psicanalítica.

MLRS: Gostaria de marcar algo para além dessa forte experiência interna e que concerne à experiência externa, igualmente forte, de discussão política sobre a abertura e a anistia. Isso ocorria desde 1978/1980. E em 1980 já surgira um projeto provisório de criação do Departamento. A proibição dos espaços coletivos e de circulação da palavra durante a ditadura teve uma incidência muito forte no desejo de se construir um espaço de discussão política e de pertinência da psicanálise no qual se processassem questões mais abrangentes do campo social. É, pois, importante frisar que a maioria das pessoas

que transitava pela instituição Sedes, naquele momento, e especialmente no Curso de Psicanálise, tinha uma inserção político-institucional em outros lugares. Essa é a marca do Sedes e o Departamento se instalou com esse espírito.

MC: Isso foi um resgate daquilo que envolveu a fundação do próprio curso no ano de 1976.

Maria Ângela Santa Cruz: Eu pertencio à turma que ingressou no Curso em 1984 – exatamente o ano de sua discussão e reformulação – e também participei de seminários que abordavam a militância. Houve um amplo engajamento dos professores e dos alunos dos diversos anos, tanto que nem sei direito de que ano era quem. Foi um processo que transversalizou as categorias seja de professor/aluno seja a do ano de entrada no curso. E isso aconteceu para além das brigas de poder internas do Departamento que sempre existiram, continuam existindo, nunca deixarão de existir – uma vez que são parte da condição humana. É importante cartografar as forças que estão em ação, mas elas existem e sempre existiram. Era um momento político de muita efervescência no Brasil, era o ano das Diretas já!. Muitos de nós escolhemos o Sedes justamente por sua marca histórico-política de militância. Não pleiteamos a Sociedade Brasileira de Psicanálise porque não quisemos; fizemos uma opção. Assim, a contextualização feita acima pela Laurinda amplia e despersonaliza o aspecto da fundação do Departamento: o desejo da Regina foi fundamental, mas me parece que serviu como agenciador de forças que buscavam criar possibilidades de coletivos diferentes, com uma produção mais inserida e mais ligada com o campo social, o qual, por sua vez, estava refazendo seu tecido.

Percorso: Haveria algo mais que vocês considerem relevante na estruturação do Departamento?

MASC: No decorrer de todo o ano de 1984 discutiu-se longamente

o currículo do curso. A assembléia do final de 1984 foi o ponto culminante de toda efervescência anterior. Nela Regina declarou a criação do Departamento e nomeamos uma comissão a partir do desejo das pessoas que se candidatavam e tinham seus nomes escritos na lousa. Pensei que minha participação tinha se esgotado ali porque eu estava no primeiro ano, mas a Regina me convidou para integrar a comissão e trabalhar nela foi uma verdadeira escola para mim. Essa

“

Era
um momento
político de muita
efervescência
no Brasil,
era o ano das
Diretas já!.

”

comissão foi muito persistente: reuníamos-nos durante todo o ano de 1985. Por fim a comissão se modificou. Não sei se temos atas dessas reuniões ou se existe algum registro de quem precisamente a integrava. Houve duas comissões que se reuniram em 1985. A primeira apresentou seu trabalho na assembléia de agosto, quando foi dissolvida. A que se formou em seguida era uma comissão composta pelos integrantes da anterior e outros que se agregaram.

Maria Auxiliadora Vidigal:

Temos um caderno de atas que ficou no meu consultório por muitos anos. A comissão não era fechada. As pessoas iam e vinham. Entretanto um núcleo do grupo estava sempre presente de modo que a cada encontro se sabia o que tinha acontecido na reunião anterior. Em geral as pessoas vinham quando tinham alguma questão que as mobilizava. Valeria revermos essas atas.

MCO: Retomo o que falei no começo para esclarecer a cronologia: houve o ato de fundação pronunciado por Regina em novembro de 1984. Em março de 1985 foi instituída uma Comissão de Implantação do Departamento e os membros dessa comissão figuram no documento que foi apresentado na assembléia realizada no Sedes, em 10 de agosto de 1985. Essa primeira comissão reuniu-se de modo sistemático durante todo o primeiro semestre de 1985. A segunda comissão trabalhou entre 10 de agosto e 29 de setembro do mesmo ano – data de uma nova assembléia. Na última assembléia de 1985, realizada no dia 7 de dezembro, foi nomeada uma Comissão Provisória incumbida de reescrever os itens do regimento interno, discutidos e aprovados até então. Finalmente, em 26 de abril de 1986 o regimento interno foi votado e aprovado em assembléia. No transcorrer desses vinte anos de Departamento algumas das pessoas destas comissões foram se afastando por diversas circunstâncias².

TL: Além dessas comissões oficiais, muitas pessoas ajudaram o Departamento extra-oficialmente.

SLA: Sem dúvida, muitas pessoas que não estavam na comissão participaram, uma vez que essa comissão não era o Departamento. Contávamos amplamente com alunos, ex-alunos e todo o grupo de professores. Foi essa comissão que, de alguma forma, tomou nas mãos o trabalho de elaborar o projeto levado para ser discutido na assembléia. Porém o desejo,

a participação e a alimentação da idéia eram amplos.

MLRS: Havia um coletivo com o desejo de implantar um espaço, o qual, por sua vez, era difícil de especificar naquele momento. Tanto que na hora de concretizar e formalizar o Departamento nós tivemos muito trabalho.

Percurso: Quais foram as diretrizes básicas que nortearam a fundação do Departamento?

MLRS: As diretrizes básicas estavam implícitas no desenvolvimento anterior: o desejo de formar um espaço menos hierarquizado de poder, uma forma de gestão mais igualitária na qual se abolissem as diferenças hierárquicas entre alunos, ex-alunos e professores – as grandes categorias reconhecidas. Tratava-se de uma tentativa de formalizar um espaço de reconhecimento que lidasse com as exclusões e no qual se processasse o atravessamento dos narcisismos implicados na criação de uma instituição.

MFV: Além das questões de hierarquia consideradas incompatíveis com a formação de psicanalistas, as diretrizes também contemplavam a produção psicanalítica que levasse em conta a realidade social do país e reconhecesse o trabalho do psicanalista no campo social. Apesar de considerar importantes as diretrizes relativas à forma de gestão, acredito que, de alguma maneira, elas dificultaram esse aspecto de produção. Isso ficou evidente quando da instauração da clínica do Departamento nos anos 90. Fiz parte do grupo que trabalhou na elaboração desse projeto durante mais de um ano, e desde o primeiro momento tivemos de lidar com uma contradição básica: se a clínica seria um serviço voltado à população, lugar onde o psicanalista ofereceria seu trabalho, ou se seria uma clínica para a formação de alunos do curso – o que já é paradoxal em si, pois não se formam psicanalistas em um curso. Apostamos numa clínica de serviços. Não que fôssemos todos analistas que não precisavam mais

de formação, muito pelo contrário, por entender que a formação é continuada e se faz na clínica. O importante era produzir uma psicanálise que levasse em conta as contradições sociais, as determinações políticas e econômicas da subjetividade, determinações que as instituições oficiais de psicanálise, em geral, não levavam em consideração.

MASC: Nessa direção, o Departamento, ainda que não existisse formalmente, iniciou uma parceria

“
As diretrizes
também
contemplavam
a produção
psicanalítica
que levasse em conta
a realidade social
do país
e reconhecesse o
trabalho
do psicanalista
no campo
social.”

muito interessante com o Estado, em 1984, quando foi assinado o Convênio do Departamento de Psicanálise com a Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo. Foi a primeira atividade que aconteceu no Departamento de Psicanálise antes mesmo da sua fundação efetiva. Esse convênio se deu no campo da saúde mental – uma das questões que nos mobilizava. O setor Saúde Mental e Instituições, do qual participei muitos anos, realizou, em 1986

e 1987, duas jornadas com pessoas que tinham algum tipo de trabalho institucional e editou duas apostilas com esse material. Era a época do governo Montoro e da implantação de um serviço de saúde mental diferenciado. Ainda não se tratava propriamente da eclosão da reforma psiquiátrica, mas estávamos dentro desse espírito que criou os centros comunitários e os ambulatorios de saúde mental. Ou seja, havia uma experimentação no campo das práticas públicas de saúde mental que nos convocava, como psicanalistas, a produzir uma teoria e uma clínica que pudesse ter efeitos na rede pública de saúde. Foi uma convocatória social muito clara e tentamos de várias maneiras responder a ela.

MFV: Gostaria de lembrar que a clínica do Departamento foi o único projeto de setor que foi discutido e aprovado pelo coletivo e está detalhado, integralmente, no segundo número da revista *Percurso*. Foi também o lugar onde apareceu o primeiro embate com a organização hierárquica do Sedes, a qual, na verdade, nos submetia ao enquadre professor/aluno. Essa clínica funcionou por cerca de dois anos e foi extinta por diversas razões, mas suas diretrizes foram incorporadas na reformulação da Clínica Psicológica do Instituto Sedes.

Percurso: O que foi proposto em 1985 em relação aos princípios e finalidades do Departamento?

MCO: Lerei alguns trechos do documento que a comissão de implantação apresentou na assembleia de 10 de agosto de 1985. No ponto Princípios e Finalidades está escrito: “O Departamento de Psicanálise é concebido como um espaço no qual um grupo de psicanalistas preocupados com a produção no âmbito da psicanálise, concordantes com os princípios fundamentais que regem a instituição Sedes, se reúnem a fim de trocar idéias que enriqueçam sua formação teórica e revertam em benefício de sua prática clínica. Partindo de que a formação do

analista é complexa e interminável, concebemos o Departamento como um espaço no qual caibam atividades diversas. (...) O Departamento se propõe um lugar de pertinência para seus membros. A idéia é que essa pertinência não seja apenas uma simples filiação, senão que seus membros sejam membros ativos e participantes”. A polaridade entre produção ou filiação (como se fosse um clube) provocou muita discussão e foi conflitante.

Continuo lendo o documento: “A produção é o princípio fundamental em torno do qual o Departamento deve organizar-se. É na produção constante que a psicanálise realiza seu desenvolvimento teórico, a reflexão sobre a prática clínica, o repensar nosso lugar como psicanalistas, assim como o repensar permanente da instituição à qual pertencemos. O Departamento não se propõe autorizar ninguém a ser psicanalista (...), mas o Departamento propiciará um espaço que possibilite esse reconhecimento entre os colegas. O Departamento não será um espaço definido por nenhuma linha teórica. Pelo contrário, um espaço no qual a convivência de teorizações diferentes evite as filiações dogmáticas. O confronto das diferenças teóricas dará movimento a um espaço de constante revisão da teoria psicanalítica e de desenvolvimento dos suportes teóricos que sustentam nossa prática clínica. Falamos do desenvolvimento partindo do pressuposto de que a psicanálise é aberta à retificação de seus conceitos a partir de sua instrumentação na prática e que não é uma teoria cristalizada”.

Finalmente encontra-se sublinhado que o Departamento tem de ser coerente com a Carta de Princípios do Sedes e “levar em conta o contexto histórico social no qual a prática psicanalítica se inscreve (...) [ser] um centro multidisciplinar de reflexão, um lugar permanente de formação”.

MLRS: A ênfase na produção conectava-se com a necessidade de

um momento instituinte. Precisávamos criar formas para o Departamento e, portanto, era necessário o trabalho, e não uma simples filiação. Era também um momento em que se descortinavam todos os trabalhos alternativos. Assim a marca de alternativo, nesse momento, surgia como uma necessidade de efetivação instituinte.

SLA: Tal momento instituinte implicava duas funções: primeiro efetivar o que a Cristina acabou de

“ “

A produção
é o princípio
fundamental
em torno do qual
o Departamento
deve organizar-se.

” ”

nos ler. Segundo, criar dispositivos de reconhecimento institucional para o trabalho que já acontecia entre o Setor de Saúde mental e Instituições e a Secretaria da Saúde do Estado de São Paulo, e ainda outras atividades relativas a eventos tais como conferências e seminários clínicos e teóricos de psicanalistas estrangeiros que passavam por São Paulo, os quais contribuíam na continuidade das nossas formações. Lembro-me, por exemplo, das visi-

tas de Piera Aulagnier, René Major e Herbert Rosenfeld, entre outros.

Percurso: O primeiro setor do Departamento foi o de Saúde Mental e Instituições?

MCO: Não. Todos os setores foram fundados simultaneamente. Depois da discussão sobre princípios e finalidades, definição de membros, forma de gestão, etc., produzimos um documento escrito. Em 21 de setembro de 1985 nos reunimos e inventamos uma maneira artesanal de nos organizarmos e nos manifestarmos: colocamos cartolinas espalhadas nas paredes, uma para cada setor: Grupo de Estudos, Saúde Mental e Instituições, Publicações, Clínica, Curso e Eventos. Éramos aproximadamente 70 pessoas e cada uma escolhia um setor, colocava seu nome na cartolina correspondente e fazia seu pedido de pertinência ao Departamento de Psicanálise. Era um pedido de pertinência desejan- te – tinha de ser desejan- te –, não um pedido por “dever ser”.

MLRS: Tratava-se do desejo articulado ao compromisso.

Percurso: Quais são os momentos que vocês consideram mais significativos nestes 20 anos de funcionamento?

MAV: A primeira assembléia, em novembro de 1984, na qual Regina Schnaiderman fundou o Departamento de Psicanálise.

MASC: A assembléia de agosto de 1985, resultante de uma parte do trabalho significativo desse momento instituinte. Havia grande força de criação de realidades dentro do Sedes. Nosso Departamento foi um dos primeiros a ser criado ali. Na sua esteira outros foram criados. O Sedes sempre foi palco para vários momentos importantes da história brasileira, desde a resistência da Madre Cristina até o movimento da Rede Alternativa da Psiquiatria: sua primeira reunião aconteceu lá!

SLA: Foram muitos os momentos marcantes. Lembro, por exemplo, da fundação da revista *Percurso*. Inicialmente um grupo começou

a discutir a possibilidade de se fazer uma publicação do Departamento. Chegou-se à conclusão de se fazer um boletim. Eu achava interessante este boletim de circulação interna, mas considerava importante que se fizesse também uma publicação voltada para fora. Miriam Chnaiderman, Renato Mezan, Janete Frochtengarten, Renata Cromberg e eu formamos, nesse momento, o primeiro Conselho da revista, e passamos a ter um trabalho imenso porque vínhamos do nada. Nas reuniões discutíamos muito sobre o tipo de publicação que queríamos: a revista responderia a que tipo de grupo de analistas? Que implicações teria na formação? Ou seja, cada setor que ia se fazendo, ia reinstituindo o Departamento, porque no bojo de cada atividade se rediscutiam novamente todos os princípios.

A fundação da *Percursos* preservou a mesma visão da clínica por ter estabelecido que a revista não deveria ser apenas de textos teórico-clínicos, mas uma revista que permitisse levar, para o interior e para o exterior, o que estava acontecendo de importante na vida ativa no Departamento. Tanto que em seu primeiro número publicamos o setor de Saúde Mental e Instituições e no segundo número, o projeto da clínica.

MCO: O Boletim interno vigorou entre os anos de 1990 e 1999. Sua primeira equipe era formada por Anna Correia, Carlos Videira, Eva Wongtschowski, Maria de Lourdes Caleiro Costa, Sonia Maria Neves e Vera Rita de Melo Ferreira.

TL: Criamos no Departamento um pensamento voltado para o coletivo. Aconteceram mudanças muito grandes. Saímos de setores, partimos para outras coisas, para outra forma de gestão e tudo isso é muito importante. Hoje somos de outro jeito. Não quer dizer que seja melhor ou pior. Entretanto em nenhum momento as questões inicialmente colocadas foram esquecidas. Discutimos as questões

da psicanálise, as questões relativas ao meio social, à política.

Um momento marcante foi a fundação do Setor Grupo de Estudos. Foi um processo difícil, mas as pessoas o compuseram e, em certo momento, instaurou-se um setor especial que opera hoje de modo vigoroso e é importantíssimo no Departamento.

SLA: Vale lembrar a realização do Congresso Interno, em 1994. Nele discutimos intensamente o que

“

A relação
de confiança
na oposição
a uma ditadura
totalitária
é muito
importante.

”

permanecia e o que não permanecia do projeto inicial.

Ressaltaria ainda a abertura do Departamento para pessoas que não tenham feito o nosso curso. Foi um longo processo que demandou tempo para, enfim, adquirir consistência e se efetivar. A abertura ocorreu em 1995 e, do mesmo modo que tivemos uma assembléia fundando o Departamento com a fala da Regina, houve outra assembléia na qual dissemos: “O Departamento está aberto”. Com a abertura algo se

transformou de vez na relação Departamento/curso na medida em que até ali a entrada só era possível como aluno ou professor do curso.

MASC: A realização do livro dos vinte anos do Departamento também deve ser destacada. A comissão que está coordenando este processo está de parabéns pela iniciativa.

Percursos: Vocês pensariam que ocorre uma carência de funcionamento democrático no Departamento, ainda que estejam contemplados dispositivos que visam a participação de todos os membros no sentido de garantir o revezamento do exercício do poder e do saber?

MFV: A dialética entre o que é personalizado e o que é coletivizado é um problema presente no Departamento. Entendo que seja um problema relacionado com a estrutura do Sedes em função de seu lugar político na sociedade brasileira. O Departamento e o Curso de Psicanálise eram um coletivo de confiança, mas de qual confiança? Uma coisa é o personalismo e outra é a necessidade de confiança em acreditar-se e reconhecer-se apostando numa mesma ideologia política de resistência. A relação de confiança na oposição a uma ditadura totalitária é muito importante e isto marcou a entrada de algumas pessoas no Sedes – as iniciais. Por volta de 1976 e 1977 isso foi delegado a tais pessoas, numa espécie de parâmetro de verificação de afinidade ideológica, em termos do risco que poderiam oferecer ao projeto-instituição. A dinâmica e o requisito da confiança pessoal faz parte do Sedes e não só por uma centralização hierárquica do poder, que, aliás, ocorre e é preciso ser dialetizada; há um núcleo de verdade histórica nessa loucura que se baseia no pressuposto de saber em quem posso confiar numa situação de combate a um regime totalitário de risco. Essas passagens têm sido muito gradativas dentro do Sedes. Alguns professores do Curso de Psicanálise, nos quais a Madre

Cristina confiava, tinham esse lugar privilegiado e, portanto, ela ia lhes atribuindo os lugares. Em relação à diretoria isso foi mudando, mas até hoje as chapas de diretoria têm ao menos um membro do Departamento de Psicanálise. Isso não é aleatório nem diz respeito só a uma questão democrática, mas a uma democracia possível, na qual a relação de confiança no outro é fundamental. Eu penso que certas exigências e privilégios pleiteados para a categoria de membro fundador são formações reativas à ausência do reconhecimento disso. É uma confiança conquistada, construída em decorrência de uma opção política compartilhada e correndo riscos juntos.

SLA: Eu não entrei no Sedes pela via do Curso de Psicanálise, e, sim, com um grupo de pessoas que fundou um curso que se chamava Psicoprofilaxia. Nessa ocasião tive que conversar com a Madre Cristina para podermos abrir o curso e a conversa foi absolutamente em termos de confiança pessoal e história política. Apenas depois de uma conversa de três horas recebemos autorização para abrir o curso no Sedes.

MASC: Este ponto é fundamental para o entendimento de muitas coisas gestadas nas relações de confiança sobreviventes ao fascismo instaurado no tecido social nas décadas de 1960, 1970 e 1980. Mas penso que também seja fundamental reconhecer que tal forma de cristalização de lugares de poder hoje, em 2005, precisa ser analisada para que o Departamento possa, de fato, fazer a produção para a qual foi fundado. A vocação do Departamento é produzir pensamento psicanalítico a partir de uma clínica que é diferencial. Espanta-me que colegas recém-formados pelo Curso de Psicanálise, pessoas que chegam ao estágio da Clínica Psicológica do Instituto Sedes Sapientiae e são meus estagiários – sou coordenadora de equipe na clínica – cheguem

defendendo uma psicanálise três ou quatro vezes por semana, com divã. Quer dizer, qual é a contribuição que nós do Departamento estamos fazendo para uma psicanálise retrógrada? Toda a força que produzimos na década de 1980, até 1995 na verdade, parece que se perdeu e hoje o modelo de consultório particular está de novo colocado. Existe uma psicanálise dogmatizada na palavra de muitos dos nossos colegas recém-formados. Deveríamos ter con-

“

A vocação
do Departamento
é produzir
pensamento
psicanalítico a partir
de uma clínica
que é
diferencial.

”

dições de problematizar isso: que cristalizações estão acontecendo? Temos um espaço rico na clínica, uma clínica institucional que de fato problematiza a psicanálise. Temos que poder falar das problematizações que faz a teoria psicanalítica se produzir. Essas coisas estão todas ligadas, não tenho respostas, só as vejo acontecerem.

MCO: Como professora do Curso de Psicanálise-Teoria e Clínica costumo falar nos seminários e su-

pervisões que coordeno que muitas vezes me sinto frustrada depois de 27 anos exercendo a prática clínica e a transmissão da psicanálise no Brasil, e oito anos na Argentina, e continuar escutando esse tipo de idealização instituída em relação ao que é a psicanálise. Não responsabilizo os cursos e nem o Departamento por não problematizar essa questão, uma vez que vivemos continuamente trabalhando nesse sentido; nesse ponto existe homogeneidade entre os professores. Embora possamos ter diferenças singulares e/ou de linhas teóricas, todos transmitimos o princípio ético freudiano de que a prática psicanalítica não é padronizada. O problema descrito acima pela Ângela é um fenômeno social complicado que cristalizou a psicanálise em um ideal utópico, um ideal egóico, um ideal narcísico que insiste morbidamente nas pessoas em formação psicanalítica. Esse ideal afirma que a psicanálise verdadeira, pura, é exercida nos consultórios, com regras fixas e honorários altos. Muitos, se não a maioria de nós que temos algum lugar na formação dessas pessoas, tentamos trabalhar na direção da desconstrução dessa maneira estereotipada de conceber a psicanálise.

Em relação à questão do funcionamento interno, podemos nos reportar a vários informativos do Departamento, os quais recebemos no cotidiano via correio, para pensar que temos de brechar a queixa de que o poder não circula, de que as pessoas não têm lugar. Se prestarmos atenção a todas as correspondências, observaremos quantas pessoas entraram no Departamento e membros do Departamento foram convidados a ser professores do curso depois dos anos 1990, assim como pessoas que circulam como articuladoras no Conselho de Direção do Departamento.

TL: Há uma circulação muito diferenciada de poder. As primeiras coordenações não tinham nem se-

quer voz ativa, não sabíamos o que estávamos fazendo lá, e esperávamos os professores darem ordens. Essa é a grande verdade das várias comissões iniciais. Ou os alunos brigavam com os professores ou pediam para eles: “Por favor, o que eu faço agora?”. Hoje não é assim. Convenhamos que a Coordenação Geral, hoje, tem autonomia, tem confiança, tem poder e decide coisas contrárias a quem quer que seja. Houve uma necessidade de construir esses lugares. Antes a coordenação perguntava “Por que só os professores mandam aqui? Por que os alunos fazem transferência apenas com os professores?”. Ora, a transferência ocorre através do nome, do sobrenome, da fundação, etc.

Percorso: A partir das considerações a respeito da circulação de lugares e exercício de poder, parece que podemos determinar momentos marcantes dentro do processo?

MLRS: Os momentos marcantes têm a ver com o momento da fundação, com a jornada que fizemos e com os eventos. A primeira comissão coordenadora insistiu muito na organização dos eventos, os quais tinham também o propósito de convidar psicanalistas de fora e criar um espaço de troca com o que se construía internamente no Departamento. Certo tempo depois, quando se dissolveu a Comissão de Eventos, a idéia era romper as esferas hierarquizadas: cada um lançava uma proposta, quando a tivesse. Eu organizei um evento. Mas é preciso reconhecer o quanto é difícil solitariamente organizar eventos.

Houve um tempo em que os eventos diminuíram ou mesmo cessaram porque era muito complicado fazê-los; criava-se muita rivalidade, muitos questionamentos: “por que estão chamando tal pessoa e não outra?”, “o que isso tem a ver com a política do Departamento?”. Foi sintomático que o Departamento ficasse um tempo sem uma organização de eventos. Essa ausência respondia em parte a esse dilema. Mais tarde

ocorreu outra tentativa de criação de um articulador de eventos e é o que vivemos hoje.

MCO: Em relação à organização de eventos, eu tive a experiência das conferências de Roudinesco (2004) e de Calligaris (2005) que foram muito satisfatórias. É necessário trabalhar: encaminhar uma carta para o Conselho de Direção, esperar a autorização, discutir orçamento, organizar a divulgação e a tradução – se for necessário. Qualquer

“

A questão dos membros continua como marca e atravessa todos os nossos anos de trabalho – algo sintomático também.

”

um pode contatar a articuladora de eventos (atualmente Cristina Parada Franch). Eu não encontrei resistências. Penso que as portas do Departamento estão abertas para quem deseje organizar qualquer tipo de atividade.

Algo mais a ressaltar diz respeito ao último Ciclo de Debates, “O sintoma e suas faces”, ocorrido entre 17 e 18 de junho de 2005. Este foi fruto de uma iniciativa coletiva dos três cursos do Departamento. Na programação

constam trabalhos dos membros fundadores do primeiro curso, dos professores intermediários, assim como de jovens professores que circulam nesses três cursos.

MLRS: Outra questão importante na problemática do poder permanece desde a origem. Trata-se da questão da resistência. Se não temos mais resistência à ditadura, nos perguntamos a que resistimos?, resistimos uns aos outros?

A questão dos membros continua como marca e atravessa todos os nossos anos de trabalho – algo sintomático também. Queríamos questionar quem eram os membros, e em várias assembleias, repetitivamente nos perguntamos “quem são os membros?”. Isso nos atravessa e deixa algo como resto, como questões que demandam trabalho e até, talvez, como algo que depois de vinte anos nos inquieta tal como a questão do *setting* ideal. Seria interessante que construíssemos um outro modo de funcionamento menos conflitivo. Temos que repensar que o lugar do poder é sempre um lugar para ser questionado.

MFV: Momentos marcantes foram todas as assembleias nas quais se discutiam as questões que regiam o Departamento e, com muita frequência, discutíamos a respeito da manutenção ou da transformação da forma de gestão. Um momento marcante foi a mudança da forma de gestão, de coordenação coletiva, por representação de setores para uma comissão diretiva. Coincidentemente, desde essa mudança deixou de haver assembleias suficientemente frequentes como eram para que se processassem as questões coletivas. Essa é uma mudança importante. Não sei se isso diz respeito ao funcionamento democrático ou não-democrático, mas diz dos percalços que a democracia tem. Seus momentos de maior possibilidade de abertura e seus momentos de maior fechamento. O que temos em nosso Departamento, e no Sedes em geral, é um exercício muito ativo de

combate ao adversário, e pode ser entendido como uma democracia bastante intensa.

Muitos setores concluem seu trabalho e se esvaziam em função da desistência das pessoas. Já as pessoas que detêm o poder têm o mérito de não desistirem jamais; são pessoas que perseveram. Nossa pergunta poderia ser então: “a democracia no nosso contexto é trabalhosa e implica em luta?” Sim, implica. E às vezes implica em luta com custos corporais importantes, por exemplo, o adoecimento. Não sei se isso é um bom modelo.

Eu marco como a vigência de um espaço democrático os eventos que foram conflitivos. A criação do evento que a Mara Selaibe propôs sobre Estética, junto com o Daniel Delouya, foi um parto à fórceps, com o enfrentamento de ambos os lados. Eu fazia parte da comissão coordenadora a qual perguntava a respeito das razões para escolha dos nomes dos participantes propostos. Era uma pergunta que colocava algumas questões, não era uma imposição, não era policalesca; eu e o Mário Fuks éramos os interlocutores junto aos proponentes. As relações para processar coisas estão muito longe de serem pouco hostis, mas, no caso, processamos e o evento saiu. Os organizadores puderam justificar todos aqueles nomes que, então, foram validados. Esse é um lado. O outro lado era o Espaço Aberto – uma tentativa de criação de um espaço de discussão clínica constante e que não tivesse professores. Ele evoluiu para Inquietações da Clínica Psicanalítica, que é um espaço importante do Departamento. Essa questão indica que há democracia, e que essa democracia implica em uma lista importante. Agora, o fato de que Inquietações da Clínica dependa do convidado para arrematar maior ou menor número de participantes, é uma característica relativa ao mundo completamente midiático, no qual a coisa mais complicada é saber se

reunimos pessoas para produzir e pensar ou para se dar a ver.

MASC: Essa última colocação é importante. Estamos mesmo mergulhados num mundo espetacularizado e extremamente narcísico. O Departamento cresceu muito, muitas pessoas trabalham ali em diferentes setores – algo muito bacana – e com produções interessantes. Porém, independente de cada setor especificamente e cada pessoa individualmente, no conjunto temos uma certa tônica de

“

A democracia
no nosso contexto
é trabalhosa
e implica
em luta?
Sim, implica.

”

despolitização do Departamento para fora dele mesmo. Precisamos pensar melhor nisso. Hoje há tantos campos de atuação dentro do Departamento que eu gostaria de fazer uma proposta para que possamos pensar modos de participar mais afinados com o nosso perfil de produção, de compreensão no movimento da reforma psiquiátrica. A questão da infância e da adolescência é assustadora: recebemos crianças e adolescentes na Clínica do Sedes e por essa via se

descortina um mundo completamente violentado. O Departamento teria muita coisa para fazer nesse campo, não necessariamente apenas dentro da Clínica no atendimento direto. A Febem é outro lugar de intervenção necessária na realidade social. Os abrigos, a rede de atenção à infância e à adolescência é uma rede que não tem nada a ver com proteção, tem a ver com violência. O Departamento pode, e disso eu gostaria particularmente, efetivar ações mais políticas junto a esses campos.

Percurso: Como os projetos do Departamento poderiam estar articulados dentro da proposta política inicial da instituição Sedes?

TL: A instituição tem um projeto político-cultural atualíssimo nessa direção. Temos de dialogar com o Sedes.

SLA: Há dois pontos fundamentais para o Departamento implementar. Em primeiro lugar a participação nas políticas públicas através de convênios com outros lugares, através da atuação do Departamento em projetos coletivos. Mas não podemos nos omitir de pensar que, se a realidade da saúde mental mudou, poderíamos fazer um esforço para ver que outros lugares de intervenção poderíamos ter e, nesse ponto, estamos fazendo menos coisas do que as que gostaríamos.

O segundo ponto fundamental diz respeito à decisão da retomada dos congressos internos. Muitas coisas que aparecem em certos momentos como caóticas e sintomáticas devem-se à falta de congressos internos nos quais as problemáticas e os conteúdos possam ser discutidos de verdade. Quando chegamos numa assembléia depois de anos sem congressos internos, qualquer discussão vira um sintoma e um caos, porque não há condições de sustentação para se repensar como projeto, como Departamento, nesse coletivo. Temos nos repensado em pedacinhos.

Os eventos são momentos importantes para o Departamento. Quando se fala de resistência, vemos

como todos os eventos encontraram muita resistência. Por exemplo, o evento do Primeiro Ciclo de Leituras de Freud encontrou todo tipo de resistência decorrente da produção escrita, que é o que nos expõe para fora de nosso Departamento.

Percorso: Seria correto afirmar a existência de uma resistência em termos de circulação dos lugares, das pessoas, das idéias?

SLA: Sobre a circulação das pessoas deveríamos pensar melhor. Existem lugares nos quais as pessoas se fixaram e não circulam, e é necessário reconhecer isso. Mas a circulação não é só das pessoas; existe também a circulação das produções. Há momentos preciosos na história do Departamento que são modelos de como eu gostaria que se funcionasse sempre. Lembro, por exemplo, da vinda de Claude Le Guen. Ele foi trazido pelo Setor de Publicações. Como ele estava trabalhando a questão do feminino, fez uma atividade dentro do Grupo do Feminino; o grupo Inquietações da Clínica convocou pessoas do Grupo do Feminino para escrever textos com a finalidade de serem apresentados no Inquietações. Por fim, os textos foram publicados na revista *Percorso*. Esse tipo de circulação entre os grupos é realmente preciosa e um tal tipo de acontecimento deveria se multiplicar no Departamento. Não é que não existam, existem e têm de se multiplicar.

Há ainda a questão do Sedes frente aos cursos. Estes são o lugar privilegiadamente reconhecido por aquele. Os Departamentos querem mais espaço, mas durante muito tempo os cursos foram os lugares mais reconhecidos em todos os sentidos, inclusive contratual, por serem pagos. Isso marcou lugares de poder, mas os departamentos estão cobrando força.

TL: Está acontecendo um movimento no Sedes muito importante. Pela primeira vez, depois de vinte anos, os departamentos conseguiram constituir um núcleo de departamen-

tos e eu faço parte dele. Pela primeira vez os departamentos começam a ser um grupo. Houve uma mudança muito grande na diretoria do Sedes, pois antigamente não conseguíamos falar com ela e hoje somos convocados por ela.

MC: Era melhor quando não existia essa centralização. Essa piramidização que implica a necessidade do carimbo do Sedes em tudo que circula no Departamento nos amarra. O que é instigante no Departamento é alguém querer fazer alguma coisa e propor. Uma estrutura como essa, que centraliza, é, ao contrário, empobrecedora, além de não ser fiel ao que a Madre Cristina pensava.

SLA: Essa questão é complexa e delicada. Conversando em grupo as questões ficam polarizadas. Tomo uma posição na direção de valorizar nosso trabalho bem como manter as temáticas, os projetos, a posição como analistas. Apesar das deficiências, das críticas, de todas as questões que temos que melhorar e ampliar, considero que temos princípios que se mantêm absolutamente na nossa produção com relação à psicanálise.

MASC: Valorizar não anula colocar em questão o que se pensa.

SLA: Sim. Justamente, o que têm sido as temáticas de trabalho, de pesquisa, de discussão dentro do nosso Departamento? Os últimos eventos – do Grupo do Feminino e do Grupo de Psicopatologia Contemporânea – são problemáticas que condizem totalmente com um projeto de formação de analistas comprometidos, sim, com as questões sociais, com o momento histórico, com as questões do mundo. A diferença com outros grupos continua sendo absoluta. Ou seja, os alunos dos cursos ou estagiários da clínica que definem a psicanálise pelo *setting* também me espantam, mas não temos o poder de transformação da cabeça do outro porque as transferências são fortes. Nossos alunos se analisam, se supervisionam e fazem grupos de estudo

com analistas de outras instituições. Essas multiplicidades estão presentes. É bom perceber nossas deficiências para continuar avançando, mas sem deixar de valorizar nosso trabalho.

MCO: Há vinte anos participo da seleção de alunos para o Curso de Psicanálise e de outras atividades do Departamento e constato o lugar de importância que ele tem extramuros. A revista *Percorso* é reconhecida a nível nacional, por exemplo. Entretanto, internamente, muitas vezes perdemos a dimensão de nosso trabalho e de nossa produção e não os valorizamos adequadamente.

MASC: Neste momento o importante, em termos de balanço e avaliação, é pensar quais formas podemos inventar, não só de fazer circular a palavra, mas de fazer circular uma produção e fazer uma produção para além do próprio Departamento. Ir para o mundo e colocar o mundo dentro do Departamento está na ordem do dia.

MCO Essa linha de preocupação e de atenção presente no Departamento postula a importância do trabalho dos psicanalistas na comunidade. ■

NOTAS

1. Entrevista com Maria Ângela Santa Cruz, Maria Auxiliadora Vidigal (Pituca), Maria Cristina Ocariz, Maria de Fátima Vicente, Maria Laurinda Ribeiro de Lima, Miriam Chnaiderman, Sílvia Leonor Alonso e Tera Leopoldi – todas psicanalistas, membros integrantes de setores do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae desde sua fundação.
2. A primeira Comissão foi composta por Ana Maria D. Rodrigues da Costa, João Luiz Cintra Sesso, Luciana F. Sadala de Ávila, Maria Ângela Santa Cruz, Maria Auxiliadora Vidigal, Maria Cristina Ocariz, Maria de Fátima Vicente, Maria Laurinda Ribeiro de Souza, Miriam Chnaiderman, Sílvia Leonor Alonso, Tera Leopoldi e Wilson de Campos Vieira. A segunda por Eva Wongtchosky, Helena Grinover, João Luiz Cintra Sesso, Luciana Sadala, Luiza Helena Pinheiro, Maria Ângela Santa Cruz, Maria Auxiliadora Vidigal, Maria Cristina Ocariz, Maria de Fátima Vicente, Maria Laurinda Ribeiro de Souza, Marina Massi, Miriam Chnaiderman, Renata Cromberg, Stella Maris Schebli e Tera Leopoldi. E a provisória por João Luiz Cintra Sesso, Maria Auxiliadora Vidigal, Maria de Fátima Vicente, Maria Laurinda Ribeiro de Souza, Renato Mezan, Tera Leopoldi e Mary Ono.
3. Acontecimento Estético na Clínica Psicanalítica, ocorrido em setembro de 1996.

Janete Frochtengarten
Renata Udler Cromberg
Décio Gurfinkel

Diálogos com Regina Schnaiderman

Tendo em vista as comemorações de 20 anos de fundação do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae, a revista *Percurso* convidou três colegas a se ocupar de um pequeno trecho do artigo “Política de formação em psicanálise – alinhavando algumas anotações de leitura” (*Percurso*, ano 1, nº 1), de Regina Schnaiderman. Esta foi a maneira que encontramos de homenagear Regina: dispor suas idéias às observações, críticas e reconsiderações possíveis.

“De fato sabemos que: 1. o saber do analista tem como objeto o estudo do funcionamento psíquico; 2. a particularidade deste saber consiste na necessidade, tanto para o analista quanto para o analisando de, a cada vez, reencontrá-lo in vivo; 3. isto o diferencia do que seria, por exemplo (*Castoriadis*), o saber matemático – frente a um triângulo retângulo, posso sempre afirmar que o quadrado da hipotenusa é igual à soma dos quadrados dos catetos; em face de um sujeito, não posso sustentar nenhum teorema desse tipo: ‘em todo sujeito histórico, posso deduzir que fatores históricos determinaram seu destino’; a respeito deste sujeito particular com quem me enfrento, eu não conheço nada – o que eu sei é o caminho para fazê-lo chegar a este conhecimento; 4. donde

se conclui que o saber do analista se resolve num saber analisar; isto é, ser capaz de levar um outro sujeito à decifração do seu texto inconsciente; analisar é um fazer saber e não um saber fazer.

“Qual é a fonte do saber psicanalítico? 1. Os textos de Freud; sim, mas isto não basta; 2. o fato de ter sido analisado; sem dúvida, mas isto também não basta; 3. o fato de ser analista, o fato de analisar.

“Esta terceira origem do saber coloca o que é de demonstrar como já demonstrado. Este é um dos paradoxos da psicanálise.” (p. 13)

Janete Frochtengarten: psicanalista, membro do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae. Autora de vários artigos publicados em livros e revistas especializadas.

Renata Udler Cromberg: psicanalista, membro do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae, supervisora da equipe de saúde mental do CRT AIDS/DST. Autora dos livros *Paranóia* (Casa do psicólogo) e *Cena incestuosa* (Casa do Psicólogo) e uma das autoras do livro *La féminité autrement* (Presses Universitaires de France).

Décio Gurfinkel: psicanalista, membro do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae, professor nos cursos “Psicanálise - teoria e clínica” e “Psicossomática” do mesmo Instituto. Doutor pelo Instituto de Psicologia da USP e autor dos livros *Viagens ao informe: o sonhar e a experiência psicanalítica* (em preparo), *Do sonho ao trauma: psicossoma e adições* (Casa do Psicólogo) e *A pulsão e seu objeto-droga: estudo psicanalítico sobre a toxicomania* (Vozes).

Janete Frochtengarten: Freud demonstra?...

Parece perto, parece longe. Mais de 20 anos sem Regina; dezesete anos desde a publicação desse texto.

Perto é longe, nesse tempo atordoante, tempo das transferências, do remoto no presente, do escondido bem guardado, da faísca que incendeia quando a ocasião a encontra.

A ocasião: o texto de Regina. A transferência eclode: de muito perto, de um muito quente, dialogo com Regina, no vivo de seu pensamento, usando inclusive, embora só o tenha, com surpresa, percebido depois (!), uma mesma fonte bibliográfica (que consta da íntegra do texto publicado).

Se transferência há e se o saber psicanalítico nela tem marca de origem, será que nos caberia pensar em termos de *demonstração*?

Como *demonstrar*, quando a matéria é maleável e andarilha, quando se move por saltos que deixam rastros/restos que ressurgem inesperadamente?

Demonstrar é tomar algo que nos é dado sensivelmente, e remetê-lo a um anterior, ausente, que o compreende e que o recobre com um manto de reassegurada constância; a compreensão pode se dar em torno de um único aspecto, dentro do múltiplo do sensível, mas neste — ao menos no exemplo utilizado como contraponto — é exclusiva e definitiva, como quando “frente a um triângulo retângulo posso sempre afirmar que o quadrado da hipotenusa é igual à soma dos quadrados dos catetos”. Demonstrar é, assim, repetição, no universo das previsibilidades. Podemos fazer um triângulo de madeira, desenhá-lo, moldá-lo em bronze, fazê-lo colorido ou perfumado, examiná-lo no calor ou no frio, observá-lo quando estamos tristes ou quando estamos felizes, e o quadrado da hipotenusa permanecerá impávido, inalterado, tal qual ele mesmo. Uma idealidade.

Já, na clínica....

Uma paciente, em uma época em que precisei desmarcar e retomar o trabalho de atendimento por várias vezes, em curtos espaços de tempo, e a quem eu dissera, por telefone, estar “com problemas em família”, me fala, furiosa: “mas *você* tem família???”.

Restos. Restos que emergem, ruidosos, em uma análise em andamento (mas que também ficam de uma análise finda), restos que

“

Se transferência
há e se o saber
psicanalítico nela
tem marca
de origem,
será que nos caberia
pensar em termos
de *demonstração*?

”

se revelam em espantos, quando o acaso toca, fazendo queimar. E há acasos quando há o múltiplo, pois onde se dispõe de uma relação de determinação estrita, o que é da ordem do acidental, do circunstancial, pode permanecer ignorado.

O saber psicanalítico, que nos remete necessariamente à transferência, aos restos, às ambivalências, à multiplicidade e aos acasos, também nos remete ao sonho e — na intimidade deste — à interpretação.

Vou seguindo com Valabrega, que retoma os sonhos, e ao pontuar que estes jamais comportam uma única interpretação, mas, sim, múltiplas interpretações, qualifica-

os, também, como portadores de mistérios. Afinal, possuem “umbigo” e, interpretados ou não, bem ou mal interpretados, eles dão origem a outros, depois a outros, depois... “O sonho, o inconsciente que é sua fonte, as origens primeiras e os fins últimos são da ordem do mistério. Acaso e mistério têm seus contatos, ou, melhor dizendo, ‘coincidências’ empíricas. Entre os dois há o enigma. (...) O enigma é decifrável, admite uma resposta. Há acasos que se revelarão, posteriormente, decifráveis e outros que permanecerão misteriosos.”¹

Eis nosso saber psicanalítico: enrodilhado em transferências, em sonhos, em acasos e mistérios e ainda, com Freud, em provisoriidade. Em dois escritos freudianos, datados de 1914 e de 1915, encontramos colocações singelas e, por isto mesmo, comoventes: revelam, sem pudores, as fragilidades que cercam a construção do conhecimento psicanalítico.

No primeiro deles Freud comenta que representações tais como as de libido egóica, energia pulsional, bem como outras desta qualidade, não são facilmente assimiláveis e poderiam ser colocadas na categoria de fundamentos, caso se tratasse de uma teoria especulativa; mas, como se trata de uma ciência edificada sobre a interpretação empírica, “de bom grado haveremos de nos contentar com uns pensamentos básicos, que se perdem em nebulosidades e apenas se deixam conceber”².

E, no outro escrito, como que em prosseguimento direto a esta linha de pensamento, encontramos que “(...) enquanto as idéias se encontram neste estado indeterminado temos de ter um acordo sobre seu significado, através de repetidas referências ao material empírico do qual parecem extraídas, mas que, na realidade, a ele se impõe (o *paradoxo* no texto analisado)”³. Neste momento, ainda estaríamos de posse de convenções, embora

não quaisquer, pois estas têm, como ponto de apoio e de retorno, a prática clínica. E Freud acrescenta que, em um crescendo de aproximações, com maior investigação no campo dos fenômenos abordados, será possível alcançar definições; prossegue, por fim, considerando que mesmo estas não devem ser tomadas como definitivas, na medida em que, com o movimento incessante do conhecimento, sucessivas mudanças deverão advir.

Depois de percorrermos incertezas, tempos trôpegos e mistérios, consideremos, por outro lado, que, de 1900 até nossos dias, muitos conceitos e idéias “básicas” que subsidiaram o edifício teórico da psicanálise permanecem mantendo “relações significativas com o material empírico”. Para ficar no mais fundamental, no conceito de inconsciente: por mais diversificadas que possam ser suas acepções pós-freudianas, permanece sendo a “realidade psíquica” para a qual se volta o saber psicanalítico. As representações de libido egóica e de energia pulsional prosseguem em plena atividade operacional teórico-clínica e, por último, não ocorreram conhecimentos inovadores a ponto de descartarmos o que Lacan denomina de “os quatro conceitos fundamentais da psicanálise”, nos quais, além do de inconsciente, está o de repetição, o de transferência e o de pulsão.

A teoria psicanalítica caminha, pois, em um contínuo interjogo entre o estabelecido e o móvel, em uma relação dialética entre o acaso e a permanência, entre os apoios essenciais e os novos conhecimentos que os questionam, sendo que estes, os questionados, passam, por sua vez, a produzir diferentemente do que antes de o serem. Para ser coerente com estas considerações, há que reconhecer que temos, sim, um (...) *saber fazer*; uma vez que algo do conhecimento permanece, temos direções, orientações e idéias-hipótese (...) *a respeito deste sujeito particular com quem nos confron-*

tamos, muito embora não seja um saber demonstrável, pois trata-se sempre, justamente, da singularidade de *deste sujeito particular*.

Haverá, então, uma ausência total de vinculações que poderiam ser colocadas em termos de causalidade, de determinação?

Embora não haja, para esta questão, respostas simples e bem acabadas, penso que podemos ensaiar ligações complexas, inclusivas, ligações que ultrapassam a

“
Por mais
diversificadas
que possam ser
suas acepções
pós-freudianas,
permanece sendo
a “realidade
psíquica” para
a qual se volta
o saber
psicanalítico.
”

certeza plena de equivalências, ou de relações unívocas causa-efeito. Indico – e apenas isto – uma via a ser investida: os estudos de Valabrega, que desbravam caminhos muito promissores. Para Valabrega, o saber psicanalítico aponta para uma causalidade outra, para “um além do princípio da causalidade”, para um conjunto imbricado de causalidades, que inclui, entre outras, uma causalidade de transferência, uma causalidade de posterioridade, uma causalidade associativa, uma causalidade *paradoxal*, e até mesmo uma causalidade do acaso⁴.

Escuto Regina, em seu suspiro curto e fundo, como ele só, de final

abrupto, como ele só, e vejo-a com os braços abandonados sobre os apoios da poltrona, vejo-a levantar apenas a mão esquerda, pousá-la no couro envelhecido, em gesto que, bem sei, significa final de conversa: “ah, faz tantos anos, vou pensar...”.

Trata-se mesmo, sempre, de pensar!

Eu agradeço. Sou grata a você, Regina, que, ao revelar-me a liberdade e a conseqüente amplidão do pensar, transmitiu-me, nesta mesma substância, o valor da interação crítica: a que não permite concordâncias fáceis, a que demanda ser passada e repassada pelo crivo próprio, a que discute.

NOTAS

1. Valabrega, Jean-Paul, “Nouveaux compléments à la théorie de la causalité: la causalité de hasard, la causalité paradoxale, la causalité itérative”, *Topique* n° 63, France, 1997. Em tradução da autora.
2. Freud, Sigmund, *Introducción al narcisismo, Obras completas*, vol. XIV, Buenos Aires, Amorrortu, p. 75. Em tradução da autora.
3. Freud, Sigmund, *Pulsiones y destinos de pulsión*, *op. cit.*, p. 113. Em tradução da autora.
4. Valabrega, Jean Paul, *op. cit.*

Renata Udler Cromberg: Para mim, é uma honra o convite para comentar estas palavras de Regina, pois me faz entrar em contato novamente com as palavras que saíram da minha boca naquele intenso momento coletivo de invenção de *Percurso* e que abrem seu primeiro número: “Regina Schnaiderman, seu poder fundador estará sempre presente na qualidade de uma força ancestral decisiva porque se fez ato.” É como reafirmação desta fundação que a comemoração do passado é invocada.

É curioso que o parágrafo que antecede, no texto de origem, o trecho escolhido para debate fala de duas realidades que neste momento estão no centro da discussão do campo político-institucional da psicanálise: a formação do psicanalista na universidade e a regulamentação da psicanálise como profissão.

Schnaiderman nega que a formação do psicanalista se faça dentro de qualquer enquadre por uma lei reguladora, exterior a ela mesma. É apenas seu grupo científico ou ideológico de pertinência que pode dar esse enquadre.

É, portanto, para justificar a não-regulamentação e a não-inserção da profissão de psicanalista (não da psicanálise) na universidade, que ela escreve o texto escolhido. Ela falará não da psicanálise, mas da particularidade do saber do psicanalista, que tem por objeto o funcionamento psíquico, que precisa ser reencontrado a cada vez, *in vivo*; não é um saber universal, geral, *a priori*, porque é singular. O analista não sabe *a priori* nada, o que ele sabe é que é capaz de levar um outro sujeito à decifração de seu texto inconsciente. O ato analítico remete ao saber do outro sobre si mesmo. Ler Freud, ser analisado, mas, sobretudo, analisar é necessário a este saber fazer.

O que está em jogo é um enquadre de formação que permita propiciar um enquadre interno em que o analista se sensibilize para a singularidade. É por isso que só analisar faz do analista um analista, pois só em sua prática ele percebe que cada história com seus arranjos fantasmáticos é única. O que há de prevalecer no analista, em todas as circunstâncias, é a preservação das condições de escuta que propicie o seu fazer saber. A teoria pode obturar a escuta, o próprio inconsciente do analista também. A própria análise e o estudo teórico precisam ser digeridos de maneira a criar os elementos de um laboratório interno sempre disponível para alimentar a escuta do analista e para fermentar a emergência da interpretação a partir da receptividade do analista às palavras de seu analisando. Assim, a formação analítica precisa propiciar tudo o que aumente a capacidade de escuta do analista. Escuta dos meandros e da polissemia das palavras que

lhe permitirá dar acesso ao fazer saber da outra cena ao seu analisando, cena originária de seu mundo pulsional.

Eu me lembro, no início da minha formação, quando Regina dizia que fazia parte da formação do analista freqüentar muito o cinema, o teatro, ler bastante literatura, que isso tudo fazia parte da formação porque aumentava a capacidade metaforizante do analista. Diríamos que é fundamental para seu lugar de

“

O que está em jogo é um enquadre de formação que permita propiciar um enquadre interno em que o analista se sensibilize para a singularidade.

”

escuta geradora do fazer saber sobre o sentido. Que é sempre construído entre dois, ao menos.

Decio Gurfinkel: Gostaria de destacar, do trecho-convite do artigo proposto para discussão, a seguinte afirmação: “a particularidade do saber do analista consiste na necessidade, tanto para o analista quanto para o analisando, de, a cada vez, reencontrá-lo *in vivo*”. Entendo que aqui Regina Schnaiderman refere-se ao que poderíamos denominar “experiência psicanalítica”, tema crucial que merece ser incessantemente relembrado e recolocado – *in vivo!*

Desde o “alinhamento”, neste artigo histórico, de alguns dos prin-

cípios que de uma maneira ou de outra têm orientado a organização de nossa instituição (Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae) e de seu braço formativo (o Curso “Psicanálise – teoria e clínica”, agora acompanhado por mais dois novos cursos), um notável movimento de *expansão da psicanálise* no ambiente paulistano e nacional têm se dado. A expansão inclui tanto o incremento de grupos e instituições voltados para o estudo, a transmissão e a pesquisa em psicanálise, quanto a emergência crescente e quase espantosa de um grande número de pessoas envolvidas com tal disciplina. O papel cumprido pelas universidades neste movimento é conhecido por todos, especialmente a partir do momento em que programas de pós-graduação e cursos de especialização passaram a ser utilizados (de modo direto ou indireto) como espaços de “ensino de psicanálise”, o que muitas vezes é confundido com a “formação de analistas” (cf. Schnaiderman). A expansão tem se dado também em termos das práticas clínicas em instituições, da ampliação do *setting* de trabalho do analista, e do estudo de diversas “patologias” não neuróticas cujo contorno psicopatológico e estatuto metapsicológico estão ainda pouco definidos (casos-limite, adições, transtornos psicossomáticos, transtornos alimentares e do sono, normapatia, etc.).

A minha preocupação pode ser assim formulada: esta expansão não traz consigo o risco de uma diluição da experiência psicanalítica? Eis um grande paradoxo da expansão da psicanálise.

Mas, afinal, o que entendemos por *experiência psicanalítica*? Esta é uma pergunta difícil, que nos deixa perdidos entre um discurso sobre o inefável e uma racionalização esterilizante. Em primeiro lugar, se trata da experiência da análise vivida pelo analisando e seu analista, impossível de ser reproduzida ou conhecida a não ser *in vivo*. Neste

sentido, ela é insubstituível e imprescindível na formação de *todos* os analistas. Esta é a segunda regra fundamental.

Ora, as coisas se complicam quando consideramos que um simples *fazer* que cumpre o ritual da análise não é garantia de tal experiência. “Fazer análise” não implica em *fazer experiência de...* A crítica à instituição da análise didática pode ser retomada deste ponto de vista: o princípio fundamental da condição para uma formação (a análise pessoal) pode tornar-se um mandato burocrático cujo ponto cego é não discriminação entre cumprimento de tarefa e experiência de análise, que é singular e não pode ser medida por parâmetros formais exteriores a ela mesma. Hoje, podemos também acrescentar o problema das “patologias da experiência”. Refiro-me a certas análises que simplesmente “não acontecem”, mesmo que o ritual seja mais ou menos cumprido ao longo de muito tempo. Os analistas têm tentado descrever e compreender esses casos através de várias conceitualizações: do ponto de vista da reação terapêutica negativa, como neuroses narcísicas, como anti-analisandos (McDougall), pacientes de difícil acesso (Joseph), intratáveis, normopatas... Afinal, reencontrar o saber do analista *in vivo* não é tão fácil!

A experiência psicanalítica é, fundamentalmente, a experiência do inconsciente. Neste sentido, podemos aproximá-la da experiência do sonhar. Creio que não têm sido suficientemente ressaltada a proximidade entre sonho e transferência, assim como a metáfora da sessão analítica como um sonho. Ora, também no campo do sonhar é fundamental distinguirmos a *função do sonhar* do *sonho enquanto objeto*; pois muitas vezes deparamos com alguns extravios de tal função, como bem assinalaram Khan e Pontalis. O sonho pode ser manipulado como um objeto à maneira de uma acrobacia intelectual, ou

ser utilizado como um objeto interno-coisa – fim em si mesmo – que exclui qualquer potencialidade de abertura ao outro. Nesta perversão da função onírica, o sonho se torna um objeto-fetiche. Como sugeriu Pontalis, estamos diante de mais um “fazedor de sonhos”. Em certos casos, não chegou a se constituir um “espaço de sonho”, e há uma lacuna no sonhar como experiência. A experiência psicanalítica, tal qual o sonhar, envolve, do meu ponto de

“

Também
no campo do sonhar
é fundamental
distinguirmos
a função do sonhar
do sonho
enquanto *objeto*.

”

vista, uma *viagem ao informe*.

Creio ser uma tarefa da maior importância resgatarmos o lugar primordial da experiência psicanalítica na formação dos analistas. Em primeiro lugar, reiterando a exigência incontornável da análise pessoal; mas não apenas como um cumprimento burocrático, e sim como a exigência radical de um mergulho nas profundezas da experiência subjetiva, em um encontro com os próprios demônios. Exigência, aliás, a ser recolocada no dia-a-dia de cada analista, mesmo após o fim de sua análise. (Aliás, como podemos falar em ser analista sem refletirmos sobre o que entende-

mos por fim de análise?). Até que ponto tal exigência é hoje abraçada na sua radicalidade? Em segundo lugar, há que se investir no espaço de supervisão enquanto lugar para se lapidar e discutir a experiência da análise. Penso que cabe ao supervisor a responsabilidade ética de transmitir, na medida do possível, a *sua* experiência; do contrário, corre-se o risco de um “fazer” supervisão didaticamente, passando ao lado da coisa analítica. No afã de rechaçarmos certas formas devido a seu suposto teor ideológico e normatizante – tais como a análise didática e a maltratada análise-padrão –, não estamos jogando fora o bebê com a água suja – sendo o bebê a própria experiência psicanalítica?

Por fim, no trabalho de leitura dos textos-fonte do saber psicanalítico – cujo repertório deve ser ampliado para além de Freud – a questão também se coloca. A leitura teórica e filosófica dos textos psicanalíticos que abunda nos meios universitários por vezes se dá de modo absolutamente divorciado da experiência psicanalítica, produzindo uma verdadeira *perversão da formação* – da mesma maneira que qualquer sonho pode ser tomado como um objeto, e utilizado absolutamente descolado da função onírica que o anima e lhe confere um sentido singular e subjetivado. Ler, transmitir e escrever não devem ser tarefas de uma mente dissociada alojada em um falso si-mesmo analítico, como diria Winnicott. O *fazer* analítico só se torna vivo e autêntico quando fundado sobre um *ser* psicanalítico.

Cuidar para não nos tornarmos “fazedores de psicanálise” – malabaristas intelectuais ou gozadores auto-eróticos da psicanálise enquanto objeto. Este é o recado da experiência psicanalítica: a particularidade de um saber *in vivo*. ■

Errata número 34

Devido a um lamentável equívoco, na página de rosto do artigo “A urgência e o poder da fala dentro da análise: trauma e construção da subjetividade – reflexões a partir de um caso” só saiu o nome de Sandra Lorenzon Schaffa. O artigo, porém, foi escrito em co-autoria por ela e por José Martins Canelas Neto. Aos autores – e aos nossos leitores – pedimos desculpas por esta falha.

Vídeo e DVD

Encontra-se disponível na Secretaria o registro visual do evento “*Freud, Pensador da Cultura – Vinte Anos Depois*”, realizado em agosto de 2005. Dele participaram Marilena de Souza Chauí, Luis Cláudio Figueiredo, Silvia Leonor Alonso e Renato Mezan. Cópias deste material podem ser solicitadas na Secretaria de Cursos, com Rose, pelo telefone (011) 3866-2730.

Livro sobre a história do Departamento

Está em fase final de revisão o livro que conta a história do nosso Curso e do Departamento a que ele deu origem. O lançamento, previsto para o início de 2006, será avisado a todos os nossos leitores por e-mail.

Outros livros publicados pelo Departamento de Psicanálise

As coletâneas de trabalhos provenientes dos colóquios realizados pelo Departamento de Psicanálise podem ser adquiridas no Sedes. Ao comprovar que é assinante de *Percurso*, você terá um desconto de 10% sobre o preço de capa. Encontram-se disponíveis: *Freud, um ciclo de leituras*, *A clínica conta histórias*,

Figuras clínicas do feminino no mal-estar contemporâneo, e *Colóquio Freudiano – Teoria e Prática da Psicanálise Contemporânea*.

Psychoanalytic Abstracts

Estão disponíveis na Biblioteca do Sedes os números recentes deste índice, que contém resumos de artigos publicados por quarenta revistas americanas, inglesas, francesas, italianas, alemãs e de outros países, inclusive *Percurso*. Também traz resumos de livros, capítulo por capítulo, tudo distribuído por temas e muito bem organizado. Para quem pesquisa na área de Psicanálise, é uma mina de informações e de idéias. Altamente recomendado!

Percurso na Internet

O site da revista - www.uol.com.br/percurso - agora renovado e mais fácil de navegar - está à disposição dos leitores e do público em geral. Nele você encontrará:

- os sumários de todos os números até agora publicados;
- o texto integral dos números 2, 3 e 17 de *Percurso*, esgotados na forma impressa;
- muitos artigos, resenhas e entrevistas, do número 19 até o 34, disponíveis gratuitamente para *download*;
- o Índice Temático dos números 1 ao 29 (veja abaixo mais informações);
- a transcrição editada de diversos debates entre autores/leitores (o último, realizado sobre o número 34, estará disponível em breve)
- mais de vinte links com revistas nacionais e internacionais e com sites de grande interesse, como o *Index Référentiel des Séminaires de Lacan* e outros.

O site pode ser facilmente acessado através da homepage da UOL: vá em *Revistas* e, sob a rubrica Saúde, clique *Percurso*. Boa navegação!

Índice Temático

Está sendo preparada a sexta edição do Índice Temático de *Percurso*, que cobrirá os números 30 a 35. Devido ao grande volume de material que compõe o caderno atual (números 1 a 29), desta vez faremos um novo caderno, a fim de que o Índice continue manejável. Contudo, na versão eletrônica, as novas entradas serão simplesmente acrescentadas às já existentes, de forma a oferecer um panorama completo do que a revista publicou desde o seu início.

O índice é uma ferramenta de pesquisa oferecida por *Percurso* a seus leitores, pois acreditamos que um bom artigo de Psicanálise tem “interesse permanente”: um texto escrito em 1990 ou 1995 pode ser precisamente aquilo de que você necessita para apoiar um argumento, preparar uma aula, um capítulo de tese, um seminário, ou simplesmente informar-se melhor sobre um tema em que deseja se aprofundar. Estabelecemos *cem rubricas de assunto*; cada artigo, entrevista, resenha e debate que publicamos desde 1988 foi catalogado sob diversas rubricas, segundo os temas que aborda. Isto permite encontrar imediatamente os textos que possam interessar a você.

O Índice faz parte do site de *Percurso* na internet (www.uol.com.br/percurso). Para consultá-lo gratuitamente, basta clicar o botão *Índice Temático*.

Estamos em festa: 20 anos de Departamento de Psicanálise, 35 números de *Percurso*, 27 números nos quais o Grupo de Resenhas se consolidou dentro do corpo editorial da revista, com o intuito de diversificar o espaço editorial de *Percurso*.

Consoante com princípios que regem o Departamento de Psicanálise, pluralizar, dar lugar às mais diferentes vozes e correntes da psicanálise tem sido nosso norte, nossa espinha dorsal.

O grupo, que nasceu como Grupo de Resenhas, hoje Conselho Editorial de Resenhas, vê-se gratificado pelo reconhecimento e pela importância do trabalho que se fortaleceu na revista, além da contribuição que vem prestando para o debate dos temas psicanalíticos contemporâneos no Brasil.

Falamos de uma psicanálise que “se recusa a ser relíquia” (Hornstein, 2004), que reverencia, sim, o

pai-fundador, mas que se autoriza a reconhecer todos aqueles que problematizam os fundamentos e trajetórias singulares de pensamento.

Em 1988, ano do lançamento da revista, foram resenhados dois autores franceses que chamavam a atenção para a dissolução do dogmático e para o lugar da alteridade na constituição do sujeito.

Em 2005, pela mão das primeiras resenhadoras, ressalta-se o alcance de Leituras, em que informação e formação têm podido se expandir e intensificar, enfatizando também o crescimento do campo editorial do país, através da produção autóctone.

Temos aí, materializada, nossa forma de entender o trabalho dessas leituras resenhadas: um diálogo, um encontro entre autor, resenhador e leitor, no qual se permita pensar uma psicanálise transformada e transformadora.

Uma seção plural

1988, mês de novembro: comemora-se, festivamente, o primeiro número de *Percurso*.

No ato inaugural, tomada de emoção, vejo surgir, de dentro das máquinas, uma folha, outra folha, depois outra... as primeiríssimas folhas impressas.

A revista existe!

Duas “leitoras” escrevem: duas leituras na sessão que leva este nome; duas integrantes do Conselho Editorial de então, Renata Cromberg e eu. Afinal, era preciso começar e os “da casa”, que faziam parte do primeiro grupo responsável pela revista, se fizeram anfitriões, aguardando a vinda de outros articulistas. E outros foram vindo.

Percorrendo os números seguintes da revista, vemos que, até o número 9, há duas — quando não apenas uma — “leitura”. A sessão, mantendo seu objetivo, mesmo nesse número de uma só leitura, chamou-se LEITURAS.

LEITURAS: um plural.

Mas....será que mais outras chegarão?

Chegaram. De início uma a uma, depois aos pares. A sessão LEITURAS duplica. E depois vieram mais e mais; e assim tem continuado a vir, até este momento, quando se comemoram os 35 números de existência de *Percurso*.

LEITURAS, a meu ver, vem buscando ter uma dupla contribuição: a informativa

e a formativa. Informação e formação caminham juntas, e juntas chegam aos leitores da sessão, mas é possível — e esta é minha intenção — tentar destacá-las.

O informativo é o mais óbvio, é o objetivo mais manifesto e assumido da sessão: oferecer contato com um volume de trabalhos e de autores que dificilmente poderiam ser obtidos isoladamente, por cada um de nós, dada a prolixidade do campo editorial. O informativo é mais pontual e localizável — ficamos sabendo da existência de tal e tal livro, com tal e tal temática. Mas não se trata apenas de uma questão numérica, embora também o seja. O numérico vem acompanhado de uma

grande variedade de procedências: os articulistas provêm de diferentes formações, de diferentes estados do país, de diferentes instituições e de diferentes experiências clínicas, oferecendo, ao leitor da sessão, um contato com um conjunto variado de leituras, de diversos modos de apreensão, de aproveitamento e de problematizações dos livros enfocados.

LEITURAS: um plural.

O aspecto formativo é menos diretamente acessível, mais implícito, e requer um trabalho para que possa ser identificado.

O nome da sessão — LEITURAS — marca uma diferença para com resenhas/resenhar. Resenha, no dicionário: relatar minuciosamente, enumerar partes. “Resenhas” transporta uma conotação de neutralidade e isenção, que corresponderia bem ao aspecto informativo. Por outro lado, LEITURAS, ao menos no “dicionário” de PERCURSO implica em: muitas possibilidades, análises e comentários com envolvimento e investimento

pessoal de quem escreve; textos libinizados. Textos assim, onde quer que se encontrem, tem, potencialmente, o efeito de mobilizar aqueles que os lêem, abrindo trilhas, arando territórios psíquicos, propiciando que ocorram associações próprias.

O desejado aporte formativo, em essência, é o que funciona acionando este processo. Um processo que não deixa de guardar algo de misterioso.

“De onde ela vem?!

De que matéria bruta

Vem essa luz que sobre as
nebulosas

Cai de incógnitas criptas
misteriosas

Como estalactites numa
gruta?”

Augusto dos Anjos,
nos versos do soneto “Idéia”¹.

Há algo inapreensível nesta luz que *cai*...

O poeta, brasileiro, parai-bano, publica estes versos no ano de 1912.

Por volta desse ano, em outro canto do mundo, Freud escreve sobre a memória, o sonho e o sintoma, guiado pela idéia de *einfall*: a associação, a associação livre, a ocorrência, o circunstancial, o acaso, o que acontece e — em seu acontecer — conduz ao coração da dor e do sofrimento neurótico.

LEITURAS

Einfall: cair, cair para dentro.

De onde cai? De que *matéria bruta*?

Restos diurnos, a água sem a qual não se formam estalactites-sonhos, com suas formas intrigantes?

Redes de associações, até então *incógnitas*, que correm em nossas galerias subterrâneas?

Ao longo destes anos, equipes de colegas têm reiterado o propósito de que LEITURAS possa oferecer tramas associativas, a *matéria bruta* que, ao cair em quem a encontra, provoque movimentos na faixa *nebulosa*, na penumbra – limiar onde processos primários se enredam nos secundários, gerando criações, fornecendo combustível para a usina de pensamentos. Uma fabricação que, como Freud e o poeta Augusto nos ensinam, sempre guardará uma franja de enigma...

Assim, em 1988, arquitetamos nosso projeto para LEITURAS e assim ele prossegue, se trabalhando, a cada vez em

que folhas recém-impressas anunciam um novo número de *Percurso*.

LEITURAS: um plural.

O formativo também ocorre do lado de quem comenta um livro. Ao fazer a sua leitura, aquele que escreve realiza algo bastante específico, que distingue o seu olhar daquele que teria se estivesse lendo o livro sem o objetivo da escrita/transmissão para outros. Cada pequeno trecho, cada idéia exposta pelo autor ganha um relevo especial, pois será relacionado com outros fragmentos, acompanhado em seu desdobramento, cotejado. Para quem escreve sobre o que lê, o lido ganha uma nova geografia, na medida em que o caminho é seguido na companhia do autor, em um trabalho

de identificação com formas de pensar que não as suas. O articulista passa por um processo formativo intenso, no empenho que faz de apreender — para concordar, questionar ou discordar; ao incitar o nascimento de idéias alheias, as suas próprias se põem em ágil movimento.

E porque houve e há este empenho de formar/formando, que vislumbrei LEITURAS habitando entre as linhas desta lenda.

Uma lenda judaica.

Deus convidou um Rabino para conhecer o céu e o inferno. Ao abrirem a porta do inferno, viram uma sala em cujo centro havia um caldeirão onde se cozinhava uma suculenta sopa.

Em volta dela, estavam sentadas pessoas famintas e desesperadas.

Cada uma delas segurava uma colher de cabo tão comprido que lhe permitia alcançar o caldeirão, mas não suas próprias bocas.

O sofrimento era imenso.

Em seguida, Deus levou o Rabino para conhecer o céu.

Entraram em uma sala idêntica à primeira, havia o mesmo caldeirão, as pessoas em volta, as colheres de cabo comprido.

A diferença é que todos estavam saciados.

– Eu não compreendo, disse o Rabino, por que aqui as pessoas estão felizes, enquanto na outra sala morrem de aflição, se é tudo igual?

Deus sorriu e respondeu:

– Você não percebeu? É porque aqui eles aprenderam a dar comida uns aos outros...

LEITURAS: um plural.

NOTAS

1. Augusto dos Anjos, *Eu e outras poesias*, São Paulo, Martins Fontes, 2001.

Janete Frochtengarten é psicanalista, membro do Depto. de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae.

Bem-vindos os pensadores, quaisquer que sejam as suas proveniências, quaisquer que sejam as eleições de seus lugares de pensar, que no próprio processo de pensamento fazem do insólito uma presença viva.

Recém-banhada no texto lido, assim comecei, para me dar conta que começo pelo que poderia ser o fecho (e de que efeito!) deste artigo. Penso que isto já tem a ver com o livro, tanto quanto o título do artigo. Desta forma: Stein, ao falar sobre o capítulo VII da *Interpretação dos sonhos*, detém-se num sonho relatado por Freud, que lhe foi por sua vez relatado por uma paciente, que ficou sabendo dele (sonho) durante uma conferência sobre sonhos... E diz Freud: "ele (o sonho) impressionou esta senhora em virtude do seu conteúdo, pois ela não deixou de "re-sonhá-lo", ou seja, de reproduzir elementos do sonho em seu próprio sonho, para expressar por meio dessa transferência uma concordância sobre determinado ponto". Bem, penso que eu fiz uma transferência sobre um determinado ponto do livro de Stein e o "re-sonhei". E ao fazê-lo, sem perceber, me identifiquei com coisas lidas, nas quais o que é o começo e o que é o fim é recolocado em termo que nada tem a ver com o começo e o fim daquilo que é convencionado a sê-lo. Quando Stein fala da própria análise (a auto-análise) de alguém, diz dela que já pode ter se iniciado antes da instalação da análise com um analista, que se mantém bem ou mal durante o processo desta análise e que perdura indefinidamente para além dele.

A generosidade de um convite ao insólito

Resenha de Conrad Stein – o livro
O psicanalista e seu ofício,
São Paulo, Escuta, 1988, 215 p.

O começo e o fim de uma análise feita a dois significam algo, mas não são necessariamente começo e fim do processo de "estar em análise".

Eu, que na condição de intérprete, me apropriei, sem percebê-lo, desta revolução nos tempos oficiais, comecei como comecei, para depois, adiante na leitura do livro, deparar com a palavra "insólito", que já, com anterioridade, tinha me surgido para o título do artigo...

Coisas da identificação, coisas da transferência, coisas do intérprete que "re-sonha"... do intérprete que sou eu, neste momento, sem dúvida identificada com Stein (que nem sequer conheço), numa transferência amorosa que fiz transferencialmente comum a ambos, sobre a psicanálise...

E nem apresentei ainda Conrad Stein ao leitor: é um psicanalista francês, pela primeira vez traduzido entre nós; é membro titular da Société Psychanalytique de Paris, tendo publicado textos desde 1958 até a atualidade, onde seus pensamentos continuam a ser prodigamente oferecidos em seus escritos.

Quero me deter agora no "determinado ponto", no qual ancorei minha transferência.

É a meu ver um ponto que atravessa todos os textos coligidos, que se situam num intervalo de tempo de 25 anos, e que encontrei explicitado numa nota de rodapé.

É quando Stein (p.55), ao falar que Freud, na ausência de interesse pelas questões da filosofia das ciências, se "permitiu prosseguir a sua obra sob o domínio daquilo que, no fim de sua vida, ele denominará, 'nossa imperiosa necessidade de causalidade', sem ter de se perguntar muito se sua necessidade não era mais satisfeita pelo pensamento selvagem, criador de mitos de origem, do que pelo pensamento científico, formador de leis; assim pôde ele manter até o fim, sua nostalgia da ciência sem cair na ingenuidade do dogmatismo pseudocientífico".

O livro, para mim, é percorrido por isto: a constante atenção para a dissolução do dogmático, através da irrupção do selvagem, do pensamento preguiçoso, do insólito, do que surpreende, embora hoje em dia seja inviável desconhecer a filosofia das ciências. E é mesmo assim, na sua presença, que o selvagem sobrevive. "ça n'empêche pas d'exister"...

Antinomias, paradoxos, contradições são olhados com carinho, como nós instigantes

nos quais o pensamento se retorce, se dobra por sobre si mesmo e se revitaliza trabalhando... trabalhando preguiçosamente (por paradoxal que isto pareça).

É por onde Stein trabalha: desdobrando os nós, com delicadeza, ora em duplicidades, ora em feixes de idéias, mas não desatando-os numa dura exigência pseudocientífica de linearidade.

Embora eu veja a presença constante desta motivação sob os vários textos, quero ressaltar ocasiões onde isto se faz manifestamente muito claro.

Quando Stein, no último artigo do livro, usa a expressão liberdade obrigatória, usa-a mantendo a antinomia e explicitando-a.

Assim: ao analisar uma seqüência da análise de uma paciente sua, fala da consequência escandalosa do pensamento freudiano sobre a transferência: "o tratamento supõe que o sujeito obedecerá à convocação que se lhe faz para usar da liberdade que o médico lhe outorga". O escandaloso: é o psicanalista que fascina o paciente por um logro, a sedução que o leva a obedecer à convocação – ou seja, que o leva a ter suficiente complacência para respeitar as condições de existência do tratamento. O paciente se engaja, então, com mais ou menos ciência disto, num estado de liberdade obrigatória no qual o analista lhe impõe que use sua liberdade de repetir compulsivamente, ao mesmo tempo em que respeite as condições para que o tratamento

possa existir (portanto, que não repita compulsivamente).

A própria escolha de título para o artigo que no livro é o XIV, é um enunciado antinômico: “Sobre um amor que obstruiria o amor”.

Quando Stein aborda a questão da transferência, não aceita uma “visão das coisas” que lhe parece “por demais fenomenológica para não mascarar o essencial”. O essencial seria este nó: o termo transferência designa ao mesmo tempo um mecanismo psíquico e certas manifestações de que este mecanismo pode dar conta. Sendo assim, isto se presta a pensar que há uma transferência sobre o psicanalista e uma transferência sobre a psicanálise. A primeira é a condição de existência do próprio tratamento, e seu destino é ir perdendo a nitidez durante o mesmo. A segunda se instala mais ou menos progressivamente, vindo a fornecer o principal suporte do prosseguimento do trabalho no além das sessões. Mas aí Stein introduz uma diferença tal que permite o desdobramento em “transferência” e “transferências”. É a mobilidade das transferências que permite a continuidade do trabalho analítico por conta própria – capacidade esta que se exerce idealmente num palco infinito. Quanto à transferência (singular), ela designa uma disposição durável a operar de modo privilegiado e bastante manifesto, transferências sobre um suporte

único, constituído pela pessoa do psicanalista.

Stein não driblou o nó que criava a dificuldade de pensar discriminadamente em duas realidades diferentes, pois isto levaria a uma dualidade fácil e falsa do tipo: há duas transferências. Ele se aproxima do nó e, ao analisá-lo, faz um outro desdobramento do qual se produz uma dualidade: singular e plural; há transferência e transferências. Esta dualidade não é fenomenológica, não é operativa e mobiliza, para ser formulada, bem mais trabalho psíquico.

Stein, falando sobre a “evidente” inveja do pênis, fala do sonho de uma paciente como sendo “demais evidente”, o caráter de evidência funcionando como defesa de um desdobramento outro. A evidência do sonho seria para que só haja reconhecimento do desejo de ter pênis e nenhum outro. Mas Stein não fica na evidência e se pergunta: por que queria ela ter um pênis, para fazer o quê? E, pela própria pergunta posta, vai se aproximando de que o desejo de ter um pênis era um substituto da busca da mãe e “esta relação de substituição pareceu-me mais essencial quanto à interpretação da inveja do pênis do que a relação de condição” (na qual há dois desejos unidos por um laço tal, que a realização de um é a condição da realização do outro; no caso, quero ter um pênis para ser amada pela minha mãe).

E lá vai o autor, com seu pensamento ágil, furtando-se a usar expressões que foram tão usadas e abusadas que ficaram esvaziadas (como a “neutralidade” do psicanalista)

e para tanto inventando linguagem, furtando-se a tomar um símbolo onírico na sua associação simbólica única, lembrando que o símbolo em si é condensação e que, conseqüentemente, aponta para saídas múltiplas; furtando-se a entrar no universo do absoluto – “não se pode ser psicanalista submetido a um imperativo”, “não podemos ser analistas de modo absoluto”, uma vez que o analista também está imerso numa “atitude de pensamento que depende dos mesmos princípios que, do lado do paciente, são os da resistência – a resistência é uma exigência da vida – donde resulta que um pensamento puramente psicanalítico é um ser mítico”; lá vai o autor depondo, com a força do seu pensar, contra as ilusões científicas, contra as formulações de regras, mesmo quando estas se encontrem no próprio texto de Freud (a regra relativa às falas nos sonhos), contra as auto-evidências (o dever do supervisor é por suposto eliminar candidatos a analistas que são candidatos “perversos”).

O autor, que opta a favor de um enunciado de uma verdade antes que a favor da formulação de uma regra, que traz o insólito não só nas antinomias, mas também quebrando os “matter of

fact” que se consolidam em determinadas instituições de formação de analistas, nas quais a representação da pertinência à Instituição deixa de ser equivalente de um produto de fabulação para ser um fato, que se cristaliza como fato, quando se pensa no próprio analista como membro do corpo constituído no qual se quer obter habilitação.

Lá vai Stein, navegando, através dos vários textos, desviando-se das explicações cômodas, frutos de leis de proporção, que surgem quando, por exemplo, ao falar dos benefícios secundários da neurose, se pensa numa ordem do mensurável: o benefício, comparativamente ao sofrimento causado pela neurose; desde aí, um fracasso terapêutico ficaria na coluna dos benefícios secundários, de um desejo inconsciente de não se curar.

Lá vai o autor, situando a psicanálise, não numa coluna à margem da vida, mas na própria vida e recusando-se também a permitir que o psicanalista fique à margem das instituições, formais ou não, tomando as suas distorções como fatos incontestáveis; colocando o psicanalista no centro da questão, tendo certeza de que “um psicanalista pode melhorar sensivelmente suas condições de trabalho, se compreender as implicações da pertinência a uma comunidade psicanalítica” e “melhorá-las também se compreender as implicações da pertinência, quer queira, quer não, a uma comunidade terapêutica”.

Mas tudo isto consegue não ser pesado, por mais responsável e trabalhoso que seja, pois, de dentro de um pensar preguiçoso, o texto se abre em humor e em inesperados. A imagem que se forma para mim é a de um psicanalista que se declarando, com ironia, um bom menino, de bom comportamento, aponta justamente para o contrário; forma em mim uma figura de alguém que acolhe muito bem, até mesmo com volúpia, a sua criança sempre viva; as suas travessuras se mantêm na sua escrita.

Uma escrita na qual vivi o prazer do texto, o prazer do chiste, fluidificando o que poderia ser árido e hermético. Uma leitura que foi suscitan-

do em mim a curiosidade de seguir o autor no que parecia, em muitos momentos, um jogo de esconde-esconde – onde iria ela aparecer agora? – me divertindo e criando uma expectativa alvoroçada. Só que neste jogo de esconde-esconde, quando eu o achava, na realidade o encontrava, pois eu era guiada imperceptivelmente pelas suas próprias mãos, tão leves, que me davam a ilusão de uma descoberta quando, em verdade, se tratava de um ir ao encontro. Neste jogo houve também momentos de frustração, de irritação de desencontro – eu não achei o autor, ou porque havia “pistas” que eu não vi, ou porque não vi a questão que instaurava o jogo. Quem sabe, um dia...

Uma leitura na qual houve ocasiões de risco escancarado. Quando Stein fala que ficou como um idiota, “indiferente”, frente a uma paciente que ameaçava arremessar-lhe a almofada na cabeça, eu me vi, tantas vezes idiota... E ri o riso de quando se consegue rir

de si mesmo. Ri solto, também na definição que Stein faz da escuta analítica (expressão que já está se transformando na ordem do mítico, na fala dos psicanalistas) como ouvido mesmo, que “mais freqüentemente do que o analista gostaria é um órgão simultaneamente ativo e seletivo, um ouvido que procura”. A imagem de um ouvido por aí, procurando ouvir...

Momentos de prazer do riso, de riso de prazer de romper com um projeto de analista ideal que por vezes invisto em mim mesma... acreditando-o realidade.

Aplico ao livro o que o autor fala da psicanálise “mais longe, além do término do tratamento (do livro) não há fim, não há realização, somente uma obra que testemunha a virtualidade indefinida de uma realização”.

É isto aí.

Mas o indefinido não justifica a absolutização do relativo, no qual caberiam com tranqüilidade jogos de palavras que, ao invés de apontarem para o mais além, se tornam circulares. O que “salva” o autor de cair no mito do eterno selvagem é a clínica. A clínica é soberana; ela detém, na concretude de seu próprio corpo, as cadeias associativas, a rigor infinitas; impedindo um desenvolvimento de abstrações sempre crescentes, carnalizando; ao mesmo tempo em que ela, sempre ela, é quem dispara as associações. O começo e o fim coincidem...

Portanto, leitor, volte, por favor à afirmação exclamativa que abre este artigo, para finalizá-lo por si mesmo, uma vez que minha verborragia amorosa parece não cessar...

Janete Frochtengarten é psicanalista, membro do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae.

Obra de Jacques Lacan é daquelas que não podem ser ignoradas. Seus efeitos estão longe de poder ser reduzidos meramente aos consultórios psicanalíticos e à *entourage* institucional que os cerca. Através da sua penetração cultural, criou-se uma poeira mitológica que, se é o desdobramento inevitável de um pensamento contundente, faz obscurecer, pelos efeitos que produz, a própria obra do autor. Será que há algo no movimento que percorre o pensamento de Lacan que produza efeitos tão dogmáticos como os que produziu?

Neste contexto, a tradução do livro de Bertrand Olgivie, *Lacan, a formação do conceito de sujeito (1939-1949)* é muito bem-vinda. Como o próprio título aponta, este filósofo francês nascido em 1952 faz um recorte do início da obra de Lacan. A leitura da tese de medicina ("Da psicose paranoíca em suas relações com a personalidade") e dos trabalhos que dela dependem se impôs como decisiva tanto por esclarecer o contexto teórico

Lacan rumo à psicanálise

Resenha de Bertrand Olgivie,
Lacan, a formação do conceito de sujeito (1932-1949), Rio de Janeiro, Zahar, 136 p.

no qual Lacan efetuava certas escolhas, devolvendo-lhe assim sua significação histórica, como porque já continham o essencial da problemática por vir, podendo, portanto, ser considerados tanto uma via de acesso à obra como uma chave de leitura.

Arqueologia

Olgivie faz uma arqueologia das questões que animaram Lacan. Seu percurso é, ao mesmo tempo, histórico e conceitual. Se Lacan vai inicialmente se dedicar a responder questões colocadas antes dele pela psiquiatria, é a partir deste e da filosofia que vai formulando suas próprias questões. Sua relação inicial

com a psicanálise é apenas lateral, o que marcará nos seus trabalhos posteriores uma problemática e um estilo de questões bastante peculiares.

Assim, a exposição segue uma dupla direção: por um lado, tentar restituir a história do percurso lacaniano; e, por outro, apenas em filigrana, colocar alguns marcos referentes à significação para a filosofia da teoria lacaniana. Mas que não se assustem os que olham com desconfiança a junção da psicanálise com a filosofia, pois não se trata, no caso do livro, de discussões empoleiradas sobre

a psicanálise em geral ou a obra de Lacan em particular. Olgivie repudia a idéia de um privilégio ordenador da filosofia sobre a psicanálise. Neste sentido, seu estilo claro ajuda a impedir mal-entendidos. Os filósofos são convocados no seu texto de duas maneiras: para historiar as questões de Lacan, colocá-las no contexto teórico em que este efetuava suas escolhas ou, na medida em que é Lacan mesmo quem os convoca para formular suas próprias questões, buscar o vocabulário que precisa, livre para fazer dele um uso muito pessoal.

Apesar de ser muito mais interessante deixar a psicanálise colocar suas próprias questões, Olgivie procura saber o que ela faz quando encontra problemas de uma semelhança espantosa com os dos filósofos. É o caso da questão do sujeito, que Lacan repõe com meios próprios na busca de identificar a causalidade psíquica em particular.

Assim Foucault e Canguilhem auxiliam o autor a situar o contexto onde emerge a palavra delirante. Incompreendida pelo olhar organicista, ela será ouvida atentamente por Lacan, que buscará o que ainda o sujeito falante, ativo, reivindica. Inventando novos conceitos rumo a uma "objetividade do subjetivo", é num

terreno novo que a psicose vai aparecer, necessitando ser compreendida no contexto social que lhe dá significação e pelo conflito vital disposto pela família em sua tensão original.

Mas para abrir um novo continente e aplicar-lhe um modo de conceitualização diferente, é preciso uma “revolução teórica na antropologia”. Esta será remanejada e mobilizada para apoiar a teorização da estrutura psíquica do indivíduo, e constitui o horizonte de inteligibilidade da psicologia concreta que Lacan quer afirmar. Os elementos deste remanejamento são extraídos da sociologia, etologia,

lingüística e da própria filosofia política.

Encontro com Freud

É somente na terceira parte do texto que Olgivie descortina o encontro de Lacan com Freud. Antes, porém, faz questão de destacar a originalidade do projeto lacaniano, que consiste em abordar a questão da determinação própria do psiquismo pelo viés da trama filosófica que ela representa. É este ponto de vista, do qual Freud se manteve cuidadosamente à distância, que vai dar o aspecto particular da obra de Lacan, indissoluvelmente técnica e filosófica. Ele nunca elabora conceitos destinados à compreensão do que se passa nas curas e sua condução sem destacar, ao mesmo tempo, as repercussões no campo filosófico. A invenção do conceito de

“estádio do espelho” é o ponto fixo que Lacan precisa para se engajar num caminho que o fará retomar pouco a pouco a obra de Freud, deslocando-a. A partir daí torna-se possível o retorno a Freud. Entre 1932 e 1949, Lacan procura de alguma forma tornar-se freudiano. Se, até a tese, ele demonstra que a gênese do sujeito parte do exterior, “o estádio do espelho” mostra que a questão do sujeito se inaugura nele mesmo.

Se o trabalho efetuado por Olgivie faz emergir a necessidade intrínseca do dogmatismo, do materialismo e do determinismo no pensamento lacaniano, a clareza do seu estilo de análise, problemati-

zador e nada dogmático, concede ao leitor o privilégio de encontrar um terreno profícuo para articular suas próprias questões, sem estar preso a dogmatismos, sem necessitar estar “por dentro” de modismos da escola. Olgivie recupera a velha idéia de que o rigor de um pensamento se segue pela trajetória das questões que o animam. Pois “ele não surge do nada e seu destino não é o milagre”. Trata-se, pois, de baixar a poeira mitológica para que a palavra possa recuperar sua luz essencial.

Renata Cromberg é psicanalista, membro do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae.

Este texto foi publicado no jornal *Folha de S. Paulo*, em maio de 1988, e na revista *Percurso*, n.1.

Que (rei) sou eu ?

Resenha de Fabio Herrmann, **A psique e o eu**, São Paulo, Editora HePsyché, 1999, 220 p.

“Convém dizer-lhes que, desde que ficara só, não olhara uma só vez ao espelho. Não era abstenção deliberada, não tinha motivo; era um impulso inconsciente, um receio de achar-me um e dois, ao mesmo tempo, naquela casa solitária; e, se tal explicação é verdadeira, nada prova melhor a contradição humana, porque ao fim de oito dias deu-me na veneta de olhar para o espelho com o fim justamente de achar-me dois. Olhei e recuei. O próprio vidro parecia conjurado com o resto do universo; não me estampou a figura nítida e inteira, mas vaga, esfumada, difusa, sombra de sombra. A realidade das leis físicas não permite negar que o espelho reproduziu-me textualmente, com os mesmos contornos e feições; assim devia ter sido. Mas tal não foi a minha sensação. Então tive medo; atribuí o fenômeno à excitação nervosa em que andava; receei ficar mais tempo, e enlouquecer.”¹

Nessas palavras pronunciadas pelo personagem de Machado de Assis no conto “O espelho – um esboço da nova teoria da alma humana”, escrito em 1882, podemos constatar a intensa inquietação que nos alcança quando somos confrontados com nós mesmos: Afinal, quem sou eu? Este que me mostram, me reconheço como sendo eu mesmo? Sou uno, sou vários? Figuras que se desdobram, “esfumadas e difusas”...

Ao tomá-las como uma primeira aproximação do livro *A psique e o eu*, de Fabio Herrmann, deparamos com o mesmo foco: o Eu, discutido em ambos os textos, com entrecruzamentos gerados a partir do lugar do qual cada um desses autores fala. O conto discute a relação entre ser e parecer, entre desejo e

máscara ou disfarce, aspectos que também são considerados e analisados por Herrmann. Relata a experiência de um jovem que vê sua vida mudar ao alcançar o posto de alferes, para em seguida viver uma crise de identidade (descrita no trecho inicial que abre esta resenha) ao se ver só, numa casa. Ocorre, então, uma mudança de patamar de consciência de si deste personagem – narrador diante do espelho, quando, a partir do momento em que veste a farda de militar e se mira, passa de uma alma ingênua para uma máscara-disfarce-adulta.² Mostra, segundo a ótica machadiana, a impotência psíquica quando o indivíduo é desamparado do olhar consensual do outro, presentificado na tia ausente, aquela que o obsequiava por ser alferes. Sem isso, a “alma interior” é uma alma esgarçada, “enigmática e indecifrável”, num indivíduo antes “autômato”, agora “um ente animado”.

Grande observador que ironizava a sociedade provinciana de sua época, sutil, Machado de Assis já tinha por suporte da chamada interioridade o olhar do outro, primeiro espelho. Não basta vestir a farda; é preciso que os outros a

vejam em toda sua extensão: o *status* e a identidade que confere, o papel e a função militar numa época em que ocorria a guerra do Paraguai. O espelho reproduz, assim, o sentido do olhar que falta: sem a farda, não és. “O alferes eliminou o homem.”

Por outras vias, o psicanalista Fabio Herrmann tem chamado atenção, em seus escritos, para a importância do real humano, aquilo que nos constitui, a cultura, como um sistema gerador de sentidos. A própria noção do eu está relacionada ao modelo de psiquismo e da relação sujeito – realidade, sendo a realidade mesma uma criação subjetiva, uma representação, uma forma que o sujeito imprime, num mundo já assim marcado pela presença do humano. Uma primeira duplicação de si.

O livro *A psique e o eu* constitui um ensaio crítico-conceitual da noção psicanalítica do eu. É dirigido principalmente aos profissionais da área que aspiram a uma sólida formação, para os quais é particularmente útil, mas também aos que se interessam pelo tema, dada a forma como é

discorrido. Quem conhece os textos desse autor acostumou-se a se deixar levar por um pensamento sofisticado, denso. Talvez pela natureza do objeto focado, tão volátil por um lado, e tão complexo por outro, conduza o leitor a ser tomado por uma sensação de ter alcançado uma idéia que logo se desfaz, dando lugar ao sentimento de realmente não ter compreendido o que lhe é proposto. Neste livro, é muito difícil isso acontecer. Com muito cuidado para com o leitor, mas nem por isso abrindo mão do rigor crítico-conceitual que lhe é tão caro, Herrmann se mostra generoso e até mesmo cúmplice junto a ele: passo a passo, vai construindo seu pensamento rico em imagens, belas, por sinal, abrindo janelas, oferecendo repouso, seja através de exemplos do cotidiano da clínica, refrescando a aridez da empreitada, seja através de exemplos tirados da própria história egípcia, inspiração para seu texto. O resultado é uma das narrativas mais agradáveis e fecundas deste autor.

O livro, composto de duas partes, “O eu no figado da pedra” e “Paixão pelo disfarce”, (além da introdução, referente à posição que a psicanálise ocupa entre ciência e ficção), parte do legado freudiano, e tem como pano de fundo a Teoria dos Campos, que pode ser compreendida como uma maneira de interpretar a psicanálise. Interessado em discutir a validade teórica conceitual do eu, parte da relativização deste conceito e propõe examinar o fenômeno da duplicação sub-reptícia do eu, investigar o problema do disfarce e da identidade do sujeito psíquico, tendo em vista a oportunidade que esses fenômenos oferecem de recuperar a origem da representação do eu. E por quê? Porque, ao recupe-

rar sua origem, descortina-se uma oportunidade heurística. Oferece, assim, uma construção teórica crítico-conceitual da posição do eu, um eu que se concebe a si mesmo, nos processos anímicos. E o faz de modo exemplar, isto é, ele opera no campo teórico como o próprio método, buscando discriminar, dentro de um conceito, que sentidos permanecem válidos sob efeito de uma extrema compressão teórica, o que constitui o equivalente teórico exato do processo clínico de ruptura de campo. Indubitavelmente este é o ponto forte do livro: exame rigoroso com que Herrmann brinda o leitor, a contribuição desta teoria à psicanálise.

Se o modelo do eu freudiano é eminentemente biológico, constituindo-se no mediador entre as exigências instintivas e as da realidade, originalmente um eu corporal, o modelo de eu aqui proposto destaca o aspecto sociológico, com ênfase no cultural. Afirma que o “eu é aquilo que se sacrifica para conservação do eu”. Como assim?, dirá o leitor desconfiado. Tento clarear: o eu é construído de tal forma que é agente e alvo ao mesmo tempo de ações psíquicas, de tal modo que é continuamente sintetizado numa representação (ilusória) totalizante de si mesmo que de fato envolve o sacrifício de outros eus. Para conservar a forma do eu total, é a atividade do eu que se sacrifica, posto que cada ato visa construir o sujeito do ato. O que Herrmann ressalta é que, sendo a realidade resultante do próprio eu cultural, é a

identidade do eu entronada no seu arredor que é escolhida para se conservar. Em outras palavras, o eu-representação que se há de conservar é o eu que reflete a mesma forma que determina cada sujeito ingressado numa cultura nesse novo nível de humanidade. Esse movimento, no meu entender, é ilustrado de forma magistral no conto citado anteriormente, onde “sem a farda, não és”. Neste processo de construção do eu dominante outros eus-representação serão armazenados em outros depósitos culturais pré-estabelecidos, sendo talvez a vida onírica o melhor deles, onde vivo outros eus que não vingaram, ou nas artes, ou no carnaval, etc. Nesta infinita multiplicação de eus, cada conjunto de fantasias, cada núcleo de complexos psíquicos tem seu eu e age sobre outras dimensões do psiquismo e pode deter as funções egóicas.

O que me parece instigante nesta construção de eu é que não se trata mais da discussão concernente ao sujeito psíquico como sujeito do consciente ou do inconsciente, mas sim como um lugar funcional, cuja posição é de agente em relação ao psiquismo. Se neste lugar se instala uma representação do eu que se declara única e definitiva, aí se eternizando, assistiremos “ao narcisismo do eu totalitário,

onde o eu sucumbe à megalomania e fica prisioneiro do fígado da pedra”. Em contraste com este eu patológico, tirânico e ameaçado por outras representações que subjazem, há o eu da criação: uma circulação de sujeito psíquico semeia diversos eus que se sucedem nesta posição e dominam as funções egóicas, como memória, atenção, etc. Com muita pertinência, o autor relembra a citação dos versos de Heine por Freud, segundo os quais, afinal, a doença é a razão última da criação.

Na Teoria dos Campos, conclui, nesta crise constante de identidade que caracteriza o objeto da psicanálise, a garantia do sujeito psíquico é dada pelo sentido de imanência, que me garante que eu sou eu mesmo, por mais bizarro que me pareça, ao experimentar outras representações de mim mesmo nesta circulação de sujeitos psíquicos, ao viver representações mais periféricas.

Tendo em vista a coerência emocional de cada complexo psíquico, a lógica das emoções, o alcance clínico deste ensaio parece-me relevante: tendo mapeado os diversos eus do paciente, o analista pode propiciar o diálogo entre eles, numa expansão, e pode fazê-los colidir, eventualmente,

e gerar até mesmo uma ruptura de campo e o conseqüente aparecimento de novos campos do inconsciente. Além disso possibilita exatidão do endereçamento das falas do analista para determinado eu do paciente, na sua forma adequada e precisa. Parece-me, de fato, muito oportuno para o exercício da clínica.

Antes de encerrar, gostaria, ainda, de acrescentar uma questão: sendo o que sou tão calcado na cultura, como vimos e constatamos todos os dias, me pergunto que tipo de cultura estamos gerando atualmente, onde predominam atos de violência, onde os poros sociais exalam de forma avassaladora a virtualidade da realidade, um mundo feito de imagens, de imediatez. Nesse contexto cultural da vida atual, onde encontrar os subsídios para a construção da subjetividade? Parece-me que este é o desafio da psicanálise do século XXI. Encontrar instrumentos, criá-los, para podermos pensar nosso eu cultural.

NOTAS

1. Machado de Assis, *Contos: uma antologia*, São Paulo, Companhia das Letras, 1998, p. 409.
2. Modesto Carone, comunicação oral, 1999.

Alice Paes de Barros Arruda é psicanalista do Instituto da Sociedade Brasileira de Psicanálise de São Paulo.

LEITURAS



Muito oportuna a publicação deste livro, que vem suprir um vácuo de produções em termos do conceito de falso-*self*, apesar da vasta bibliografia produzida sobre a obra winnicottiana, conforme argumenta o próprio autor. Mais uma profícua oportunidade para reinscrever no seio mesmo da psicanálise a temática das dissociações precoces, daquilo que desde as origens não alcança significação, nem positividade, expressando-se na ausência, inclusive de conflito.

Júlio de Mello Filho, um difusor pioneiro do pensamento de Winnicott dentre os analistas brasileiros, vem, a partir deste aporte, tratar do fenômeno dessas personalidades encruadas, porosas, estritamente aderidas a uma vida funcional, denominadas falso-*self*. Nesta obra ele pretende abordar fenômenos da vida cotidiana que muitas vezes nos passam despercebidos ou tolerados, pois nossa cultura, imersa no afã globalizador, vem praticando a banalização e o descrédito do que há de mais nuclear na natureza humana. Assim, valores como verdade, lealdade, honra, dignidade e amor fraternal são cotidianamente ultrajados pelo culto às leis de mercado, ao individualismo e competição desenfreada, enfim pela coisificação da existência.

Levado por um "fascínio" pela verdade, compromisso do qual seu livro é testemunho contundente, Júlio de Mello Filho chega ao tema do falso-*self*, este de extrema atualidade, ressalte-se. A problemática da falsidade torna-se ainda mais instigante, devido à maneira como o autor demonstra sua crescente influência na clínica, enriquecendo a psicopatologia psicanalítica: suas origens e manifestações, sua

Quando a "mãe gentil" maltrata os "filhos deste solo"

Resenha de Júlio de Mello Filho, **Vivendo num país de falsos-selves**, Casa do Psicólogo, São Paulo, 2003.

relação com a cultura contemporânea, suas fronteiras com o verdadeiro ou inautêntico. Certamente são férteis e ainda exploráveis as perspectivas de pesquisa do fenômeno falso-*self* aplicado às instituições, à conjuntura familiar, às modalidades psicopatológicas tais como as psicopatias, drogadicções, somatização, enfim é um amplo campo à espera de abordagens inovadoras.

Os capítulos, conclusivos em si, sucedem-se com um encadeamento admirável de idéias. É com desembaraço que o autor circula entre autores renomados como Freud, Fairbairn, Klein, Kohut, Bion, Winnicott, Bálint, Joyce McDougall, dentre outros, porém não está só neste projeto. O autor tornou o livro um espaço compartilhável com outros pensadores afinados à teoria de D. Winnicott, que exploram com consistência a potencialidade do seu pensamento.

Logo na Introdução da obra, Júlio de Mello Filho declara ser a falsidade "uma questão de todos" (p. 29), afirmativa que universaliza a problemática que irá enfocar. Para tanto, irá transitar incessantemente do plano das expressões individuais e cotidianas dos fenômenos falso-*self*, aos contextos grupais e socioculturais mais amplos como a família, a educação, a política, o cinema, o Estado e as instituições públicas. No âmbito

destas, a prática da corrupção, da calúnia, dissimulação e da fofoca, que regem as relações sociais, recebe do autor um enfoque inédito, à luz deste estudo.

Para fundamentar essas noções, o autor julgou necessário relacionar falso-*self* ao narcisismo, e, nesta incursão, irá referir-se ao narcisismo secundário, referendando-se em autores como Kohut e Bion, que abordaram o efeito das perdas e frustrações na autoestima do sujeito. Nesta direção, Júlio de Mello Filho irá se distinguir de Winnicott, que ressaltou a problemática falso-*self* decorrente de reações às invasões ambientais. Temos a resposta de complacência e obliteração da subjetividade, por imposição implacável do ambiente que falha, não por carência, mas por excesso de presença. A frustração frente às perdas ainda não é a possibilidade ao alcance daqueles que constituem o senso de si mesmos, afirmou repetidas vezes o pensador da transicionalidade. Esta é a rica esfera que não se alcança quando um falso-*self* patológico domina a cena.

Nosso autor aponta o papel fundamental que teve a psicanálise no tocante a romper com a hipocrisia dos

costumes sociais no século XIX, redimindo a sexualidade "para a liberdade e o amor". A psicanálise, nas páginas desse livro, pode estar sendo reconvocada em missão semelhante, como redentora de nosso ser interior, a forjar ferramentas conceituais e clínicas frente às incomuns formas de adoecimento, relativas aos transtornos narcísicos próprios da contemporaneidade. Trata-se daqueles indivíduos forçosa e exageradamente adaptados às condições externas, desde as etapas primordiais, que necessitam de intervenções mais convenientes às suas agruras.

A coluna mestra do livro é o capítulo sobre o *self*, aliado ao pensamento de D. Winnicott. Vemos elencadas as conseqüências para o psiquismo, quando a liberdade pessoal é dirimida: o empobrecimento da vida imaginativa e onírica, a incompetência para o simbolismo, a concretude do pensar e propensão às grandes somatizações, a sexualidade esvaziada e deslindada.

A questão da falsidade ou da autenticidade é inerente à nossa vida em convivência: necessitamos de um *self* sociável e polido que nos viabilize os relacionamentos externos, pois é inimaginável o si-mesmo exposto, sem mediação. Todavia tal recurso à superficialidade não pode custar-nos a perda de contato com nossos impulsos pessoais. De fato, a capacidade para fazer conciliações é uma conquista do desenvolvimento saudável. Esta é, indubitavelmente, uma das tarefas mais espinhosas na adolescência, etapa na qual se luta para estabelecer uma identidade própria, num caldeirão relacional cujos ingredientes são a rebelião, a afirmação trôpega da independência, a busca de isolamento e grupalidade concomitantes. Tal discussão é levada a cabo

de modo apropriado no capítulo sobre "Adolescência e falso-self", quando são enfocados os *pitboys* anabolizados, e podemos pensar também nas garotas esqueléticas e siliconadas, que exercitam o sexo e relações fingidas, enganosas principalmente para si próprias.

Para certas pessoas, as concessões, próprias do convívio social, podem custar o impensável, ou seja, o preço da própria integridade. Assim sendo, a cisão vai ser utilizada em lugar de uma divisão branda e reversível, com vistas a acomodar o inautêntico. Esses indivíduos desafortunados podem se pautar por acentuada condescendência ou manter uma atitude de permanente oposição e provocação, podendo resvalar para a delinqüência como alternativa de sobrevivência. A tese winnicottiana vai permitir a Júlio de Mello Filho desenvolver a relação entre violência e falso-self, no cap. XIII. Esse capítulo é precioso, pois revela a face do Brasil dos camelôs, dos meninos de rua alvo fácil dos traficantes, dos policiais e políticos corruptos e corruptíveis, do despreparo do sistema educacional. A nação, que, ao invés de ser uma mãe protetora e gentil, age como madrasta má que expõe, impacta e amplifica a dor e indignidade dos cidadãos desfavorecidos. Deste modo, a realidade social brasileira que desassiste, desabriga, desemprega e desencarna de uma identidade factível a milhões de patriotas, é interrogada, no divã deste analista, com coragem e realismo. Conhecedor e participante de iniciativas governamentais e não-governamentais voltadas às populações desfavorecidas, ele reconhece o lugar da universidade como fórum democrático empreendedor de políticas humanas e sociais. Esta, através dos eixos da

pesquisa e extensão, poderia responder à inoperância das instituições públicas, asoberbadas na luta pelo poder e oportunismo, tanto quanto pelo jogo perverso do falso-self institucional.

Se a vida relacional exigiu em demasia de determinados indivíduos em esferas nas quais não lhes cabia complacência, alguns podem, em oposição à rebeldia, pautarem-se pelo servilismo. O impedimento da *amorfia*, plataforma primordial de não-integração, da qual todos deveríamos nos lançar no mundo, obrigou-os a uma falsa, prematura e defensiva organização do eu. Foram assim brutalmente vilipendiados, em termos do verdadeiro self que lhes resta perdido. A oclusão do âmago da vida pessoal, e conseqüente perda do potencial inventivo da capacidade lúdica e onírica, constitui uma verdadeira tragédia existencial, que Júlio de Mello Filho nos faz revisitar ao longo dos quinze capítulos do livro. Tornamo-nos potencialmente doentes, quando turvamos e perdemos o essencial para a totalidade de nosso self. O embrutecimento pela impregnação do apelo de conquistas materiais, tanto quanto a dispersão e escamoteamento das necessidades vitais, têm um altíssimo custo psíquico (embora não somente este): perdemos o sentimento propulsor da alegria e do sentido de viver, consumidos em ambições equivocadas; desinspirados buscamos sentido em objetos caricatos e solapamos ainda mais nossa seiva geradora e inventiva mais legítima. Em tempos de interioridade pouca, de forte apelo consumista, pois que de relações imediatistas e supérfluas, (sobre)vivemos numa fachada vazia e objetificada, em que todo sentido gira em falso. Tudo o que de legítimo poderia acontecer somente é viabilizado no plano dissociado. As defesas rigidamente organizadas que visam impedir a (re)emergência do malogro

formam um invólucro que parece iludir que a essência está nesta superficialidade.

No percurso proposto pelo autor, reconhecemos a perenidade do ser, o fantasiar improdutivo, que tem como pano de fundo a futilidade vivencial de que nos falam nossos pacientes, quando a pressa, a impessoalidade e assintonia com nossa humanidade prevalecem. Restam tão somente a hipocrisia dos vínculos estéreis, o anseio de agradar, a superadaptação, que dotes intelectuais podem afiançar, lembra Júlio de Mello Filho, familiarizado a Winnicott. "*Revelar a falsidade existencial de um paciente, eis uma das tarefas hercúleas da psicanálise*" (p. 24).

Ao deixar de operar como uma camada permeável, parte da defesa sadia da pessoa, o falso self se implanta na forma de uma couraça defensiva, espessa e rigidificada. Tal qual o remédio que mata paulatinamente o paciente que deveria fortalecer, ele passa a asfixiar o núcleo do que faz experimentar o sentimento de continuidade e de pujança de ser quem somos. O verdadeiro-self isolado não se faz, nem se refaz, diante de tais injúrias, restando em estado embrionário, impotente para validar o viver. Esses pacientes de afetos enquistados, podem vir a sofrer crises de amplo espectro quando o dilema entre o falso e o verdadeiro ganhar corpo na análise. Com o desmonte do falso-self e seu arsenal defensivo, ocorrerá o colapso de uma estrutura de aparência exitosa, mas que se pautava por ser periférica. A impressão de sucesso é apenas aparente, pois no íntimo nada substancia. Ao contrário, tudo o que for alcançado por meio dos artifícios da falsidade e da con-

formidade, mais intensificará o sentimento de irrealidade e de saturação.

O autor generosamente expõe sua sólida experiência clínica, com pacientes que estruturaram suas vidas em torno da conquista do poder, prestígio e fortuna, fascinados pelas estratégias de bajulação, coerção e imitação. Ao abordar as batalhas que tem travado na clínica, com base na larga experiência adquirida em grupo-análise, esse analista formula alertas importantes para as ciladas que tais pacientes nos impõem na transferência, contribuição das mais estimulantes, na obra referida. O leitor passa a reconhecer que a dissolução de um falso-self patológico consiste em árdua tarefa analítica, todavia o verdadeiro antídoto contra o isolamento e a ameaça eminente de caos, que imperam. Sem esta via, a análise vai patinar em falso, não haverá progresso e integração possíveis, enquanto esses pacientes se mantiverem em posição de colocar a dor para hibernar. O caminho da recuperação é a regressão terapêutica com o enfrentamento do vazio e solidão, da ameaça de aniquilamento e desamparo profundos que devem ser experienciados. Todavia, para alcançar o atrofiado, será imprescindível aquilo que faltou na aurora da vida, ou seja uma presença humana suportiva.

O distúrbio falso-self é apresentado ao longo dos capítulos, enquanto categoria nosográfica, tanto quanto um modo de funcionamento espraiando-se em diversas configurações psicopatológicas tais como os distúrbios

de identidade, delinqüência, esquizoidia e estados *borderlines*. Júlio de Mello Filho, num esforço de articulação conceitual, relaciona o tema em foco aos “pacientes como se” (H. Deutsch), aos “normóticos” (C. Bollas), à “auto-clivagem narcísica” (Ferenczi). A clínica psicanalítica contemporânea ganha fôlego considerável no transcorrer dos capítulos, em diversos autores que por eles desfilam: os “pacientes de difícil acesso” (B. Joseph), os “casos difíceis” (A. Green), os “antianalisandos” (J. McDougall), as normopatias. Esses quadros símiles não poderiam deixar de ser referidos extensamente, aparentados que são aos pacientes falso-*self*, em termos de uma falsa complacência, sugestionabilidade e teatralidade. São pessoas que, por perdas significativas das ilusões, não se lançam jamais no precipício de relacionamentos amorosos significativos, por temerem o mais profundo, aferrando-se a uma irremediável trivialidade.

Os outros autores que co-participam desse projeto bibliográfico utilizam aportes que, se inscrevendo no referencial de Winnicott, são unânimes em afirmar que as falhas graves e precoces de sustentação ambiental subsistem no prelúdio das personalidades falso-*self* e nas distorções da conduta anti-social. No cap. V Sergio Belmont, muito apropriadamente, retoma a teoria do narcisismo e a problemática do não-espelhamento e do retraimento, tão prementes nos pacientes descritos como falso-*self*. O trauma por não poder ter sido visto e portanto, de não poder se ver e se revelar, irá produzir feridas narcísicas obstrutoras dos impulsos pessoais. Ao tema do narcisismo, ato psíquico unificador do *self*, também retorna H. Honigsztein no belo texto no qual enfoca a criatividade primária que, embotada, abrigará, como

conseqüência, o sentimento de solidão e de incapacidade para os relacionamentos de intimidade.

A iniciativa laboriosa de Júlio de Mello Filho leva-o a articular a constituição da subjetividade à cultura, especialmente à nacional. A contribuição tem seu valor, além do evidente cunho clínico, ao expandir-se para aplicar o conceito de falso-*self* às diversas esferas da vida, interessando aos profissionais de diferentes áreas de produção. O autor, numa linguagem esclarecedora, descreve as manobras que predominam nesses estados: a mentira fácil, os golpes e alianças escusas, os negócios e falcatruas, a cultura do “jeitinho brasileiro”, a lei de “levar vantagem em tudo”, tão familiares nos diversos cenários da sociedade brasileira.

Preocupado com a prevalência destes artifícios falso-*self*, que exibem os vilões da cidadania, comumente impunes e com aspecto de triunfantes, o autor resolveu abordar o fenômeno de modo a colocar em foco importantes aspectos da vida nacional, debatendo-os fertilmente. “*É um livro que parte da psicanálise, é psicanálise aplicada, mas é também um livro sobre a sociedade brasileira, é uma análise político-institucional*” (p. 26).

A epígrafe de Lima Barreto “*O Brasil é feito para desanimar*”, referida pelo autor, sugere que ele irá traçar um panorama negativo do país da corrupção, do suborno e da criminalidade. De fato ele relembra os estarrecedores escândalos financeiros, os descalabros governamentais, a demagogia na política, ardis que ele, com a tradição de políticos na família, conhece tão bem. Entretanto não se trata de um panorama desalentador, pessimista ou acusatório

sobre o cenário nacional aquele que ele nos delineia. O leitor compartilha as apreensões, incômodos e perplexidades de milhões de cidadãos, por viverem num país de falsos-*selves*, mas termina por fazer recuperar a esperança por um horizonte melhor. Esta obra de estilo maduro e reflexivo é, fundamentalmente, um documento em defesa da credulidade e da ética do ser, do seu direito inalienável à cidadania. Mostra-se um defensor da moralidade pública, quando relembra os movimentos populares que redundaram nas cassações, no *impeachment* presidencial e na instauração de CPIs para averiguar a verdade dos grandes fatos que abalaram a autoestima dos brasileiros.

Igualmente de grande valia é o sugestivo capítulo dedicado ao fenômeno falso-*self* na infância. Júlio de Mello Filho apresenta-nos as pesquisas de A. Miller a propósito do drama dos pequenos que se afastaram da percepção interna das próprias e reais necessidades e exibem-se cordatos, dissimulados e arditos como padrão relacional. Essas crianças sofreram uma coação e adaptação precoces, frente a uma educação indutora do medo e da doutrinação. Revoltados e magoados pela não-disponibilidade dos pais, tais filhos podem vir a reivindicar ressarcimento na violência, com conseqüências igualmente desastrosas para o processo maturacional.

O autor vai dissecando a manifestações falso-*self* em homens e as peculiaridades nas mulheres, reflexões que igualmente, suscitam interesse no leitor. O conceito de falso-*self* cresce em amplitude e abrangência, que eu ambicionaria mais criteriosa. A aplicação da terminologia falso-*self* aos pacientes esquizóides parece-me questionável e ina-

propriada para dar conta da condição existencial daqueles pacientes, que inversamente falharam em se relacionar com os objetos fora da órbita do *self*; pouco comunicativos, isolados e temerosos a qualquer envolvimento externo à concha protetiva, eles me parecem ajustar-se à interrogação de Winnicott (1960) acerca do motivo de alguns pacientes *não desenvolverem o falso-self*.

Ainda uma outra ressalva: empreendimento de tal envergadura mereceria certamente uma revisão gráfica mais acurada, pois o leitor esbarra em falhas inadmissíveis desta ordem, assim como permanece com dificuldades na localização das fontes das memoráveis citações às quais o autor recorre. Deparamos com algumas alusões não devidamente acompanhadas das referências, como seria de se esperar num trabalho de cunho científico como este.

Para concluir, o texto remeteu-me à sábia recomendação de Shakespeare, que Winnicott, tão reconhecido aos poetas e filósofos, parceiros íntimos das questões que a ele interessou, inclui em seu artigo de 1960 sobre o falso-*self*. Vale retomá-la:

“Isto acima de tudo: sê verdadeiro a teu próprio *self*,
E assim, como a noite ao dia,

Segue-se que não serás falso a nenhum outro ser.”

Tereza Elizete Gonçalves é psicanalista, membro do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae, professora e supervisora da Universidade de Taubaté, doutoranda em Psicologia Clínica na PUC/SP.

○ “I Simpósio Sandor Ferenczi” teve lugar no Rio de Janeiro, em novembro de 1993, organizado pelo grupo Formação Freudiana, do Rio de Janeiro. Em 1996, com o título *Ferenczi: história, teoria, técnica*, a Editora 34 publica o resumo das conferências então pronunciadas e nos dá a oportunidade de participar dessa homenagem aos 60 anos da morte do autor. Para quem, ainda em 2005, não foi contagiado pelo espírito de investigação radical de Ferenczi, como bem o disse D. Kuperman no prefácio, a leitura do livro pode ser determinante.

Apresentadas em tom coloquial, reproduzindo a vivacidade da exposição, cada palestra é introduzida por um coordenador, membro da instituição, e finalizada com um debate suscitado pelo tema desenvolvido.

A seqüência das apresentações faz jus ao título: inicialmente um pouco de história, em que vamos à Hungria de Ferenczi, levados pela mão de Anna Verônica Mautner, conhecedora da cultura daquele país e da herança magiar. Em seguida, os psicanalistas Maria Tereza Pinheiro, Joel Birman, Renato Mezan e Chaim Katz expõem seus pontos de vista sobre a teoria e a técnica na obra de S. Ferenczi.

Anna Verônica Mautner revela-nos elementos inusitados a partir de lembranças familiares: uma possível primeira aula de Ferenczi na universidade, assistida por um tio dela! E o fato de que, naquele início de século, havia espaço para a sexualidade no dia-a-dia, no diálogo, na avaliação espontânea do outro. Com seu depoimento, Mautner confirmou o que venho aprendendo, através da literatura, sobre essa cultura peculiar. Nas publica-

A modernidade de Sandor Ferenczi

Resenha de Chaim S. Katz (org.), **Ferenczi: história, teoria, técnica**, São Paulo, Editora 34, 1996, 148 p.

ções traduzidas para o português de seus escritores mais representativos como Gyula Krúdy (1878/33) e Sandor Márai (1900/1989), percebi tratar-se de um povo muito sensível à afetividade.

Anna Verônica Mautner nos diz que a língua magiar era “para rir, chorar, xingar e amar” (p.29), tendo ficado relegada à informalidade, tornando-se oficial somente no século XX. Portanto, segundo ela, a língua especializou-se, durante mais de um milênio, como língua para comunicar afetos e desditas.

Ressalto este aspecto dentro os inúmeros que a autora apresenta porque acredito, como ela, que essa inserção particular da psicanálise na língua húngara, no “espírito dos húngaros”, cria uma dimensão mais “corporal”. Quando a psicanálise encontra essa língua em tudo aquilo que se fala ou vê, no sentido de comunicação de afetos, a psicanálise e a língua húngara se encaixam perfeitamente, diz ela. E

S. Ferenczi viria a representar, isto é, a “incorporar” essa característica não só em sua obra, mas em seus traços de personalidade. Sabe-se que era uma pessoa menos formal e até mesmo muito risonha, como testemunham algumas de suas fotos, inclusive a da capa do livro em questão. Ainda segundo a autora, Ferenczi não considerava natural o sofrimento e queria curar, parecia ter um compromisso com a cura – aspecto que será explorado por Chaim Katz em sua exposição.

De fato, reconhecidamente esse autor estava voltado para uma metapsicologia da clínica analítica. Deixou uma escola, que, apesar de oficialmente desconsiderada, tem sido revalorizada. Em seu relato, Anna Verônica Mautner nos chama atenção também para a revisão da idéia corrente de que Ferenczi era um homem indiferente à política institucional da psicanálise.

Desse ponto de vista, podemos atualmente considerar “uma escola de Budapeste”. Recentemente assisti a uma mesa-redonda no Colóquio Internacional N. Abraham e M. Torok em Paris (outubro de 2004) cujo título era “De Feren-

zi, Balint, Imre Hermann a N. Abraham e M. Torok”, nomes aos quais poderíamos incluir Eva Brabant e Judith Dupont, psicanalistas radicadas na França. Ali se evidenciava a existência de um pensamento psicanalítico húngaro, com uma nítida preocupação clínica. A originalidade presente em vários trabalhos desses autores e a visão que inauguraram sobre uma nova escuta em psicanálise – graças principalmente aos conceitos de doença do luto, cripta, fantasma e segredo de família – reafirmam algo de efervescente que perdura nessa “escola”.

As conferências de Maria Tereza Pinheiro, Joel Birman, Renato Mezan e Chaim Katz apresentam alguns pontos em comum que passo a ressaltar, procurando com isso evidenciar a importância de um livro como esse para nossa centenária psicanálise. São eles:

1. Questões relacionadas com o futuro da psicanálise.
2. A psicopatologia atual e sua abordagem teórico-técnica.

Questões relacionadas com o futuro da psicanálise

Tereza Pinheiro estabelece uma relação interessante entre o que observa em seus pacientes melancólicos – a falta de projeto de futuro e dificuldades de lembrança do passado, com alguma coisa enterrada – e uma psicanálise também melancólica, com um passado também enterrado através dos escritos de Jones.

Nesse sentido, segundo a autora, a retomada da obra ferencziana poderia revitalizá-la.

Para Joel Birman, o fato de Ferenczi poder sair do “arquivo morto” deixa claro que a Psicanálise dos últimos decênios não admitia a “franja de problemas clínicos e metodológicos que a obra de Ferenczi testemunha de modo muito rico” (p.70). Indagando “o que é ser psicanalista?” e “o que é essa tal ‘senhora’ psicanálise?”, Birman lembra que a psicanálise no final dos anos 20 já estava se tornando “anêmica e pernicioso” – lembramos que esta é uma referência à causa da morte de Ferenczi. A crise que eclodiu nos anos 50, segundo ele, reabriu a crítica que esse autor fazia às instituições em sua época. Sua dissonância em relação à comunidade psicanalítica era patente e nos faz supor que essas duas questões eram centrais em sua obra.

A exposição de Renato Mezan volta-se para uma análise da noção de símbolo e as reflexões subsequentes sobre o objeto na situação analítica, o que permite ressaltar a originalidade do pensamento desse autor. Partindo do simbolismo dos olhos, explorado por Ferenczi, Mezan fala do interesse do autor na gênese psíquica do símbolo. No texto – um dos mais originais de Ferenczi – “Sobre o desenvolvimento do sentido da realidade” (1913), Mezan ressalta, com pertinência, o lugar que o corpo ocupa como referência inicial básica para a construção das representações.

Desenvolvendo a noção de seis etapas na aquisição do sentido de realidade, Ferenczi não só apresenta uma criança feliz (ao contrário, como assinala Mezan, da impressão de que a criança ferencziana é sempre traumatizada), mas também inclui o corpo como via pela qual os objetos são encontrados e incluídos dentro da esfera do *self*.

Tendo escolhido essa perspectiva para analisar a obra ferencziana, Mezan nos oferece a possibilidade de nela vislumbrar uma atualidade inquestionável. Por isso, para ele faz sentido lembrar a frase de A. Green que dizia ser Ferenczi “o pai da psicanálise contemporânea”.

Estudando a questão dos símbolos, Mezan diz que Ferenczi se defrontou com um caminho singular, específico – aquele pelo qual uma criança que explora as sensações de seu corpo se constitui como sujeito de uma percepção de si mesma e dos outros. Seria esta a trajetória para a construção de suas representações.

Se o território psíquico a ser investigado atualmente é cada vez mais o das organizações nas quais o recalamento não é o mecanismo de defesa principal, poder fazer incursões teóricas na dimensão do corpo na origem do psiquismo leva certamente a uma renovação no campo da psicanálise.

Chaim Katz completa esse ponto de vista considerando o trabalho de Ferenczi uma “obra aberta”, lembrando a concepção de Umberto Eco. Ela estabeleceu, segundo ele, no interior do campo psicanalítico, postulações incisivas que

transformaram decisivamente tanto a teorização quanto a clínica. É um saber longe do equilíbrio e, como tal, como teoria não acabada, tem mais chance de permanecer viva, já que têm sido freqüentes, tanto nos Estados Unidos quanto na França, anúncios sobre a morte da psicanálise. Chaim Katz considera Ferenczi como uma nova perspectiva para a psicanálise. Segundo ele, voltamo-nos para esse autor pelas dificuldades teóricas e clínicas cada vez mais presentes em nosso trabalho analítico.

Sobre a psicopatologia atual e sua abordagem teórico-técnica

Tereza Pinheiro faz uma vasta reflexão sobre os pacientes aparentemente histéricos, que, em sua opinião, na verdade são estruturas mais prejudicadas, próximas da melancolia. No debate, ela esclarece: “Não se parecem com os melancólicos clássicos de jeito nenhum, mas têm angústia numa quantidade enorme e estamos, apesar das facetas diferentes, diante da mesma estrutura.” São pacientes que nos dão, segundo ela, a sensação de que nosso instrumento é inoperante: “(esses pacientes) não fazem lapsos, não sonham, não sabem o que é fantasia” (p.44). É, portanto, na teoria do trauma em Ferenczi que ela vai encontrar

respaldo para pensar essas organizações psíquicas, nas quais não há retorno do recalcado, como na histeria. Podemos acompanhá-la em uma descrição bastante clara das noções de culpa, desmentido, introjeção e identificação.

Para Birman começam a ganhar volume, e estão na demanda clínica de qualquer psicanalista, os casos e as patologias ligadas ao narcisismo, o que os americanos chamam de *borderline* e os franceses de “estados-limites”, as pequenas e grandes formas novas de manifestações de histeria. Lembra-nos – o que nunca é demais – que o ofício do psicanalista é exatamente o trabalho sobre as singularidades, no qual devemos eticamente reconhecer o que existe de único em cada sujeito. A partir daí fica evidente a necessidade de uma nova compreensão dos mecanismos de funcionamento mental de pacientes que já não se encaixam numa metapsicologia freudiana.

Em breve explanação, Birman traz elementos essenciais da “teoria da clínica ferencziana”: o ato analítico e a técnica ativa, o conceito de trauma, a criança sábia, a experiência da catástrofe, a análise mútua e reflexões sobre a transferência e a ética do analista.

Sua afirmação de que a psicanálise só se desenvolve – como clínica e como saber – quando afronta os limites, me parece bastante relevante. Até porque parece ser esse o movimento necessário para lidar com “as experiências clínicas da psicose, nos estados-limites dos *borderlines*, das patologias de um narcisismo negatizável, etc.” (p. 87). A psi-

canálise de Ferenczi assume o risco de ir para as fronteiras. Para Birman a experiência da psicanálise é uma experiência de fronteira.

Na suposição de que o interesse atual suscitado por Ferenczi está em sua liberdade de experimentação e numa coragem um pouco tresloucada no trabalho clínico e na escrita, Renato Mezan nos dá a pista para a importância desse autor nos impasses da clínica contemporânea. É no debate que ele esclarece, fazendo um paralelo com a teoria freudiana da pulsão de morte, a intenção de Ferenczi ao se encaminhar para a construção de seus conceitos de linguagem da ternura, da paixão etc. Estaria preocupado com a impossibilidade de acesso da análise às organizações nas quais o recalçamento não é o mecanismo de defesa principal,

quer dizer, segundo Mezan, das organizações extraneuróticas. Justamente aquelas às quais estamos chamando de “psicopatologias modernas”. Acrescenta ainda que a idéia de compreender a gênese dessas organizações através das experiências traumáticas é uma outra maneira (diferente da de Freud) de pensar sobre o que escapa ao campo da representação.

Sabemos que cada vez mais a psicanálise se defronta com a necessidade de uma metapsicologia que inclua esse mecanismo de funcionamento mental que não passa pela representação. Nesse sentido, a obra de Ferenczi torna-se essencial.

Destaco aqui, dentre os vários temas abordados por Chaim Katz (a cura, o belo e o sublime, o sonho), sua observação sobre os dois registros do psiquismo: “Acho que Ferenczi fala de dois andares, ou dois regimes do psiquismo” (p. 137). Ao mostrar que um dos andares é precioso e tem sido abandonado, Katz se aproxima da questão pertinente às diferenças entre os mecanismos psíquicos e principalmente àqueles ainda inexplorados. Reproduzo seu texto:

“Na medida em que os casos chamados ‘difíceis’ não podem ser resolvidos por uma

teoria previamente formulada, penso que cada momento diz respeito a uma espécie de aparelho psíquico” (p. 124).

Vale a pena acompanhar a provocação, ao estilo dos *enfants terribles*, como ele mesmo qualifica sua exposição, para sentirmos a riqueza das contribuições ferenczianas. E, de fato, Katz nos apresenta a uma “obra diferenciada”, com todo vigor de um “ferencziano”.

Ele acredita que Freud tomou uma grande lição de Ferenczi em 1933, quando este mostrou como nascem outras representações. “O campo das representações vai ser ressignificado, retrabalhado de outra maneira, desde que possa tomar posse do mecanismo que produziu a expulsão de maneira violenta...” “Elas são chamadas ‘representações fora do lugar’” (p. 141).

A partir dessas reflexões, Katz concluiu o debate falando sobre a importância da noção de catástrofe. A catástrofe, que faz parte do título original de Thalassa, indica que algo que já estava organizado se desorganizou. Mas, ao invés de ser uma desgraça, é a necessidade de uma outra orga-

nização. A crise e a catástrofe pedem a feitura de uma outra organização, segundo ele. Se reportarmos essa análise à crise da psicanálise, quem sabe possamos reconhecer aí também uma necessidade de novas organizações, tanto teóricas quanto técnicas.

Sem dúvida o acontecimento que o presente livro documenta reuniu um grupo de profissionais sensíveis às questões colocadas à psicanálise na atualidade. Sua publicação reitera o crescente interesse pela obra desse autor em nosso país e em outros países, como o atestam os encontros Ferenczi em Madri – 1998 e o Congresso “Sandor Ferenczi – o clínico” em Turim, julho de 2002.

Um detalhe para finalizar. O endereço da Editora 34 em São Paulo: Rua Hungria, no Jardim Europa. Talvez pudéssemos brincar ao considerar que Ferenczi não deixa de ser um pouco brasileiro, no seu jeito mais criativo de ser.

Ivanise Fontes é psicanalista, doutora em Psicanálise pela Universidade Paris 7 – Denis Diderot, com pós-doutorado no Laboratório de Psicopatologia Fundamental do Núcleo de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Clínica da PUC-SP. Autora dos livros *La mémoire corporelle et le transfert* (Presses Universitaires du Septentrion, 1999) e *Memória corporal e transferência – fundamentos para uma psicanálise do sensível* (Via Lettera, 2002).

Um dos primeiros pontos que chama a atenção no texto de João Alberto Carvalho é a clareza com que apresenta seu tema de estudo e sua proposta de investigação e discussão teórica do mesmo. Seu tema – a vulnerabilidade feminina à infecção pelo HIV/Aids.

Após mais de duas décadas de enfrentamento da epidemia, a Aids continua sendo um grave problema de saúde pública mundial, com repercussões sociais, políticas, econômicas, culturais e psicológicas que lhe conferem o estatuto de um verdadeiro “fenômeno” da cultura contemporânea ou, nos termos de Carlos Gustavo Motta¹, de um *fantasma no laço social*. Um problema de saúde pública ainda em expansão, particularmente em alguns subgrupos populacionais, entre os quais destaca-se a população de mulheres.

No Brasil², a chamada *feminização* da epidemia é evidenciada pela variação na proporção entre o número de casos masculinos e femininos, que em 1985 era de 25/1 e em 2003 chega a 1,8/1. A transmissão sexual segue sendo a principal via de contágio entre as mulheres maiores de 13 anos (54% do total de casos notificados), destacando-se que aproximadamente 70% dos casos femininos encontram-se na faixa etária de 20 a 40 anos, ápice da vida produtiva e reprodutiva.

Na tentativa de contenção dessa trajetória feminina da Aids no Brasil, muitos esforços e recursos têm sido investidos em programas de informação, orientação e assistência, visando instrumentar a população de mulheres no

Mas, afinal, o que querem essas mulheres?

Resenha de João Alberto Carvalho,
O amor que rouba sonhos: um estudo sobre a exposição feminina ao HIV,
São Paulo, Casa do Psicólogo, 2003, 195 p.

reconhecimento das noções de *risco* e *prevenção*. No entanto, vários estudos constataam que um nível básico de conhecimento sobre a doença e seus meios de prevenção não resulta efetivamente, entre as mulheres, em uma capacidade de avaliação realista sobre suas possibilidades de risco, muito menos em adoção de cuidados de prevenção.

Desta forma, como abordar a dificuldade feminina de negociar o chamado “sexo seguro”? Como compreender os inúmeros casos de mulheres que se relacionam sexualmente sem proteção ou engravidam com parceiros sabidamente soropositivos? Como explicar a persistência de uma certa “tolerância”, por parte das mulheres, em relação aos comportamentos de risco de seus parceiros?

Partindo destas mesmas interrogações, João Alberto Carvalho se propõe a investigar e compreender a vulnerabilidade feminina à infecção pelo HIV/Aids recorrendo à interlocução com a psicanálise

e com a produção teórica das ciências sociais sobre as relações de gênero. Esse tema de estudo, no entanto, é o fio condutor de uma articulação teórica complexa e instigante.

Desde o início, o autor explicita a hipótese fundamental que norteia todo seu trabalho: há um posicionamento das mulheres que contribui para a exposição à infecção. Um posicionamento ativo, de reprodução de um *ethos* cultural dominante que estabelece à mulher uma condição de assujeitamento no cenário das relações de conjugabilidade e das parcerias afetivas e sexuais.

No desenvolvimento desta tese, o autor nos convoca a refletir sobre as relações entre a constituição da subjetividade e da singularidade do desejo e as determinantes culturais impostas pela ordem simbólica, pelo contexto histórico e social. Nessa articulação, parte da afirmação de que a noção de *funcionamento imaginário*, como formulada pela psicanálise, oferece subsídios importantes para pensar o papel que o processo de *adoção* de ideais sociais desempenha na constituição da subjetividade e da identidade de cada sujeito.

Aplicando este referencial de leitura ao presente tema, João Alberto Carvalho parte da hipótese de que a maneira como as mulheres posicionam-se nos relacionamentos afetivos e sexuais é determinada pela identificação, imaginária, com ideais sociais sobre *ser mulher*, historicamente construídos e em plena circulação no imaginário social. “Trabalhamos com a hipótese de que as relações de gênero e os ideais românticos amorosos impõem arranjos reforçadores da subordinação feminina e que, por isso, podem facilitar a exposição da mulher ao HIV. Esses modelos de relação repercutem do ponto de vista individual, no imaginário, ou seja, a noção psicanalítica de imaginário traz subsídios, a nosso ver, para entender a adesão das pessoas a padrões culturalmente constituídos” (p. 21).

Na discussão sobre o imaginário psicanalítico e os ideais sociais, Carvalho recorre basicamente às noções freudianas de narcisismo e de ideal e à noção de imaginário como desenvolvida por Jacques Lacan, dialogando o tempo todo com a leitura que Jurandir Freire Costa faz desse conceito psicanalítico, ao propor a existência de relações entre a dinâmica intrasubjetiva de constituição dos ideais do Eu e a adesão dos indivíduos a certos ideais sociais, encarados como *imagens* socialmente constituídas e historicamente determinadas.

Ao reconhecer o estado de desamparo fundamental que é constituinte do humano e a pulsão como uma força ativa sempre em busca de satisfação, a psicanálise nos apresenta um sujeito movido pela busca constante de um objeto, que, por ser essencialmente um objeto perdido, institui o humano na condição de ser um *ser desejante*.

Em Freud, as noções de narcisismo e de ideal vêm explicar esse movimento de constituição do sujeito e sua relação com a pulsão e com os objetos: “para Freud a instalação do narcisismo primário e secundário, respectivamente, pressupõe dois movimentos essenciais: no primeiro, as pulsões sexuais parciais, que até o momento funcionavam de uma maneira auto-erótica, fragmentada, são unificadas, constituem o ego e o tomam como objeto; no segundo movimento, esses mesmos investimentos, que já foram direcionados ao mundo externo, retornam ao ego, tomando-o novamente como objeto. Além do auto-erotismo e dos narcisismos há a etapa da escolha objetual, que se dá diante do enfrentamento do mundo externo. Dividir a mãe com outros indivíduos exige um partilhamento do olhar antes concentrado na díade mãe-bebê e ocasiona uma ferida no narcisismo infantil. Perde-se o imediatismo do amor, mas, por meio do reconhecimento da incompletude, parte-se para buscar a recuperação da perfeição narcisista por meio dos ideais e das representações socioculturais. É nesse sentido que Freud situa os ideais como herdeiros do narcisismo infantil, permitindo a ultrapas-

sagem para o convívio social mais amplo” (p. 52).

Partindo da noção freudiana de narcisismo, Carvalho retoma a formulação lacaniana de *estádio do espelho* para evidenciar como a constituição do Eu (e a conquista de uma identidade) se apóia na relação especular com o outro, numa dimensão imaginária, mediada pela ordem simbólica. O que se passa nesse momento é estruturante, na medida em que constituinte do Eu (enquanto imagem unificada do corpo próprio e objeto de investimento libidinal), mas joga um papel importante também no confronto do sujeito com a castração e no estabelecimento dos modos de relação com o objeto – *objeto causa do desejo*. Na passagem da ilusão do *ser* para a dialética do *ter o falo*, a criança, de ambos os sexos, é levada de maneira incontornável ao jogo das identificações.

Apoiado na leitura que Freire Costa faz da articulação lacaniana entre imaginário e simbólico (evidenciada por Lacan no esquema L³), e partilhando com este autor a idéia de que “no entendimento do sujeito há elementos que são constantes, como as pulsões e o inconsciente e, também, elementos variáveis, como o conteúdo do ego e dos ideais” (p. 30), Carvalho propõe pensarmos que “o ego se apresenta dentro de uma *estática identificatória*, baseada na sua apresentação imaginária,

imutável e narcísica, que lhe permite sempre se mostrar diferente, sendo as diversas faces da identidade egóica culturalmente constituídas e reafirmadas” (p. 63).

Desta forma, no contexto das relações de conjugabilidade, seria possível relacionar as incessantes buscas amorosas do sujeito, por um lado, com os resíduos dessa dimensão especular e imaginária constitutiva da subjetividade e, por outro, com os conteúdos decorrentes de uma ordem social que, no caso da vulnerabilidade feminina à infecção pelo HIV, nos remete aos ideais de gênero.

Na análise dos ideais sociais do *ser mulher*, Carvalho sustenta o desafio de interlocução entre a psicanálise e outros campos de saber na área das ciências sociais, assumindo um claro alinhamento com os pressupostos de uma antropologia interpretativa e do referencial teórico do construcionismo social, considerando o homem como uma *estrutura* (ao mesmo tempo estruturada e estruturante), marcada pela cultura e pela imersão em uma rede simbólica.

Partindo de uma breve retomada das principais abordagens que pautaram a pesquisa acerca da sexualidade a partir dos anos 60, constata que o modelo social de feminino organiza-se em torno de dois agrupamentos de ideais: os referentes aos papéis de gênero e os relacionados ao amor romântico.

Embora constituindo um entre vários sistemas possíveis para pensar a sexualidade, a noção de gênero acabou por se impor como um eixo de ordenamento das relações sociais entre homens e mulheres, configurando uma *ideologia* de gênero que traduz o masculino

e o feminino a partir de contingências históricas e culturais. *Ficções* históricas que acabam por determinar *fixações* de identidades sexuais definidas a partir de relações hierarquizadas e estereotipadas. Desta forma, nesse sistema, as imagens de homem e de mulher foram definidas como pares antitéticos firmemente estabelecidos: força/fraqueza, inteligência/sedução, atividade/passividade, poder/submissão, execução/criação-procriação. É inquietante perceber, no entanto, o quanto essa categoria de ordenamento do pensamento ainda persiste, apesar das intensas modificações de conduta introduzidas por uma ordem cultural que preconiza novas pautas para o exercício da intimidade e da sexualidade, baseadas no individualismo e na igualdade (ou seria na *padronização* e na *pasteurização do desejo*?).

O outro pólo identificatório que sustenta um modelo social do feminino diz respeito à persistência da valorização do amor romântico. Segundo Freire Costa (uma das principais referências do autor na discussão desse tema), arquitetada por Rousseau, a idéia romântica de amor tornou-se parte essencial da cultura ocidental moderna, assumindo uma força significativa à medida que o sujeito retraía-se cada vez mais para a esfera do privado. Na opinião desse autor, “o romantismo é mais que uma prática sentimental, é uma visão de mundo. Do ponto de vista psicanalítico isto

quer dizer que a imagem ideal do Eu e o próprio sentido da existência são moldados por essa visão e têm a finalidade de mantê-la viva tanto quanto possível. [...] E, ao definirmos como ideal de felicidade o encontro amoroso romântico, estamos dizendo, nas linhas e entrelinhas, que sem essa felicidade não faz sentido viver” (p. 12). Mais uma vez, João Alberto Carvalho chama a atenção para o fato de que, mesmo confrontado com o caráter de urgência e a lógica do consumismo que caracterizam os tempos atuais, esse ideal de amor eterno persiste com um despotismo impressionante.

Acabamos por constatar uma sobreposição entre a manutenção de relações hierárquicas de gênero e o modelo romântico de amor. “Dessa forma, pelo amor, se estabelecem novas bases para os relacionamentos, constituindo-se um ideal. O sexo, retirado do conceito essencial de pecado, passa a ressaltar a complementaridade entre homens e mulheres, que só podem ser concebidos como *completos*, *acabados*, um em função do outro. Esta perspectiva oferece uma definição de sociabilidade, na qual a desigualdade constitui uma ordem necessária, estimulando a interdependência e a busca da *fusão* em um só ser” (p. 146).

Seguindo o raciocínio do autor, assistimos, no plano do imaginário social, ao tecer de uma ilusão que se articula com a fantasia imaginária de cada sujeito de restituição fálica através do amor.

Infiltradas no texto, deslizando por entre as articulações teóricas, as vozes femininas ecoam. O discurso das mu-

lheres (soropositivas e soronegativas) ouvidas por Carvalho neste trabalho nos dá testemunho dessa coexistência de mudanças e permanências, de sobredeterminações inconscientes e variáveis sociais:

Márcia, soropositiva, falando de sua visão de homens e mulheres, diz: “Acho que tem uma diferença. Mulher é mais sentimento, muito mais... [...] Ela é mais ligada na parte emocional do que na parte realista, do que no objetivo. É isso! Homem é muito mais objetivo e a mulher mais subjetiva, em tudo o que ela faz” (p. 104).

Kátia, soropositiva, diz: “Sou uma mulher muito feminina. Muito feminina no sentido de ter muito forte um lado mulher, que é cuidar da casa e viver para aquele homem que a gente ama, de querer ver que ele está bonito, limpo, cheiroso, arrumado, até para as outras morrerem de inveja, sabendo que eu sou uma mulher realizada e muito bem servida, obrigada!” (p. 150).

Cleide, referindo-se ao seu casamento (agora está viúva) afirma: “era maravilhoso, MARAVILHOSO, a gente se amava demais, muito mesmo, é como se fosse aquela pessoa... quando você encontra sua alma gêmea, se completa... Era como se nos completássemos, os gostos eram iguais, o jeito da gente falar...” (p. 151).

Na análise do discurso de suas *informantes*, Carvalho identifica a prevalência do relacionamento amoroso como ordenador do funcionamento

da vida e dos projetos sociais, como um dos principais pilares de sustentação da identidade feminina e como um dos principais fatores contribuindo para a exposição à infecção pelo vírus HIV. Retomando sua tese central de que o funcionamento imaginário é propiciador da ocupação de lugares sociais tomados como ideais, conclui sustentando a afirmação de que a crescente presença feminina nas estatísticas da Aids pode ser relacionada, em parte, com o modo como, a partir da função imaginária dos ideais do Eu, os modelos sociais de gênero e os ideais românticos de amor *colocam* a mulher em lugar de vulnerabilidade para a exposição ao vírus.

O autor reafirma ainda sua aposta na possibilidade da psicanálise, ao propiciar a escuta de diferenças, contribuir para desordenar as crenças nestas mesmas identidades, cunhadas socialmente, desconstruindo ideais, valores, estereótipos cristalizados, questionando seu sentido e função.

Embora partilhando do cuidadoso trabalho de articulação realizado por João Alberto, pensamos que a psicanálise, na própria abordagem da feminilidade, nos oferece ainda mais alguns subsídios para

pensar a vulnerabilidade feminina ao HIV/Aids.

Compreendemos com Freud e Lacan que o que define o humano é ser um *ser-de-cultura*. É pela entrada em uma ordem simbólica que o antecede e significa que o corpo (pedaço de carne) torna-se corpo humano e o recém-nascido (pedaço de carne vivo) torna-se ser *humano*. No entanto, a imersão na ordem simbólica e da linguagem impõe uma perda fundamental – uma perda no real do corpo, uma perda em gozo. Como assinala Lacan, à intrusão do significante corresponde uma extrusão de gozo. Um assujeitamento ao significante que impõe que o desejo esteja em permanente defasagem com o gozo e nos conduz à verdade da *não existência da relação sexual*. Um princípio de heterogeneidade irreduzível que caracteriza o ato sexual como um encontro sempre faltoso e o prazer como uma experiência sempre contingencial e fugaz, que nada tem a ver com duração, mas apenas com instantes.

No entanto, a resistência em aceitar essa perda conduz os seres falantes, de ambos os sexos, a se instalarem no *parecer*, no semblante, na demanda de amor.

Assim, inserindo na discussão a noção de gozo e o arco do real do nó borromeano de Lacan, a psicanálise tem a dizer que o amor está ligado

diretamente ao semblante e tem por função preencher um vazio: o amor procura realizar o encontro que, pelo lado do gozo, se verifica impossível. Assim, *o amor é dar o que não se tem*.

Para Lacan⁴ a relação masculino/feminino tem a ver com duas posições diferentes diante da castração e do gozo. Entretanto, como existe apenas um significante para representar o sexual (o falo), a mulher é privada de um significante que defina o *ser mulher*. Se o sujeito masculino encontra o significante de sua virilidade no mesmo lugar onde encontra o significante de seu gozo sexual e, por isso, pode ter a ilusão de ser *todo fálico*, a mulher terá que buscar esse significante fora de si. “Como suprir a privação senão buscando-a no corpo do parceiro?”⁵

Para Serge André, o que uma mulher demanda é subjetivar essa parte insubjetivável de si própria que representa o seu corpo. Na busca desesperada de significação para o seu ser e submetida à ordem fálica, a mulher quer *ser o falo*, ser o objeto que realiza o desejo do Outro, que preenche a falta do Outro, numa eterna demanda de amor. “Não é de admirar que as mulheres questionem sistematicamente o amor, nem

que elas o demandem de seu interlocutor. É preciso amá-las e lhes dizer isto, menos por uma exigência narcísica do que por causa dessa defecção subjetiva pela qual elas são marcadas enquanto mulheres. Se querem ser amadas, não é porque esse anseio tenha a ver com uma passividade natural, como acreditava Freud, mas porque querem ser feitas sujeitos lá onde o significante as abandona”⁶.

É no ser e no reconhecimento daquele a quem dirige sua demanda de amor, que uma mulher busca encontrar o significante do seu próprio desejo. Para uma mulher, o equívoco em sobrepor ao parceiro o objeto de amor e o objeto de desejo faz com que, na posição feminina, o amor oculte o desejo.

Mas, se amar é dar o que não se tem, o amor experimentado por uma mulher pode conduzi-la a uma angústia devastadora. O que leva Lacan a afirmar que, para uma mulher, o amor por um homem pode ser muito pior que um sintoma, ou seu pior sintoma!

Desta forma, o “homem castrado”, o “estropiado” é uma escolha tentadora na medida em que evidencia em seu próprio corpo uma falta (o alcoolismo, a droga, a promiscuidade, o HIV+, a depressão etc.) que a mulher pode farejar e sobre a qual vai se alojar na tentativa de dar um sentido a sua própria *falta-a-ser*. No cenário da epidemia de Aids este movimento fica cada vez mais evidente no fenômeno crescente dos pares discordantes – casais (hetero ou homos-

sexuais) onde um parceiro é HIV+ e o outro soronegativo. O sujeito HIV+ acaba recoberto de um valor fálico que o posiciona (no fantasma do parceiro) no lugar de objeto. Uma escolha amorosa constituída para seguir velando a falta em ambos os integrantes do casal. No entanto, como alerta Viviana Rocca⁷, uma escolha que se converte em armadilha: para o sujeito soronegativo não há lugar para a perda do amor e para o sujeito HIV+, não há saída dessa captura amorosa.

No campo do enfrentamento da epidemia de HIV/Aids, a psicanálise tem a dizer, portanto, que parte da vulnerabilidade feminina à infecção está relacionada com a própria constituição da feminilidade, para cada mulher. Tem a ver com a forma como ela vive e se coloca nas relações sexuais e afetivas, a partir de ideais socialmente constituídos e, principalmente, a partir da forma como se posiciona em relação ao Outro e em relação ao desejo e a seu modo de gozo.

É evidente que compreender e abordar a vulnerabilidade das mulheres, não apenas à infecção pelo HIV, mas na área da saúde em geral, é uma tarefa complexa e multifacetada, mas certamente estéril se não pudermos levar em conta essa dimensão da subjetividade feminina, sem que os profissionais de saúde

possam ajudar suas pacientes a se fazerem questão sobre o *ser mulher*.

Assim, talvez possamos contribuir para que essas mulheres, seres falantes do sexo feminino, possam passar do amor desmedido, que rouba os sonhos (ideal e sempre além), para o amor vivido (o amor possível, o amor realizável).

NOTAS

1. Carlos G. Motta, *Sida: un nombre de lo real*. Texto apresentado no XIII Encontro Internacional do Campo Freudiano e Primeiro Encontro Americano, Buenos Aires, set./2003, disponível nos anais eletrônicos do congresso – >info@eamericano.com.ar<.
2. Brasil: CN DST/AIDS, *Boletim Epidemiológico: Aids*. Brasília, dez/2003.
3. A esse respeito ver, por exemplo, a discussão desenvolvida por Lacan na introdução de seu *Seminário livro 4 – A relação de objeto*, Rio de Janeiro, Zahar, 1995, e o texto “De uma questão preliminar a todo tratamento possível da psicose (1957)” in *Escritos*, Rio de Janeiro, Zahar, 2000.
4. Jacques Lacan, *Seminário livro 20 – Mais, Ainda*, Rio de Janeiro, Zahar, 1985.
5. E. Z. Schermann, *O gozo en-cena: sobre o masoquismo e a mulher*, São Paulo, Escuta, 2003, p. 167.
6. Serge André, *O que quer uma mulher?*, Rio de Janeiro, Zahar, 1998, p. 256.
7. V. Rocca, “Del brillo que puede configurar un sujeto HIV+,” *Psicoanalisis y el Hospital*, ano 10, n. 20, nov./2001.

Eliane Costa Dias é psicanalista, psicóloga, mestre em Psicologia Social pela PUC/SP, membro da Clínica Lacaniana de Atendimento e Pesquisas em Psicanálise – CLIPP, onde é coordenadora no Núcleo de Pesquisas em Psicanálise e Medicina, membro da comissão de ensino e docente junto ao Curso de Formação em Psicanálise mantido por essa instituição.

Paris. Junho de 1940. Uma clara manhã de primavera. A cidade silenciosa ainda dorme, enquanto alguns carros transitam por lugares históricos da cidade. Hitler acompanhado de uma comitiva da qual fazia parte o arquiteto Albert Speer, faz um *tour* por Paris. Visita o Teatro da Ópera, a Torre Eiffel, e chega ao Arco do Triunfo. Nas legendas do filme *Arquitetura da destruição*, de Peter Cohen, vemos que Hitler sempre tivera o desejo de visitar Paris. Pensava em destruir a cidade, mas pondera que, após construir a Berlim de seus sonhos, Paris não passará de uma sombra. “Então para que destruí-la?”, diz Hitler.

E a câmera focaliza o sorriso triunfante do *Führer*.

Paris, patrimônio cultural da humanidade, está tomada pela barbárie nazista. A violência transmitida pelo prazer expresso no rosto de Hitler toma conta da cena do documentário *Arquitetura da destruição*.

Pode haver violência em um sorriso?

Violência, silêncio e destruição.

Onze de setembro de 2001. Milhões de espectadores horrorizados são arrebatados de sua lide cotidiana pelas indescritíveis imagens que saltam dos aparelhos de TV do mundo inteiro, que, via satélite, mostram dois aviões

Violência: destruição e criação

Resenha de Magda Guimarães Khouri, Jassanan Amoroso D. Pastore, Inês Zulema Sucar, Raquel Plut Ajzenberg e Reinaldo Morano Filho (orgs.), **Leituras psicanalíticas da violência**, São Paulo, Casa do Psicólogo, 2004, 177 pp.

chocando-se contra as *Twin Towers*, destruindo o símbolo de poder do Império da América do Norte. Destruindo também milhares de anônimos sonhos soterrados sob os escombros, envoltos numa fumaça sinistra.

Difícil dizer o que violência mais, se o silêncio de Paris tomada pelos nazistas, ou se o som ensurdecedor dos aviões derrubando e incendiando as duas construções gigantescas que definiam a contemporaneidade de Nova York.

O livro *Leituras psicanalíticas da violência* tem na curta frase inicial de seu prefácio uma síntese destas duas cenas de horror e de muitas outras situações de violência. Escreve Deodato Azambuja: “A violência é um toque. Um toque no corpo” (p. 9).

Nas cenas descritas acima, o toque se dá no corpo da Humanidade, da Cultura, da Civilização. É um toque de barbárie, é um toque que destrói séculos de construção do Homem em poucos segundos. É um toque que produz medo e escuridão.

“Mas barbárie e civilização podem ser separadas, como se existisse a hipótese de higienização da humani-

dade? Não são pares complementares da mesma estrutura?”, pergunta Leopold Nosek (p. 141).

Nesse sentido é interessante, apesar de talvez macabro, contrapor algumas cenas de documentários da Segunda Grande Guerra, onde se vêem centenas de corpos humanos (seria humano aquele amontoado de ossos e pele ressequida?) sendo jogados, alguns ainda vivos, em valas ou fornos crematórios, a uma outra cena mais contemporânea, das guerras atuais, mais modernas, tecnológicas, transmitidas pela televisão, ao vivo, em tempo real, onde, numa tela verde, a morte aparece como pequenos pontos fosforescentes, morte sem sangue, asséptica. Em contrapartida ao horror, à dor provocada pelas cenas cruentas da Segunda Guerra, surge o abismo do vazio, do nada diante de uma morte representada por um brilho na tela.

É diante do desamparo advindo do vazio do sentir, da necessidade de evitar a dor, e, portanto, o pensar, que está posto o homem contemporâneo.

A psicanálise, talvez uma das traduções mais vigorosas da cultura da humanidade, trabalha no campo da ruptura, portanto, de uma forma de violência. O conflito estrutura a vida mental, e a psicanálise o revela na busca de elaborá-lo, com ciência e arte, como diz ainda Deodato Azambuja (p. 11).

“Freud põe em série complementar a pulsionalidade da morte e a capacidade de pensamento. É na ausência desta que nos detemos desamparados diante da destruição, Por outro lado, é a destruição que nos impulsiona na necessidade de mais pensar”, nos lembra Leopold Nosek (p. 132).

É importante neste momento contextualizar a violência da psicanálise.

Penso em André Green, autor que, ao trabalhar a dualidade pulsional, estruturante do psiquismo, estabelece a diferenciação entre a objetualização e a desobjetualização. Desta forma entendo que o toque disruptivo e às vezes violento da psicanálise, ao revelar o conflito, humaniza, objetualiza, propõe novas ligações. Cria.

O *tocar* da psicanálise pode ocorrer através de uma pequena fala, ou de um delicado silêncio, que, interpretando a dor humana, abre-a em leque, e permite, assim, uma aproximação do sofrimento e sua compreensão. Em alguns momentos, contudo, a suavi-

dade deve dar lugar a um golpe certo que desloca o sujeito de uma situação estática e põe a vida em movimento. É esta a pulsão de vida de que fala Freud, ruidosa, criativa.

Nas grandes guerras ou nas pequenas guerras urbanas do nosso cotidiano, a violência desobjetaliza, toma o *Outro* como parte obstrutiva do próprio desenvolvimento e, desta forma, como *algo* a ser eliminado. Propõe a destruição pura e simples. Uma limpeza burocrática do que incomoda, que Hannah Arendt chama de *a banalização do mal*.

Leituras psicanalíticas da violência permite, nos ensaios que compõem o volume, transitar por diversas maneiras de pensar estas questões. Seus autores, cada um dentro de sua singularidade, abrem espaço, para, através do viés psicanalítico, elaborar e procurar entender alguns dos infinitos ângulos do que Freud chamou o *Mal Radical*.

A mesma sutileza com que Deodato Azambuja abre o livro prossegue no texto de Cintia Buschinelli. Tomando um poema de Carlos Drummond de Andrade, a autora faz dele tema de uma poesia própria com a qual permeia sua escrita. O poema, “O medo”, sai da escuridão do nascimento para alternativas da existência: carteiro, ditador, soldado. Cintia entrelaça estas possibilidades de vida com a carta de Freud a Einstein: “Por que a guerra?”, e propõe a palavra que transita, o carteiro, como a forma de enfrentar a violência do ditador – soldado.

É por meio do simbólico, da linguagem, que o humano se diz. É neste dizer que pode surgir a elaboração da violência pulsional, a civilização, e não o ato guerreiro de subjugação do *Outro*, do ditador – soldado.

Mas, a própria palavra pode conter em si uma imensa violência. É com ela que nós, analistas, trabalhamos, às vezes com doçura, delicadeza, mas muitas vezes usando-a como elemento de corte, com violência, na tentativa de abrir espaço para o pensamento e a possibilidade de novas construções psíquicas.

Luiz Carlos U. Junqueira Filho e Ricardo Barreto nos apontam, através da análise que fazem do filme *O cozinheiro, o ladrão, sua mulher e o amante*, de Greenaway, como a violência pode se apresentar sob o manto da estética. Diante de cenários que reproduzem belas e significativas telas barrocas, ou sugerem quadros de Mondrian, ou ainda cartas do Tarô, surgem situações de violência que engolfam essa estética. Os autores sugerem que é também através desses belos cenários que nos seduzem que a violência se faz ver. A violência fascina. Junqueira aproxima Greenaway de Melanie Klein, entremeando textos desta autora com sua análise do filme.

Somos obrigados a nos confrontar com a percepção do sadismo e das fantasias mais violentas que desde muito cedo povoam nossos sonhos. Essas fantasias, das quais se constitui a vida mental, vêm junto com a sexualidade e são trazidas para dentro do corpo e da psique da criança, pelos cuidados amorosos da mãe. A sexualidade entra no corpo da criança, como um corpo estranho, não compreensível e violento, ainda que amoroso.

Neste sentido, o texto de Isabel da Silva Khan Marin expõe a contradição que desponta na própria palavra violência. Diz ela: “é preciso considerar como nos fundamentos do sujeito humano se encontra uma força vital, absolutamente necessária à sua sobrevivência. É preciso ter coragem de chamar esta força de violência...” (p. 86).

É, no entanto, esta *força vital* que tem sido violentada pelo pensar contemporâneo, onde o sentir e o sofrer são perigosos e devem ser evitados de todas as maneiras, com todo o aparato tecnológico que se fizer necessário. A violência passa a ser então a falta, o oco

que se cria no sentir humano no mundo contemporâneo.

Leopold Nosek vê aí a necessidade da arte como construção da subjetividade, do humano. Propõe para estes tempos ociosos um analista que construa sonhos junto ao seu paciente. Em seu texto faz uma ampla reflexão sobre o Terror, usando a trágica figura de Medéia de Eurípedes, consumida por sua paixão, ou Joseph Conrad com o violento coronel Kurtz, revivido em *Apocalypse Now* (Coppola), passando pela metapsicologia de Freud, e chegando poéticamente a T. S. Eliot com os homens ociosos, empalhados. É este homem da pós-modernidade que sofre da violência do *nada* que necessita da arte e do vigor do sonho de seu analista.

É como a construção de um sonho que vai se montando o texto de Paulo Sandler, que, através da associação de idéias, faz, ao lado de *War Memoirs* de Bion, as suas próprias *Memórias do futuro*. Passa de diálogos imaginários, com Bion, a diálogos *reais*, com as memórias que lhe restaram de seu avô judeu, traumatizado pelos sofrimentos de inúmeras guerras.

Plínio Montagna, ao fazer um longo percurso interdisciplinar seguindo os caminhos da ferocidade do homem através da história, vai observando as suas motivações. Adverte-nos de que, para compreender a violência humana, necessita-se tomá-la não só em seu sentido individual, mas também como fenômeno grupal, em toda a sua complexidade. Passa assim por vários auto-

res, não só psicanalistas como Freud, Glover, Money-Kyrle, mas até Sun Tzu, com o texto *A Arte da Guerra*, ou Sócrates com sua idéia de cidadania universal, para construir uma paz também universal. Plínio Montagna leva-nos a uma ampliação do tema e à lembrança de que os piores crimes foram cometidos em nome de Deus, usando-se a ideologia de um suposto Bem como arma de violência e morte.

Ignácio Gerber se pergunta: o que veio primeiro, o medo ou a violência? E esta pergunta surge através de um poema de Carlos Drummond de Andrade, no qual a poesia nos auxilia, dentro de suas rimas, a pensar questões tão brutais como a violência. Ignácio nos leva a uma questão interessante, propondo “um novo contrato social humano no qual prevaleça o *espírito feminino*” (p. 47). Fala do espírito feminino essencial, em grande parte inconsciente, presente tanto no homem quanto na mulher. Justifica essa idéia pela possibilidade que tem a mulher de suportar a contradição, de manter-se no desconhecido, enquanto o homem busca a assertividade do conhecido, do preciso.

Apsicanálise, assim como a poesia, atravessa as questões da humanidade.

Por meio da palavra, José Otávio Fagundes navega

pelo tema da violência transitando pelas várias teorias psicanalíticas, tentando iluminar a questão. Assim também é a busca de Raquel Elisabeth Pires, que se detém na violência interna de cada indivíduo e usa como inspiração para sua escrita (também ela se serve do artista), uma frase do escritor israelense Amós Oz, que aqui reproduz: “O maior perigo não está nas armas e nas bombas, nem nas guerras e nos militares, mas no coração humano: agressão, fanatismo, prepotência, excesso de zelo, incapacidade de imaginar, incapacidade de ouvir, de rir, principalmente rir de nós mesmos” (p. 147).

Lembro aqui Umberto Eco e seu romance *O nome da rosa*, no qual mostra como o terror e o obscurantismo da Idade Média eram mantidos à custa da proibição do riso.

A violência como um resíduo do processo de identificação e dessexualização pelo qual passa cada ser humano para ser introduzido no mundo da civilização é, finalmente, abordada por Luiz Tenório de

Oliveira Lima. É também a ela que se refere Freud, quando escreve que, do *amansamento* das pulsões, sempre resta um *restó*, que mantém a força do desejo e impele a vida. A maneira pela qual será vivida a parte não domesticada constituirá a natureza de cada ser.

Poderá ser vivida como pura violência e destruição, ou poderá tornar-se criação, dependendo de como se toca o *Outro*, objetalizando-o, considerando-o como semelhante, ou destituindo-o da característica do humano, brutalizando-o e subjugando-o. Do toque no corpo, voltando a Deodato Azambuja, pode advir a violência, mas também a criação. Afinal, não é desta forma, com um toque de seu dedo, que pode ser ao mesmo tempo leve e furioso, no dedo de Adão, que Deus cria o homem à sua imagem e semelhança,

no afresco pintado pelas mãos firmes e poéticas de Michelangelo?

P. S. Esta resenha terminava com Michelangelo e a Capela Sistina, evocando um ato de criação. Procurei apontar para a possibilidade, que os colegas psicanalistas abrem, de pensar que a violência, ao ser elaborada, pode ser transformada e usada como uma força, não só de caráter destrutivo, mas também, e principalmente, como um ato criativo.

A realidade, porém, às vezes vence a fantasia, o desejo. Em sete de julho de 2005, quando dava por findo este texto, o mundo foi invadido pela notícia da explosão de três bombas no centro de Londres, em atentado terrorista assumido pela organização Al Qaeda, com centenas de mortos e feridos.

Londres. Julho de 2005. Uma clara manhã de primavera. A cidade...

“Minhas pálpebras não abriam
mais, mas ainda vi,
flutuando adiante, uma cópia
imperfeita de mim
mesma,
desmembrada, víscera exposta,
contornos que não
me pertenciam,
onde estava a poeira macia de
Alexandria?

Disse, muda:
Para onde me levam?”

Marília Pacheco Fiorillo
(*O Jardim das Delícias*)

Fomentar um diálogo entre a literatura e a psicanálise é, sempre, construir uma reflexão sobre o sujeito. Tal constatação levou a psicanalista e ensaísta Giovanna Bartucci à iniciativa bem sucedida de organizar *Psicanálise, literatura e estéticas da subjetivação*, que faz conjunto com dois outros volumes dedicados às relações da psicanálise com o cinema e a arte. O livro traz contribuições de alguns dos competentes autores, em psicanálise e teoria literária, que tratam hoje do diálogo entre os dois campos no Brasil, além de presentear o leitor com alguns capítulos de uma novela da escritora e ensaísta Marília Pacheco Fiorillo, ganhadora de dois prêmios Jabuti.

É bem sabido que Freud atribui ao escritor literário um saber privilegiado sobre o inconsciente e explora, para a própria criação da psicanálise, obras como *Édipo-Rei* e *Hamlet*. Questões referentes ao próprio trabalho do analista aparecem em seu famoso ensaio sobre a novela *Gradiva*, uma fantasia pompeiana, de Wilhelm Jensen. Se por vezes Freud deita personagens no divã em busca de confirmações culturais para suas hipó-

Entre psicanálise e literatura, o sujeito

Resenha de Giovanna Bartucci (org.),
**Psicanálise, literatura e estéticas de
subjetivação**,

Rio de Janeiro, Imago, 2001, 412 p.

teses, sua visada interpretativa cede o passo diante da importância estruturante do apelo a obras literárias, principalmente aos clássicos, para a construção da teoria psicanalítica em consonância com sua experiência clínica. Tal é a inflexão que vemos disseminar-se na produção teórica psicanalítica das últimas décadas, onde a abordagem interpretativa, psicobiográfica ou ilustrativa da teoria se enfraquece em prol de uma aproximação da arte e da literatura que visa recolocar em questão a própria psicanálise, suas condições de funcionamento e o sujeito de que ela trata (e que ela ajudou a construir por sua incidência na cultura).

É nessa perspectiva de reflexão sobre o sujeito que vão se tecendo ao longo dos escritos que compõem *Psicanálise, literatura e estéticas da subjetivação* pensamentos acerca de questões que inte-

ressam ao campo da psicanálise como ao da literatura, como a da autoria e a dos efeitos da escrita, da leitura e do trabalho analítico sobre o sujeito. Em “Uma psicanálise finda: sobre a eficácia clínica do processo de leitura”, Bartucci privilegia a concepção de sujeito do inconsciente como destino de pulsões para defender a idéia de que a criação artística (e literária) permitiria uma construção de destinos pulsionais, de inscrição simbólica da pulsão. Daí vem a pergunta sobre a eficácia clínica do processo de leitura que dá ao artigo seu subtítulo, e será desdobrada, em analogia com o trabalho de análise, como a possibilidade de o sujeito, a partir de sua condição originária de desamparo, vir a forjar “um lugar-outra a partir do qual a interminabilidade de seu processo analítico mantém-se em marcha” (p. 38).

Maria Rita Kehl nota, por sua vez, que o sujeito moderno poderia ser chamado hoje tanto de “sujeito do inconsciente” quanto de “sujeito literário”, “não como duas faces de uma mesma moeda, mas como duas pontas da corda esticada

sobre a qual nos equilibramos” (p. 63). Entre o sujeito que a narrativa romanesca reafirmaria como personagem e o sujeito que o inconsciente faria deslizar e escapar, estaríamos em constante tensão, frágeis equilibristas. Perdido seu trono metafísico, o ser teria “que se recriar a cada dia, pelo trabalho de cada sujeito falante, revestido de uma pele frágil feita de palavras – as quais, se não forem fixadas em papel, o vento leva” (p. 64). Traçando um amplo panorama das vicissitudes do sujeito na modernidade, a autora localiza culturalmente tanto o surgimento da literatura propriamente dita quanto as condições para a invenção da psicanálise. Diante da determinação literária do sujeito, cumpre perguntar: como opera a psicanálise? Em uma operação radicalmente estética, como indica Lacan ao falar da possibilidade de transformação do romance que é a vida de cada um em um *conto*, graças à análise.

O teórico da literatura Luiz Costa Lima aborda também a configuração contemporânea do sujeito para propor uma sofisticada concepção da literatura como *mimesis*. Ele põe em questão a ruptura entre sujeito “solar”, cartesiano, e a noção contemporânea de sujeito fragmentado, mostrando em Kant e mesmo em Descartes – sobretudo em sua releitura pelos jansenistas – uma certa fragmentação que marca a teorização acerca do sujeito e da representação. O texto desemboca na idéia de *mimesis* como “um composto de duas variáveis: a diferença – ou seja, uma espécie de vazio – que prevalece, no texto artístico (literário e pictórico) sobre a semelhança – sinôni-

mo da aparente completude” (p. 217). Aludindo a Montaigne (“A fala é metade daquele que fala, metade daquele que escuta”), Costa Lima propõe que o escritor, sujeito fraturado, “possui apenas a metade da palavra que escolheu” (ibidem), deixando ao leitor as brechas onde criar, leitor-crítico, filósofo ou escritor, a outra metade.

Noemi Moritz Kon mostra belamente, com *O gato preto*, de Edgar Allan Poe, que o homem configurado pela literatura fantástica no século XIX fornece o enigma que Freud tenta solucionar com a criação da psicanálise. A obra de Freud é uma versão, portanto, do mistério acerca do homem que formula a escrita de Poe, Maupassant, Stevenson e Machado de Assis, entre outros, mas nessa versão algo se transforma e precipita como o inconsciente psicanalítico. De versões trata também o artigo de Eneida Maria de Souza, que apresenta com precisão e fluidez a passagem da noção de intertextualidade para a de transtextualidade, sublinhando o caráter de tradução inerente à escrita literária e o exílio do autor em que ela implica. Também o crítico literário aparece aí como um criador de versões para sua própria vida – ele se caracteriza, na formulação do escritor argentino Ricardo Pi-

glia, como “aquele que reconstrói sua vida no interior dos textos que lê” (p. 137). A própria vida, mostra Eneida, tem um tanto de tradução da literatura – “Madame Bovary somos nós”, conforme seu título.

Ruth Silviano Brandão, com seu “A vida escrita: os impasses do escrever”, segue na mesma direção, mas privilegia a posição do escritor como sujeito produzido numa escrita-inscrição. Lembrando que o escritor é de saída e fundamentalmente leitor, a autora faz convergir escrita e leitura como reescrita, em um texto alheio, do “texto interno” de cada um – texto já múltiplo, retalhado, fragmentário, citacional. Propõe a interessante noção de “travessia da escrita”, em analogia à travessia do fantasma, como uma mudança de posição do sujeito marcada por “uma certa superação do imaginário, um despojamento dramático, um esvaziamento dos significantes” (p. 167) que seriam legíveis na obra de Machado de Assis e de Lúcio Cardoso.

Em “Totumcilmum. A condição de exílio da escrita”, Edson Luiz André de Sousa explora com delicadeza e fluidez o exílio e a estranheza implicados na escrita e na leitura, indicando como função primordial da escritura a de suscitar o intervalo entre o um e o outro onde surge o sujeito, velando pela alteridade necessária em nossa relação com a linguagem. Torcendo a frase de Mallarmé, “Diante do papel o artista se faz”, propõe que o autor aí se *desfaz*. Fiel à idéia de uma multiplicidade inerente à posição do autor nesse desfazer-se, Edson Sousa convoca diversos nomes: Eliot, Joyce, Marcel Duchamp, John Cage etc., para com eles tecer seu texto, seu lugar retalhado e poético, à maneira talvez da *Waste Land* (Eliot) por ele evocada. Nós, leitores, somos então incitados a um verdadeiro trabalho de leitura para suportar tal desequilíbrio, tal ameaça de queda e perda que nos permite um frágil lugar na obra literária e artística.

Joel Birman aborda a delicada questão da “forma de ser” (p. 185) do escrito psicanalítico notando sua multiplicidade estilística, decorrente da pluralidade inerente às produções inconscientes. Lembrando o valor da transmissão em psicanálise, o autor defende o papel central da transferência como inscrição no corpo da qual deve derivar o escrito. Uma retórica própria ao campo da psicanálise teria sua fonte e matéria primeira na experiência da transferência que

torna possível uma “poética do inconsciente e das pulsões” (p. 191). A especificidade desta escrita residiria no fato de ela trazer em sua tessitura as marcas de tal transformação. Na narrativa clínica, o campo transferencial seria escandido pelos momentos cruciais em que a singularidade e os destinos do sujeito se inscrevem, possibilitando a inscrição em um discurso.

A segunda parte do livro é composta de ensaios que se consagram mais diretamente ao diálogo com um autor ou obra. Mário Eduardo Costa Pereira traz uma interessante leitura em “Melancolia e subjetivação em *Aurélia*, de Gérard de Nerval”, sublinhando com cuidado as ressonâncias entre a obra e a vida do escritor e abrindo brechas para novas formulações acerca da subjetivação na escrita e na psicose. Nerval o leva a privilegiar questões sobre a melancolia e as possibilidades de inscrição simbólica do sofrimento psíquico, tendo como horizonte o suicídio perpetrado pelo escritor justo quando, em sua obra, uma possibilidade

de cura parecia esboçar-se. Tal paradoxo entre salvação e perda do sujeito na escrita é atacado de frente por Ana Cecília Carvalho em seu denso “Pulsão e simbolização: limites da escrita”. Em companhia da poeta Sylvia Plath, também suicida, Carvalho sublinha como inerente à escrita literária uma destrutividade ligada a “uma espécie de crise da representação, na qual se perfila – muito além da aposta feita no sentido de se encontrar ou não uma representação para a morte, sobre a qual o texto vai-se construir – (...) a sombria e inevitável possibilidade de que a morte real do autor seja, num mesmo golpe, inscrição, representação e limite” (p. 265).

Em “A ficcionalidade da psicanálise. Hipótese a partir do inquietante em Fernando Pessoa”, Nelson da Silva Jr. articula o *Unheimliche* freudiano à heteronímia pessoana, ressaltando na ficção o desocultamento de “um nada anterior ao psiquismo” (p. 294). O desassossego em que nos põe Pessoa estaria ligado ao que o poeta nomeia como sua capacidade de “outrar-se”, que deixa entrever uma terrível verdade: a precariedade do fundamento mesmo de seu (nosso) ser: “Cheguei hoje, de repente, a uma sensação absurda e justa. Reparei, num relâmpago íntimo, que não sou ninguém” (citado à p. 306). A própria subjetividade parece ser, enfim, essencialmente fictícia.

Frente à história do sujeito como ficção nos põe radicalmente Miriam Chnaiderman em “Wilkomirski: o testemunho como invenção”. Wilkomirski escreveu uma suposta autobiografia como sobrevivente de um campo de concentração que foi aclamada pela crítica e tornada *best-seller*. Narrada através da criança que não compreenderia sua horrenda realidade, a obra é terrível pela força de suas imagens que nos torna vítimas dessa “escrita perfurante que é pura sensação”, nas palavras de Chnaiderman. Ironicamente, descobre-se que o escritor não seria judeu nem teria sido vítima dos campos nazis. Chnaiderman trabalha com a hipótese de sua escrita consistir em uma espécie de reconstrução delirante de sua história, tendo o mesmo estatuto que o da construção em análise. O próprio escritor declara, no contexto da pressão para que se reclassificasse o livro como ficção, que sua biografia seria inverificável: “lembranças infantis nunca serão nada além de histórias” (citado à p. 358). Colocando em questão, como

a psicanálise, o limite entre realidade e ficção, o testemunho de Wilkomirski mostra, para Chnaiderman, que “na irrealidade estabelecemos pontes que vão permitindo a simbolização de um excesso insuportável que pede e impede e volta a pedir para ser falado” (p. 364).

Jorge Luis Borges parece concordar com Wilkomirski e com Fernando Pessoa ao dizer: “Por que diabos me preocupar com o que acontece com Borges? Afinal de contas, Borges não é nada, é uma mera ficção” (citado à p. 377). No artigo “Entre o mesmo e o duplo, inscreve-se a alteridade. Psicanálise freudiana e escritura borgiana”, Giovanna Bartucci mostra que o jogo de espelhos que configura o universo ficcional borgiano é o próprio lugar psíquico de constituição da subjetividade, entendido como “o movimento constitutivo de apropriar-se continuamente, ora observan-

do-se a si mesmo, ora a seu duplo” (p. 373). O *Unheimliche* atuaria como mediador entre o mesmo e o outro, permitindo o acesso à alteridade que marcaria tanto o processo analítico quanto o ato da criação, da escritura, como *criação de um sujeito*. Uma função similar, para João A. Fayze-Pereira, marcaria a correspondência de Mário de Andrade a Portinari: através deste último, Mário “expressa uma parte de si, dimensão que dificilmente chegaria a contemplar a partir de si mesmo” (p. 325), segundo escreve o autor em “Cartas de Mário de Andrade a Portinari: uma questão de sobrevivência”.

Nessa valiosa coletânea revemos obras literárias sendo colocadas lado a lado com a psicanálise e reencontramos a própria psicanálise diante do enigma sempre reformulado pela literatura. Entre as duas, cada um de nós é convocado a se equilibrar precariamente, um tanto estranhado por vezes, perguntando, mudo como a personagem de Marília Pacheco Fiorillo em nossa epígrafe: “para onde me levam?”.

Tania Rivera é psicanalista e Professora Adjunta da Universidade de Brasília. Doutora em Psicologia pela Université Catholique de Louvain, Bélgica, e pesquisadora bolsista do CNPq, é autora de *Arte e psicanálise* (Jorge Zahar Ed., 2002, coleção Passo-a-passo Psicanálise) e de *Entre imagem e escrita*. Guimarães Rosa e a psicanálise (Jorge Zahar Ed., 2005).

Situando a obra

Escrever uma resenha neste espaço, em comemoração aos 20 anos do Departamento de Psicanálise e no relançamento do número 1 da revista, traz inevitavelmente o desejo de refletir sobre o que mudou de 1988 a 2005 no panorama editorial do país.

Segundo Mezan¹, o ano de 1988 marca o início do *boom* de publicações psicanalíticas e, acompanhando o que se passou, podemos dizer que a seção de resenhas de *Percurso* foi crescendo em importância e quantidade de resenhas, junto com a escrita psicanalítica brasileira e o mercado editorial que a publica. Os psicanalistas não são muitos em todo o Brasil. Além disso, segundo pesquisa recente do Conselho Federal de Psicologia, apenas sete por cento dos psicólogos tem referência em Freud e a maioria não tem referência em nenhum autor. Um livro como *Freud, pensador da cultura*, de Renato Mezan² – que completa também este ano vinte anos de seu lançamento e que fez um estrondoso sucesso pelo seu ineditismo e originalidade, tornando-se um livro de referência para todo pesquisador e professor de psicanálise e de outros campos –, vendeu em torno de quinze mil livros. Trago estes dados numéricos para dizer que não é no plano quantitativo que devemos medir a mudança no quadro das publicações nos últimos vinte anos e as suas consequências, já que nenhum livro de psicanálise tem tiragem e vendagem de *best-seller*, ainda que o significativo aumento de títulos lançados tenha um impacto grande na contínua

Neurose que insiste... psicanálise que resiste

Resenha de Manoel Tosta Berlinck (org.),
Obsessiva neurose, São Paulo,
Escuta, 2005, 448 p.

formação da psicanálise brasileira.

O que foi mudando no panorama editorial de psicanálise se deve a vários fatores. Só em 1974, completa-se a tradução e publicação das obras completas de Freud em português, pela Imago. A partir de 1980, retornam vários psicanalistas brasileiros formados na Inglaterra e na França e começam a escrever; “discretamente a princípio, depois em volume maior, começam a surgir trabalhos originais que vêm alimentar a demanda por informação dos que então se aproximavam da psicanálise” (p.237). Fabio Hermann (*Andaimos do real*, 1979), Jurandir Freire Costa (*Violência e psicanálise*, 1983), Renato Mezan (*A trama dos conceitos*, 1982, e *Freud, pensador da cultura*, 1985), Garcia Rosa (*Freud e o inconsciente*, 1983), Miriam Chnaiderman (*O hiato conve-xo*, 1989), Joel Birman (*Freud e a experiência psicanalítica*, 1989), além de Sérvulo Figueira, Chaim Samuel Katz, Oscar Cesarotto, Marcio Peter Souza Leite, Alduízio Moreira e Alfredo Jerusalinsky são esses autores pioneiros. Em 1987, surge a editora Escuta, pioneira na edição exclusiva de textos psicanalíticos, que começa a publicar a brilhante geração francesa que surge por volta de 1968, influenciada

por Lacan no “retorno a Freud”, porém diferenciada dele, cujas “contribuições irão marcar de modo decisivo a evolução da psicanálise brasileira” (p. 229). Pierre Fédida, André Green, Piera Aulagner, Conrad Stein, Le Guen, além de Leclair, Laplanche, e Joyce MacDougall, são publicados por esta e outras editoras. Muitos destes analistas fazem visitas regulares ao Brasil, marcando e influenciando a formação e o pensamento psicanalítico local. A Escuta edita também trabalhos de nomes destacados da psicanálise argentina que, desde a década de 60 até “a brutal interrupção imposta pelo golpe de 1976” (p. 236), publicam seu pensamento original. No final dos anos noventa, são publicados os importantes livros resultantes dos colóquios e jornadas de psicanálise realizadas pelo Departamento de Psicanálise do Sedes, também pela Editoria Escuta. A editora Imago especializa-se na publicação do pensamento kleiniano. Em 1999, publica a importante trilogia organizada por Giovana Bartucci, membro do nosso Departamento, que reúne o pensamento transdisciplinar em psicanálise, cine-

ma, literatura e estéticas da subjetivação; a Zahar publica o pensamento lacaniano e Artes Médicas e Martins Fontes o pensamento freudiano e também lacaniano, sem contar outras editoras como a Relume-Dumará, que editaram importantes revistas, coletâneas e traduções inéditas do final dos anos oitenta e década de noventa.

Também merece destaque a implantação, a partir da década de oitenta, dos programas de pós-graduação em psicanálise nas universidades brasileiras, que “vem se ampliando de modo impressionante, com a abertura de cursos de especialização e de pós-graduação em diversos pontos do país, assim como em várias instituições das cidades maiores” (p. 239) e inserindo os psicanalistas numa rede de pesquisa e de produção científica que já existia antes deles e da qual vêm se beneficiando amplamente. As teses e dissertações vão encontrando oportunidades no espaço editorial e se desdobrando em artigos promissores, publicados nas várias revistas de psicanálise que começam a surgir. Duas editoras destacam-se na publicação deste material: a Editora Escuta e a Casa do Psicólogo, editora inicialmente de testes e livros de psicologia e educação, e que passa a publicar livros psicanalíticos nos anos 90. É dela a edição de livros das importantes jornadas organizadas pelo curso de especialização em psicossomática do Sedes (Psicossoma I, II e III), além de outras organizadas pela Sociedade de Psicanálise, bem como de importantes livros lançados por membros do nosso Depar-

tamento, como os de Renato Mezan, Luis Carlos Menezes, Mara Selaibe, Décio Gurfinkel, Maria Cristina Ocariz, Eliana Borges Pereira Leite, Sérgio Telles, Leda Barone, Carla Segre Faiman, Bernardo Tanis e Paulina Cymrot.

Nesta editora, surge, no ano 2000, a coleção Clínica Psicanalítica, concebida e dirigida por Flávio Carvalho Ferraz, membro do nosso Departamento de Psicanálise do Sedes e, então, já um autor conhecido pela publicação de *A eternidade da maçã* e de *Andarilhos da imaginação*. Esta passa a ser rapidamente um acontecimento editorial. Primeiramente, pela sua proposta de apresentar temas psicopatológicos e específicos sob a ótica freudiana e pós-freudiana. A este matiz didático, acrescenta-se o convite a apresentar o pensamento clínico e teórico original de cada autor. As teses universitárias que se encaixam neste perfil são também publicadas. São 31 livros publicados e mais 44 por publicar. É com satisfação que vemos mais da metade dos autores serem oriundos do nosso Departamento – muitos deles autores de artigos publicados em *Percurso*, ao longo destes anos – o que mostra a valorização e a capacitação crescente para a escrita, que o curso de formação e o trabalho no Departamento de Psicanálise, sobretudo em *Percurso*, ajudaram a consolidar. Em segundo lugar, porque o sucesso de vendas que as rápidas reedições de livros comprovam (o excelente livro

Psicossomática do psicanalista Rubens M. Volich, segundo volume da coleção, já está na quarta edição), aponta para um público crescente de livros acessíveis, embora não simples, e de custo barato. Em terceiro lugar, uma consequência não menos significativa, é a rede de referência mútua entre os autores que a publicação numa mesma coleção propicia. A coleção permite um raro sentimento de comunidade por parte de autores que nem sequer se conhecem todos, mas que se sentem pertencentes a um mesmo valioso projeto, que permite a conexão com o prazer da escrita e da leitura, dirigido de maneira ética e apaixonada pelo editor. As resenhas mútuas de livros em revistas de psicanálise, da qual *Percurso* foi o principal veículo, só reforçaram esta sensação de comunidade virtual. O que mais se poderia querer, para a continuidade da formação de uma tradição psicanalítica brasileira, do que um pensamento que afeta o outro e é por ele afetado?

Mas será que o autor brasileiro de psicanálise, apesar de estar sendo muito publicado, é lido? Será que ele é indicado nas universidades e cursos de psicanálise ou haveria uma acomodação, muitas vezes subserviente, aos autores estrangeiros, e, como tal, obstáculo para a continuidade da formação de uma tradição literária psicanalítica brasileira? A questão se coloca do seguinte modo: como integrar uma tradição psicanalítica de autores estrangeiros clássicos, que laboriosamente foram construindo redes de pensamento psicanalítico ao longo do séc. XX, com a criativa literatura

nacional que, apesar de tomar os clássicos por referência, não fica apenas neles, relançando-os em indagações que atravessam a especificidade da clínica realizada no Brasil, bem como o entorno político institucional?

Obsessiva neurose

Obsessiva neurose é um exemplo de como pode se dar uma conciliação. Projeto acalentado por sete anos, seu editor Manoel Tosta Berlinck pediu indicações de textos para várias pessoas, uma abertura que só contribuiu para a obra de fôlego que resultou, mais que uma coletânea, a apresentação de uma perspectiva metapsicológica dessa manifestação patológica, como nos esclarece o editor em seu curto e precioso prefácio. Os textos de Freud sobre o tema são o pressuposto e a referência inaugural de todos os artigos que foram escritos entre 1918 e 2004, seja nos seis ensaios de autores clássicos (Karl Abraham, Ernest Jones, Maurice Bouvet e André Green), seja nos oito ensaios de autores nacionais (Vera Stella Telles, Décio Gurfinkel, Flávio Carvalho Ferraz, Sérgio de Gouveia Franco, Urânia Tourinho Peres, Maria Lucrecia Rovaletti, Maria Anita Carneiro Ribeiro, Vera Lopes Besset e Susane Vasconcelos Zanotti). O resultado é a constituição de profunda metapsicologia da clínica.

A face taciturna da pintura de Dürer, em close na capa do livro, é impactante. Traz em primeiro plano o olhar revela-

dor dos tormentos da alma, as minúcias dos *ritornelos* da barba e do cabelo que o pintor laboriosamente construiu e convida-nos a entrar num universo complexo e enigmático. A inversão do título é certeira: é a neurose que insiste. E após a leitura, percebemos o seu efeito político, pois é a psicanálise que resiste à extensa operação de apagamento de si que a psiquiatrização neurobiológica tenta fazer, por meio de sua nova nomenclatura e seus procedimentos generalizantes. Para novos usos das medicações anti-depressivas, foi criada a doença mental da moda, TOC, transtornos obsessivos compulsivos, substituída da Neurose Obsessiva. É necessário bem mais do que uma mágica pílula eliminadora de pensamentos intrusivos para dar conta de um sofrimento que aponta para o mal-estar constituinte da nossa civilização. É a isso que parece visar Berlinck, em seu prefácio, ao escolher realçar apenas um aspecto, que funciona como um enquadre para os demais textos do livro: a diferença feita por Freud entre *obsessividade* e *neurose obsessiva*. A afirmação de Freud, presente no manuscrito descoberto no final do séc. XX, *Visão de conjunto das neuroses de transferência*, escrito entre 1914 e 1915, de que o que hoje é denominado “neurose foi, no passado, um conjunto de maravilhosas invenções do humano para protegê-lo de catástrofes ambientais” (p.8), um conjunto de fases do estado de humanidade, aponta para essa diferença. Assim, enquanto a obsessividade é voltada para o entendimento e controle do mundo hostil por meio do pensamento, da pesquisa, da linguagem e da criatividade técnica, é, portanto, manifes-

tação civilizadora, a neurose obsessiva, na repetição empobrecida desses traços, é uma tragédia. Há, porém, já nessa grande invenção, a continuidade da perda de contato com a regularidade e com o objeto da satisfação sexual, bem como um desvio da energia vital denominada libido para outros fins, distantes do prazer. Na neurose, tais conquistas perdem a plasticidade e passam a ser “defesas repetitivas e padronizadas que servem não mais aos desígnios da sexualidade, mas de evitação do erotismo, mais ainda, de regressão e cultivo, de forma recalçada, de um erotismo anal-sádico, típico de nossa civilização” (p.10). Mas se o obsessivo é alguém que *sofre* de seus pensamentos, como apontam Besset e Zanotti, ao menos o pensamento está presente, tematizado, mesmo enquanto intrusão que precisa ser eliminada como nos TOC, trazendo uma certa esperança de que ele ainda sirva para alguma coisa, numa sociedade que parecia estar se encaminhando para a obsolescência, imersa que está na pura impulsão do ato de consumir tudo e a todos, para os mais absurdos e inúteis fins.

À maneira de um aperitivo, tracemos um dos inúmeros fios de conexão que se estabelecem entre os ensaios.

O artigo de Jones, “Traços do caráter anal-erótico” (1918), e os de Abraham, “Contribuições a uma teoria do caráter anal” (1921) e *A valorização narcísica dos processos excretórios nos sonhos e na neurose* (1920), constituem uma verdadeira fenomeno-

logia psicanalítica do quadro clínico da neurose obsessiva. É interessante perceber como, por volta dos anos vinte, existiu uma reflexão clínica rica e avançada por parte dos discípulos de Freud, como mostram os numerosos artigos sobre neurose obsessiva de Abraham, Jones, Ferenczi e Sadger, que não apenas se referenciam em Freud, mas dialogam entre si, através de referências e citações mútuas. A fenomenologia psicanalítica que esses textos constituem dá ênfase à vida pulsional, localizando o erotismo anal e o sadismo como constituintes de um modo de relação com o mundo, que determina a constituição do caráter anal com seus traços característicos, seja nos aspectos positivos sublimatórios, seja nas formações reativas defensivas. Há nesses textos um verdadeiro esmiuçamento dos estados de alma, traços de caráter, modos de estar no mundo, a partir da maneira como o indivíduo viveu sua educação para o controle dos esfíncteres que regulam as excreções, bem como o seu interesse infantil pela defecação e pelas fezes e como tudo isso contribuiu para a constituição narcísica de si. A ênfase no prazer de reter ou em soltar, nas mucosas anais ou no produto excretório determina diferentes traços de caráter. Jones elenca também uma longa lista de símbolos coprofílicos inconscientes.

Continuando as reflexões de Abraham, mas dialogando com Glover e Lacan, temos o longo ensaio também clássico de Maurice Bouvet, “O ego na neurose obsessiva. Relação de objeto e mecanismo de defesa” (1952). Aí, o ego obsessivo será tematizado menos na sua constituição e mais nas relações do sujeito com o

mundo exterior, as relações de objeto que o ego obsessivo estabelece com seu meio.

Um percurso cronológico e detalhado dos textos que tratam da neurose obsessiva em Freud e na leitura lacaniana, através de seus escritos e seminários, pode ser lido em *Notas sobre a neurose obsessiva em Freud e Lacan*, de Urânia Tourinho Peres, texto claro, didático e consistente.

A tematização da religião particular do neurótico através de seus atos obsessivos que são constituídos por uma verdadeira enfermidade de tabus está presente nos ensaios *A enfermidade dos tabus: do querer gozar ao querer dizer*, de Besset e Zanotti, “A ‘religião particular’ do neurótico: notas comparativas sobre neurose obsessiva e perversão”, de Flávio Carvalho Ferraz, “Pensando a neurose obsessiva a partir de ‘Atos obsessivos e práticas religiosas’”, de Sérgio de Gouvêa Franco e a *Metapsicologia da Neurose Obsessiva*, de André Green.

O denso ensaio da argentina Maria Lucrecia Rovalletti, “A objetivação do tempo no mundo obsessivo” (2003) trata da temporalidade programática e aprisionada do obsessivo, onde ele suspende o tempo, imobiliza-se, dá a si a aparência da morte, para proteger-se dela.

O estudo comparativo entre a neurose obsessiva e outras patologias é dos mais interessantes no livro. Ele aparece, em relação à história, no ensaio clássico de André Green, “Neurose obsessiva e histeria: suas relações em Freud e a partir de Freud – estudo clínico, crítico e es-

trutural” (1964) e no ensaio “A mulher obsessiva entre a tragédia e o humor”, de Maria Anita Carneiro Ribeiro. Mas é sobretudo em dois ensaios que aparecem as contribuições mais instigantes do ponto de vista clínico-teórico, pois trabalham o eixo pensamento, ato e *acting out*, com várias referências em comum entre si, embora com desdobramentos diferentes. No ensaio já citado de Ferraz, há a comparação diferencial entre neurose obsessiva e perversão. Ele tira ricos desdobramentos da equação que liga a neurose obsessiva à religião e a perversão à gnose. A partir daí, vai encaminhando sua reflexão para a distinção entre o estatuto da ação obsessiva, um ato psíquico, e do ato perverso, um *acting out*, que pressupõe “insuficiência do processo de pensamento” (p.141). No longo e impressionável ensaio de Décio Gurfinkel, “Ódio e inação: o negativo na neurose obsessiva”, a comparação entre a neurose obsessiva enquanto patologia da inação, onde haveria uma hipertrofia da reflexão em detrimento da ação, e as neuroses impulsivas – enquanto patologias da impulsão – traz uma clínica do *acting out*, a partir do modelo da adicção “compreendida como um campo psicopatológico marcado pela tendência a ação” (p. 268), onde haveria uma hipertrofia da ação em detrimento da reflexão. Se na neurose obsessiva há uma intensa e

hiperinvestida atividade psíquica, que perverte a função do pensamento ao perder o elo de sua articulação com a ação desejada e planejada, na neurose impulsiva há a atuação do impulso, o desejo morrendo “no nascedouro mesmo de um funcionamento psíquico que poderia fazer dele trabalho de simbolização”, tornando-se “um vaguear sem rumo e sem leme” (p.270). Há, neste ensaio, toda uma retomada do trabalho do pensamento psicanaliticamente concebido e sua função simbolizante, de uma maneira original e rica para compreender e tornar possível a clínica dessas patologias.

O já clássico ensaio de Vera Stella Telles, “Mecanismos de defesa na neurose obsessiva: formação reativa, anulação e isolamento” (1979), fecha o livro. Tais mecanismos de defesa servem para manter sob controle o terreno afetivo-emocional, zona de horror típica, pois o obsessivo teme tudo que o desorganiza. Daí o horror à mudança, à surpresa, ao desconhecido serem constantes nele. Mas é trazendo, sobretudo, o paciente do célebre texto de Leclaire (*Jerome ou a morte na vida do obsessivo*), que Telles alerta para que o “drama do obsessivo em todo o seu pungente e doloroso significado é absolutamente incaptável e de-

finitivamente perdido quando se descreve de fora, também detrás de uma muralha, um obsessivo, em vez de Jerome” (p. 431). É a consideração da singularidade de cada vida que pode romper as muralhas que transformam a vida em morte e delicadamente permitir ao psicanalista que retire as bandagens da múmia, reanimando-a para a vida e a capacidade de amar.

A conexão com Serge Leclaire o inclui no livro, ele que tematizou a neurose obsessiva em estudos magistrais. Dá o gancho para terminar esta resenha com um comentário sobre a publicação póstuma de uma reunião de ensaios seus em *Escritos clínicos*³. Ora, toda a primeira parte do livro (“Esboço de uma teoria psicanalítica sobre a diferença entre os sexos”) se compõe de textos inéditos retirados de conferências proferidas por ele no Rio de Janeiro, em 1978. Não é o primeiro autor psicanalista estrangeiro a fazer surgir belas criações em território nacional. Ele aborda a diferença sexual de maneira original, radicalmente respeitosa em relação a impossibilidade de falar por uma mulher ou no lugar desta, o que apenas renovaria a dominância do discurso do homem. Lendo-o, pensamos que é preciso uma desconstrução e uma saída da neurose obsessiva para poder aceder à radicalidade da diferença e à construção do amor possível entre os sexos. Apenas seis anos após Lacan

– seu antecessor no estudo das armadilhas da neurose obsessiva e do gozo do supereu – ter tematizado o gozo feminino em seu seminário *Mais, ainda*, Leclaire desconcerta: não há homem-estátua, não há modelo de homem, não há modelo de pai. Há que desconstruir o ídolo-falo no interior do homem. Mas não ter *status* garantido, não ter segurança garantida produz uma angústia insuportável. Então é mais fácil fazer uma imagem segura de mãe, fabricar a mulher-mãe. O homem está sempre por ser inventado. E a mulher? “Uma mulher não é o que ela tem a fazer, ou o que lhe resta. O que ela teria a produzir realmente é diferença, é sexo, e não apenas filhos; algo de diferente daquilo ao qual ela é culturalmente submetida. Ela tem a produzir o outro e não o mesmo, como faz o homem com a cumplicidade das mães. Produzir o outro, o diferente, é tornar possível que haja, um dia, sexo entre os seres falantes e não apenas sexo natural” (p. 33).

O narcisismo da mulher está por vir, ainda não existe, já que ele é um problema de homem, como a castração. A mulher narcísica é uma projeção, uma forma de resposta às fantasias do homem. “Insistam, sobretudo, no trabalho que deve ser feito quanto ao homem, que se refere precisamente à sua angústia narcísica. A resistência mais forte à mudança de regime, no sentido de regime político, consiste no medo do homem de reconhecer que não tem modelo e que deve renunciar à sua organização narcísica dominante, ou seja, que ele

supere sua angústia de castração. Esse é o trabalho mais importante, a chave da situação... Nada impede que uma mulher faça ao mesmo tempo um outro trabalho e aproveite essa situação – por pouco que o homem renuncie a seu poder – para ‘dizer-se e fazer-se’ como mulher, isto é, diferente” (p. 33-4).

De manifestações literárias esporádicas a um conjunto de livros que começam a fazer relação entre si, criando referências múltiplas, da troca com o estrangeiro, troca que já é de mão dupla, temos o processo da formação de uma literatura psicanalítica brasileira. Para que esta não fique na indiferença de uma receptividade morna e impressionista, o que pode fazer diferença é a problematização do pensamento e escrita entre os autores, numa função de abertura em espiral, interminável, para que sempre se possa pensar diferente.

NOTAS

1. Mezan, Renato, “Figura e fundo: notas sobre o campo psicanalítico no Brasil”, in *Interfaces da psicanálise*, São Paulo, Companhia das Letras, 2002.
2. Mezan, Renato, *Freud, pensador da cultura*, São Paulo, Brasiliense, 1985, a ser relançado pela Companhia das Letras em 2006.
3. Leclaire, Serge, *Escritos clínicos*, Rio de Janeiro, Zahar, 2003.

Renata Udler Cromberg: psicanalista, membro do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae, supervisora da equipe de saúde mental do CRT AIDS/DST. Autora dos livros *Paranóia* (Casa do Psicólogo) e *Cena incestuosa* (Casa do Psicólogo) e uma das autoras do livro *La féminité autrement* (Presses Universitaires de France).

Cristina Capobianco nasceu em Montevideu e vive no Brasil desde 1974. Seu livro apresenta o resultado da pesquisa que realizou e comunicou em dissertação quando obteve o título de Mestre em Psicologia Clínica pela PUC/SP. Ao longo do texto estão intercaladas situações clínicas das quais participou em diferentes momentos de sua vida profissional em instituições hospitalares em São Paulo.

Capobianco reúne dois tipos de discursos, um convocando autores com os quais se identifica para sustentação, crítica e interlocução, na elaboração de seu texto teórico e acadêmico. No outro discurso relata sua experiência profissional e suas opiniões acerca das equipes ligadas à pediatria hospitalar nas instituições de saúde em que trabalhou como *psí*. Neste, o vértice mais original do seu texto: a crítica aguda ao médico, ao enfermeiro, ao atendente, ao lado da mesma veemência em relação aos profissionais com formação em psicologia, em psicanálise, em psicossomática psicanalítica ou medicina psicossomática, quando o sujeito da intervenção é deixado de lado, isto é, quando o paciente é medido, diagnosticado ou atendido através muito mais da utilização dos saberes de que estes profissionais dispõem, do que através do recebimento do que o paciente, a criança ou seus pais sabem a respeito de si mesmos. “Via de regra, o médico parte do princípio de que os pacientes – e, no caso da criança, seus pais – não sabem a respeito do seu corpo, de si mesmos; é necessário, portanto, transmitir-lhe o saber científico coercitivamente e, com frequência, de forma

Um copo de H₂O

Resenha de Cristina Surani Mora Capobianco,
**O Corpo em OFF – a doença e as práticas psi
na pediatria hospitalar**, São Paulo,
Estação Liberdade, 2003, 247 p.

ameaçadora, em nome de sua salvação ou cura” (p. 56).

Respaldoando-se em Foucault e no conceito de “saberes dominados”, diz que há abundantes exemplos destes saberes, sepultados e dominados no hospital não só pelo discurso médico-científico e igualmente “pelos discursos *psí*, que aplicam seus conceitos sem levar em conta as condições históricas, culturais, sociais, econômicas do paciente e de sua família, cuja interpretação remete-se de modo unívoco a teorias universais, incorrem nesse mesmo tipo de desqualificação” (p. 57). Referindo-se à equipe de enfermagem, relata a resistência havida quando foi autorizada a presença das mães como acompanhantes dos filhos, nos casos de internação. Havia um medo, por parte destas profissionais, um receio de perder o emprego, pois achavam que os pais as iriam substituir nesta função.

Descreve ainda a intervenção de setores administrativos em detrimento do melhor cuidado com a criança-paciente, como a impossibilidade de conseguir que se colocasse caixa de areia para suas atividades, pois, argumentavam, as crianças iriam levar areia para dentro das salas de atendimento e para os corredores do hospital. A conduta mais surpreendente e que pode

servir como paradigma para a crítica à arbitrariedade do discurso do “poder do saber” pode ser exemplificada com a prescrição que um médico gastroenterologista deixou para a mãe de Francisco, de 10 anos, que sofria de constipação crônica e com dificuldades escolares. No final da consulta psicológica com a autora, a mãe de Francisco, informando-lhe que não sabia ler direito, pergunta o que estava escrito no papel que o médico lhe havia dado como orientação: ao final da prescrição, vinha uma recomendação importante e em destaque: Francisco deveria beber, ao dia, copos de H₂O !

Capobianco é determinada no respeito ao paciente das instituições públicas, pois além de lerem com dificuldade muitas vezes não possuem nem sequer dinheiro para a condução ao hospital. Por respeito a eles, relata o que ocorreu com um paciente de 12 anos, Nilton, atendido pela gastropediatria e diagnosticado como deficiente mental. Como deficiente, Nilton recebe uma carteirinha com a qual ele e seu acompanhante não pagavam a passagem de

ônibus. Vencido o prazo para continuar não pagante, a autora e uma colega, também psicóloga, levaram a discussão sobre a revalidação da carteirinha de não pagante à reunião multidisciplinar do Departamento, onde se discutiam aspectos de interesse comum a toda a equipe de profissionais. As duas psicólogas consideravam que Nilton era observador e pertinaz, e que o estigma de deficiência mental estava se cronificando em função do benefício concedido sobre sua deficiência. Sugeriram que poderia ser mantida a concessão, refeita, porém, sobre outros critérios. Houve indignação por parte dos demais componentes da equipe, criticando a prevalência do aspecto emocional em detrimento do da sobrevivência, caso Nilton não pudesse vir às consultas, por falta de condições para pagar a condução. As duas psicólogas foram colocadas frente à ambivalência da equipe, que lhes solicitara analisar aspectos emocionais do paciente e ao mesmo tempo exigia que não intervissem contrariando diagnósticos pré-estabelecidos; sentiram-se nocauteadas pela impossibilidade de aquela criança ser repensada em sua singularidade e em seu lugar na família e para a equipe.

Capobianco fala dos saberes institucionalizados e da impotência frente a situações nas quais muitas vezes se sentiu com a sensação de não ter falado e dito tudo o que queria ou achava que deveria. O trabalho multidisciplinar é muitas vezes muito multidisciplinar, e deveria haver maior intercâmbio interdisciplinares. Frente a esta constatação dos especialismos, há uma super-

posição de análises sobre o paciente, e cada especialista fica no lugar de especialista de seu saber e não do saber do paciente, que é o que interessa. É nessa cristalização que o corpo do paciente fica em *off*, fora de foco, ausente, subordinado: "Ninguém olha ninguém: a mãe de V. olha para o intestino e para as fezes constipadas, mas não para o corpo que fala como um bebê, que engorda, que não pára quieto; o médico olha para o distúrbio gastro-enterológico, o resto do corpo não interessa; os representantes da disciplina de Alergia procuram 'corpos com constipação' para realizar teste de alergia, sem se importar com a pessoa corpo. Este corpo está sempre em *off*" (p. 97). Remeto à proximidade com Joyce McDougall quando se referiu à figura de Procusto, para criticar a tentativa de enquadrar o paciente na teoria do psicanalista, cortando-lhe ora os pés ora a cabeça, imitando o personagem mítico que oferece sua cama aos viajantes exaustos. Como a cama tem um tamanho único e exíguo, uma parte do viajante tem que ser eliminada para que fique do tamanho adequado.

É preciso implementar formas facilitadoras do processo de singularização dos pacientes, e isso vale tanto para os que o atendem e o recebem, quanto para os que o inscrevem nos programas de atendimento e para suas famílias, como no caso da mãe dos pacientes Nilton e Nelton, que eram conhecidos como os "Irmãos Metralha". Quando se solicitava a presença de um deles, a mãe às vezes trazia o outro dizendo: "Trouxe o Nelton, porque o Nilton, que foi chamado, não pode vir hoje, e o Nelton também

está precisando." Tanto para os pais como para a equipe que os atendia, os pacientes pareciam intercambiáveis: não tinham uma história própria e singular, não se diferenciavam um do outro.

O livro investiga os caminhos de dessingularizações pelos quais passam os pacientes e se preocupa com a cristalização dos especialismos; aponta o avanço da medicalização dos pacientes, mesmo por sugestão dos profissionais *psi*. "Apesar dos saltos provocados pela psicanálise na conceituação da formação do sintoma e dos avanços da psicossomática em relação ao distúrbio orgânico, introduzindo a capacidade de representação psíquica, a atuação dos *psis* nos hospitais gerais tem se medicalizado. Tanto suas formas de intervenção quanto teorias que as apóiam acabam por adquirir características médico-científicas" (p. 139). O livro nos encaminha para a questão: qual a possibilidade de saída frente à falência dos caminhos ora trilhados; se antes era o poder médico, agora, é o poder *psi*; se antes a medicina tinha única voz, agora, com as contribuições de Freud, dos teóricos da psicossomática psicanalítica, o exercício do poder se deslocou para a interface entre os saberes rumo à subordinação do paciente. A administração hospitalar, a atuação dos profissionais dentro do hospital geral continua, em outra escala, subordinando o paciente. Como saída, a autora acena com a proposta de Clínica Transdisciplinar, que é uma tentativa de enfrenta-

mento teórico e tecnológico das dificuldades encontradas na clínica *psi*.

Há que escapar do efeito iatrogênico do contexto hospitalar e, para isso, inventar e reinventar saídas. Capobianco inventou novos jeitos de olhar-escutar, desfazendo-se dos *a priori*, inserindo recursos da arte e da comida no atendimento de seus pequenos pacientes com sofrimentos ligados à alimentação, e relata o êxito de suas investidas neste sentido. Uma visita à Bienal de São Paulo ou o contato com a exótica comida japonesa permitiu que seus pacientes, com constipação intestinal e/ou outros sofrimentos de sua função alimentar, pudessem experimentar o novo, pudessem criar, à moda da *ready-made art*, produções que incorporassem objetos já usados em singulares construções dando-lhes novo sentido, e, ainda, que pudessem conhecer novos sabores e odores sem que fossem obrigados a comer os alimentos então apresentados. O processo de construção dos fazeres de seus pacientes passou a ser mais valorizado do que o produto final, feio ou bonito, acabado ou desconstruído.

De todos os casos relatados, a discussão sobre um bebê de dois meses com dificuldade de sucção do seio materno é pungente. Frente à perda de peso houve a orientação de que o bebê fosse alimentado com mamadeira. A medida não causou o efeito esperado, houve suspeita de alergia ao leite de vaca. Foi a mãe orientada à relactação, que também não deu certo. A discussão sobre como reorientar a relactação, e os pro-

cedimentos que envolvem tão singelo e inato gesto, requer conhecimento não só de intolerância ao leite, mas de todo o processo dos músculos da boca e da língua envolvidos no controle da sucção, exigindo habilidades distintas conforme sucção do seio ou da mamadeira. As aptidões inatas são distintas no bebê, das que a sucção da mamadeira requer. O resultado frustrado leva o bebê e a mãe a chorar, e o médico a se sentir impotente.

Aqui a interdisciplinaridade não pode ser resultado apenas da escuta e do olhar, vai mais além: o único recurso do bebê é o choro – é seu corpo que fala. É preciso aprender a olhar e a sentir o mundo, e, neste caso, senti-lo do ponto de vista do bebê.

No livro estão na berlinda, como o próprio título anuncia, as práticas na pediatria hospitalar, aí incluídas as práticas *psi*. Como profissional da área, a autora fala de si própria e dos reiterados jeitos de buscar novas formas de cuidar e de reinventar possibilidades de acolhimento dos pacientes. Sua principal preocupação se expressa com a pergunta que lança ao término de seu texto: E a saúde do paciente, interessa a quem?

Maria Auxiliadora de Almeida Cunha Arantes é psicanalista, membro do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae e professora no curso de Psicossomática do mesmo Instituto, mestre em Psicologia Clínica pela PUC/SP, autora de *Pacto revelado – psicanálise e clandestinidade política*, São Paulo, Escuta, 1994, e de *Estresse*, São Paulo, Casa do Psicólogo, 2002.

Da safra de escritores literários contemporâneos que tratam das questões de nossos tempos, quero destacar a obra de Michel Houellebecq, pelo que traz de incômodo e de ilustrativo daquilo que vivemos, e, em meio a seus três cáusticos romances, deter-me-ei sobre *As partículas elementares* como aquele que nos apresenta esse homem atual da maneira mais crua, cruel e brutal possível.

Michel Houellebecq encarna com propriedade o mote: “ame-o ou deixe-o”. Acusado de reacionário, racista ou anti-feminista por alguns, é também admirado por aqueles que percebem, em sua escrita, a ácida ironia com a qual aborda os temas caros à nossa civilização ocidental, não apenas pelo conteúdo de seus romances, mas também a partir da forma como são escritos. Em meio à narrativa, um texto de propaganda, um artigo de revista, o ruído cotidiano invade o texto, tornando-se parte destoante dele, incômodo, quisto desajeitado que atordoia o leitor e participa da constituição subjetiva dos personagens. Somos o que comemos, o que consumimos, as propagandas dos encartes publicitários, os *spams* que se imiscuem em nossas caixas de *e-mail*... eles falam mais alto e entrecortam nossa existência, moldando-nos como seres fragmentários, costurados pelas frágeis linhas dos enxertos midiáticos de uma sociedade de consumo.

Polêmico, Houellebecq já teve suas posições confundidas com as dos personagens de seus romances, como se fosse o que se chama de *roman à thèse*¹, como se denunciá-las equivalesse a professá-las, o que se confunde ainda mais dada a contun-

O homem contemporâneo por Michel Houellebecq

Resenha de Michel Houellebecq,
Partículas elementares, Porto Alegre,
Sulina, 1999, 340 p.

dência de sua escrita, quanto mais os temas de seus livros se embrenham por áreas espinhosas, tais como o sexo e a religião. E, a bem da verdade, ele faz pouco para atenuar os mal-entendidos, possivelmente satisfeito por ser mais um *enfant terrible* literário.

De forma geral, podemos dizer que Houellebecq é o porta-voz dos *losers*. Não exatamente aqueles dos filmes americanos, maltratados pelas figuras populares da escola, os bonitos, ricos e bem nascidos. O autor escapa dessa polarização fácil pela qual seríamos orientados a torcer pelos mais fracos que triunfariam ao final, vingando a todos aqueles que viveram suas vidas excluídos do ideal de perfeição disseminado culturalmente. Aqui começa o interesse de Houellebecq para o psicanalista, no paralelo possível de ser estabelecido entre a maneira que a psicanálise aponta a distância entre o sujeito e seus ideais como intransponível, inescapável à condição humana, transitada pelo desejo e sempre passível de frustração e falta e o que o autor procurará ilustrar com seus personagens. Os fracassados de seus romances somos todos nós.

Partículas elementares é seu segundo romance. Nele, acompanhamos os meio-irmãos Bruno e Michel em suas agruras cotidianas. Filhos da mesma mãe, uma mulher que peregrina pelo mundo a seguir diversas seitas – da onda *hippie* ao *new age*, passando por cirurgias plásticas e todas e quaisquer promessas de eterna juventude e prazer – pouco se importando com os filhos, são criados cada qual por sua avó paterna. Conhecem-se na época da escola e reencontram-se quando adultos.

A família, esgarçada, pareceria, a princípio, causar maiores danos a Bruno do que a Michel, que vive em um certo mundo idílico, com sua namoradina de infância, a belíssima Annabelle, que o acompanha em seu silêncio e sua indiferença até seus tempos de faculdade, quando se descobre bonita e desejada, o que lhe mostra que o mundo em que vivera até então fora o da indiferença falsamente apaziguadora. Annabelle inserida no jogo das seduções e dos relacionamentos fugazes das pessoas de sua idade se arruína como personagem romântico, sem carne e sem inquietações. Tanta indiferença, tanta falta de substância, apenas Michel as mantém.

Bom aluno, tratado de maneira amigável pelos colegas de escola, Michel pare-

ceria ter passado incólume a tudo o que perturbou Bruno, o que nos levaria a entendê-los como contrapontos um do outro: dois filhos de uma mesma mãe, um que “dá certo”, outro que não. Mas não é tão fácil assim com Houellebecq, que desmonta cada um dos inúmeros clichês hollywoodianos implantados em nossa subjetividade como o caminho esperado em direção ao que devemos ser e a como devemos nos relacionar. Desmonta-os ao fazer uso deles e levá-los às últimas conseqüências, provocando o embaraço do leitor que vê desmascarada, a cada página, a sobreposição que almeja falsear o terrível da condição humana.

Não por acaso, Michel é um geneticista que busca livrar o mundo do sofrimento que o ser humano traz, através da extirpação daquilo que, no homem, lhe causa os maiores conflitos, dores e atribulações: a sexualidade. Trabalha em um projeto para permitir que os seres humanos se reproduzam prescindindo dos descontroles, das intensidades, dos imprevistos e dos desconhecimentos que envolvem a reprodução sexual. Ele é um dos cientistas a criar condições para o surgimento do clone em um futuro não tão distante. O clone é o homem aprimorado e ultrapassado dessa sua condição de humanidade. É ele quem narra o romance com olhar retrospectivo, situando suas origens em nossos tempos.

Bruno, o outro irmão, é o que poderíamos chamar de “pervertido sexual”, no sentido de ser alguém que busca compulsivamente alguma redenção através da atividade sexual, a qual lhe é recusada pela maioria das mulheres, trans-

formando-o em um onanista raivoso. Ele seria o perdedor mais óbvio, o autêntico *loser*: feio, sem sucesso com as mulheres, repulsivo, profissional medíocre, espancado e abusado das mais diversas formas ao longo de sua infância em um colégio interno, sem amigos, sem forças para se defender. Quando adulto, Bruno peregrina pelos espaços *new age* em busca de companhia, repetidas vezes rejeitado, incapaz de se inserir, de fazer parte, de encontrar lugar de conforto nessa dissolução em um grupo de pertinência. Desmascarado sempre, crítico, amargo, não encontra consolo nem ao menos em Christine, que vagueia pelos mesmos lugares que ele, dos alternativos e esotéricos às colônias naturistas e casas de *swing*, estabelecendo, tal qual sua mãe, uma interessante continuidade entre espaços de busca religiosa e espaços de busca de prazer, sobrepostos pelo engodo do misticismo atual, também desvelado no livro.

Está feito o contraponto, mas o que Houellebecq buscará evidenciar é que todos os personagens partilham de um mesmo destino trágico, inerente a sua humanidade em comum: todos e cada um deles serão testemunhos de que a condição humana traz males insuportáveis, sofrimentos atrozes, ausência de sentidos e de possibilidades de alento. Sendo assim – e aqui reside um segundo foco de interesse dessa narrativa para o psicanalista – a solução que se apresenta é tal qual se segue: se possível for escapar da condição humana, é melhor que se o faça.

Como ocorre com Annabelle, que se promete como um personagem romântico, desencarnado e etéreo a pai-

rar no ar, e descobre-se atormentada pela lancinante constatação da indiferença que Michel nutre por ela no exato momento em que se experimenta desejada e desejante, cada um dos personagens terá, também, a sua queda. E o único que não cai – além do clone que está acima disso, o que o torna, por isso mesmo, um precursor dele, bem como seu criador – é Michel, olhando os homens com incômodo e perplexidade, como só aqueles que estão do lado de fora dessa condição conseguem. Ele ajudará a criar o “novo homem”, isento, como ele, de tudo o que perturba a manutenção de um estado de coisas apaziguado. Se quisermos arriscar uma aproximação freudiana, podemos pensar que Michel encarna a pulsão de morte naquilo que ela ruma em direção à extinção da perturbação que é a vida, pela tentativa de manter o ser humano livre das excitações promovidas por Eros.

Partículas elementares apresenta uma perspectiva sobre a contemporaneidade na qual se ressalta que, no mundo dos *losers*, não há redenção possível. Nisso, afasta-se do que encontramos nas reflexões de alguns pensadores, tais como George Steiner², e aproxima-se de uma certa maneira de pensar o contemporâneo da qual Jean Baudrillard³ me parece o autor mais paradigmático.

Steiner⁴, ao analisar a possibilidade de conceber uma cultura em nossos tempos, realiza uma leitura dos dias de hoje a partir da proposição de que o pior dos acontecimentos modernos é corolário do

melhor que foi criado com a modernidade, o que faria de nossos dias uma conseqüência direta de um grande *ennui* e do anseio perverso de caos, gerados no seio da bem-aventurança produzida pela alta civilização do século XIX. Tédio, vazio e frustração surgidos do melhor que a condição humana pode produzir, o que daria origem, como produto desse melhor, também ao pior do ser humano, que explode pelas brechas rasgadas no âmago da civilidade: as duas guerras mundiais, o holocausto, a barbárie.

Em Houellebecq não há explosão possível, e a violência já não garante mais lugar para a vontade de destruição animada pela pulsão de morte, que caminharia lado a lado com os movimentos civilizatórios. Aqui o autor nos presenteia com a novidade contemporânea da impotência absoluta – ainda escassamente pensada pela psicanálise, mesmo que se apresente aos borbotões na clínica atual. O que acontece quando não se encontra saída no amor e, tampouco, na violência? Bruno e Michel não a encontram em nenhum desses “lugares”. Que resta do humano quando os caminhos pulsionais encontram-se barrados pela impossibilidade quase total de encontrar alguma via de escoamento, alguma satisfação, ressonância ou redenção? O que pode fazer o sujeito quando o sofrimento insustentável é dor, sem perspectiva de simbolização possível?

Nisso, Bruno difere de Michel, pois, ainda que seja o pior dos homens, conserva alguma esperança ao buscar possibilidades dentro da esfera do que cabe ao humano. No mínimo, podemos pensá-lo

movido por alguma compulsão em repetir suas tentativas. Compulsão à repetição como esperança de encontrar espaço de simbolização, de inscrição psíquica. Talvez possamos entender dessa maneira os movimentos desajeitados e fracassados de Bruno. Mas Michel vai mais além em sua tentativa de superação da esperança, da repetição e da busca de simbolização: ele trabalha para superar o humano, para exterminá-lo. Então, não há redenção possível e a saída que cada um dos meio-irmãos dará para esse impasse parece ilustrar a discussão sobre a contemporaneidade que vemos ocorrer nos tempos atuais, em diversos aspectos.

Bruno, após não poder se esvaír no prazer, nem se safar pela violência, interna-se em uma clínica. Entorpecido e apaziguado pelos remédios, tem como destino ser mais um assujeitado, objetificado pelo modo medicalizado e patologizante de constituição das subjetividades sem sujeito, assunto tão bem abordado nas obras de Roudinesco⁵ e Birman⁶ no campo psicanalítico, para citar apenas alguns dos autores que buscaram refletir sobre o claustro depressivo imposto ao sujeito como condição de existir retirado de suas possibilidades de singularidade e de desejo.

Michel, por sua vez, contribui para a constituição do “novo homem” e some. Como o clone, sua criatura, não mais capaz de morrer, simplesmente evapora no ar, como uma lenda.

Não há consolo nos laços familiares, na irmandade, no trabalho, no sexo, no amor ou na violência. A cada saída

possível o “sem saída” renova-se e reafirma-se de maneira contundente. Não apenas o sem saída da impossibilidade de redenção desses personagens, como de todos que passeiam pela trama: *hippies* pós-anos 60, adeptos da onda *new age*, mulheres liberadas pós-feminismo, religiosos em geral, usuários de drogas, praticantes de orgias, etc, etc. Nem ao menos os bonitos, ricos e bem-sucedidos escapam, o que reforça a constatação de que somos todos perdedores em um mundo sem saída.

Qual a solução? Erradicar a espécie humana da face da Terra ao extirpar do homem tudo o que lhe é característico, tudo o que lhe é próprio de sua condição humana? O fato de ser um clone que narra a história poderia apontar para isso, para essa superação das mazelas humanas e para a construção de um super-homem, capaz de experimentar a felicidade e a bem-aventurança de maneira absoluta.

Jean Baudrillard⁷ aponta-nos como o movimento que dissocia a prática sexual da procriação, reforçado pela criação e pelo uso dos métodos contraceptivos, é o início de um percurso rumo à erradicação daquilo que perfaz a condição humana: sexualidade e mortalidade. Quando sexo e procriação se separam, caminhamos no sentido da inutilização do primeiro, o que podemos vislumbrar nos inúmeros avanços científicos que nos possibilitam, atualmente, prescindir do sexo para nos reproduzirmos. Próximo passo: erradicação da morte com a perpetuação do ser humano

infinitamente, o que se evidencia com o adiamento artificial do envelhecimento, da decrepitude e da degenerescência, possibilitado também pelos avanços da ciência. A clonagem, em um certo sentido, apresentar-se-ia como o ápice desses dois percursos: reprodução sem sexo, recriação do mesmo, ultrapassagem da morte, perpetuação infinita de si. O clone de Houellebecq nos olha em retrospectiva e nos indaga acerca do movimento que fazemos em sua direção. O que será de nós, humanos, com aquilo que criamos para nós mesmos? Indagação quase apocalíptica em Baudrillard, mas que demanda reflexão e trabalho.

Para quem lê *Partículas elementares* e se deixa afetar pelo tom irônico da escrita, fica claro que não se trata de pregação de uma mensagem eugenista, mas da elucidação humorada e crítica acerca do lugar no qual o sujeito vive atualmente, e para onde parece caminhar: a extinção da sexualidade, do sofrimento e da morte, com a conseqüente extinção de nossa espécie. O que Houellebecq apresenta, em seus romances, é um estado de coisas próximo ao que Freud constatava, quase uma centena de anos antes, em *O mal-estar da civilização*⁸, o que o torna ainda mais interessante para uma reflexão psicanalítica ocupada com a problemática da alteridade.

Freud dizia que, dos três sofrimentos a que o humano está sujeito por sua própria condição, é aquele proveniente do outro o que mais o incomoda, por lhe parecer o único possível de ser evitado. O intolerável da alteridade reaparece nos tempos atuais através de seus projetos em relação ao

humano, na medida em que a extinção da sexualidade e da morte prometeria desfazer todas as diferenças, arrastando com seu extermínio todas as possibilidades de singularidade e de subjetividade humanas. Com isso, supõe-se, a extirpação do sofrimento teria alcançado um êxito impossível de ser pensado enquanto o sujeito e o outro se imbricavam no campo da condição humana, encontrando-se marcados e cerceados por ela. Assim, a proximidade com Freud se desfaz quando constatamos que, cem anos depois, o que seria impensável tornou-se factível e o além do humano é passível de ser criado e de dar cabo do que se entende por humanidade.

Retornamos a Freud e ao mal-estar incurável, ao fracasso e à perda que nos acompanham, à condição trágica de nossa existência, idéias tão caras aos psicanalistas contemporâneos que se interessam pelo tema e pelas figurações desse homem atual. Para superarmos tal condição, temos que nos extinguir enquanto seres humanos, algo para o que Baudrillard⁹ apontou através de sua análise dos progressos da ciência e para o que os psicanalistas se percebem constantemente voltados quando escutam, em suas práticas clínicas, todo o tipo de discursos que almejam a extirpação do desejo, o aplacamento das intensidades, a busca de um assujeitamento, tão presente e factível com os atuais avanços médicos e farmacológicos. Mas aí, vale a pergunta: e temos que superar tal condição? Aonde queremos chegar com isso?

Buscar evitar a morte, o sofrimento, o conflito, tal é a tônica do homem atual, o ho-

mem deprimido de Roudinesco¹⁰ e Birman¹¹, o *loser* sem saída de Houellebecq. Dono de um estilo inconfundível por sua fragmentação e de uma amargurada visão sobre a contemporaneidade – na qual não dispensa menções pouco honrosas nem mesmo à psicanálise como produtora desse indivíduo atual – sua obra torna-se leitura necessária e instigante para os psicanalistas que se indagam a respeito do homem contemporâneo, mesmo para os que tenham, acerca dos dias de hoje, a perspectiva de uma aposta mais esperançosa.

NOTAS

1. Para um aprofundamento na análise literária da obra de Houellebecq, sugiro: S. van Wesemael (org.), “Michel Houellebecq”, *Cahiers de recherche des instituts néerlandais de langue et de littérature françaises*, nº. 45, Amsterdã/Nova York, Rodopi, 2004.
2. G. Steiner, *No castelo do Barba Azul – algumas notas para a redefinição da cultura*, São Paulo, Companhia das Letras, 1991.
3. J. Baudrillard, *A ilusão vital*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001.
4. G. Steiner, *op. cit.*
5. E. Roudinesco, *Por que a psicanálise?*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2000.
6. J. Birman, *Mal-estar na atualidade – a psicanálise e as novas formas de subjetivação*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003.
7. J. Baudrillard, *op. cit.*
8. S. Freud, “O mal-estar na civilização” (1930[1929]), in: *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, vol. XXI, Rio de Janeiro, Imago, 1996.
9. J. Baudrillard, *op. cit.*
10. E. Roudinesco, *op. cit.*
11. J. Birman, *op. cit.*

Alessandra Monachesi Ribeiro é psicanalista, membro do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae, mestre em Psicologia Clínica pela PUC-SP.

A iniciativa de publicar um livro em que se relata uma experiência de atendimento em uma instituição hospitalar pública já é por si só preciosa. Primeiro, porque, ao expor dificuldades, erros e acertos, colabora com aqueles que estão iniciando sua prática clínica. Segundo, porque implica na disposição de relatar resultados de pesquisa da prática clínica mesmo quando há dúvidas e titubeios. Terceiro, porque se dedica a duas das expressões do mal-estar na cultura de difícil tratamento e resultados desproporcionais ao esforço empregado: a bulimia e a anorexia nervosas. Finalmente porque mostra a possibilidade de manter um trabalho multidisciplinar apesar das diferenças teóricas, que vão sendo explicitadas nos diferentes capítulos.

Uma tese de doutorado inspirou o início dessa atividade clínica que reuniu dez profissionais: psicólogos, psiquiatra, terapeuta ocupacional, nutricionista, alunos estagiários. A atividade clínica foi além da tese que a inspirou; incorporou, cresceu, atraiu interesse de pesquisadores e clínicos, e principalmente pacientes de todos os cantos do país. E se

Anorexia e bulimia nervosas: um desafio clínico

Resenha de Henriette Abramides Bucarechi (org.), **Anorexia e bulimia nervosa, uma visão multiprofissional**, São Paulo, Casa do Psicólogo, 2003, 183 p.

tornou simplesmente necessária. Sua história é contada pela organizadora Henriette Bucarechi na apresentação. Os trabalhos se iniciaram em 1993 com a criação do Ambulim, e Henriette foi convidada a integrar a equipe em 1993, e permanece na coordenação do "trabalho psicológico" até 2001. A "Apresentação" mostra os caminhos que a experiência foi tomando e é pano de fundo para a leitura dos textos que vêm a seguir; descreve as vicissitudes deste trabalho institucional, que não são poucas, e explicita o contexto em que foi realizado. Cada um dos textos se torna mais interessante e compreensível à luz dessa "Apresentação" porque ela revela a complexidade da tarefa, a busca por um modo de operar que trouxesse mais resultados para o paciente e sua família, da perplexidade e sobressaltos que estes pacientes com transtorno alimentar trouxeram para a equipe. Nunca é demais insistir no fato que este livro tão bem evidencia: o interesse que a atividade clínica na instituição pública suscita entre os profissionais da área de saúde, com o que

se explica a permanência de tantos colaboradores voluntários neste trabalho. De um lado fornece um campo para estudo e pesquisa, e por outro, alimenta o campo teórico, propõe novas questões e pede novos desenvolvimentos.

Um livro no qual vários autores escrevem sobre o mesmo tema – no caso, distúrbios alimentares – põe em evidência uma questão bastante interessante: não só as respostas que os autores dão às questões são diferentes, mas as perguntas, elas mesmas, são outras.

A "Apresentação" nos indica o lugar da atividade dos profissionais na instituição, e o texto que vem a seguir, escrito por Henriette Bucarechi e Cybelle Weinberg, situa os distúrbios alimentares na história. Ele abrange os primeiros relatos conhecidos sobre estes distúrbios contidos no *Talmud* passando pela Idade Média, século XIII até o ano de 2002, data mais recente das referên-

cias bibliográficas correspondentes a este capítulo. O entrelaçamento entre a afecção individual e o momento cultural em que ela se manifesta é um dos recortes propostos pelas autoras: seria uma das expressões femininas em resposta à condição da mulher num dado momento histórico.

A descrição dos sintomas tal como eles aparecem na clínica, as falas tão características dos pacientes e familiares, principalmente das mães, as hipóteses teóricas sobre a constituição subjetiva e sua relação com o aparecimento dos transtornos alimentares, as propostas terapêuticas e suas vicissitudes na prática clínica, a lenta e difícil evolução dos pacientes, a brutal proximidade com a morte são temas aos quais todos os textos se dedicam. A tensão que envolve o atendimento desses pacientes e seus familiares está, sem exceção, explícita em todos os capítulos. A ênfase dada pelos autores à necessidade do atendimento multidisciplinar tem uma dupla face: a gravidade e a complexidade dos quadros com transtornos alimentares exigem a atenção de diferentes profissionais, mas, além disso, a tensão da prática clínica pede a divisão

de responsabilidades. Trata-se menos de uma questão ética, tal como proposta por Marle Alvarenga, mas mais de uma solução, ou de um encaminhamento possível a tal desafio. Segundo Marle, “utilizar apenas a intervenção nutricional sem os devidos acompanhamentos psiquiátricos, psicológicos e terapêuticos seria uma imperdoável falha ética” (p. 96). Seria uma falha ética apenas no sentido de que não funciona. Assim como apenas um atendimento médico também não funciona. Ester Schomer, psicanalista e terapeuta familiar, escreve: “O espetáculo de horror que as famílias atravessam e do qual participam como personagens sensibiliza os profissionais para a dor que esses transtornos acarretam” (p. 55). Ismênia Camargo, psicanalista, se inspira na teoria do “Campo Negativo” e, ao se referir às dores da subjetivação, observa: “são essas as dores de nossa pacientes anoréxicas e bulímicas. Estamos na clínica do vazio, dos buracos psíquicos nunca preenchidos, da angústia da não-existência, da ordem do não ser” (p. 115). Patrícia Hochgraf, psiquiatra, constrói um texto sensível, em que descreve as possíveis complicações

clínicas dos pacientes anoréxicos. O texto impressiona e dá sentido à necessidade do trabalho em equipe. Mas, ao se referir às hipóteses etiológicas, Patrícia lamentavelmente desconsidera os achados da psicanálise, discutidos em outros capítulos do livro. Os autores concordam entre si com o valor terapêutico que a multidisciplinariedade tem na atividade clínica. Segundo Henriette Bucarechi, “a equipe integrada oferece um modelo de relacionamento discriminado, entre pessoas diferentes” (p. 41).

Ismênia de Camargo exerceu uma função complexa e delicada na instituição médica: responsabilizou-se pela supervisão e discussão clínica dos casos atendidos por profissionais com diferentes for-

mações teóricas: cognitivistas, psicodramatistas, terapeutas corporais, psicanalistas. Vale a pena transcrever suas ponderações: “seria possível haver construção de conhecimento sobre essas doenças, a partir dos dados recolhidos nos relatos das diversas sessões?... os relatos são resultantes da interpretação de vários narradores, segundo óticas constituídas pela subjetividade de cada um...” (p. 112). Subjetividade entendida aqui como resultado da formação profissional e assim das diferentes visões de como se constitui o psiquismo, ou mesmo do que é o psiquismo. Acrescenta: “nosso objetivo (...) é compreender o campo comum das configurações conflitivas das pacientes. Nesse campo os fenômenos adquirem significados em virtude das relações que guardam entre si.... Os relatos permitem observar certas estruturas que, por manterem alguma regularidade, nos levam a pensar em alguns denominadores comuns às histórias das vidas das pacientes” (p. 112). De fato os textos

dos psicólogos conversam e se complementam de modo interessante. A descrição dos sintomas ao longo dos capítulos, por sua repetição, torna a leitura cansativa. Mas cada autor privilegia um aspecto desta descrição justificado pela escolha do método terapêutico escolhido. Assim Cybelle Weinberg, num texto inquietante, nos convida a pensar sobre uma questão que é cara à psicanálise: “por que elas (as pacientes anoréxicas) pioram quando melhoram?” (p. 125). Através de um relato de caso, enfatiza o paradoxo que o tratamento analítico de pacientes anoréxicos propõe: “o objetivo (...) é (...) refletir sobre o sentido inconsciente da anorexia nervosa, uma vez que a prática nos mostra que essas pacientes, abandonando a contagem obsessiva de calorias, queixam-se de um vazio profundo e são tomadas, segundo elas, por um ‘desejo de morte’ (p. 125) (...) ganhar peso seria perder a identidade adquirida a duras penas” (p. 132). E ela se pergunta então o que fazer. Cybelle evidentemente já faz, e o texto é a prova disso. Mas a perplexidade e a urgência que esta clínica provoca não só propõe perguntas como a sua, como pede respostas

e assim ela chama a equipe multidisciplinar e sugere um atendimento com a técnica cognitiva, embora a solução não a encante, pois a longo prazo é pouco efetiva. Vivian Behar, psicóloga cognitivista, num texto bem escrito, concorda com honestidade que de fato esta técnica terapêutica é eficiente para intervenções em situação de crise, mas nada está comprovado quanto a sua eficiência na manutenção do comportamento, no caso em que os pacientes passem a se alimentar regularmente, na quantidade e qualidade nutricionais suficientes para preservarem sua saúde. Faz observações curiosas para uma cognitivista: ao se referir à noção de corpo diz: “o corpo é sentido subjetivamente (...) como cada pessoa sente

seu próprio corpo não é algo observável (...) o distúrbio da imagem corporal só pode ser inferido pelo discurso da paciente ou por alguns comportamentos” (p. 157). Propõe, como Cybelle, que o tratamento deve ser multidisciplinar: “apenas o trabalho verbal não produz necessariamente o efeito desejado” (p. 157).

São atendimentos grupais indicados para pacientes com distúrbios alimentares? Filomena Russo se propõe o desafio de fazer uma experiência grupal na instituição, embora relate no seu texto a opinião de autores contrários à sua prática. Depois de um breve estudo sobre a evolução das terapias grupais, analisa as condições necessárias para que seu uso possa ter um efeito psicoterápico, mas não fica clara sua posição quanto ao uso da técnica no caso de pacientes com transtornos alimentares. Mariângela

Bicudo, psicóloga, acredita que a técnica psicodramática apresenta algumas vantagens sobre a terapia individual, mas é cuidadosa quando indica apenas para pacientes bulímicos. Ao mesmo tempo refere-se aos riscos que seu uso pode implicar quando mal utilizada e aponta as condições necessárias do funcionamento grupal para obtenção de um resultado terapêutico. Ismênia Camargo defende seu uso porque favorece a mobilização de identificações múltiplas. Adriana Esturaro, terapeuta ocupacional, usa a atividade dirigida como recurso terapêutico no atendimento grupal. Sua preocupação central é com as vicissitudes da imagem corporal. Curiosamente, usa como critério de avaliação para seu trabalho não o resultado (que envolve a questão da alimentação), mas a escolha do trabalho pelos pacientes. Também é um critério.

No último capítulo, escrito a seis mãos, os autores ponderam sobre a multiplicação e o modo de potencializar

os conhecimentos adquiridos durante oito anos de trabalho conjunto. Adquiriram autoridade para oferecer recomendações de caráter urgente e preventivo, dado o aumento assustador das patologias alimentares nas estatísticas brasileiras. Este capítulo é uma síntese do conjunto dos textos: os transtornos alimentares não são apenas um problema médico, ou psíquico, ou social, ou nutricional. Sua complexidade não é nenhum momento subestimada. Ismênia Camargo, ao lembrar que o Grupo de Trabalho do Ambulim, constituído tal como descrito no início do livro, foi desfeito, observa que as questões institucionais também merecem análise. Aguardemos.

Eva Wongschowski é psicanalista, membro do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae.

Princípios e Finalidades do Departamento de Psicanálise (1988)

1. O Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae é concebido como um espaço no qual um grupo de psicanalistas preocupados com a produção no âmbito da psicanálise, concordantes com os princípios fundamentais que regem a instituição Sedes, se reúnem a fim de trocar idéias que enriquecem sua formação teórica e revertem em benefício de sua prática clínica.

2. Partindo de que a formação do psicanalista é *complexa e interminável*, concebemos o Departamento como um espaço no qual caibam atividades diversas que respondam aos interesses diversificados que cada um de seus membros tem na sua formação.

3. O Departamento se define como um lugar de *pertinência* para seus membros. A idéia é que essa pertinência não seja uma simples *filiação*, senão que seus membros sejam ativos e *participantes*.

4. A produção é o princípio fundamental em torno do qual o Departamento deve organizar-se. É através da produção constante que a psicanálise realiza seu desenvolvimento teórico, a reflexão sobre a prática clínica, o repensar permanente da instituição à qual pertencemos.

5. O Departamento não se propõe *autorizar* ninguém a ser psicanalista. É um lugar de mútuo reconhecimento. O reconhecimento vem do trabalho comum, da circulação das idéias, do intercâmbio e exposição da produção individual. O Departamento propicia um espaço que possibilita esse reconhecimento entre os colegas.

6. O Departamento não é um espaço definido por nenhuma linha teórica. Pelo contrário, é um espaço no qual a convivência de teorizações diferente evite as filiações dogmáticas. O confronto das diferenças teóricas tende a dar movimento a um espaço de constante revisão da teoria psicanalítica e de desenvolvimento dos suportes teóricos que sustentam nossa prática clínica.

Falamos de desenvolvimento, partindo do pressuposto de que a psicanálise é aberta à retificação de seus conceitos a partir de sua instrumentação na prática. Não é uma teoria cristalizada.

7. O Departamento se propõe como um espaço onde cada membro exerça suas possibilidades criativas e sua individualidade, sua singularidade como psicanalista, tentando evitar a formação em série. Deve ser uma preocupação constante que o ensino de uma técnica não seja desligada da teoria. Somente a partir do aprofundamento no campo da psicanálise é que podemos dar conta de diferentes perguntas ou exigências sociais no campo da

saúde mental, e a própria práxis nessa área deverá por sua vez enriquecer a nossa teoria.

8. O Departamento se propõe a promover e desenvolver trabalhos no campo psicanalítico, em todas as dimensões que supõe a complexidade de sua prática (teórica, metodológica, formativa, político-institucional), levando em conta o *contexto-histórico-social* no qual esta prática se inscreve.

Entendemos que o contexto histórico-social sobretermina a prática psicanalítica, e que esta pode incidir transformando o mesmo. Neste sentido, é princípio do Departamento não cair no cientificismo neutro, nem tampouco numa prática apolítica.

9. O Departamento se propõe também como um espaço de articulação da psicanálise com outros campos do conhecimento. É princípio do Departamento, portanto, buscar ser um espaço de reflexão e troca multidisciplinar. A proposta não é criar um Centro de Ciências Humanas, senão um Departamento onde a produção psicanalítica possa contar com a contribuição de produções provenientes de outras disciplinas.

Na prática, a diversidade de interesses e atividades correspondem aos setores que formam o Departamento.

- *Setor curso* – foi o único a funcionar durante vários anos; se propõe como núcleo sistemático de formação.

- *Setor saúde mental e instituições* – presta serviços à comunidade através de supervisão e cursos realizados para os trabalhadores da rede pública, em convênio com o governo do Estado.

- *Setor publicações* – através de *Percurso* manifesta sua produção; é um veículo de questionamento, confrontação e circulação de idéias no campo analítico.

- *Setor eventos* – palestras e mesas redondas têm permitido ao Departamento se afirmar como lugar de troca de idéias e de difusão de conhecimento.

- *Setor clínica* – atualmente está sendo elaborado um projeto de implantação.

- *Setor grupo de estudos* – há vários grupos de estudo e discussão funcionando, pois só a produção intelectual pode oxigenar o Departamento.

Todos estes setores se manifestam através de representantes. Juntamente com mais três membros autônomos, escolhidos em assembléia, formam a Comissão Coordenadora Geral. Ela define e implementa a estratégia, possibilitando uma ação coletiva.

A atual Comissão Coordenadora foi precedida por outra. A ela e aos colegas que muito investiram para dar vida e identidade ao Departamento, agradecemos pelo esforço.

Princípios e finalidades do Departamento de Psicanálise (2005)

O Departamento de Psicanálise configura-se como um espaço de formação, de pesquisa, de diversas produções e de publicações, reconhecido tanto pelas atividades que se realizam dentro do Instituto Sedes Sapientiae como pelas atividades que se desenvolvem em várias cidades do estado de São Paulo e em outros estados.

Estamos estruturados em Áreas, nas quais nossos membros – atualmente 191 integrantes – encontram um espaço de pertinência para realizar sua formação permanente, a circulação de idéias e o desenvolvimento de projetos em vários âmbitos.

A composição do Departamento por Áreas foi o resultado de um intenso trabalho de reflexão dos membros que transformou o modelo de gestão vigente desde a fundação do Departamento, pautado na representação dos diversos espaços de trabalho departamental, para o modelo atual, que se fundamenta na articulação entre as diversas áreas, contemplando, sobretudo, uma política coletivamente construída.

A gestão do Departamento é de responsabilidade de um Conselho de Direção, que se compõe de Articuladores de diferentes Áreas de trabalho eleitos pelos membros do Departamento em Assembléia Geral para um mandato de dois anos. Também compõem este Conselho um representante da Comissão de Admissão do Departamento, um representante do Departamento no Núcleo de Departamentos do Instituto, um representante do Departamento no Núcleo de Cursos do Instituto.

Cabe ao Conselho implementar políticas, acompanhar as prioridades e metas específicas para as diferentes Áreas, bem como acolher demandas, moderar conflitos e fazer valer os acordos coletivos dentro dos princípios éticos que norteiam a formação de nossos analistas.

O atual Conselho de Direção elegeu como eixos de trabalho a pesquisa e o registro da história do Departamento, que está comemorando 20 anos neste ano de 2005, bem como a reflexão sobre sua inserção no campo psicanalítico contemporâneo.

Sendo assim, solicitamos uma pesquisa a uma empresa especializada, contando com a colaboração de vários membros do Departamento no resgate e construção de nossa memória, visando seu registro em livro. A forte adesão a esta tarefa tem mostrado a necessidade compartilhada de recuperarmos a dimensão ético-política de nosso projeto.

Creemos que o engajamento coletivo neste trabalho poderá subsidiar a discussão a que estamos convocados no momento, acerca da regulamentação da psicanálise como profissão. Como se sabe, esta questão tem acirrado o debate científico e político entre as diversas instituições psicanalíticas de todo o mundo, o que nos implica em novas tomadas de posição. Para tanto, justifica-se uma reflexão aprofundada de nossas origens e das transformações ocorridas no Departamento ao longo desses 20 anos.

A articulação dos conselheiros entre si nos tem permitido uma visão mais ampla e integrada das demandas das diversas Áreas do Departamento. A consequência deste fato é que estamos avançando na construção de novos espaços de pertinência e produção com maior participação e engajamento.

Exemplos deste incremento podem se perceber na criação de novos seminários e grupos de trabalho e pesquisa, na criação de novas áreas, no aumento do número e de temas de investigação em andamento nos diversos grupos, direcionando esforços para a elaboração de uma política de pesquisa.

Inauguramos algumas parcerias de pesquisa que estão sendo implementadas: entre o Departamento de Psicanálise e o LEI (Laboratório de Estudos sobre a Intolerância – USP), para estudos acerca da intolerância; entre o Departamento, por meio do Grupo de Trabalho e Pesquisa sobre O feminino no Imaginário Cultural Contemporâneo e instituições de saúde da rede pública e particular, sobre reprodução assistida e menopausa, entre outros. Ademais, procuramos levantar com os grupos de trabalho do Departamento os modos como pesquisam seus temas, identificando nossas características e pensando subsídios para o trabalho.

A atuação de diferentes áreas tais como Relações Internas, Relações Externas, Formação Contínua, Clínica, que se articulam para a implementação e acompanhamento de trabalhos como estes exemplifica o modo de funcionamento que visamos. A área de Administração subsidia o trabalho das demais áreas produzindo um levantamento de políticas que possam servir de programa (meta das direções do Departamento), mantendo e buscando implantar os procedimentos que auxiliem o funcionamento departamental. Ligada à Administração, a Tesouraria acompanha o fluxo do orçamento e é o elo do Departamento com a tesouraria do Instituto, a fim de cumprir as regulamentações instituídas e discutir ajustes para melhor atender nossas necessidades.

Vivemos também um movimento de expansão e abertura pela contínua inserção de novos membros e com a inclusão de membros aspirantes – condição de pertinência provisória aos analistas que desejam se aproximar paulatinamente de nossos trabalhos. Na implementação de uma política de abertura do Departamento, a Comissão de Admissão iniciou suas atividades em agosto de 1997 para atender os psicanalistas cuja formação tenha se dado tanto dentro como fora dos cursos e das atividades formativas propostas e produzidas pelo Departamento. Os princípios que orientam o trabalho da Comissão de Admissão dizem respeito à explicitação do vínculo do analista, que pleiteia sua pertinência ao Departamento, com a psicanálise. O trabalho de interlocução entre o analista solicitante e o Departamento de Psicanálise dá-se por meio de algumas etapas, que buscam deixar claro o percurso histórico pessoal do analista solicitante, a forma

e a natureza de sua clínica e a discussão das questões teóricas que o movem. Neste trabalho, não apenas o analista solicitante é reconhecido em seu posicionamento analítico pelo Departamento, como inicia seu percurso de aproximação aos princípios teóricos e éticos que movem nossa instituição. Nesse sentido, o trabalho grupal da comissão permite uma riqueza de leituras do material apresentado que nos parece representativo da diversidade de opções de inserção que se abre para o analista que ingressa no Departamento.

Os cursos: Psicanálise – Teoria e Clínica; Psicopatologia Psicanalítica e Clínica Contemporânea; Clínica Psicanalítica: Conflito e Sintoma integram a área Cursos, que trabalha para articular e discutir permanentemente as relações entre os coordenadores e supervisores com o Departamento, e entre os alunos e o Departamento, visando à intersecção mais orgânica desses campos, aprofundando as reflexões sobre o que acreditamos ser a transmissão da psicanálise e a formação de psicanalistas comprometidos com o seu tempo.

A área de Formação Contínua acompanha os grupos que se caracterizam como espaço de formação contínua para os membros do Departamento, divididos em duas categorias:

a) Grupos de Trabalhos e Pesquisa: organizam-se como um espaço de reflexão e de produção de seus integrantes. Hoje contamos com os seguintes grupos: Inquietações da Clínica Cotidiana; Psicanálise com crianças; O feminino no imaginário cultural contemporâneo; Patologias alimentares e sua inscrição contemporânea; Campo das dinâmicas psíquicas de grupo; Psicanálise e contemporaneidade; Psicanálise e Cultura.

b) Seminários: visam o estudo de temas variados sob a coordenação de um membro do Departamento. Atualmente, contamos com o Seminário: Percurso introdutório a uma metapsicologia de grupo.

A área de Transmissão, Pesquisa e Intervenções Externas se encarrega da condução de projetos de transmissão de psicanálise fora da cidade de São Paulo e inclui, até o momento, o GTEP – Grupo de Transmissão e Estudos de Psicanálise. A área Clínica trata de fomentar o trabalho com as grandes questões que afligem o sujeito contemporâneo, promover discussões rigorosas sobre a clínica que estamos praticando no Departamento e pensar políticas para ampliar os projetos terapêuticos cada vez mais comprometidos com a comunidade em que nos

inserimos. É neste sentido que, em sua interface com a área Cursos, a clínica do Instituto Sedes Sapientiae é um espaço no qual é possível ao aluno interessado, na qualidade de estagiário, exercitar a psicoterapia em âmbito institucional. A área de Eventos funciona como catalisadora e consultora técnica, acolhendo as propostas de eventos dos membros do Departamento que favoreçam o debate científico em que a psicanálise possa contribuir para as questões relativas ao homem contemporâneo. A área de Publicações objetiva proporcionar análises e discussões que auxiliem a implementação de políticas do Departamento para o campo editorial, tendo como modelo as publicações atuais e dando continuidade à criação de novas publicações que veiculem as produções dos diferentes grupos de trabalho.

A revista *Percurso*, apoiando as atividades e a produção do Departamento, é editada desde 1988 trazendo artigos originais, traduções, entrevistas com analistas e uma substancial seção de resenhas.

Têm sido publicados pelo Departamento livros que refletem o trabalho teórico e clínico de seus membros, como: *Freud um ciclo de leituras*, Escuta, 1997; *A clínica conta histórias*, Escuta, 2000; *Colóquio freudiano: teoria e prática da psicanálise contemporânea*, Via Lettera, 2002; *Figuras clínicas do feminino no mal-estar contemporâneo*, Escuta, 2002, e *Desafios para a psicanálise contemporânea*, Escuta, 2003.

Em 2003 colocamos em funcionamento nosso site: www.sedes.org.br -> Departamentos -> Psicanálise.

Temos ainda integrando o Conselho de Direção o representante de nosso departamento no Núcleo de Departamentos, espaço de encontro em que membros indicados exercem a representação de cada um dos Departamentos juntos aos outros e frente à Diretoria do Instituto Sedes Sapientiae. Tem como função primordial levantar e debater questões institucionais, pertinentes e comuns aos Departamentos, com o objetivo de contribuir para sua integração e para o aumento da eficiência das atividades neles envolvidas.

Inspirados pelo movimento inicial de professores, alunos e ex-alunos em torno de uma idéia, criamos um projeto departamental de pertinência. Hoje, passados estes 20 anos, reiteramos que nosso projeto de formação permanente, interlocução e prática clínica em psicanálise contínua assentado numa visão e num exercício que, longe de traduzir uma neutralidade desabitada, faz compromisso com uma posição política de transformação subjetiva no seio da sociedade contemporânea.

Conselho de Direção – gestão 2004/2006

This issue of *Percurso* reproduces the first one, published in October 1988, with commentaries – when possible, by the author of each paper – written seventeen years later. It also contains new material: book review, two recent papers, an interview with the members of the first Board of the Department of Psychoanalysis, and a debate on the propositions for psychoanalytical training made by the founder of our Department, the late Regina Schnaiderman.

Papers

Towards a history of the Department of Psychoanalysis (1988)

Mario Fuks

An account of the first years of the Instituto Sedes Sapientiae and of how a group of analysts created a training program that eventually became the Department of Psychoanalysis. Times were difficult, as Brazil and a good part of Latin America lived under military dictatorships. Politically progressive, the program suffered pressure from the IPA society, which saw with very unfavorable eyes the new venture; but it survived and established itself as a reference in the São Paulo analytical scene.

A ground covered, a story to be told

Mario Fuks

Having departed for his native Argentina and returned to São Paulo a few years later, Dr. Fuks recapitulates here the main lines of the

Department's growth until present day. Choosing Freud as the basis of or the teaching and a stance of supporting the politically progressive trends in Brazilian society, the program continued to train analysts and made alliances with similarly minded programs in the area of public mental health care.

The politics of psychoanalytic training (1988)

Regina Schnaiderman (1925-1985)

For Ms. Schnaiderman, to train an analyst is in itself an analytic endeavor, and the aim of such training is essentially desalienation. The transformation aimed at is of course internal, but it takes place in close contact with *another*; and the future analyst has to be recognized as such by a group of others – other analysts, but also his or her patients.

Echoes

Camila Salles Gonçalves

Regina Schnaiderman was an inspiring figure for a whole generation of colleagues and disciples. This paper retraces her career and places it in the context in which she became

an analyst: the years after World War Two, which witnessed rapid modernization and industrialization in our country. The author pays homage to her integrity as a researcher, to her wisdom as a leader, and to her generosity as a teacher.

Thoughts on the training of an analyst (1988)

Bernardo Tanis

When he wrote this essay. Mr. Tanis had just graduated from the Department of Psychoanalysis. He writes about the identifications of the analyst and about the pressures that the existence of different trends and schools of Psychoanalysis put on the students. He feels that identifications are essential in the process of becoming an analyst, but one must be careful lest they become alienating.

Thoughts on the training of an analyst: challenges of today

Bernardo Tanis

Commenting on his 1988 piece, the author stresses the limits of medical discourse in face of the modern *malaise*, because it does not take into account the subjective dimension. Psychoanalysis is a child of modernity, in that it divests ego and reason of their supposedly sovereign condition. Its practice in-

volves ethical and epistemological aspects, exemplified in the paradoxes that face our main thinking tool – interpretation. Mr. Tanis also addresses contemporary issues that surround Psychoanalysis in Brazil, such as its relation to the University and the difficulties of doing research in our field.

How a psychoanalyst listens (1988)

Silvia Leonor Alonso

At the root of speech, we can hear the insistence of the basic human drives. Repetition can lead to the unveiling of the identifications that structure a subject; this, in turn, shows how we address language as something different from just a tool for communicating ideas and feelings. Ms. Alonso raises questions such as “what does an analyst listen to?” and “from where does he listen to it?”; her suggestion is that meaning is not given beforehand, but weaves itself in the net of signifiers and in the movement of re-signification.

The work of figure-making in psychoanalytic listening

Silvia Leonor Alonso

Starting from where she had left the problem in 1988, Ms. Alonso stresses the importance of floating attention and free association in creating room for interpretable language.

Under this apparent liberty – apparent, because of the unconscious determinants on both sides of the analytical couple – language flourishes in its polysemic dimensions, opening the way for something more than just self-knowledge: transformation, symptom-reduction and desalienation.

Narrative and image: movements of desire (1988)

Miriam Chnaiderman

The author comments on similarities between vanguard literature and Psychoanalysis, and moves on to a discussion of what *language* means for Jacques Lacan. Charles Sanders Peirce offers her good instruments to analyze the nature of the image as *sign* and *icon*. These, in turn, open the way for a discussion of the analyst as a sort of “everyday poet”, because his way of listening transforms discourse into image.

Ways of me

Miriam Chnaiderman

Under this poetic title, the author examines her work in the past twenty years. She notices that the

direction she has taken both in her practice and in her writings has led her to stress expressive forms beyond discourse, and to strive towards what she calls *affective intensity*. Her study of structuralism (Popper, Jakobson, Lacan) showed the limitations of this approach; her later work opens more room for *meaning*. Deleuze and Derrida were useful in this new direction, which blurs frontiers between the arts (music, drawing, poetry), and between them and the task of the psychoanalyst.

Notes on analytic supervision (1988)

Luiz Carlos Menezes

Supervision can be located on the border between singular and universal, between associative daydreaming and articulated discourse. There are palpable risks when the supervisor conceives his task as teaching a pre-established knowledge; in fact, supervising is almost exactly the opposite of what a teacher does. It involves suspension of beliefs and of previous knowledge, and a kind of associative elaboration attuned to what is communicated by the analyst being supervised. If conducted in this spirit, supervision can produce analytical effects.

Considerations on supervision

Luiz Carlos Menezes

Seventeen years after writing his paper, Dr. Menezes remarks that his opinions have changed very little. He continues to see in an essentially identical manner the problems and psychical processes involved in supervision, but adds a comment inspired by Jean-Bertrand Pontalis on

the “arrogance of words”. The illusion of a “scientific Psychoanalysis” is strongly criticized, among other reasons because it is producing a steady amount of irrelevancies such as the search for measurable criteria of efficaciousness for Psychoanalysis. Episodes from his own career as an analyst in training illustrate his position, which stresses the unique quality of the experience in an analysis – and therefore in a work that intends to be a *psychoanalytic* supervision.

Psychoanalysis and psychiatric institutions (1988)

Silvia R. Tacchinardi

Working at Juqueri, a big psychiatric hospital, the author finds herself faced with the impossibility of occupying an analytical position, because everything there is arranged to repress desire and hide this very repression behind a mask of care. Patient Conceição reveals this both in her speech and in her behavior: *pain, suffering*, is precisely what cannot be shown in the institution, or the apparent order will crack.

Notes on a trajectory

Silvia R. Tacchinardi

Reading her paper, the author reminisces about the path she has traveled since 1988. Psychiatric institutions have changed little, in spite of reforms begun in the 1990s. The experience at Juqueri has been

seminal for her, because it showed the need for an interdisciplinary approach even in her ordinary psychoanalytic work.

The daughters of the Philistines: on a Freudian slip by Freud (1988)

Renato Mezan

In his famous letter 69 to Fliess, where he tells about his disavowal of the “theory of seduction”, Freud misquotes a passage from David’s ode on the death of his predecessor, King Saul. Mr. Mezan compares the original Hebrew text with what Freud wrote, and suggests that under this apparent failure of memory lurks an identification with King David, the conqueror of Jerusalem. This identification is based upon Freud’s knowledge of the Bible and is related to his dream “Dear Mother and Men with Bird Beaks”, dreamt at the age of seven. It serves as a narcissistic defense against the depressive state of mind he is prey to when his efforts to understand hysteria seen to flounder.

“The daughters”, seventeen years later

Renato Mezan

The interpretation of Freud’s slip seems to hold good when examined today, says the author. He situates his text in the French context from where it sprang, marked by an acute interest in Freud’s self-analysis and in his biography as a source for understanding both the birth of our discipline and its peculiar nature. Personal motivations and his indebtedness to his teacher, Conrad Stein, are also evoked.

A dream of Isaías

Tales Ab’Saber

Isaías Mehlson, a noted São Paulo analyst, was among the founders of the Curso de Psicanálise in 1977. Many years later, after a clinical seminar in which the author of this paper was a member, Mr. Mehlson told him a dream he had recently dreamed. Mr. Ab’Saber relates the experience of hearing his teacher’s dream to the creation of a brotherhood among analysts of different generations and to the constitution of a *tradition* in the sense that Winnicott gives to this term. The dream had to do with death, but also illuminates the work Mr. Mehlson accomplished and the battles he had to fight: it is a dream of restoration, he interprets.

Sublimation and the claim of an heritage

Anne Denis

What are the intellectual and affective mechanisms at work in the process of creation? Anne Denis suggests here that they have something to do with the action of the death

instinct, because it operates in a counter-narcissistic direction both in relation to the ego and to internal objects. Creation necessitates some desidentification from prevailing imagoes. The theory that all psychoanalysts inherit from and accept must be made one's own, customized as it were, in order not to block original thought – and sublimation depends, in part, of this process of separation, which can attain the level where drives disintegrate from each other.

Interview

The faces of violence

Jurandir Freire Costa (1988)

The first colleague to be interviewed by *Percurso* was involved, in 1988, with the research for his book on violence. He wanted to understand the milieu in which Psychoanalysis is practiced in Brazil, and the phenomenon of violence was then beginning to gain importance. The interview focuses on Dr. Costa's theoretical conceptions, on his interest in Ethics – particularly in the ethics of Psychoanalysis – and on other problems he was working on.

Twenty years of our Department – where are we heading?

First Board of the DP

The members of the first Board reminisce about the conditions in which the Department was founded,

reflecting on its achievements (and failures). It was created as a space for mutual recognition of colleagues, something that could not happen in a training program in which there were only teachers and students. Its engagement with a politically progressive position in the Brazilian scene and with a permanent questioning of received ideas is stressed. The rules that would govern it were democratically discussed and approved. An appraisal of what has been achieved is presented, together with ideas and discussions on the future of our association.

Debate

Dialogues with Regina Schnaiderman

Janete Frochtengarten, Renata Udler Cromberg, Decio Gurfinkel

The authors comment on a paragraph of Mr. Schnaiderman's paper that opens this issue. What are the conditions of psychoanalytic knowledge? Ms. Frochtengarten questions the idea that "Freud demonstrates": psychoanalysis is rooted in transference, which is incompatible with the idea of demonstration. Ms. Cromberg reflects about the formation of an analyst and about recent proposals to regulate the practice formulated in Brazil. Mr. Gurfinkel tackles the problem of a knowledge that comes from an intersubjective experience "in vivo", and asks himself: the remarkable diffusion of Psychoanalysis in Brazil in the last twenty years has, or has not, brought with it a relative dilution of the analytic experience?

Book Reviews

A policy statement by the Book Review Committee of *Percurso* opens this section, stressing its value as an instrument to foster dialogue among writers, readers and reviewers.

An open section

Janete Frochtengarten

The author of the first book review published in *Percurso* (see below) reflects on the double contribution that the section – which has presented some two hundred books since 1988 – has been offering to Brazilian analysts and to the public in general: *information* about the growing number of good works that appear every year, and *formation* of the reader, an effect that comes from the mobilization and association the texts published in the section strive to stir in the reader.

The generosity of an invitation to meet the uncanny (1988)

By Janete Frochtengarten – Review of Conrad Stein, O psicanalista e seu officio.

This collection of essays by French analyst Conrad Stein has a powerful effect on its reader: the constant effort to undo dogmatic assumptions and to allow for the rising of a kind of thought open to the uncanny, the surprising, the "wild" aspect of

the analytic experience. This feature can be noticed in Stein's writing, whatever the subject he speaks about: transference, interpretation, psychic reality as confronted with outer reality, and so on.

Lacan's way to Psychoanalysis (1988)

By Renata Udler Cromberg – review of Bertrand Ogilvie, Lacan: a formação do conceito de sujeito.

The book examines Lacan's formative years, from his doctoral thesis though the paper on the mirror phase to his work on aggression. Philosophy and psychiatry are the main sources of this highly original elaboration, which would change the landscape of Psychoanalysis in the years to come.

What (kind of king) am I?

By Alice Paes Arruda – review of Fabio Herrmann, A Psique e o Eu.

Fabio Herrmann is one of the most original thinkers of Psychoanalysis in Brazil. His "Field Theory" is an important contribution to the investigation of how analysis works, and a welcome refusal of dogmatism in psychoanalytic thought. In his new book, he examines the idea of

"ego", stressing its implicit duplication in all sorts of disguises as a way to reveal how the representation of *myself* originates. A person has in fact several "selves", and to map them is an essential part of analytic work.

When the "gentle mother" mistreats the "children of this land"

By Teresa Elisete Gonçalves, review of Julio de Mello Filho, Vivendo num país de falsos-selves.

The title of this review alludes to a line from the Brazilian national anthem: "you are a gentle mother to the children of this land". It is not always the case, argues the author, as he analyses phenomena of daily life in Brazil which favor the construction of a false self. Institutional rules, family situations, specific pathologies such as psychopathy and addiction are investigated, opening vistas on politics, cinema, education and other areas. The hidden grimace of a "bad stepmother", the author argues, can be discerned behind the face of the "good enough mother".

Actuality of Sandor Ferenczi

By Ivanise Fontes – review of Chaim S. Katz (org.), Ferenczi: história, teoria, técnica.

The papers presented in a 1993 colloquium on the Hungarian analyst stress the actuality of his ideas. From the socio-cultural context of 1900 Hungary in which he lived,

through the importance of the Magyar language in the organization of Ferenczi's general outlook, to the origins of the Budapest school, with its distinctive features, the contributors examine Ferenczi's concepts in several areas: his theory of the symbol and of the object, his ideas about trauma, his contribution to the metapsychology of melancholia, and other issues. His place in the history of the discipline is also assessed.

After all, what do these women want?

By Eliane Costa Dias – review of João Alberto Carvalho, O amor que rouba sonhos.

The vulnerability of women to HIV infection is here discussed, both from an epidemiological point of view and in a dialogue with Psychoanalysis and the social sciences. Gender relations, the author concludes, are organized in a way that favors exposure to the virus in an increasing scale: women's ideals of romantic love make it difficult for them to believe that their partners have been infidel and contracted HIV.

Violence, destruction and creation

By Raya Angel Zonana – review of Magda G. Kouri et al., Leituras Psicanalíticas da Violência.

This collection of essays by psychoanalysts focuses on the multiple faces of violence, which has become a major problem in Brazil as in other countries. As interdisciplinary approach is patent in almost all the

papers, for violence has other roots than psychical; but good work is done in exploring the inner root of violent behavior – helplessness, hatred, frustration, insecurity and other emotions. Examples analyzed include real facts (such as terrorism), literary works (as for instance Euripides' *Medea*) and a film by Peter Greenaway.

Between Psychoanalysis and literature: the subject

By Tania Rivera – review of Giovanna Bartucci (org.), Psychoanalysis, literature and the aesthetics of subjectivation.

This collection is a sequel to the ones already organized by Miss Bartucci on the relations of Psychoanalysis to visual arts and to film. Freud considered authors of fiction as valuable models for his explorations on the human mind. The authors of the papers make further advances in this direction, discussing sublimation and creation, literature as *mimesis*, the fantastic tales of Edgar Allan Poe, the condition of the writer as reader and as “exiled from himself”, and other aspects of the creative process in literature.

A neurosis that insists – and a Psychoanalysis that resists

By Renata Udler Cromberg – review of Manuel Tosta Berlinck (org.), Obsessiva Neurose.

The author situates the pioneering work of Mr. Berlinck as a publisher specializing in Psychoanalysis in the broader context of Brazilian analytic landscape since the mid-eighties. From this, she proceeds to comment on the papers reunited in this col-

lection, which, she feels, are a good sample – even if concentrated on a specific subject, obsessive neurosis – of what has been done in the field in the last two decades. It presents some classics on this disease (Abraham, Jones, Green, among others) and eight essays by leading Brazilian analysts, which tackle different aspects of the subject and, in their connection, offer a good metapsychologic and clinical portrait of this still puzzling pathology.

A glass of H₂O

By Maria Auxiliadora A. C. Arantes – review of Cristina Capobianco, O corpo em off.

Dr. Capobianco has done extensive work in pediatrics and child analysis. Her experiences in children's hospitals are here discussed, with a focus on what goes in the mind of doctors, nurses and other hospital staff members, and that has direct impact on their little patients. The same acute criticism is directed to the “psy” professionals. The author uses Foucault's concept of “subordinate knowledge” (knowledge produced by the lower classes and discarded by official science) to show how violence is done to children and to their parents because what they know about themselves and about their condition is ignored by those who “take care” of them.

Contemporary man, according to Michel Houellebecq

By Alessandra Monachesi Ribeiro – review of Michel Houellebecq, Elementary Particles.

The polemical French writer presents a literary illustration of contemporary man as a loser who tries to overcome his condition of unbearable suffering. His novel deals with recent discussions in the humanities and social sciences; the psychoanalyst who reads it is urged to think about time-honored concerns, which are equally relevant today: sexuality, love and death.

Anorexia and nervous bulimia: a clinical challenge

By Eva Wongtschowski – review of Henriette A. Bucarety (org.), Anorexia e bulimia nervosa: uma visão multiprofissional.

The treatment of these alimentary disorders in a public hospital is here discussed. Both are becoming more and more common in our societies, therefore demanding new approaches in theorization and in treatment. Authors address the difficulties involved in a variety of levels, from the history of eating disorders since Antiquity to the problems faced by the families of patients suffering from these disorders. Public policies that could diminish the risks of pandemic eating disorders are also suggested. A case is examined in detail, offering in-depth insights on the mental and emotional organization of the disorder.

Colaboradores deste número

Alessandra Monachesi Ribeiro

R. Sampaio Viana, 75, cj. 505
04004-000 São Paulo SP
Tel.: (11) 3885.8755
alemonachesi@gmail.com

Alice Paes de Barros Arruda

R. Capote Valente, 432, cj 106
05409-001 São Paulo SP
Tel.: (11) 3062.0204
alicepba@uol.com.br

Ana Helena de Staal

165, rue d'Alésia
75014 Paris
Tel.: 01 45 39 17 97
adestaal@noos.fr

Anne Denis

Rue des Vennes, 386
4.020 Liège (Bélgica)
Tel.: (00.32) 4343.0568
annedenis@belgacom.net

Bernardo Tanis

R. Capote Valente 432, cj. 142
05409-001 São Paulo SP
Tel.: (11) 3062.1855
tanis@uol.com.br

Camila Salles Gonçalves

R. Dr. Flávio A. Maurano, 810
05656-020 São Paulo SP
Tel.: (11) 3742.7185
camila_salles@uol.com.br

Décio Gurfinkel

R. Maranhão, 620, cj. 64
01240-000 São Paulo SP
Tel.: (11) 3825.9794

Eliane Costa Dias

R. Caçapava, 49, cj. 125
01408-010 São Paulo SP
Tel.: (11) 3081.7428
delreycosta@uol.com.br

Eva Wongtschowski

R. Prof. Carlos de Carvalho, 164, cj 72
04531-080 São Paulo SP
Tel.: (11) 3079.6642

Ivanise Fontes

Beco do Boticário, 1/201, Cosme
Velho
22241-110 Rio de Janeiro RJ
Tel.: (21) 22855147
ivanisefontes@bol.com.br

Janete Frochtengarten

R. Angelina Maffei Vita, 392/142
01455-070 São Paulo SP
Tel.: (11) 3032.9033
janfro@terra.com.br

Jurandir Freire Costa

R. Oswaldo Cruz, 135, ap. 1101
22250-060 Rio de Janeiro RJ
Tel.: (21) 2552.7502

Luis Carlos Menezes

R. Morás, 588 / 501
05434-020 São Paulo SP
Tel.: (11) 3030.9382
menezeslc@sbpsp.br

Maria Ângela Santa Cruz

R. Piracuama, 197
05017-040 São Paulo SP
Tel.: (11) 3862.1936

Maria Auxiliadora de Almeida Cunha Arantes

R. Tupi, 397, cj. 75
01233-001 São Paulo SP
Tel.: (11) 3666-2979
maacar@terra.com.br

Maria Auxiliadora Vidigal

R. Prof. Carlos Carvalho, 164, cj. 72
04531-080 São Paulo SP
Tel.: (11) 3079-6642

Maria Cristina Ocariz

R. Maranhão, 554, cj. 78
01240-001 São Paulo SP
Tel.: (11) 3666.0871

Maria de Fátima Vicente

R. Purpurina, 131, cj. 28
05435-030 São Paulo SP
Tel.: (11) 3444.3617
ytsabr@sti.com.br

Maria Laurinda Ribeiro de Souza

R. Inajoraba, 186
04511-040 São Paulo SP
Tel.: (11) 3842.7820

Mario Pablo Fuks

R. Marquês de Itu, 837, cj. 62
0123-001 São Paulo SP
Tel.: (11) 3259.0922
mfuks@uol.com.br

Miriam Chnaiderman

R. Maranhão, 620, cj. 33
01240-000 São Paulo SP
Tel.: (11) 3666.4537
chnaide@uol.com.br

Nora Habert

R. Bela Cintra, 33
01415-000 São Paulo SP
Tel.: (11) 3258.4371
nhabert@terra.com.br

Raya Angel Zonana

R. João Moura, 627, cj. 134
05412-911 São Paulo SP
Tel.: (11) 3064.7302
rayaz@uol.com.br

Renata Udler Cromberg

R. Inhambu, 873 / 203
05420-013 São Paulo
Tel.: (11) 3816.2184
renatauc@uol.com.br

Renato Mezan

R. Amália de Noronha, 198
05410-010 São Paulo SP
Tel.: (11) 3081.4851
rmezan@uol.com.br

Silvia Leonor Alonso

R. Maranhão, 584, cj. 73
01240-000 São Paulo SP
Tel.: (11) 3666.2045
silviaalonso@uol.com.br

Sílvia Regina Tachinardi

Av. Angélica, 1260, ap. 131
01228-100 São Paulo SP
Tel.: (11) 3825.7590
stachinardi@uol.com.br

Tales A. M. Ab'Sáber

R. Joaquim Antunes, 490, cj. 21
05414-020 São Paulo SP
Tel.: (11) 3083.7108
tsaber@usp.br

Tania Rivera

SHIS QI 23 chácara 16
71660-730 Lago Sul Brasília DF
Tel.: (61) 3366.3756
taniarivera@uol.com.br

Tera Leopoldi

R. Graúna, 419, ap. 13
04514-001 São Paulo SP
Tel.: (11) 3842.7820

Tereza Elizete Gonçalves

R. Atibaia, 80
12243-210 São José dos Campos
SP
Tel.: (12) 3923.2363 (res.) 3923.1973
(com.)
Godoy58@aol.com

A apresentação de trabalhos para publicação na **Revista Percurso** pressupõe o conhecimento prévio e a aceitação, por parte do articulista, das seguintes normas:

1. Os trabalhos enviados para publicação na **Revista Percurso** deverão ser originais e inéditos, não sendo admitida a apresentação simultânea do mesmo trabalho a mais de um veículo de publicação, independentemente de sua característica de circulação impressa ou eletrônica.

2. Trabalhos anteriormente difundidos em simpósios, seminários, revistas estrangeiras, congressos e pela Internet só serão publicados quando oferecerem interesse específico e relevante. Nesse caso, deverá(ão) constar o(s) lugar(es) e a(s) data(s) de publicação anterior(es).

3. Os trabalhos deverão ser encaminhados antecedidos por página de rosto da qual conste, exclusivamente, o título e o nome de seu autor; sua qualificação, endereço, telefone (incluir CEP e DDD) e e-mail; um resumo de cinco linhas, em português e inglês, que poderá ser aproveitado para abertura do texto na revista; e o número exato de caracteres com espaços do texto. O título deverá ser repetido encimando o corpo do trabalho, com omissão do nome do articulista, ou de qualquer sinal que permita identificá-lo, em todas as demais páginas, excetuada a página de rosto.

4. Os trabalhos deverão ser enviados em oito cópias, endereçadas à Coordenação Editorial de **Percurso**, ou entregues pessoalmente à Rua Amália de Noronha, 198, 05410-010 São Paulo SP. Não serão aceitos trabalhos remetidos sem cópias.

5. O Coordenador Editorial reterá a página de rosto dos trabalhos antes de submetê-los à Comissão Editorial, mantendo-se em sigilo o nome dos articulistas durante todo o processo de apreciação dos mesmos.

6. A Comissão Editorial poderá aceitar o original, recusá-lo ou rerepresentá-lo ao articulista com sugestões para alterações de forma e/ou conteúdo, com a finalidade de alcançar coerência, clareza, fluidez e correção ortográfica ou gramatical do texto, ou para adequá-lo às normas de publicação e de diagramação de **Percurso**, particularmente no que se refere à forma das citações bibliográficas, sendo assessorado, nessa função, pela equipe de revisão.

7. É indispensável seguir os padrões gráficos utilizados por **Percurso**:

- o que merecer destaque deve vir em *itálico*;
- não utilizar sublinhado nem negrito;
- intertítulos em **negrito**;

- palavras estrangeiras e títulos de livros mencionados no texto: em *itálico*, sem aspas;
- títulos de artigos mencionados no texto: tipo normal, com aspas;
- citações: entre aspas. Caso a citação seja referida em nota ao final do artigo, o número desta nota, no texto, deve vir *após a conclusão da citação*. Exemplo: "... em Freud"¹.

8. Pede-se especial atenção para as **NOTAS**, que deverão vir no final do texto (não no rodapé), ser numeradas consecutivamente em algarismos arábicos e referir-se exclusivamente aos textos mencionados no artigo. Não é preciso colocar bibliografia. É favor seguir escrupulosamente as regras indicadas abaixo:

a. nomes dos autores: devem ser grafados em ordem direta, com maiúsculas somente na inicial do nome e do sobrenome, seguidos de vírgula e do título do trabalho citado. Exemplos: R. Mezan, "O inconsciente segundo Karl Abraham"; N. Moritz Kon, "Proust e Freud: memória involuntária e estranhamente familiar"; S. Freud, "Construções em análise"; M. Klein, *Psicanálise da criança*.

b. artigos e capítulos de livros: título entre aspas, sem sublinhar. Colocar em *itálico* o nome do livro em que aparecem, indicando nesta ordem: cidade, editora, ano de publicação e página citada, precedida apenas da letra "p". Exemplo: N. Bleichmar e C. Bleichmar, "Os pós-kleinianos: Discussão e comentário", in *A psicanálise depois de Freud*, Porto Alegre, Artes Médicas, 1994, p. 286. Caso se trate de uma revista ou periódico, colocar em *itálico* o nome da revista, indicando número ou volume, local de publicação, ano e página citada. Exemplo: R. Zygouris, "O olhar selvagem", *Percurso* nº 11, São Paulo, 1993, p. 12. (Não se usa *in* antes do nome de um periódico).

c. livros: título em *itálico*, indicando cidade, editora, ano de publicação e página citada, precedida da letra "p", mesmo que o trecho seja extraído de duas ou mais páginas. Exemplo: J. Greenberg e S. Mitchell, "Object relations", in *Psychoanalytic Theory*, Cambridge, Harvard University Press, 1983, p. 377-380.

d. textos citados mais de uma vez: a partir da segunda vez inclusive, colocar apenas nome do autor, a expressão *op. cit.* em *itálico* e a página citada. Exemplo: R. Zygouris, *op. cit.*, p. 13. Ou: Bleichmar e Bleichmar, *op. cit.*, p. 289.

9. No caso de resenhas: título da resenha, seguido da expressão "Resenha de", e *nesta ordem*: nome do autor, título da obra em *itálico*, cidade, editora, ano de publicação e número de páginas. Apenas o título da obra deve vir em *itálico*. Exemplo: Freud, o Fio e o Pavio – Resenha de Chaim Samuel Katz, *Freud e as psicoses: Primeiros estudos*, Rio de Janeiro, Xenon, 1994, 274 p. O nome e a

qualificação do resenhador devem vir em página à parte, seguindo o solicitado no item 5 destas Normas.

10. Uma vez aprovados, os artigos deverão ser entregues em disquete com as correções finais, acompanhados de duas cópias impressas para controle. Pode ser necessária uma revisão de português; neste caso, ela deverá ser feita por conta do autor, *antes de entregar o texto definitivo*.

11. Os autores cujos textos forem publicados receberão dois exemplares da revista em que figura seu trabalho, além de dez separatas do mesmo.

12. Não serão devolvidos os trabalhos recusados; por esse motivo, recomenda-se aos autores guardar cópia de seus textos.

13. O *copyright* dos artigos publicados pertence aos seus autores. Caso sejam publicados em coletâneas ou outros periódicos, solicita-se mencionar a primeira publicação na **Revista Percurso**.

14. Não serão publicados artigos que atentem contra a ética profissional, que contenham termos ou idéias preconceituosos, ou que expressem pontos de vista incompatíveis com a carta de princípios do Instituto Sedes Sapientiae.

15. Os artigos aceitos não serão necessariamente publicados de imediato.

16. As opiniões sustentadas nos trabalhos publicados pertencem exclusivamente a seus autores.

Onde adquirir *Percurso*

Ceará

Livraria da Lua

Av. Carapinima, 2200, lj. 121 B
Fortaleza
Fone: (85) 223-4336

Marília Ribeiro Alves

R. Esmeralda Mendes, 555
Água Fria – Fortaleza
Fone: (85) 273-0744

Goiás

Dimensão Editorial e Distribuidora Ltda.

R. 1121, nº 249 – setor Marisa
Goiânia
Fone: (62) 281-4135

Minas Gerais

Livraria do Psicólogo

R. Cuverlo, 132, lj. 27
Belo Horizonte
Fone: (32) 3273-5808

Ilcéa Borba Marquez

R. Alfen Paixão, 599
Mercês – Uberaba
Fone: (34) 3312-7761

Maria Elizabeth Borlido de Lima Pereira

Av. José Patrocínio Pontes, 641
Mangabeiras – Belo Horizonte
Fone: (31) 3223-4140

Pará

Lúcia Helena Silva Alves

Trav. Teófilo Condruru
Passagem 2 Américas, 16
Belém
Fone: (91) 259-2431

Rio de Janeiro

El Ateneu do Brasil Ltda.

Praia de Botafogo, 158, sl. 104
Rio de Janeiro
Fone: (21) 2552-4170

Livraria Picola da Vinci

R. Marquês de São Vicente, 52, lj. 166
Rio de Janeiro
Fone: (21) 2274-7595 / Fax: 2274-0314

Rio Grande do Sul

Livraria Kiesel Faculdade Unisinos

Av. Unisinos, 950 – Centro II
São Leopoldo
Fone: (51) 590-8575 / 590-1070

Livraria Ventura Livros

R. dos Andradas, 1332, lj. D
Porto Alegre
Fone: (51) 226-7075

São Paulo

Casa do Psicólogo

R. Mourato Coelho, 1059
São Paulo
Fone: (11) 3034-3600

FNAC Brasil Ltda.

Pç. Omaguás, 34
Pinheiros – São Paulo
Fone/Fax: (11) 3815-1099 r. 271

Livraria Cortez

R. Bartira, 317
Perdizes – São Paulo
Fone: (11) 3873-7111

Livraria Espaço Vôo Livros Instituto Sedes Sapientiae

R. Ministro de Godoy, 1484
Perdizes – São Paulo
Fone: (11) 3873-2314, r. 734

Livraria Hai-Kai

R. Armando Pentead, 44 – Pça. Vilaboim
Higienópolis – São Paulo
Fone: (11) 3663-4616 / Fax: 255-3852

Livraria Hai-Kai Centro Acadêmico de Psicologia – PUC/SP

R. Monte Alegre, 984, térreo
Perdizes – São Paulo
Fone: (11) 3663-4616 / Fax: 255-3852

Livraria Moisés Limonad Pós-Graduação PUC/SP

R. Monte Alegre, 984
Perdizes – São Paulo
Fone: (11) 3871-2023

Livraria Pulsional

R. Dr. Homem de Mello, 351
Perdizes – São Paulo
Fone/Fax: (11) 3865-8950 / 3675-1190

Livros Neli

R. Dr. Pelégio Lobo, 131
Guanabara – Campinas
Fone/Fax: (19) 3243-7649

Maura Book's

R. José Gonçalves Gomide, 545
Vila Guilherme – São Paulo
Fone: (11) 6909-1959

Oriana Livros e Periódicos: Instituto de Psicologia USP

Av. Prof. Mello de Moraes, 1721, Bl. B
Butantã – São Paulo
Fone: (11) 3037-0874
e-mail: orianalivros@hotmail.com

Para assinar *Percurso*

- **Assinatura anual:** R\$ 90,00 (dois números)
Por telefone: ligue para (011) 3816-3780, das 8:00 às 21:00, de segunda a sexta-feira. Você receberá uma ficha de compensação, que poderá ser paga em qualquer agência bancária.
Por cartão: ligue para (011) 3816-3780, nos mesmos horários. Tenha em mãos o número do seu cartão. Aceitamos Credicard, Visa e American Express.
Por cheque: envie seus dados pessoais e cheque nominal à
Revista Percurso
A/c Setor de Assinaturas,
R. Paulistânia, 593,
05440-000 São Paulo SP.
- Ao efetuar sua *primeira* assinatura, você receberá como brinde um exemplar gratuito, à sua escolha, entre os números 5/6 e 35 inclusive, no limite dos nossos estoques.

AUTORIZAÇÃO PARA ASSINAR PERCURSO POR CARTÃO DE CRÉDITO	
NOME: _____	DATA: __/__/__
ENDEREÇO: _____	
CEP: _____	CIDADE: _____ ESTADO: _____
TELEFONE RES.: () _____ COM.: () _____	
CIC: _____ RG: _____	
E-MAIL: _____	
Credicard: nº _____	val.: ____ / ____
Visa: nº _____	val.: ____ / ____
AmEx: nº _____	val.: ____ / ____
Quantidade de Parcelas: <input type="checkbox"/> 1 <input type="checkbox"/> 2 <input type="checkbox"/> 5	

Remeta este cupom por fax ou ligue, informando seus dados, para:

REVISTA PERCURSO – SETOR DE ASSINATURAS
R. Paulistânia, 593
05440-000 São Paulo
Fone: (11) 3816-3780/3816-1137

Você também pode copiar este formulário e enviá-lo para nosso e-mail:
percurso@uol.com.br